



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ARMANDO PALERMO FUNARI

**Apropriação desigual da cidade: elementos para
avaliação da segregação urbana em São Paulo 2000-
2010**

CAMPINAS

2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ARMANDO PALERMO FUNARI

**Apropriação desigual da cidade: elementos para
avaliação da segregação urbana em São Paulo 2000-
2010**

Profa. Dra. Mariana de Azevedo Barretto Fix– orientadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
ARMANDO PALERMO FUNARI E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. MARIANA DE AZEVEDO
BARRETTO FIX**

Orientadora

CAMPINAS
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

F962a	Funari, Armando Palermo, 1983- Apropriação desigual da cidade : elementos para avaliação da segregação urbana em São Paulo 2000-2010 / Armando Palermo Funari. – Campinas, SP : [s.n.], 2017. Orientador: Mariana de Azevedo Barretto Fix. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Segregação urbana. 2. Economia urbana. 3. Economia - Brasil. 4. Economia política. I. Fix, Mariana de Azevedo Barretto, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
-------	--

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Unequal appropriation of the city : elements for the evaluation of urban spatial segregation in São Paulo 2000-2010

Palavras-chave em inglês:

Urban segregation

Urban economy

Economy - Brazil

Political economy

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Mariana de Azevedo Barretto Fix [Orientador]

Luciana de Oliveira Royer

Humberto Miranda do Nascimento

Eduardo Alberto Cusce Nobre

Anderson Kazuo Nakano

Data de defesa: 30-10-2017

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

ARMANDO PALERMO FUNARI

**Apropriação desigual da cidade: elementos para
avaliação da segregação urbana em São Paulo 2000-
2010**

Defendida em 30/10/2017

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dra. Mariana de Azevedo Barretto Fix
Instituto de Economia/UNICAMP

Dra. Luciana de Oliveira Royer
Universidade de São Paulo/USP

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento
Instituto de Economia/UNICAMP

Dr. Eduardo Alberto Cuscé Nobre
Universidade de São Paulo/USP

Dr. Anderson Kazuo Nakano
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Ata de Defesa, assinada pelos membros da
Comissão Examinadora, consta no processo
de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos

Imagino que processos extraordinários peçam agradecimentos extraordinários. Por qualquer medida possível, a trajetória que culminou na defesa desta tese não pode ser considerada como padrão. Tendo passado por três orientadores, uma ou outra aventura, afastamento, inúmeras tentativas de reingresso e um retorno às pressas, com direito a batalha contra o calendário, não posso deixar de professar minha gratidão a quem participou – mesmo que indiretamente – dessa narrativa.

De início, gostaria de agradecer os esforços de minha orientadora, profa. Mariana Fix, que não apenas aceitou “adotar” um orientando que aparecera do nada, como se desdobrou e lutou para que conseguíssemos cumprir os prazos, mas também os conteúdos de forma satisfatória. Agradeço também pela sua pertinência, pois suas indicações, mesmo as que acabaram não sendo incorporadas no trabalho final, por falta de tempo, certamente eram contribuições valiosas que agregariam muito a este estudo.

Não tenho palavras – algo raro – para fazer jus, em gratidão, aos esforços, paciência, incentivo e parceria de Mariana Nakashima. Nesse longo processo, não apenas suportou a melhor e a pior versão de mim, como sempre me ajudou a colocar de volta em perspectiva o que era importante. Não é possível contar a história desse doutoramento sem suas contribuições, inclusive para os textos finais, embora tenha ainda em maior estima a imensidão de generosidade que oferece para nossa vida. Agradeço e continuarei agradecendo, sempre. Amo você.

À minha família, agradeço o apoio e acolhimento incondicionais, bem como todas as condições que me ofertaram para que prosseguisse nessa trajetória acadêmica. Não tenho certeza dos passos seguintes, mas tenho certeza inabalável da importância da participação de vocês no que veio até aqui. Além de minha mãe e meu pai, um agradecimento especial ao meu irmão, Alessandro e minha tia, Jane.

Ainda falando de família, gostaria de agradecer, mas mais que isso, enaltecer meus irmãos de IE, Daniel e Leonel, que dia após dia colocavam-se novamente nas trincheiras, num ato valeroso de amor e fraternidade. Procuramos como pudemos contribuir para a universidade pública de qualidade e para um ensino mais humano de economia. Dentro do conjunto de fracassos que entre nós colecionamos, que encontremos a paz de não nos termos

furtado e de ter arcado com todas as consequências de nossas ações, por vezes até mais, como pessoas dignas. Algo, nos dias de hoje, possivelmente revolucionário.

Aos demais membros de nossa família ampliada, minha gratidão pelas risadas, lágrimas, músicas, comidas, bebidas, suporte, sabedoria e irreverência. Luiz, Natália, Mário, Mari Traldi, Camila, Alessandra, Kelly e Cesar (e seus pequenos). Menção precisa ser feita à generosidade sem limites dos Chinelato Sacramento que, não apenas adotaram a mim e Mariana – proporcionando momentos dos mais belos que já vivemos –, como foram inabaláveis apoiadores e incentivadores para a conclusão dessa tese. Minha gratidão será professada em ações e tempo ao redor de uma mesa!

Não há, ainda falando de família, como não destacar as contribuições inestimáveis da Leka que, arcando com o fardo do pioneirismo, precisou por várias vezes prestar socorro a este então doutorando, desesperado. Muito obrigado por se dispor a dar auxílio! Não é exagero dizer que muito do esforço dessa tese teria sido em vão sem seus apontamentos.

Agradeço também toda a disposição, oportunidades e parceria dos colegas de Risco, André, Ramiro, Kiyoto e Marina. Incentivaram e deram suporte para que concluísse essa jornada, concedendo, inclusive, algo extremamente escasso e valioso: tempo. Muito obrigado e que isso ajude a nos lançar em novas aventuras.

Um agradecimento especial aos colegas que participaram comigo do convênio do IPEA com a Prefeitura de São Paulo, sejam eles pesquisadores ou da então SMDU. Esse período foi importante para o conteúdo da tese, mas mais ainda por conhecer pessoas sensacionais. Agradeço o incentivo principalmente do Pedro, Patrícia, Lígia e Anna.

Aos professores membros da banca, Eduardo Nobre, Luciana Royer, Kazuo Nakano e Humberto Miranda, não posso me furtar de agradecer sua generosidade. Não apenas pela disposição em tão curto tempo em participar desse processo, como pelas suas considerações.

Aproveito ainda para agradecer aos professores Wilson Cano e Carlos Brandão, meus orientadores, pelas lições. Um agradecimento especial ao amigo, prof. Fernando Macedo, pela parceria que me introduziria à docência e permitiria aprendizado fundamental em sala de aula.

Resumo

Este estudo busca oferecer elementos de natureza teórica e histórica, bem como revisitar visões e sistematizações consagradas na bibliografia, para propor um estudo no tema da apropriação desigual do espaço e a segregação urbanas.

A análise é centrada na segregação em São Paulo e se preocupa, particularmente, em verificar se a alteração na conjuntura econômica e social atestada pela melhora de diversos indicadores nos anos 2000 trouxe reversão no padrão de segregação apresentado pelo urbanista Flávio Villaça no seu clássico trabalho *O espaço intra-urbano no Brasil*.

A tese explorada é a de que, tomada a trajetória que procuramos organizar nesse trabalho, em especial para os padrões de desigualdade e exclusão em São Paulo, essa tendência se mostra notadamente insensível à recuperação experimentada na primeira década do século XXI.

Abstract

This study aims to offer key theoretical and historical elements in order to propose a comprehensive outlook on the theme of unequal appropriation of space and urban segregation, while revisiting established and pivotal ideas and methodologies.

This analysis is centered on urban segregation in São Paulo, with a more particular focus on determining whether the changed social and economic conjuncture shown by the improvement of several indicators in the first decade of the 21st century has inverted the segregation pattern proposed by Flávio Villaça in his influential "Intra-urban space in Brazil" [2001].

The thesis proponed herein argues that, notably for the inequality and exclusion patterns in São Paulo, this theoretical tendency for reversion is utterly callous to the economic recovery experienced within our timeframe.

Sumário

Introdução	9
Parte I – Considerações sobre o modo de produção mercantil-capitalista, a cidade e a urbanização brasileira	15
Capítulo 1 – A construção social da cidade mercantil-capitalista.....	16
1.1 Ciência no capitalismo: limites do pensamento tipicamente burguês	18
1.2 A dinâmica de acumulação capitalista	31
1.3 Capitalismo, espaço e cidade.....	43
Capítulo 2 - A industrialização-urbanização brasileira – uma jornada de continuidades	60
2.1 A industrialização e a urbanização entre 1930-1970.....	64
2.2 Industrialização e urbanização 1970-1990	97
2.3 O período 1990-2010: o avanço neoliberal	105
2.4 As contrapartidas no planejamento urbano	109
Parte II - Desigualdade e localização em São Paulo	128
Capítulo 3 – Localização e segregação em São Paulo nos anos 2000 e a contribuição de Villaça .	129
3.1 A localização urbana	133
3.2 A dinâmica da segregação.....	140
3.3 A segregação no espaço paulistano	148
3.4 Segregação e apropriação desigual em São Paulo nos anos 2000.....	159
Considerações Finais.....	222
Referências.....	227
Apêndice	234
Anexo I – Lista de distritos por Região e Quadrante Sudoeste – São Paulo.....	234
Anexo II - Exemplo de Gráfico com e sem destacado do Quadrante Sudoeste	236
Índice de Tabelas, Gráficos, Figuras e Mapas.....	238

Introdução

O início dessa trajetória tem como ponto de partida um incômodo. Trata-se de um estranhamento em relação ao tempo e às condições concretas em que vivemos nesse início de século XXI. As discussões, problemas e ações que tomam conta dos “grandes debates” sobre a reprodução material e as condições de vida da população urbana de maneira geral padecem de limites e horizontes cada vez mais estreitos, como se um “sentido” e um “fim” tivessem sido estipulados para todos nós – mesmo que não tenhamos sido consultados.

Ao mesmo tempo em que uma infinidade de assuntos e temas chega ao nosso conhecimento e conforma a noção percebida daquilo que é “relevante” para nossas condições objetivas de vida, parece que estamos cada vez mais distantes dos centros decisórios e instâncias por onde isso tudo passa, como se fosse algo que não pertencesse ao nosso escopo de possibilidades de atuação.

O “pragmatismo” que toma conta de grande parte da sociedade apresenta duas faces relacionadas entre si. A ideia (erroneamente) disseminada de que “as coisas sempre foram assim” acaba por cristalizar outra – tão errada quanto a primeira, de que “só podem ser assim”. Aqueles que não aceitam essas premissas são considerados desajustados num mundo que, pretensamente, ajusta tudo e a todos.

Essas preocupações são muito bem organizadas e destrinchadas por Mézáros (2002). O “mundo real” nos é mostrado como “eterno”, resultado da “natureza humana”, pensado sempre pela lógica (instrumental) do mecanismo de mercado – colocado como chave essencial para o entendimento do mundo. Isso se manifesta comumente na assunção acrítica de critérios de eficiência e cálculos de custo/benefício aplicados no cotidiano. A chave da inter-relação pessoal transformou-se na maximização individual, particular.

As ações só podem ser direcionadas, nesse mundo onde não se discutem horizontes e perspectivas, no sentido de gestão dos efeitos negativos “acidentais”, mas nunca “sobre sua base causal – o sistema dado de controle metabólico” Mézáros (2002, p. 39). Um exemplo disso é o combate focalizado à pobreza, mas não às causas estruturais da exploração que a gera em primeiro lugar. Essa é a tônica da intervenção sobre as condições de vida concretas das pessoas.

Este trabalho procura oferecer elementos, ainda que parciais – e quem ousaria o contrário? – para uma abordagem crítica dessa realidade. Esses elementos refletem uma trajetória que ora parece longa e, por outras vezes, curta demais, no IE/Unicamp. Dessa maneira, apresenta não apenas o reflexo das leituras realizadas no decorrer do curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, mas uma importante parcela das preocupações acumuladas nesse ínterim. No intuito de se conseguir coordenar e minimamente organizar um eixo analítico que pudesse dar conta de trazer a um mesmo plano considerações de ordem tão diversa, propomos como problema-síntese a temática da segregação e apropriação desigual das cidades. Esse tema consegue condensar eixos e abordagens muito distintos, agregando desenvolvimentos no campo da economia, do urbanismo, da sociologia, entre tantos outros. O enfoque aqui centrado na economia lança mão de esforços desses diversos campos do conhecimento plasmados na economia política, na história econômica, no desenvolvimento socioeconômico, na economia urbana, na geografia econômica, na economia regional e seus campos de interação. Procura assim investigar como se deu a apropriação das localizações urbanas e algumas de suas estruturas pelas diferentes classes sociais em São Paulo entre 2000 e 2010, com particular interesse no processo de segregação que orienta esse seu padrão. São Paulo foi escolhida a despeito de sua característica ímpar: a posição de maior cidade-metrópole do país em termos econômicos e populacionais não serve como parâmetro para a maior parte dos municípios brasileiros. Apresenta, todavia, disponibilidade menos restrita de dados para análise e sem sombra de dúvidas reúne forças sociais com largas possibilidades de atuação no processo de disputa que configura nosso objeto, lançando, de forma incontestável padrões muitas vezes disseminados para outros municípios, especialmente aqueles de maior porte da nossa rede urbana. Ademais, foi ali que se centrou o processo de industrialização-urbanização brasileiro, oferecendo farto material para as ponderações que apresentaremos.

Este estudo busca oferecer elementos basilares de natureza teórica e histórica, bem como revisitar visões e sistematizações consagradas na bibliografia para a abordagem desse tema. Nosso enquadramento das questões certamente não se propõe como definitivo, ou o mais completo, mas como o mais adequado às sensibilidades do autor, sem, no entanto, abrir mão do rigor que devidamente precisa ser reservado à produção acadêmica. Dessa forma, passamos por autores consagrados e frequentemente citados na literatura econômica do tema, como David Harvey (que embora geógrafo de formação, possui extensa obra voltada à crítica da economia política) e Wilson Cano, além de outros, que, apesar de serem referências

incontestes, possuem pouco espaço na bibliografia e abordagens econômicas. É o caso de Rubin, Lukács e Lefebvre, talvez numa demonstração de que a área econômica, no seu avanço sobre algumas temáticas (como a psicologia econômica ou a economia comportamental, por exemplo, com aplicações muito lucrativas), abriu mão de outras discussões inseridas mais pesadamente no campo da filosofia. Outro destaque, nesse sentido, é Flávio Villaça. O urbanista é referência básica para estudos urbanos, principalmente metropolitanos, em outras áreas de conhecimento, mas recebe muito menos crédito do que merece no campo econômico.

Essas diferentes referências foram empenhadas na trajetória analítica que propomos, ainda que se tenha ciência das dificuldades adicionais que a diversidade de abordagens e até mesmo campos teóricos traria para um estudo coeso em suas partes. Se não foi possível passarmos ilesos, acreditamos que os benefícios superaram os malefícios e contribuíram para uma jornada que certamente não se propõe monotônica ou monótona.

A investigação que aqui se propõe sobre a segregação em São Paulo nos anos 2000 se preocupa particularmente em verificar se a alteração no panorama econômico e social atestado pela melhora de diversos indicadores trouxe reversão na tendência de segregação apresentada por Villaça na década anterior. Nossa tese é de que, tomada a trajetória histórica que procuramos organizar nesse trabalho, em especial para os padrões em São Paulo, essa tendência se mostra notadamente insensível à recuperação experimentada na primeira década do século XXI.

Os três capítulos que compõem esta tese foram divididos em duas partes, buscando elementos para dar suporte a essa avaliação. Na primeira, apresentamos referências teóricas e históricas para o entendimento geral da relação entre o conhecimento econômico e o urbano, tomando cuidado de apresentar as questões a partir de uma perspectiva bastante ampla. Procurando dar expressão mais concreta a esses condicionantes e processos gerais, organizamos conteúdos sobre a urbanização brasileira e especialmente paulistana, em que se verifica um nítido padrão de continuidades, entendendo que constituem bases relevantes para a investigação que desenvolvemos na sequência. Na segunda parte, o foco está na questão da desigualdade em São Paulo, buscando na clássica proposição de Villaça fundamentação para as questões sobre a localização urbana e a segregação. Com inspiração nesse trabalho, propomos um estudo sobre os padrões de apropriação desigual e localização de diferentes elementos a ela associados na cidade de São Paulo entre 2000 e 2010.

O primeiro capítulo, “A construção social da cidade mercantil-capitalista”, busca ser, ao mesmo tempo, base, fundamento e um ponto de retorno. Traz elementos teóricos, mas também históricos para a construção de uma visão crítica da economia enquanto ciência e como campo de atuação. Apresenta, dessa forma, em termos sintéticos, uma sistematização que busca reconhecer o papel da luta de classes no conhecimento econômico, na acumulação capitalista, seus desdobramentos e relações com a produção do espaço urbano, a cidade e sua apropriação. Nele, os autores abordados denunciam o papel da ideologia na dinâmica do embate de classes (seja na ciência, no processo produtivo ou na cidade). Nossa principal preocupação, entretanto, é focada em oferecer perspectiva ao conhecimento econômico e muitas de suas práticas e não o de detidamente discutir em profundidade o significado da ideologia e suas concepções.

O segundo capítulo, “A industrialização-urbanização brasileira – uma jornada de continuidades”, oferece subsídios para o entendimento do processo de urbanização ligado à industrialização brasileira, particularmente em São Paulo onde a indústria tomou papel central na trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro. Trata-se de um esforço no sentido de concentrar mediações necessárias (e difíceis) de diversas ordens: das abstrações teóricas para o concreto; dos processos internacionais para os nacionais e sua relação; do regional ao intraurbano; do desenvolvimento econômico para a gestão urbana. Buscou-se integrar considerações econômicas e urbanas a partir, principalmente, das contribuições de Cano, Villaça e Sevcenko e, sempre que possível, articulando com as proposições feitas no capítulo anterior.

Em particular há uma preocupação explícita em se construir uma narrativa da desigualdade urbana no Brasil, com foco na capital paulista, que sediou o processo de industrialização-urbanização no país. Seguindo uma tendência que perpassa todo o trabalho de forma intencional, são reforçadas as continuidades ao longo dessa trajetória, muito mais do que as rupturas, narrando um padrão de reprodução de desigualdades.

É a partir de um olhar específico sobre a economia e sobre o espaço urbano e sua relação que se traça o caminho até as considerações de Villaça em seu clássico trabalho “*O espaço intraurbano no Brasil*”, no terceiro capítulo. Muitos dos autores abordados no capítulo inicial são os trabalhados pelo urbanista e acreditamos serem referências necessárias para que se possa melhor compreender suas proposições. Identificamos nessa obra importantes elementos para uma sistematização (ainda que limitada) das desigualdades socioeconômicas

presentes em São Paulo. Seu conceito de localização urbana e o papel que a segregação desempenha na disputa pelas localizações vantajosas são bons exemplos de como conjugar, a partir de uma visão pautada na luta de classes, considerações de ordem econômica e urbana de forma integrada. Nesse sentido, apresenta a proposição do papel central desempenhado pelas elites na construção de uma cidade desigual – num mesmo movimento conseguem capturar para si vantagens locais (e de forma indissociável, econômicas) e impor ao restante da sociedade o ônus das desvantagens absolutas e relativas, por conta do diferencial de capacidade de atuação dos que possuem maior poderio econômico e, conseqüentemente, político.

Esse capítulo apresenta ainda um estudo sobre os padrões de localização e segregação em São Paulo nos anos 2000. Entendemos que a década registrou diferenças relevantes do conteúdo econômico e social (com aumento do nível de emprego, do nível de atividade, ampliação do crédito e expansão do consumo, por exemplo) e investigamos como isso se traduziu na dinâmica de apropriação desigual dos espaços em metodologia inspirada na empenhada por Villaça. Apresentamos, assim, como se comportaram as tendências de localização dos domicílios de diferentes faixas de renda; como foi a segregação no período; qual o padrão de localização de estabelecimentos e empregos; e qual foi o padrão de distribuição de gastos públicos da prefeitura no território da cidade, investigando se houve ou não continuidade nas principais indicações feitas pelo autor. Procuramos complementar e contrapor nossos resultados com uma proposição alternativa, posicionada abertamente de forma crítica às considerações de Villaça, organizada por Eduardo Marques em “*A metrópole de São Paulo no século XXI*”. Nosso esforço é o de mostrar que embora empreguem metodologias diferentes, empenhadas em conclusões até mesmo opostas às nossas, os estudos ali contidos acabam contribuindo para qualificar nossa tese.

Esse conjunto de capítulos exprime o esforço de se compreender em que bases podemos avaliar o processo de segregação e o padrão de desigualdade que ela reproduz em São Paulo, tentando oferecer elementos de diversas ordens nesse sentido, além de sua avaliação no período entre os Censos disponíveis de 2000 e 2010. É importante salientar que os capítulos não necessariamente findam com o que seria o seu conteúdo principal. Esses estão dispostos no decorrer de cada seção. Optamos, alternativamente, por reunir os pontos principais de cada capítulo nas considerações finais, pensando em reuni-los num mesmo espaço e de forma encadeada. Em geral, ao fim de um capítulo, foi feita a escolha de se dispor conteúdos ligados ao papel do Estado. Não quer dizer que isso seja abordado apenas ali,

entretanto. Adotamos esse proceder lembrando que não apenas o Estado não tem oferecido soluções adequadas para os problemas de que tratamos como, muitas vezes, cumpre justamente o oposto.

**Parte I – Considerações sobre o modo de produção
mercantil-capitalista, a cidade e a urbanização brasileira**

Capítulo 1 – A construção social da cidade mercantil-capitalista

“Por que tal princípio se manifestou justamente no século XI ou XVIII, e não em outro, seremos obrigados a examinar minuciosamente quais eram os homens do século XI e do século XVIII, quais eram suas necessidades respectivas, suas forças produtivas, seu modo de produção, as matérias-primas de sua produção, enfim, quais eram as relações dos homens entre si, que resultavam de todas essas condições de existência. Aprofundar todas essas questões não seria o mesmo que indagar a história real e profana dos homens em cada século, apresentar esses homens como os autores e atores do seu próprio drama? Mas, a partir do momento que os apresentamos como autores e atores de sua própria história, não chegamos, por um atalho, ao verdadeiro ponto de partida, uma vez que abandonamos os princípios eternos dos quais falávamos de início?” Marx, em A Miséria da Filosofia

“A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, mas essas relações estão sempre ligadas a coisas e aparecem como coisas.” Engels, no ensaio A reificação e a consciência do proletariado

“Portanto, aqui estão diante de nossos olhos, projetados separadamente, os grupos, as etnias, as idades e os sexos, as atividades, os trabalhos, as funções, os conhecimentos. Aqui está tudo o que é necessário para criar um mundo, a sociedade urbana ou o ‘urbano’ desenvolvido. Mas esse mundo está ausente, essa sociedade só está diante de nós em estado de virtualidade.” Lefebvre, em O direito à cidade

Em 26 de setembro de 2017 o jornal “*O Estado de São Paulo*” publicou matéria cuja manchete afirmava “*Doria diz que vai executar projeto de revitalização do centro encomendado pelo Secovi*”¹. O prefeito de São Paulo apresentava seu plano para o “Centro Novo”, elencando uma série de medidas: obras, implantação de linhas de transporte com foco em turistas e alteração de legislação urbanística. Segundo sua equipe de gestão, o desafio colocado seria de atração da classe média para cumprir os objetivos do projeto. O plano foi ofertado à prefeitura pelo SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo. Sete meses antes, logo no início da vigência de seu mandato, o prefeito havia visitado a sede da instituição, onde foi recebido pelo seu presidente para uma reunião que, segundo noticiado, bateu recorde de presença, com mais de 560 empresários, diretores e políticos. Em entrevista no local, o prefeito declarou:

A cidade precisa de investimentos para gerar empregos na construção civil, gerar novos negócios e gerar benefícios que garantam a expansão no desenvolvimento urbano da cidade e no desenvolvimento social. Precisamos criar estímulos para que a construção civil volte a ser reativada e empregos serão gerados. Empregos em abundância a cada obra que for ser realizada na cidade².

Tanto o depoimento do prefeito quanto seu plano para renovação do centro da cidade tomam como base uma visão bastante estreita não apenas sobre “a cidade”, suas necessidades e rumos, mas sobre o próprio papel que a economia desempenha e como se desenvolve, num exemplo bastante prático do que mencionamos na introdução deste trabalho. Há inúmeras perguntas que poderiam ser lançadas ao plano mencionado ou à fala do prefeito: Como uma delimitação territorial-administrativa pode precisar de algo? Quem seria “a cidade”? Se ela precisa de investimentos como um todo uno e coeso, por que o plano abrange apenas o centro? Por que a adesão da “classe média” é tão importante para o objetivo de “trazer de volta vida” ao centro? Quem então habita ou se utiliza do centro hoje? Por que “a cidade” precisaria gerar empregos? Ou novos negócios? Seriam esses exemplos dos objetivos de uma cidade? Desenvolvimento urbano ou social são decorrência disso? Apenas para ficar com algumas. Ao longo deste trabalho procuraremos dar elementos para reflexão sobre essas

¹ Diógenes, J. Doria diz que vai executar projeto de revitalização do centro encomendado pelo Secovi. *O Estado de São Paulo*. Sítio de internet, 26 de Setembro de 2017. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-vai-executar-projeto-de-revitalizacao-do-centro-encomendado-pelo-secovi,70002017074>. Acesso em 27/09/2017.

² Dória Jr., J. João Doria conversa com empresários do ramo imobiliário: depoimento. [22/02/2017]. São Paulo: *SP Imóvel*. Entrevista concedida à equipe de jornalismo. Disponível em: <https://spimovel.com.br/noticia/joao-doria-conversa-com-empresarios-do-ramo-imobiliario/2357/> Acesso em 02/08/2017.

questões, em especial na medida em que convergem para o entendimento da segregação e apropriação desigual da cidade pelas diferentes classes sociais. Embora a “revitalização” do centro de São Paulo não seja o foco deste trabalho, o conteúdo mencionado pelas matérias de jornal está fortemente vinculado ao objeto de estudo, especialmente em suas condicionantes teóricas. Nesse sentido, este capítulo elenca uma sequência de conteúdos para colocar em perspectiva e dar subsídios à compreensão dos limites inerentes à concepção da cidade como um negócio, do papel do investimento e do emprego na dinâmica capitalista e de que forma, na verdade, expressam conteúdos eminentemente sociais.

Se aqui vamos lançar mão, em larga medida, de um olhar e preocupações econômicas (no sentido das condições de produção e reprodução da vida material) sobre os processos que condicionam as formas e relações tipicamente urbanas, precisamos, anteriormente, passar pelos próprios limites da lógica e racionalidade econômicas, a fim de superarmos aspectos costumeiramente relevados nessa literatura. Antes de qualquer consideração particular sobre a cidade no modo de produção mercantil-capitalista é preciso, então, discorrer, mesmo que de maneira sucinta, sobre essas “amarras invisíveis” que estreitam os limites de utopias, planejamentos e ações em nosso tempo.

Nos três tópicos que integram este capítulo tentaremos indicar alguns dos problemas metodológicos e teóricos (com implicações muito práticas) das principais concepções sobre a ciência econômica, a economia capitalista e sua relação com a cidade. Essa trajetória ajudará a colocar em perspectiva os conteúdos seguintes deste trabalho.

1.1 Ciência no capitalismo: limites do pensamento tipicamente burguês

O incômodo que dá sentido às preocupações trabalhadas aqui está radicado numa incapacidade crônica de perspectivas em nosso tempo. Enquanto persistem as principais mazelas sociais (fome, miséria, doença, desigualdade de riqueza e renda, entre outras), resquícios não solucionados pelo capitalismo desde seus primórdios³ – produzindo em excesso os aparentes opostos de riqueza e pobreza –, salta aos olhos a quase ausência de alternativas colocadas em pauta pelas autoridades, academia e órgãos da mídia.

³ Resquícios, pois não são produtos exclusivos do capitalismo, antecedem-no, embora sejam produzidas e reproduzidas de maneira distinta no capitalismo, ainda sem solução.

A cada vez mais comum retórica da “alternativa única” se apresenta numa contraposição do “mundo real” (da alternativa única) e do mundo ideal (onde caberiam aspirações qualitativas distintas). Mészáros (2002) inverte esse raciocínio e acusa o “mundo real” de ser o fictício, uma vez que nele não se mede esforços para se negar seus antagonismos e defeitos estruturais – o mundo é aquilo que o sistema global do capital diz que ele é. Por isso, pode chamar de fictício tudo que é alternativa e de real aquilo que é mentira. Nega-se a existência das classes sociais e suas contradições através do uso de agregações que esvaziam o conflito e a alternativa.

Por essa mesma lógica, a exceção viraria a regra: seguindo uma cartilha estrita de posturas e ações proclamadas por organizações internacionais haveria oportunidade para todas as nações se modernizarem e se desenvolverem como ocorreu apenas com os países considerados centrais. O autor se contrapõe a essa lógica, lembrando que a história de imperialismo e lucros extraordinários de exploração do então “terceiro mundo” não pode ser reproduzida pelos países subdesenvolvidos e, mesmo se pudesse, provavelmente não haveria recursos naturais (produtivos ou ambientais) suficientes para sustentar isso⁴.

O filósofo expõe, na sequência que:

O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma de acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes nos coloca diante do *espectro de incontabilidade total*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 59)

Mas, metodologicamente, qual a origem em que se radica esse “fantasma”? Para responder a isso nos apoiaremos nos desenvolvimentos de Lukács (2003)⁵ e Rubin (1980)⁶; ambos possuem um tratamento sobre a questão que subjaz a esse tema, algo dificilmente encontrado nas análises econômicas: a reificação⁷ e o fetichismo da mercadoria.

Rubin afirma que a teoria do fetichismo é, “*per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (RUBIN, 1980, p. 19). Em nota de rodapé, o autor lembra que na primeira edição alemã de *O Capital* a teoria do fetichismo aparece

⁴ Tema sobre o qual concordam, inclusive, Furtado (1974) e Mészáros (2002).

⁵ LUKÁCS, G. (2003). *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁶ RUBIN, I. I. (1980). *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁷ Reificação vem do latim, *res* – que significa “coisa”. Diz respeito a tomar como relação entre coisas ou entre pessoas e coisas aquilo que, em essência, é uma relação social, entre pessoas. Também referida na literatura como coisificação.

integrada ao primeiro capítulo como um só elemento, chamado “Mercadorias”. Entretanto, ela é pouco reconhecida nas análises econômicas, nelas aparecendo apenas como um curioso adendo sociológico.

Fetichismo é definido como a cisão entre essência e aparência de fenômenos – no caso da mercadoria, atribui-se a ela características naturais que não lhe são próprias. Aparentemente intercambiáveis por seu suposto valor intrínseco, entretanto, isso tudo é, em essência, resultado de relações sociais. Assim, movimentos das coisas (entendidas como produtos do trabalho humano), das mercadorias e de seus aspectos de mercado parecem ser essência dos fenômenos econômicos, mas são apenas aparências.

Para Rubin, a teoria do fetiche vai além. Não mostra apenas que as relações humanas são encobertas por relações entre coisas. Revela que “as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem ser expressas senão através de coisas” (RUBIN, 1980, p. 20). Para tentar deixar isso mais claro, precisamos passar por algumas das considerações feitas por esse autor sobre o sistema mercantil-capitalista e a maneira característica pela qual nele os indivíduos se inter-relacionam. Tomando como base uma sociedade atomizada e interconectada de produtores independentes, em que cada indivíduo não consegue suprir por si só todas as suas necessidades materiais, destaca-se o ato da troca de produtos individuais como o momento por excelência de sociabilidade. As interações humanas, dentro do escopo da economia, se dão na infinidade de trocas simultâneas e paralelas, condicionadas pela divisão social do trabalho, pela especialização e pela divisão técnica do trabalho.

Destarte, ao invés da produção individual destinar-se a atender diretamente suas próprias necessidades, ou as necessidades de outra pessoa em particular, volta-se para o abastecimento da coletividade, de indivíduos *a priori* indeterminados, via mercado. A orientação da produção se dá para atender ao mercado através de uma multiplicidade de operações de trocas, que dentro de uma divisão social, acaba por interconectar a todos na medida em que participem de processos de produção e consumo de coisas.

Sob o modo de produção mercantil-capitalista, pautado na propriedade privada dos meios de produção, de acordo com características históricas trabalhadas por Marx, colocam-se frente a frente não apenas possuidores de coisas, de mercadorias, mas, especialmente, aqueles que possuem os instrumentos necessários para a produção e aqueles que, dentro do esquema construído de trocas, possuem apenas sua força de trabalho para colocar à venda. A própria

relação de trabalho, em que o capitalista emprega o trabalhador, é considerada uma relação de troca, e, nesse sentido, a relação fundamental de intercâmbio que permite a produção de mercadorias. As mercadorias (coisas) são, portanto, invólucros de relações sociais de produção entre pessoas.

Pensando apenas dentro do sistema econômico, a atividade produtiva de um indivíduo, nos termos trabalhados por Rubin, só pode influenciar a de outro através de coisas. Na sociedade mercantil, “a independência de uma pessoa em relação às outras vem a combiná-la com um sistema de dependência mútua em relação às coisas” (MARX, 1978, p. 68 *apud* RUBIN, 1980, p. 24). Essa colocação articula a ideia de que a produção não está organizada para suprir necessariamente, em termos gerais, as necessidades de uma pessoa específica, mas a de alguém que cumpra os requisitos de consumidor. Ao mesmo tempo, diante da diversidade de processos produtivos articulados, propõe uma inter-relação entre todos esses agentes aparentemente independentes, mas unidos pelas relações de troca que fazem as mercadorias trocar de mãos. As coisas não só ocultam as relações de produção entre as pessoas como também as organizam, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Ocultam as relações de produção porque só se realizam sob a forma de relações entre as coisas, entendendo coisas como produtos do trabalho.

“A relação de produção entre pessoas determinadas se estabelece no momento em que as coisas são transferidas, e depois dessa transferência a relação é novamente interrompida” (RUBIN, 1980, p. 30). É certo dizer que é “obrigatório” estabelecer essa relação, dada a divisão social do trabalho e a natureza atomizada de agentes independentes desse modo de produção, mas ao mesmo tempo, transforma a relação social de produção em algo meramente utilitarista e extremamente fluído. A relação entre indivíduos se dá de forma momentânea, limitada ao instante da transferência de mercadorias e apenas se dá por conta da troca de coisas. Assim, as relações entre pessoas adquirem a forma de igualação de coisas. Ou seja, como as pessoas se inserem no processo produtivo, de trocas e consumo sempre a partir das coisas que levam ou possuem (como frutos do trabalho ou o próprio trabalho), parece que são as coisas que se igualam, como se tratasse de propriedades próprias das coisas.

A combinação de pessoas e coisas para produzir assume diferentes formas: tribal, feudal, capitalista, entre outras. No feudalismo se produzia, mas a forma de se arranjar os elementos era outra. No Feudalismo, a “relação social de subordinação e dominação entre

servo e senhor precede, e torna possível, a combinação dos elementos de produção”⁸ (RUBIN, 1980, p. 32).

No capitalismo não há esse vínculo político/religioso precedente e estável entre os indivíduos. Há donos de capital, trabalhadores, donos da terra etc. A sociabilidade ou a relação social para a reprodução dessa sociedade depende daquela relação momentânea de compra e venda. É o capitalista que detém os meios para comprar terra e trabalho, como se fossem mercadorias quaisquer. Então, de forma similar à sociedade mercantil, “os vínculos de produção entre as pessoas são estabelecidos *através do movimento das coisas*” (RUBIN, 1980, p. 33). A reificação vem da estreita vinculação entre as pessoas motivada pela “necessidade” (social e historicamente construída)⁹ de movimento das coisas.

As pessoas na sociedade mercantil-capitalista interagem (para propósitos econômicos) enquanto “representantes” dos elementos de produção (coisas) de que são portadoras. São as coisas que “habilitam” as pessoas, através dessas trocas sucessivamente reproduzidas de que falamos, a participarem do processo social de produção. Não importa quem as possua. “Se essa determinada coisa dá a seu proprietário a possibilidade de manter relações de troca com qualquer outro proprietário de mercadorias, então a coisa *parece* possuir a virtude especial de intercambialidade, ela tem ‘valor’” (RUBIN, 1980, p. 34).

Cada relação de produção estabelecida entre indivíduos possui uma “forma social” específica. Além do valor de uso em si da coisa, de acordo com suas propriedades, como bem de consumo ou meio de produção (função técnica) desempenha também a função social de vincular as pessoas. À transação entre tipos específicos de portadores de coisas corresponde um tipo de renda (renda da terra, juro, salário etc).

“Ao invés de relações sociais diretas entre indivíduos que trabalham, as quais se estabelecem numa sociedade com economia organizada, observamos aqui relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas” (RUBIN, 1980, p. 35). Marx chama isso de “a

⁸ Rubin lembra que isso não é privilégio do capitalismo. “as relações sociais de produção entre pessoas são causalmente dependentes das condições materiais de produção e da distribuição dos meios técnicos de produção entre os diferentes grupos sociais, também em outros tipos de economia” (RUBIN, 1980, p. 42). Numa comparação entre feudalismo e capitalismo RUBIN (1980, p. 43) afirma que na sociedade feudal as relações de produção entre *pessoas* são estabelecidas *com base* na distribuição das coisas entre elas e *pelas* coisas, mas não *através* das coisas. As pessoas estão diretamente vinculadas umas às outras, “as relações sociais das pessoas em seus trabalhos revelam-se como relações pessoais suas, sem disfarçar-se de relações sociais entre coisas, entre produtos de um trabalho”. No capitalismo, as relações de produção entre as pessoas, por sua vez, não são apenas estabelecidas *pelas* coisas, mas *através* das coisas. É isso que dá origem à reificação, personificação e ao fetichismo.

⁹ Ver MARX (2006), especificamente capítulo XXIV intitulado *A acumulação primitiva*.

materialização das determinações sociais da produção e a personificação de seus fundamentos materiais” (Id., Ibid., p. 35).

É, ao mesmo tempo, uma relação de causa e consequência, que se “cristaliza” socialmente com a disseminação e aumento da frequência das interações (trocas) que momentaneamente “habilitam” a forma social. Se, como colocado anteriormente, assume uma forma social a interação no processo de troca e apenas nela, são coisas diferentes, então, a troca episódica e a troca recorrente característica do processo mercantil-capitalista. Nesse último caso é que a forma social descrita se cristaliza e as coisas, pela reprodução sistemática da troca, ganham seu *aparente* “valor”. O mesmo vale para o dinheiro, capital e outras formas sociais das coisas.

Por um lado, a forma social das coisas é tratada como resultado das relações de produção entre pessoas. Por outro, essas mesmas relações de produção estabelecem-se entre as pessoas somente na presença das coisas com uma forma social específica. (RUBIN, 1980, p. 36)

Ao mesmo tempo em que as pessoas interagem enquanto “portadoras” de coisas, essas coisas imbuem as pessoas de determinado comportamento. É como se o capitalista “tivesse” que agir de certa maneira, porque é dono do capital. A primeira é a reificação das relações de produção e a segunda, a personificação das coisas.

O impacto da cristalização da forma social carregada à frente, período após período, depende da difusão das práticas e relações de produção na sociedade. Enquanto se mantiver restrita, determinada relação de produção não conseguirá dar às coisas uma forma social que se reproduza. Pode-se dizer de fato que há reificação ou cristalização de uma forma social quando mesmo com a interrupção da relação (mesmo não sendo o momento específico da troca, da interação) ela se verifica e lança suas determinações. Pois assim, são as coisas (perenes, constantes) que aparentam possuir determinada propriedade e não a relação entre as pessoas.

As coisas se transformam no nexos estável e perene que carrega as propriedades das relações entre pessoas, aparentando elas mesmas, as coisas, serem a origem destas propriedades. As coisas, desse modo, passam a influenciar e limitar o comportamento das pessoas. “É como se o caráter social das coisas determinasse o caráter social dos seus proprietários” (RUBIN, 1980, p. 38). “A forma social das coisas só condiciona os vínculos de produção individuais entre pessoas específicas, porque a própria forma social é expressão de vínculos sociais de produção” (Id., Ibid., p. 38). Ou seja, a forma social das coisas *aparece*

como condição pronta e fixada somente porque aparece como resultado congelado, cristalizado, de um processo de produção social dinâmico, em constante fluxo e modificação.

Rubin afirma que desses dois processos, a personificação das coisas é aquele que possui manifestação mais aparente, observável no cotidiano. Está na “superfície da vida econômica”. O entendimento desses dois processos é necessário para entender as relações entre as manifestações superficiais e a essência dos processos. Em outros termos, os nexos externos e internos, aparência e essência, superfície e subterrâneo ou imanente. “É nesta natureza social das categorias materiais que Marx viu seus ‘nexos internos’” (RUBIN, *Ibidem*, p. 40).

A partir disso, Rubin critica aqueles que chama de “economistas vulgares”, pois veem a vida econômica a partir do processo de “personificação das coisas”, sem nunca enxergar aquilo que se mantém fora da superfície, a reificação das relações de produção. Não enxergam o caráter social das categorias materiais, reproduzindo gratuitamente a reificação. “Ignorando este processo interno, social, eles se restringem aos ‘nexos externos’ entre as coisas, embora este nexo apareça na concorrência. Na concorrência, então, tudo aparece às avessas, e parece sempre estar ao contrário” (RUBIN, 1980, p. 40). As relações de produção entre as pessoas parecem depender das coisas e não o contrário.

Para os economistas vulgares as características técnico-materiais se confundem com a forma social cristalizada das coisas. Por isso tratam-nas como se fossem naturalmente proprietárias da forma social. Daí a natureza *sociológica* de dois valores para a mercadoria em Marx: “o valor de uso expressa uma relação natural entre uma coisa e um homem (mas que pode ser socialmente condicionada). Mas o valor de troca representa a existência *social* das coisas” (RUBIN, 1980, p. 41, em nota de rodapé).

Rubin aponta dois erros mais comuns dos economistas vulgares: 1) derivar os fenômenos sociais diretamente dos fenômenos técnicos; 2) conceder fenômenos técnicos a relações sociais (ex.: mais capital é igual a maior produtividade. Capital é relação social, a produtividade advém da técnica contida nos meios de produção).

O autor afirma que os dois erros derivam de uma mesma falha metodológica. Ao invés de considerar os aspectos técnicos e sociais como diferentes aspectos da atividade de trabalho humana, fortemente relacionados, mas ainda assim, distintos, colocam-nos no mesmo nível ou plano científico. Os aspectos técnico-materiais e os sociais são intrinsecamente misturados ao

ponto de não serem discernidos. Tratam elementos de planos diferentes como uma só coisa. Radica-se aí, do ponto de vista econômico, o equívoco apresentado no início do capítulo pelo prefeito de São Paulo ao dizer que “a cidade precisa de investimentos para gerar empregos”. Em primeiro lugar, não é objetivo do investimento gerar empregos. O investimento representa capital que busca valorizar-se, como veremos na próxima seção, mudando de forma no processo. Sequer seria “gerar empregos” uma característica intrínseca a ele. O emprego é, nesse contexto, um meio e não um fim. Representa o trabalho que será comandado no processo produtivo (no caso, da construção civil, para obtenção de lucro). Tampouco podem ser empregos a meta “da cidade”. É necessária uma visão muito particular do que seria “a cidade” para afirmar que ela “*precisa*” de empregos. Essa abstração que personifica a delimitação espacial ou administrativa e atribui a ela uma representatividade una ou integral é um falseamento. A frase, portanto, confunde conteúdos e inverte relações.

Essa dupla essência, essa distinção entre forma material e funcional é fundamental para a superação da visão de mundo que apresentamos no início do capítulo. Representa um passo importante na mediação entre o mundo tal qual ele se apresenta e aquilo que ele tenta ocultar (seus antagonismos). Lukács reforça isso, indo nesse mesmo sentido, ao afirmar que “Como em toda ciência social histórica, no estudo do movimento das categorias econômicas (...) é preciso ter sempre em vista que as categorias exprimem *formas e condições de existência* (...)”¹⁰ (LUKÁCS, 2003, p. 69).

Ao comentar sobre a necessidade de mediações sobre o mundo capitalista, tal qual se apresenta, empiricista e imediatista, ele cita passagem que deixa claro como é importante ir além daquilo que os olhos podem ver e as mãos podem tocar: “um trabalhador numa fábrica de algodão produz apenas algodão? Não, produz capital. Produz valores que servem novamente para comandar seu trabalho, para criar por meio destes novos valores” (LUKÁCS, 2003, p. 362).

Tal qual Rubin, o autor húngaro vê no fetiche e na reificação, características do modo-mercantil capitalista, a origem de um problema que se estende à própria visão de mundo utilizada para tentar entendê-lo:

O caráter fetichista da forma econômica, a reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão do trabalho, que atomiza abstrata e racionalmente o processo de produção, sem se preocupar com as

¹⁰ Lukács coloca em nota de rodapé que isso não se aplica ao estudo da natureza como Engels e Hegel apontam, mas apenas à realidade histórico-social.

possibilidades e capacidades humanas dos produtores imediatos, transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua percepção. Surgem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito etc) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico. Sendo assim, pode parecer particularmente “científico” levar até o fim e elevar ao nível de uma ciência essa tendência já inerente aos próprios fatos. Por outro lado, em oposição a esses fatos e sistemas parciais isolados e isolantes, a dialética, além de insistir na unidade concreta do todo e desmascarar essa ilusão enquanto ilusão, produzida necessariamente pelo capitalismo, atua como uma simples construção. A natureza não-científica desse método aparentemente tão científico reside, portanto, na sua incapacidade de perceber o caráter histórico dos fatos que lhe servem de base e de levá-lo em conta. (LUKÁCS, 2003, p. 72)

De fato, a ciência econômica burguesa “emprestou” das ciências exatas e naturais os seus pilares metodológicos, tratando a relação econômica, eminentemente social e histórica, enquanto relação entre pessoas, como relação entre entes estáticos, naturais, dados, fixos. Ora, nas ciências naturais, os três pontos fundamentais do método são: a) isolamento de fenômenos para estudo sem interferência de outros fenômenos (busca das leis); b) fenômenos reduzidos a sua essência quantitativa; c) (relativa) imutabilidade do objeto. Para Lukács, é assim que os *oportunistas* olham para a história e a economia. Ele adverte, tal qual Marx, que o próprio capitalismo reproduz essa aparência. É sua característica histórica.

O primeiro item elencado é impossível no estudo da sociedade, uma vez que o indivíduo não pode ser isolado da sociedade em que está inserido, seus costumes, gostos, juízos e tradições. O segundo parte de uma objetivação que se apresentará sempre aquém das suas possibilidades: é impossível resumir um ser humano a números, muito menos seus comportamentos. Por fim, a imutabilidade relativa do objeto cai por terra, uma vez que a sociedade é dinâmica e adota-se, para a história, enquanto ciência social, a simultaneidade do ser humano enquanto seu sujeito e objeto.

O caráter reificado da ciência econômica burguesa fica ainda mais claro nessas seguintes passagens:

A quantificação dos objetos e o fato de serem determinados por categorias abstratas de reflexão manifesta-se na vida do trabalhador diretamente como um processo de abstração, que se efetua nele próprio, que o separa de sua força de trabalho, obrigando-o a vendê-la como uma mercadoria que lhe pertence. Ao vender essa sua única mercadoria, e visto que ela é inseparável de sua pessoa física, o trabalhador insere a si mesmo e a ela num processo parcial, produzido mecânica e racionalmente, que ele já descobriu pronto, acabado e funcionando sem ele, e no qual ele é inserido como mero número reduzido a uma

quantidade abstrata, como um instrumento específico mecanizado e racionalizado. (LUKÁCS, 2003, p. 336)

(...) não resta nenhuma dúvida de que a quantificação é uma capa reificante e reificada que se estende sobre a verdadeira essência dos objetos, que só pode ser considerada como forma objetiva da objetivação, na medida em que o sujeito não se interessa pela essência do objeto, com o qual se encontra em relação contemplativa ou (aparentemente) prática. (Id., Ibid., p. 337)

A consequência disso para fins de compreensão dos fenômenos econômicos é que ao invés de se investigar processos históricos¹¹ abre-se margem para a narrativa de uma suposta sucessão “neutra” de fatos. Lukács afirma que os fatos não somente passam por mudanças contínuas, mas

são – precisamente na estrutura de sua objetividade – produtos de uma época histórica determinada: a do capitalismo. Por conseguinte, aquela ‘ciência’ que reconhece como fundamento do valor científico a maneira como os fatos são imediatamente dados, e como ponto de partida da conceitualização científica sua forma de objetividade, coloca-se simples e dogmaticamente no terreno da sociedade capitalista, aceitando sem crítica sua essência, sua estrutura de objeto e suas leis como fundamento imutável da ‘ciência’. (LUKÁCS, 2003, p. 74)

Ou seja, os próprios fatos não possuem uma existência pura e isolada, são dependentes da forma de objetivação utilizada, são passíveis de interpretação. Podem ser vistos de maneiras diferentes quando em condições diferentes. Nas suas próprias palavras, quem adota essa visão empirista

Não vê que a mais simples enumeração de ‘fatos’, a justaposição mais despojada de comentário já é uma ‘interpretação’, que nesse nível os fatos já foram apreendidos a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida no qual se encontravam originalmente e introduzidos no contexto de uma teoria. (LUKÁCS, 2003, p. 71)

Desse modo, o uso de método das ciências naturais para interpretar temas sociais é um instrumento ideológico e lida com categorias aparentemente externas ao homem, trata o conteúdo social como se fosse eterno, dado, acabado. A superação dessa forma reificada de enxergar o mundo e suas consequentes implicações nefastas de (im)possibilidade de nele atuar passam pelo método dialético introduzido por Marx e Engels.

¹¹ Marx, em *A Miséria da Filosofia*, já havia deixado claro que “Os economistas nos explicam como se produz nas relações mencionadas anteriormente, mas o que eles não nos explicam é como essas relações se produzem, isto é, o movimento histórico que as fez nascer” (MARX *apud* LUKÁCS, 2003, p. 105, epígrafe) .

Lukács apresenta o método dialético como um “processo constante da passagem fluida de uma determinação para outra, uma superação permanente dos contrários, (...) passagem de um para dentro do outro, [em] que por consequência, a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca” (LUKÁCS, 2003, p. 67). Nesses termos, aponta como fundamental a relação de unicidade dialética do sujeito e do objeto no processo da história. Segundo ele, “privado dessa determinação, o método dialético deixa de ser um método revolucionário” (Id., Ibid. p. 67).

A dialética materialista implica a necessidade de unidade entre teoria e prática, desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto. Ela é, afinal, um método voltado para a transformação da realidade e pode justamente cumpri-lo por não sucumbir à ilusão social produzida, permitindo enxergar a essência por trás da ilusão. Ou seja, permite ir além das formas imediatas e fetichizadas típicas da ciência burguesa, possibilitando distinguir, na sua unidade dialética, as formas sociais e seus conteúdos técnico-materiais correspondentes.

Justamente por essa capacidade de distinção se torna possível, através desse método, captar uma noção, um sentido de totalidade, um significado e uma coesão que derrubam as ilusões estáticas e paralisantes da economia reificada. Cumpre-o denunciando o caráter eminentemente antagônico, organizado em classes, entre o capitalista e o trabalhador, retirando-lhes a pretensa neutralidade com que interagem enquanto meros compradores e vendedores, possuidores de mercadorias.

A única perspectiva cabível, segundo Lukács, para o uso do método do materialismo dialético é a consciência e a ação da *classe*. Tomá-lo sob a perspectiva do indivíduo isolado lhe retira sua capacidade de fundir teoria e práxis. É preciso notar, entretanto, que isso não significa que essa consciência de classe seja inata ao proletariado. Não o é. Muito menos para o indivíduo isolado. A ação do proletariado na história depende da criação objetiva dessa classe com o capitalismo e de sua ação nele, como tomada de conhecimento da totalidade e do seu papel dentro dela.

Mesmo dentro do marxismo há descaminhos, descaracterizações do método dialético. No que Lukács chama de marxismo vulgar, o predomínio da totalidade sobre as partes foi abalado, “o todo passou a ser eliminado da investigação como não-científico ou reduzido a uma simples ‘ideia’ ou a uma ‘soma’ das partes, a relação reflexiva das partes isoladas apareceu como uma lei intemporal de toda a sociedade humana” (LUKÁCS, 2003, p. 78). O

risco advindo disso é a perda do antagonismo econômico objetivo expresso na luta de classes, convertendo-o num conflito entre indivíduo e sociedade. Perde, destarte, os laços que unem o indivíduo à classe e ao modo capitalista que orienta a sociedade. Torna o capitalismo irrelevante, pois as partes *parecem* ter autonomia, sentido próprio.

Outro trunfo do método dialético em relação à ciência burguesa seria o reconhecimento da dinâmica social e seu caráter transitório, em contraposição às análises de estática comparativa e categorias imutáveis. As categorias se transformam na sua relação entre si, sendo ressignificadas dentro e de acordo com a totalidade¹².

Tal relação torna-se a determinação que condiciona a *forma de objetividade* de todo objeto; toda mudança essencial e importante para o conhecimento se manifesta como mudança da relação com o todo e, *por isso mesmo*, como mudança da própria forma de objetividade. (...) Essa mudança contínua das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais em sua ação recíproca, dialética e contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade *determinada* na qual ele funciona fazem com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a *realidade como devir social*. É somente nessa perspectiva que as formas fetichistas de objetividade, engendradas necessariamente pela produção capitalista, nos permitem vê-las como meras ilusões, que não são menos ilusórias por serem vistas como necessárias. (LUKÁCS, 2003, p. 85)

Por isso, apresenta que o resultado da teoria econômica fetichizada não é a compreensão da ordem capitalista, senão a sua ideologia. A construção burguesa da teoria econômica retira a historicidade (o caráter passageiro) do capitalismo, mas também sua “essência profunda, como formas de objetividade, como *categorias de relações entre homens*. As formas de objetividade aparecem como coisas e relações entre coisas” (LUKÁCS, 2003, p. 86). O método dialético deve, portanto, romper com a falsa eternidade e reificação das categorias.

A consciência de classe¹³ aparece como passo necessário para a práxis do proletariado, por justamente apresentar-lhe as conexões que se mantêm ocultas, principalmente pela ação da ideologia burguesa, além das dificuldades objetivas colocadas para a realidade do proletariado, o controle que o capital imprime à sua vida.

¹² Reconhece-se que o método dialético não é o único que admite análises de dinâmica ou a transitabilidade do capitalismo.

¹³ “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência.” (LUKÁCS, 2003, p. 94).

Engels, no prefácio de *A Miséria da Filosofia*, faz alusão ao fato de que a burguesia cria uma falsa consciência, reconstrói tudo em elementos e formas que reproduzam sua dominação, sob uma ótica “científica”: “Mas o que é incorreto de um ponto de vista econômico formal pode ser correto do ponto de vista da história universal (...) Por trás da inexatidão econômica formal pode, portanto, ocultar-se um conteúdo econômico muito verdadeiro”(MARX, 1957, p. 561 *apud* LUKÁCS, 2003, p. 178)¹⁴.

Lukács, por sua vez, chama a atenção para os dois perigos mais comuns da consciência reificada: 1) Empirismo grosseiro – em que o homem se torna expectador passivo do movimento das coisas conforme uma lei (como na *Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord¹⁵), o indivíduo fica imerso num universo de leis naturais e ciência burguesa onde não há espaço para a intervenção; 2) Utopismo abstrato – em que surge um poder capaz de dominar a seu bel-prazer, subjetivamente, o movimento das coisas, em si destituído de sentido. E onde entra a ruptura dialética entre partes e totalidade. Trata-se as partes como fim em si, ganham dinâmica e fins próprios, sem remissão à totalidade que lhes dá coerência. Esses dois perigos podem e comumente aparecem juntos, como se vê no trecho que trouxemos no início do capítulo. O investimento do setor de construção civil aparece como solução dada para um problema também pré-estabelecido de falta de empregos. Não se pergunta por que os empregos seriam necessários em primeiro lugar e se eles são um objetivo ou um meio. O sentido está lá, dado na orientação da proliferação dos negócios como desenvolvimento social e urbano. Isso é apresentado como inquestionável.

Apenas com a superação dessas armadilhas epistemológicas do pensamento burguês consegue-se dar sentido e enxergar o significado colocado por trás daquilo que, de imediato, aparece como uma simples operação fortuita de troca. Isso segue ilustrado nessa passagem (brilhante) de Lukács:

Essa metamorfose do trabalho em mercadoria elimina, por um lado, tudo o que é ‘humano’ da existência imediata do proletariado e, por outro, o mesmo desenvolvimento anula em medida crescente tudo o que é ‘natural’, toda relação direta com a natureza partindo das formas sociais, de tal modo que, justamente em sua objetividade distante da humanidade e mesmo inumana, o homem socializado pode revelar-se como seu núcleo. E é nessa objetivação, nessa racionalização e coisificação de todas as formas sociais que aparece

¹⁴ Para a edição utilizada do livro de Lukács, de 2003, as referências aos textos de Marx e Engels foram organizadas de acordo com a edição Karl Marx und Friedrich Engels, Werke, do Instituto de marxismo-leninismo junto ao comitê central do partido socialista unificado da Alemanha, Berlim, 1957.

¹⁵ DEBORD, G. (1997) *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

claramente, pela primeira vez, a estrutura da sociedade constituída a partir das relações dos homens entre si. (LUKÁCS, 2003, p. 354)

As próprias condições impostas sobre o trabalhador são indicadores da sua situação. Ali, mesmo com todo o esforço de ilusão, mentira e negação, entendido como parte de um todo, é possível vê-lo no papel social que cumpre. A forma social se encontra presente a despeito da força com que é negada. Mesmo com toda estrutura reificante e reificada que se apresenta como característica das relações materiais humanas.

A reificação é, portanto, a realidade imediata e necessária para todo homem que vive no capitalismo, e só pode ser superada por um esforço constante e sempre renovado para romper na prática a estrutura reificada da existência, mediante a uma referência concreta às contradições que se manifestam concretamente no desenvolvimento global, e com a conscientização do sentido imanente dessas contradições para a totalidade do desenvolvimento. (LUKÁCS, 2003, p. 391)

Foi preciso traçar esse difícil caminho teórico para que possamos tratar, em seguida, de algumas das características fundamentais do modo mercantil-capitalista de produção, evitando simplificações, sabendo que esse é sempre um perigo de abordagens mais sintéticas.

Para que possamos fazer as considerações necessárias sobre a cidade no capitalismo precisávamos evidenciar, por um lado, o caráter fetichista e reificado das relações capitalistas, e, por outro, a chave teórica para superar suas limitações. A distinção e a relação entre a forma ou função social das coisas da sua contrapartida técnico-material são essenciais para tanto e serão retomadas ao longo desse capítulo.

1.2 A dinâmica de acumulação capitalista

Na seção anterior apresentamos alguns dos elementos necessários para compreender e criticar um determinado modo de se enxergar o mundo e atuar sobre ele: a concepção burguesa de ciência e seu uso para os estudos econômicos. Para tanto, lançamos mão de algumas das características e relações fundamentais do modo de produção capitalista para expor sua(s) lógica(s) interna(s).

Entretanto, não tivemos oportunidade de apresentar, mesmo que esquematicamente, alguns dos pontos fundamentais da dinâmica de produção e reprodução do capital e do

processo de valorização da riqueza sob condições mercantis-capitalistas. Para podermos tentar identificar algumas das formas de interação entre economia e espaço, capitalismo e cidade, faz-se necessário compreender a dinâmica de geração e apropriação de riqueza em nossa sociedade.

Pretendemos, assim, apresentar os elementos característicos fundamentais do processo de produção capitalista em suas diferentes partes componentes, bem como alguns dos seus limites e contradições subjacentes.

Embora já tenhamos passado por algumas das características centrais do modo de produção mercantil capitalista (como a oposição entre capital e trabalho ou o papel das trocas), precisamos destacar seus elementos constitutivos fundamentais de forma a tornar clara a sua dinâmica. O que precisamos destacar aqui são a acumulação e a questão do crescimento econômico que o tornam dinâmico e expansível.

Essa sociedade que possui, de um lado, capitalistas – detentores da propriedade privada dos meios de produção – e, de outro, trabalhadores – possuidores apenas da sua força de trabalho – depende, assim, das trocas (inclusive como meio de socialização) para dar cabo da produção de mercadorias. Ela tem a continuidade da produção e circulação baseada na expansão do valor das mercadorias produzidas. O valor é gerado no processo produtivo¹⁶, através da exploração do trabalho humano (vivo). Segundo Harvey (2005, p. 131), “O termo denota uma condição moral, pela qual se trata o trabalho vivo como ‘fator’ reificado da produção e condição técnica, pela qual é possível que a mão-de-obra gere mais produção do que obtenha através da troca de sua força de trabalho como mercadoria”. Esse processo se dá de maneira absoluta e relativa, sendo que um maior padrão material da vida do trabalhador não é incompatível com aumento da taxa de exploração. Não se trata necessariamente de piorar as condições de vida do trabalhador em geral, mas da capacidade de extrair trabalho não pago incorporado nas mercadorias.

O valor de troca da mercadoria assume fundamental importância no processo de valorização da riqueza e de reprodução do capital, sendo que incrementos do valor de troca da mercadoria produzida são usualmente absorvidos pelo capitalista na forma de lucro.

¹⁶ Já vimos que o valor da mercadoria depende do trabalho contido nela e que a mercadoria apresenta também um valor de uso, de acordo com seus atributos técnico-materiais (socialmente condicionados) e um valor de troca – que é a essência social da forma de objetivação do trabalho no capitalismo, é a manifestação social do processo produtivo e de trocas ao equiparar trabalhos humanos abstratos.

O caso é que – não devido às inalteráveis determinações ontológicas, mas como resultado da divisão social do trabalho historicamente gerada e mutável, que continua prevalecendo sob todas as formas concebíveis do domínio do capital – os indivíduos são mediados entre si e combinados em um todo social *antagonicamente estruturado* por meio do sistema estabelecido de produção e troca. Este sistema é regido pelo imperativo do valor de troca em permanente expansão a que tudo o mais – desde as necessidades mais básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que eles se envolvem – deve estar rigorosamente subordinado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 67)

Esse domínio do valor de troca, que subordina as diversas necessidades humanas e por onde obrigatoriamente passa o lucro do capitalista e a possibilidade de sua reprodução pela persistência dos fluxos de troca, tem como expressão da sua ideologia o mantra tão comum em nosso tempo do “crescer é bom” – sem que se pese as consequências disso. Ademais, essa predominância do valor de troca significa que

o valor de uso correspondente à necessidade só pode adquirir o direito à existência se estiver em conformidade com os imperativos apriorísticos do valor de troca auto-expansivo. Portanto, é duplamente irônico que uma das principais filosofias da época do capital se considere campeã do ‘utilitarismo’, ao mesmo tempo que todo interesse genuíno pela utilidade não-lucrativa é suprimido de maneira impiedosa e substituído pela mercantilização universal dos objetos e, igualmente, das relações humanas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 41)

O processo de produção capitalista produz, por um lado, a mercadoria e a mais-valia, mas produz e reproduz, também, as próprias bases para a sua continuidade, o capitalista em oposição ao assalariado. Ou seja, a relação das partes (os sujeitos e as coisas que eles possuem) com o todo (o processo de acumulação) vai além da manifestação aparente, mas segue (re)produzindo a relação essencial entre pessoas, além (ou ao mesmo tempo) em que produz coisas. A coisa, a mercadoria, dessa forma, deve ser vista no seu aspecto dialético: é coisa (com valor de uso), mas é reprodução da relação de capital entre pessoas. Uma mercadoria, fora do capitalismo, seria também valor de uso e reprodução dessa forma distinta de relação entre pessoas. Sua objetividade dentro da totalidade, no entanto, se altera.

Para que possa valorizar sua riqueza, o capitalista precisa tentar antecipar as condições de troca para tentar auferir ganho. Ou seja, a troca lança determinações de volta ao processo produtivo. As decisões autônomas de produção não dão conta da totalidade do processo de valorização do capital. As escolhas cristalizadas no processo produtivo são “testadas” no âmbito da circulação com as trocas, onde se consegue resposta para: Quanto vendeu? A que

preço? Quanto venderam os concorrentes? A que preço? Por quais motivos? Essas questões são recolocadas no processo produtivo de maneira dinâmica.

Ao mesmo tempo, a troca é determinada pela produção, uma vez que só se pode vender mercadorias produzidas, que refletem o processo produtivo por que passaram. Mas a produção é influenciada pela troca, já que há sempre informações e determinantes novos vindos da troca e da concorrência, elementos que o produtor deve antecipar no processo produtivo. Hoje, cada vez mais, a produção não para, assim como a troca não para. A tentação é tratar esses dois braços como elementos separados, mas constituem uma unidade. “O processo de produção capitalista, considerado em conjunto, representa a unidade do processo de produção e circulação” (MARX, *O Capital*, Livro III, p. 45 *apud* RUBIN, 1980, p. 23).

A síntese desse processo que viemos descrevendo até agora se expressa da melhor maneira como “[D-M-D’]”, tal qual apresentado por Marx. Essa expressão reúne, por um lado, o caráter expansivo contínuo do sistema capitalista, em que uma quantia determinada de dinheiro (D) valoriza-se incessantemente para tornar-se mais dinheiro (D’). Ao mesmo tempo, denota os diferentes “estágios” ou “formas de existência” que o capital assume dentro desse processo. O capital se transforma em mercadoria (M), através da compra de instrumentos (meios de produção) e da contratação de trabalho vivo e, por sua vez, precisa ser reconvertido em dinheiro e retornar às mãos do capitalista através, da troca, na circulação.

Chegamos à conclusão que produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas que juntos constituem membros de uma totalidade, diferenças no seio de uma unidade (...). Uma forma determinada de produção determina, portanto, as formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, bem como *determinadas relações desses diferentes momentos entre si* (...). Há uma ação recíproca entre esses diferentes momentos; é assim em todo conjunto orgânico. (MARX, 1974 *apud* LUKÁCS p. 84)

Marx mostra que a divisão estanque apresentada pelos economistas clássicos dos diferentes estágios e formas do capital é uma ilusão. O processo de produção, por si só, envolve tanto circulação – através das trocas necessárias para obtenção de matérias primas, instrumentos de trabalho, mão de obra – quanto consumo e distribuição. Cada uma dessas formas envolve a outra, estão ligadas como partes componentes dinâmicas do processo geral de produção de riqueza no modo mercantil-capitalista.

Outra questão relevante a ser apresentada em relação à valorização do capital e à produção de excedentes reside na disputa em que estão imersos os capitalistas entre si, uns contra os outros. Não trataremos a questão nos termos detalhados que ela merece, nos

contentamos para os fins desse trabalho em lembrar que a competição intercapitalista imputa condicionantes adicionais a esse processo descrito até aqui, mais especificamente na apropriação da mais-valia. Os capitalistas vão disputar por lucros maiores que, se podem eventualmente vir de excedentes da troca, são mais sistematicamente advindos do próprio processo de produção. Marx, em sua obra, descreve largamente os dispositivos utilizados pelos capitalistas para a ampliação da mais-valia absoluta e relativa, entre os quais, o aumento da jornada de trabalho, redução do custo de vida dos trabalhadores (e conseqüentemente do seu salário), exército industrial de reserva, entre outros. Aqui damos destaque para a introjeção sistemática de tecnologia a partir de excedentes previamente adquiridos, o aumento de eficiência dos instrumentos utilizados na produção (advindos de novas possibilidades técnicas ou organizacionais) que permitem a um trabalhador, num mesmo período de tempo, produzir mais mercadorias do que anteriormente lhe era possível. Isso aumenta o equivalente da parte da produção que permanece nas mãos do capitalista frente a um salário que tende a ser estabelecido próximo ao nível de subsistência do trabalhador.

Lembramos que esse emprego de novas tecnologias a fim de aumentar a eficiência da produção cumpre um papel duplo. Por um lado, dentro da competição intercapitalista, permite ganhos diferenciais de lucros, o abocanhamento de fatias maiores da mais-valia socialmente produzida, fazendo com que alguns capitalistas se saiam melhor que outros, podendo inclusive absorver seus competidores. Os processos de centralização e concentração de capital têm a ver justamente com isso. O outro é que a inovação tecnológica se traduz numa negação do trabalho vivo, potencialmente retirando trabalhadores agora redundantes da linha de produção e jogando-os para o exército industrial de reserva, o que aumenta o contingente de pessoas dispostas a trabalhar por um salário, mesmo que reduzido.

A partir desse ponto faz-se necessário e oportuno, tendo visto os diferentes momentos e componentes envolvidos no processo de valorização crescente do capital, voltarmos-nos para suas principais contradições e antagonismos. O crescimento (ou seja, acumulação) não se dá sem conflito, sem crise, é repleto de contradições internas.

Das barreiras endêmicas ao processo capitalista de produção coloca-se como fundamental a negação à base da acumulação pautada na apropriação de trabalho excedente não pago. Ao incorporar relativamente menos trabalho vivo no processo produtivo em relação ao capital (manifestado na forma de inovações tecnológicas ou organizacionais empregadas na produção), nega-se a própria base da produção de riqueza social, o trabalho humano. A

acumulação se dá então sobre uma base cada vez mais estreita de trabalho vivo. Obviamente, o próprio Marx, além de uma série de autores que seguiram seus passos, apontaram para uma diversidade de processos, subterfúgios e ações que viriam a contrabalancear os efeitos dessa dinâmica contraditória, sem nunca, entretanto, suprimi-la. Desde que o capital encontre condições para cumprir sua obsessão pela valorização, pelo lucro, ele o fará, mesmo com sua inclinação crônica para a crise.

As instabilidades desse sistema não vêm apenas dessa relação antagônica e contraditória entre capital e trabalho no processo produtivo. O processo de produção envolve, como vimos, uma totalidade, unindo dialeticamente diferentes passos ou etapas do processo produtivo, produção, circulação, consumo. Mas cada uma delas pode ser responsável por abalos no processo de acumulação. A falta de qualquer controle social direto sobre a produção e sua vinculação indireta ao consumo, apenas através da circulação e o processo de trocas, numa estrutura altamente diversificada inserida na divisão social do trabalho, conferem ao sistema mercantil-capitalista um aspecto eminentemente especulativo. A produção é feita, no ímpeto da valorização da riqueza privada, sem se saber quanto será efetivamente vendido, se há mercado para aquela determinada quantidade de mercadorias, se a demanda efetiva por elas continuará aumentando ou não etc. Essas considerações características do processo de circulação (e de produção, como vimos) se mostram expressas em diversas possibilidades de crises que se repetem, sendo o crescimento sustentado de forma equilibrada nada além de um acidente dentro da infinidade de contradições presentes.

A crise de realização (não vender tudo o que é produzido), o subconsumo ou superprodução de capital são, basicamente, manifestações diferentes do mesmo tipo de problema pautado no caráter obrigatoriamente expansivo da produção capitalista¹⁷. A crise se manifesta habitualmente pela superacumulação, com excedentes de mercadoria, capital ou trabalho que não podem mais ser absorvidos no processo de acumulação. Isso é o que explica a possibilidade, segundo Marx, de conviverem fenômenos como o desemprego e a “superabundância” de capital, sobrevalorização de capital, fenômenos apenas *aparentemente* contraditórios.

¹⁷ Tomamos o cuidado de enunciar aqui a questão de forma genérica, uma vez que há um extenso debate em torno da procedência e implicações das teses de subconsumo e sobreacumulação. Aqui só propusemos que a raiz das diferentes visões está no caráter expansivo da produção capitalista. Ver Harvey (1982; 2004), por exemplo, e a crítica que promove à tese de subconsumo atribuída a Rosa Luxemburgo. Por outro lado, indicamos Gomes (2016) para uma visão alternativa.

Desse modo, a palavra crise ganha um novo significado dentro do sistema capitalista. De acordo com os preceitos gerais abraçados pelos seus entusiastas, a crise seria simplesmente um bloqueio temporário ao processo de valorização da riqueza, por conta de desajustes em alguma(s) de suas etapas ou estágios, podendo estender-se, de forma mais agravada, a uma diminuição do estoque de riqueza. Salta aos olhos, especialmente quando isso ocorre, a *irracionalidade* desse modo de produção – como vimos no tópico anterior, pretensamente tão racional – mostrando sua incapacidade de unir capital e trabalho, em “excesso”. Os processos econômicos, a despeito de sua unidade dentro de um todo coeso, possuem manifestações espaço-temporais em sucessão e, adicionalmente, justaposição de fenômenos aparentemente separados, em diferentes lugares, ramos de produção, tempo etc. As épocas de crise tornam justamente mais aparente a unidade da economia.

Com efeito, as crises no capitalismo ocorrem com certa frequência, configurando o momento em que as contradições imanentes do capital se manifestam de maneira mais clara. Os períodos de crise são marcados por um ajuste com forte impacto social, como agravamento do desemprego, bancarrotas, fusões e aquisições. As saídas para a crise são diversas, tendo efeitos também diferenciados. Essas crises periódicas acabam por restabelecer as condições necessárias para a retomada do processo de acumulação. Isso pode se dar por desemprego e redução do valor da hora de trabalho remunerado; excedentes que não podem mais ser absorvidos são desvalorizados, como moeda, mercadoria, ou capital; aumento da produtividade da mão de obra pelo uso de equipamentos; expansão da demanda efetiva etc.

Essas crises, entendemos, são endêmicas, não podem ser evitadas, embora possam ter seus parâmetros e manifestações alterados pela ação governamental e determinados agentes econômicos e sociais, procurando restabelecer as condições necessárias para a retomada do processo de acumulação, para que a produção de riqueza seja restabelecida em patamares mais elevados. A sugestão e a preocupação do prefeito de São Paulo que trouxemos, portanto, visam dar suporte ao processo de acumulação, buscando instrumentos para facilitar o encontro entre capitais e trabalho vivo potencial. Algo similar cumpre, especificamente nessa questão, seu plano para o centro da cidade. Trata-se de cumprir um papel auxiliar e dinamizador do processo de acumulação de capital, especificamente para o setor de construção e segmentos imobiliários associados. Isso também pode se dar através de meandros até mesmo brutais, tais quais aqueles utilizados nos primórdios do capitalismo pela acumulação primitiva, pela

permanente espoliação¹⁸ ou ainda pela incorporação de novos lugares e mercados à dinâmica capitalista, tendo como pressuposto, sempre, as privações e concentrações necessárias para tanto, “fundando” a lógica e as condições subjacentes de mercado necessários para sua operação – leia-se, expulsão, pilhagem, roubo, entre outras.

O conhecimento das condições gerais de reprodução da acumulação capitalista descritas até agora nos permite uma primeira aproximação em relação aos processos de natureza espacial e urbana de que trataremos no tópico seguinte de forma mais detalhada. A dinâmica de expansão do processo de acumulação de capital, seja na recuperação de crises ou no seu próprio movimento autoexpansivo, passa por expedientes recorrentes, organizados assim por Harvey (2005), não necessariamente numa ordem específica: a) políticas de longo prazo para aumento do crescimento populacional; b) inovação de produtos, gerando novas demandas ou a organização da demanda e do consumo, organizando e dando volume a mercados específicos; c) expansão geográfica para novas regiões, rumo ao “mercado mundial”; d) Diversificação, com a penetração do capital em novas esferas de atividade; desenvolvimentos da divisão social do trabalho, que fazem novos ramos que antes apareciam integrados à produção aparecer de forma destacada; Façamos comentários rápidos sobre cada um.

O primeiro item tem sua importância na capacidade de garantir quantidades de força de trabalho para serem acessadas no processo produtivo em expansão, ou ainda, como exército industrial de reserva, contendo a ampliação dos salários. Adicionalmente, o crescimento da população se traduz, potencialmente, como ampliação de mercados consumidores necessários para a absorção da produção.

O segundo, ligado à organização de demandas ou aumento do seu volume pode ser traduzido, por exemplo, como sugere o próprio Harvey, na organização do mercado de habitação, com programas governamentais, reativando a atividade econômica através da indústria de construção civil – como no plano de Doria –, impulsionando o mercado de eletrodomésticos, e outros mercados associados à posse ou uso de uma casa ou apartamento. Deve-se considerar ainda os efeitos advindos de inovações técnicas ou da organização e ampliação de serviços específicos:

De fato, o investimento em ciência e tecnologia, e na habituação dos trabalhadores (por meio da educação ou repressão) a ritmos de trabalho mais

¹⁸ Ver Harvey (2004).

intensivos, assim como a novos maquinários, sistemas de transporte e comunicações, sistemas de informação, formas de distribuição etc., podem todos ajudar a fomentar tempos de rotação agregados mais rápidos. (HARVEY, 2005, p. 137)

Esse tempo de rotação mencionado por Harvey refere-se ao tempo levado para que um determinado capital investido na produção retorne às mãos do capitalista, valorizado. Quanto mais acelerado for o tempo de rotação, mais rápido se dá a geração de mais-valia e lucro e a própria acumulação. A redução dos tempos de rotação é importante para a intensificação da atividade econômica, fazendo que, num mesmo período de tempo, tenha-se mais ganhos. Além disso, tempos mais curtos de rotação normalmente envolvem transformações mais rápidas do capital nas suas diferentes formas, tendo que ficar menos tempo “imobilizado” em formas menos solváveis¹⁹.

O terceiro diz respeito diretamente ao caráter geograficamente expansível do sistema capitalista e a conformação de um sistema econômico global. A busca que já descrevemos, por novos horizontes de expansão, se dá, inclusive, pela superação das barreiras geográficas, incorporando novos locais ao sistema de mercado e de produção.

Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidade para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes. No entanto, o resultado final, devo concluir, é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise. (HARVEY, 2005, p. 142)

Daremos aqui atenção especial ao quarto item apontado por Harvey, aproveitando para aprofundá-lo tendo em vista aquilo que foi discutido até aqui ao longo de todo esse capítulo. Vimos, no primeiro tópico, que os desenvolvimentos da divisão social do trabalho estão ligados com um processo que concede aparente autonomia às partes integrantes de um todo coeso. Há relação entre as formas sociais e as características técnico-materiais das categorias econômicas. Determinam-se mutuamente, de forma dialética. O capital, nesse sentido, é uma determinada forma social de relação na produção, entre quem detém os meios de produção e os que trabalham para os primeiros submetidos a uma exploração através da alienação dos frutos do seu trabalho. Há outras formas possíveis do trabalho se dar, por exemplo, numa tribo indígena, em que notadamente o trabalho e a produção são levados a cabo com relações

¹⁹ Nota-se que o dinheiro seria a forma mais fluída do capital por ter sua passagem para outras formas facilitada, enquanto que um capital na forma de equipamentos ou imóveis enfrentam dificuldade maior para transitar entre outras formas.

sociais distintas dessa aqui descrita entre as pessoas. Não se trata de uma relação eterna ou natural do homem.

Sabemos que o capital assume diferentes formas (dinheiro, mercadoria, capital produtivo), capital fixo, circulante, variável, constante, no seu processo de valorização. As diferentes formas sociais e funções que assume estão relacionadas entre si. Por exemplo, se destacamos a função “capital industrial”, vemos que, nela, o capital assume diferentes formas, como a forma dinheiro ou a forma mercadoria.

As funções e formas são dadas pelas relações que se estabelecem entre as pessoas, enquanto portadoras de coisas imbuídas de propriedade pelo ambiente social. Marx distingue o conteúdo técnico do social, apontando que as relações de produção possuem, sempre, ambos os aspectos.

As metamorfoses, ou mudanças de forma do capital, baseiam-se no fato de que o capital produtivo organiza diretamente o processo material de produção. O capital-dinheiro ou o capital-mercadoria estão mais indiretamente relacionados ao processo material de produção, porque representam diretamente o estágio de troca. (...) A reprodução do capital pressupõe a reprodução de suas partes componentes materiais. (RUBIN, 1980, p. 54)

Essas considerações de Rubin são de extrema importância para o entendimento da diversificação e os desenvolvimentos associados à divisão social do trabalho e o processo de acumulação capitalista. Tentemos dar expressão mais prática a essa valiosa ponderação teórica. Sob o signo do capital e sua reprodução há partes que precisam ser contempladas. Há o dono do imóvel, o dono dos recursos financeiros, o consultor, o advogado, a planta produtora, o *marketing*, os serviços de informática, o comércio etc. Com a sofisticação da técnica, especialização contínua e divisão social do trabalho crescente as próprias partes se desenvolvem, tornam-se mais complexas, particulares, *aparentemente* ganhando dinâmicas próprias. É em decorrência disso – defendemos aqui –, que novas formas sociais aparecem assim como novas funções. Podemos tentar destacar o mercado imobiliário e suas especificidades, ou então o comércio varejista ou ainda o mercado financeiro, esses ramos de atividade possuem suas particularidades em seu funcionamento, mas, em última instância, são componentes associados à dinâmica mercantil-capitalista de valorização de riqueza.

As funções sociais podem ter destaque temporário, em si gerar novos horizontes de acumulação sem negar a ordem geral imposta pela relação capital. Pensemos o capitalismo pós-1970. Um determinado “pedaço” do circuito de acumulação de capital ganha relevância,

o circuito financeiro da riqueza. Ele não nega a relação de capital, pelo contrário, reforça-a enquanto componente. As idiosincrasias das partes não negam o todo, estão interconectadas e se reforçam mutuamente. Os desenvolvimentos das funções e formas podem imprimir, outrossim, dinâmica diferente ao processo de acumulação. O caso de derivativos, serve de bom exemplo: seus ganhos não são colocados à parte do sistema, mas usados nele mesmo – possibilitando consumo, empréstimos, comércio, produção, mais finanças²⁰.

O avanço técnico permitiu novas estruturas de comércio, finanças e produção. De certo ponto de vista, *parece* que a típica produção capitalista – marcada pela fábrica, maquinário e operários – perde relevância, pois se abrem diversos horizontes de valorização e enriquecimento. Mas todos, em última instância, esbarram na produção capitalista para sua própria operação. Ou seja, o “leque” de tipos de relação entre pessoas aumenta, mesmo que as determinações maiores continuem as mesmas.

As categorias econômicas (ou formas sociais das coisas) estão certamente relacionadas de maneira estreita ao processo material de produção, mas não podem ser derivadas diretamente deste, mas apenas através de um vínculo indireto: as relações de produção entre as pessoas. (RUBIN, 1980, p. 55)

O aspecto técnico é apenas pressuposto para o social, mas ao mesmo tempo, limitado/condicionado/influenciado por esse último. A técnica não existe por si só. Ela atende a requisitos estabelecidos pelas relações sociais²¹.

[A economia política clássica] quer apenas reduzi-las [as formas sociais] à sua unidade, através da análise, na medida que as toma de início como supostos dados (...) Posteriormente, quando as dadas formas econômico-sociais são finalmente reduzidas a seu conteúdo técnico-material, os economistas clássicos dão sua tarefa por encerrada. Mas é precisamente onde eles interrompem sua análise que Marx começa. Na medida que Marx não estava limitado pelo horizonte da economia capitalista, e que via apenas como uma das formas de economias pretéritas e socialmente possíveis, perguntou por que o conteúdo técnico-material do processo de trabalho assume, num determinado nível de

²⁰ Trata-se de uma questão complicada que envolve a discussão acerca da geração da riqueza fictícia. Defende-se aqui que não há como fugir do fato de que essa riqueza fictícia só se mantém fictícia se não extravasa de alguma maneira pra economia real e fato é que ela não raro o faz. Ela não gera valor por esquemas tradicionais de valorização, mas ela acaba, nos moldes do funcionamento atual, possibilitando “alavancagens” e operações que esbarram sim em relações reais. Todo o intrincado manejo do mercado imobiliário americano evidenciado pela recente crise de 2008 mostra que o “descolamento” desses ativos financeiros fictícios é em larga medida, *aparente*. Isso fica mais claro nos momentos de crise, pois o caráter fictício “atravessa” a barreira para o lado real. Ao mesmo tempo, no período de bonança, os ganhos fictícios servem de lastro para alavancagem de novas operações financeiras, mas também para compras na economia real, com investimentos imobiliários, etc. É nesse sentido que se afirma isso.

²¹ Segundo Rubin, o grande trunfo do método introduzido por Marx é justamente o de não confundir as condições técnico-materiais com as formas sociais. Marx investiga a formação histórica das formas sociais e não toma como dadas as percepções já estabelecidas e naturalizadas da vida social.

desenvolvimento das forças produtivas, uma particular, determinada, forma social? (...) por que o trabalho assume a forma de valor, os meios de produção a forma de capital, os meios de subsistência dos operários a forma de salários, a produtividade aumentada do trabalho a forma de mais-valia incrementada? (RUBIN, 1980, p. 56)

O que queremos deixar claro com essa trajetória teórica, agora mais preocupados em revelar o conteúdo concernente aos aspectos da produção e apropriação do espaço e da cidade, é a sua vinculação existente com o modo mercantil-capitalista de produção. A aproximação das questões espaciais e urbanas pode e deve ser feita, também, pelo aspecto econômico na medida em que suas próprias estruturas e fenômenos estão sujeitas aos desenvolvimentos da divisão social do trabalho impulsionada pelo processo de expansão da acumulação capitalista e, ainda, aos desígnios da mercantilização das estruturas, objetos e relações sociais.

Ademais, o estudo da economia urbana exige que se faça a clara distinção de suas funções, formas sociais e técnico-materiais. A cidade usualmente é vítima do mesmo tipo de fetiches e reificações já apresentados, como se ela, por si só, originasse e mantivesse características e determinações de origem tipicamente social, em verdade mantida entre pessoas – conforme mostramos no início deste capítulo. É vítima ainda das expressões reificadas através dos tratamentos matemáticos tão comuns na literatura internacional, buscando equilíbrios entre lugares como se fossem imunes ou inertes às ações humanas e sociais ali abrigadas.

Lukács comenta:

Pois o fato de que em toda categoria econômica se revela uma determinada relação entre os homens num determinado nível de sua evolução social e de que essa relação se torna consciente e conceitual faz com que o movimento da sociedade humana possa, enfim, ser compreendido em suas leis internas e, ao mesmo tempo, como produto dos próprios homens e das forças que surgiram de suas relações e escaparam do seu controle. (LUKÁCS, 2003, p. 88)

Seria fácil, a partir disso, passar para uma concepção de urbano, espaço e cidade como palco dessas interações humanas, um tabuleiro onde se desenvolve o capitalismo. Mas é preciso entrar mais a fundo e ver a maneira como o capitalismo molda, conforma e condiciona as formas e funções ligadas ao espaço urbano. A força do método dialético está, por um lado, na totalidade que dá significado às partes e, por outro, na capacidade de adentrar, aprofundar nas especificidades sem nunca perder a noção do todo, o significado, a função.

1.3 Capitalismo, espaço e cidade

Para podermos tratar mais detidamente, a partir daqui, dos fenômenos tipicamente espaciais e urbanos fizemos a escolha por explicitar, em primeiro lugar, a lógica e, em seguida, os expedientes de acumulação tipicamente capitalistas. Se aceitamos, sem prejuízo algum, que as cidades precedem o modo de produção capitalista, não podemos negar que seus condicionantes tratam de alterá-las profundamente. A cidade, mesmo assim, não pode ser vista como mera manifestação física e espacial do capitalismo, ela é mais complexa que isso, reunindo processos e fenômenos diversos, alguns dos quais logram fugir em alguma medida das mais básicas fundamentações e lógicas estritamente econômicas²².

O esforço aqui proposto trata de compreender como a lógica e a acumulação capitalistas alteram o espaço, o ambiente construído e a cidade. Ou seja, buscaremos explicitar os tipos de apropriação de formas que são levadas a cabo no cumprimento das funções por onde passa a valorização do capital. Ou ainda, quais as apropriações que a lógica mercantil-capitalista estabelece sobre as estruturas espaciais e urbanas. Vimos uma expressão bastante concreta dessas questões no trecho noticiado sobre o “Centro Novo” da gestão João Doria, em São Paulo, ao qual retornaremos. O tema se mostra amplamente profícuo, de tal sorte que focaremos aqui em apenas algumas das imposições e transformações centrais, como o papel da industrialização em relação à urbanização; a lógica do valor de troca *versus* o valor de uso; as imposições de espaço e tempo e como se relacionam com a lógica e imperativos de acumulação de capital; a valorização *através* do espaço; o consumo da cidade e a apropriação de suas estruturas.

Olhando para o processo de urbanização europeia, Lefebvre (2001) mostra a relação indissociável entre industrialização²³ e a “sociedade urbana”. Aponta a industrialização como indutora da cidade que vivemos e experimentamos hoje. A industrialização europeia e a consolidação do capitalismo deram a face que o mundo urbano mantém até os dias atuais, tendo profundas implicações nas relações entre humanos, com as ideias, com a técnica e a cultura. Ele enxerga a cidade como uma obra (ou um conjunto delas), um valor de uso que a

²² Isso posto, parece evidente que o esforço aqui está centrado, no entanto, sobre os conteúdos e lógicas econômicos e sua relação com o espaço urbano.

²³ O processo de industrialização europeia, coincidente com a consolidação do modo de produção capitalista, precisa ser visto como uma grande transformação social, econômica e cultural, tendo gestado, ao longo do seu desenvolvimento, não apenas a concepção científica de que tratamos no primeiro tópico, como os elementos necessários para a acumulação capitalista como apresentado no tópico anterior.

partir da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo passa a ser sistematicamente substituído, juntamente com suas relações sociais subjacentes, pela produção de mercadorias, valores de troca. “A cidade se transforma não apenas em razão de ‘processos globais’ relativamente contínuos (...) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações ‘cidade-campo’, nas relações de classe e de propriedade” (Lefebvre, 2001, p. 58).

Historicamente a industrialização é obrigada a romper com as condições mercantis que lhe possibilitaram existir dentro da cidade. As corporações de ofício da idade média, por exemplo, detinham controle inclusive sobre o território e seu uso. Para que pudesse prosperar, a indústria precisava quebrar isso. Ao mesmo tempo, essa indústria nascente se utilizava das aglomerações urbanas, onde encontrava trabalho, mercado, capital etc. As transformações espaciais e urbanas se dão no próprio seio das transformações técnicas e sociais da formação e consolidação da sociedade capitalista.

Esse processo de transformação tem como sua contrapartida e expressão, como sua parte integrante, o processo de urbanização. A cidade vai se tornando algo como “uma coroação” da divisão social do trabalho e suas inter-relações a partir da especialização, da produção para o mercado e da eficiência/produktividade – ninguém, em especial na cidade, é capaz de reproduzir por si só sua existência material, produzindo de forma isolada tudo aquilo que lhe é necessário. A produção em larga escala, típica do capitalismo e da fábrica, procurava os grandes agrupamentos, lugares em que o mercado já havia sido fundado e consolidado²⁴, centros em que a única maneira do trabalhador conseguir seu sustento era através de um trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, o controle sobre a natureza trazido com a industrialização vai transformando as próprias relações com o campo. Com a consolidação do modo capitalista, convém lembrar, promoveu-se larga e intensa expulsão de enormes quantidades de gente do campo que passou de forma crescente a adotar o trabalho “livre”. O filósofo francês lembra que a obra incompleta de Marx não pôde focar nessa questão relevante: o sentido da industrialização contido na urbanização. Estão ligadas, reforçando-se. Não houve sequência nos seus estudos da problemática urbana, tendo ficado essa lacuna a ser superada. Harvey (2005) avalia, entretanto, que o mérito da análise proposta

²⁴ Quando não tratou de fundá-lo, a partir da expropriação e, em associação com o Estado, da formulação de leis que preveniam e doutrinavam a ação para que as estruturas e pessoas pudessem ser absorvidos na produção. Ver Marx (2006), cap. XXIV, e, adicionalmente, Polanyi (2000).

nas obras de Marx está na possibilidade aberta de a ela se integrar possíveis reflexões relativas à geração do valor e à dinâmica da acumulação.

Trabalhando a lógica industrial (e sua primazia do valor de troca) em oposição à cidade (antro do valor de uso), Lefebvre afirma que a indústria promove uma apropriação específica dela, imputando condicionantes específicos das suas taras e vícios. O autor aponta corretamente para um “duplo processo”, uma unidade ambivalente e conflituosa (ou seja, dialética): “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (LEFEBVRE, 2001, p. 16).

Nesse sentido, a industrialização fundou, junto com a urbanização, os mercados, seu consumo, as produções inter-relacionadas aproveitando-se da aglomeração de pessoas tomadas na sua carcaça objetivada²⁵. A cidade passa, progressivamente, a ficar refém dos ditames da ideologia econômica, tal qual vimos, parcelar e reificada. Essa lógica, tomando as relações sociais por coisas e, de maneira associada, as pessoas apenas enquanto portadoras dessas coisas, abre espaço para uma cidade que abriga de maneira crescente consumidores e produtores ao invés de pessoas, no seu sentido mais amplo. Isso explica porque a gestão municipal cita investimentos, empregos, classe média e negócios conforme exemplo apresentado no início do capítulo. A cidade é colocada como algo relativo frente ao aspecto absoluto da acumulação e, como tal, acaba servindo a um propósito. Nesse sentido ainda, evidencia também porque a participação do que se chamou de “classe média” é tão importante para o sucesso dos planos para a “revitalização” do centro paulistano: o que não pode ser apropriado ou empregado para a realização da acumulação é inconveniente, inexistente ou improcedente – tal qual seriam os moradores de baixa renda que atualmente ocupam o “finado” centro.

Harvey também associa a industrialização à forma que assumiu o processo de urbanização originariamente europeu:

A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial da urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão inter-indústrias, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à

²⁵ Mais que isso, promoveu profunda alteração na mediação entre espaço e tempo social. O tempo, seu controle e sua contabilidade rompem com os limites da fábrica, preocupada com a eficiência e a produtividade, e passam a rondar as ruas, dominar o tempo do indivíduo das suas atividades. Ver Thompson, E. P. (1998). *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In E. P. Thompson. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional* (pp. 267-304). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais. (HARVEY, 2005, p. 146)

Os espaços de uso da cidade se tornam cada vez mais espaços de consumo, num processo duplo: lugar de consumo e consumo do lugar, especialmente espaços para turismo, compras, visitas etc.:

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, 2001, p. 14)

Essa abordagem particular das estruturas e formas urbanas é fruto de uma estratégia de classe a partir de ideologia e práticas específicas que negam o “social urbano” através do “econômico industrial”. Esse é o ponto de partida apontado por Lefebvre para um movimento que passa a confundir a cidade e a economia na forma acabada, pronta, reificada em que ela se apresenta. As próprias formas e funções urbanas, forjadas na lógica industrial, mercantil-capitalista, se apresentam de modo não-problematizado, do jeito “que elas são” ou que “elas podem ser”, de maneira análoga ao que mostramos no primeiro tópico deste capítulo. Que fique claro, não estamos tratando aqui da morfologia dos equipamentos urbanos ou suas características técnicas, que permitem um prédio ser desse ou daquele jeito, mas sim das maneiras como são capturadas as necessidades sociais através da lógica econômica, enquanto mercadorias – que, como sabemos, possuem, além de suas características técnicas, formas e funções sociais ligando as pessoas²⁶. O resultado desse movimento, quando olhamos para a ciência urbana, seus centros de decisão e gestão é uma apropriação tecnicista e tecnificada da cidade, de acordo com estratégias de classe fundamentadas no modo mercantil-capitalista.

A análise burguesa do fenômeno da localização, por exemplo, parte de uma “configuração ideal sob um conjunto específico de condições, e apresenta uma análise parcial de equilíbrio estático” (HARVEY, 2005, pp. 54-55), incorporando alguma dinâmica como consideração final da análise. O equilíbrio harmonioso, obsessão da análise convencional burguesa, dá espaço, na análise marxiana, ao conflito e à dinâmica.

Lefebvre, crítico da maneira como a cidade é sequestrada pela lógica econômica e de como essa lógica se revela nas concepções urbanísticas, questiona: “É possível tirar das

²⁶ Reproduzimos aqui citação de Lukács (2003, p. 362) que já apresentamos na p. 9: “um trabalhador numa fábrica de algodão produz apenas algodão? Não, produz capital. Produz valores que servem novamente para comandar seu trabalho, para criar por meio destes novos valores”.

ciências parcelares uma ciência da cidade? Não mais do que uma ciência unitária da sociedade, ou do ‘homem’, ou da realidade humana e social. Por um lado, um conceito sem conteúdo, por outro, um conteúdo ou conteúdos sem conceito” (LEFEBVRE, 2001, p. 44).

As abordagens científicas parcelares, tal qual a economia convencional, imbuem suas próprias preocupações e maneirismos à cidade. O autor ressalta o papel da ideologia nessas tentativas de se conceituar o urbano:

Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta; esta ideologia, que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos carros, da limpeza pública, dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico. Ou coisa pior ainda! (LEFEBVRE, 2001, p. 48)

Essa concepção de cidade ganhou expressão prática notória na reforma urbana de Paris, realizada entre 1853 e 1870 pelo barão Haussmann²⁷. Nela, imprimiram-se os valores do “progresso”, da urbanização “moderna”, tornando a cidade mais eficiente, organizada de acordo com imperativos da acumulação e de controle e repressão social a partir de largas avenidas, quadras regulares, ruas retas, separação dos locais de trabalho daqueles destinados ao lazer, entre outros. A Paris reformada de Haussmann (e que basicamente se mantém nos dias de hoje) era expressão dos valores e ideais burgueses da França e serviu de inspiração para reformas conduzidas em grandes cidades ao redor do mundo ocidental.

A imposição da lógica pautada no valor de troca, no racionalismo parcelar das ciências sobre a “obra” e o valor de uso da cidade, reduz os diferentes aspectos da vida urbana a apenas traços e apropriações fantasmagóricas, representações específicas de questões reais como a mobilidade, a habitação, entre outras. Lefebvre refere-se a isso como “símbolos esvaziados”, numa imagem que lembra e remete à obra de Marx, especificamente ao esvaziamento do valor de uso da mercadoria frente ao valor de troca e o estranhamento que se sucede disso. É a partir disso que ele enxerga uma crise da cidade frente às formas específicas e particulares de apropriação promovidas pelos interesses de acumulação privada.

(...) a crise da cidade se liga não à racionalidade como tal, definível tomando-se por ponto de partida a tradição filosófica; essa crise se liga a formas determinadas da racionalidade: estatal, burocrática, econômica ou antes

²⁷ Ver Harvey, D. (2015) *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo e Benevolo, L. (1993) *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva.

‘economista’, uma vez que o economismo é uma ideologia dotada de um aparelho.²⁸ (LEFEBVRE, 2001, p. 84)

Identifica, então, uma dupla pressão sobre as instituições urbanas e a cidade advinda basicamente do Estado e da empresa capitalista. Apesar das suas particularidades, o autor enxerga um padrão de atuação conjugado, com esforços organizados por ambos. Nesse sentido, corretamente enxerga a conformação da “sociedade civil”, sua organização e suas leis completamente alinhadas às formas burguesas de controle. Aquilo que seria oneroso demais para a empresa, ou difícil para a iniciativa privada individualmente organizar seria deixado a cargo do Estado, para os organismos “públicos”²⁹.

Lefebvre apresenta o caso da moradia como exemplo de subordinação de questões da cidade aos ímpetus do crescimento industrial levados pela empresa e pelo Estado.

Quando emergiram os problemas de conjunto, sob o nome de urbanismo, foram eles subordinados à organização geral da indústria. (...) a cidade se alinha pela empresa industrial; (...) torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos. (LEFEBVRE, 2001, p. 81)

Evidencia aqui a apropriação de problemas de fato, como a moradia, pela lógica de apropriação capitalista que acaba tomando conta da gestão e produção do espaço urbano³⁰. O problema da moradia é tomado, então, como um problema econômico, de mercado. As formas que a moradia assume, sua relação com o restante da cidade, passam a ficar reféns daquilo que melhor cumpre os desígnios de valorização do capital naquele determinado momento histórico e não propriamente a necessidade de morar sob seus aspectos sociais mais amplos³¹.

²⁸ Lefebvre indica aqui que a questão extrapola o campo estrito das ideias. Ele trata de perspectivas muito parciais e formas de objetivação e instrumentalização das preocupações econômicas tomadas enquanto um todo e que encontram formas concretas de sistematização e expressão, levadas a cabo por empresas e Estado de forma organizada. Nesse sentido, critica o sentido específico que as preocupações econômicas tomam, especialmente sobre a cidade.

²⁹ Eis um sentido para o projeto da prefeitura de São Paulo para o “Novo Centro”.

³⁰ Harvey, mais preocupado em entender a acumulação de capital *através* das estruturas espaciais e urbanas, também atesta as preocupações em relação à acumulação capitalista como organizadoras do espaço: “Entretanto, a relevância material é que todos os aspectos da produção e do uso do ambiente construído são levados para dentro da órbita da circulação do capital. Se as coisas não fossem assim, o capital não poderia se estabelecer (com todas as suas contradições) na paisagem física de uma maneira que em geral apoia a acumulação – o ambiente construído que o capital requer para a produção, a troca e o consumo não poderia ser influenciado nos interesses do capital” (HARVEY, 2013, p. 243).

³¹ Podemos incluir nessa preocupação a forma como o autor critica os “conjuntos” e “pavilhões” de Paris, vendo a lógica científica e econômica como responsáveis por sua concepção. Poderíamos citar ainda, pela mesma lógica e num exemplo mais próximo de nossa realidade a construção de conjuntos habitacionais de cunho social em áreas afastadas da cidade, carentes de infraestrutura, mas cujos terrenos são convenientemente avaliados com preços relativamente mais baixos. Há ainda a questão da gentrificação trabalhada por Smith (1996) e o exemplo do projeto de revitalização do centro da gestão Doria na prefeitura de São Paulo,

Isso tem a ver com o processo de valorização e acumulação *através* da cidade. Convém, dessa forma, lembrarmos da discussão de forma/função da mercadoria em Marx. O próprio Lefebvre (2001, p. 60) reforça: “No curso do desenvolvimento, formas transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam”.

No tópico anterior, mostramos que novas formas e funções são criadas no desenvolvimento das forças produtivas, ampliando as possibilidades de acumulação de capital. A divisão social do trabalho, conforme vai se tornando mais complexa, consolida novas partes e frações de capital componentes do circuito de valorização, sendo que as diferentes partes se associam entre si. Apesar de parecerem circuitos destacados, paralelos e concorrentes, estão completamente interligados de acordo com os requisitos sociais (técnicos, burocráticos, tradicionais etc.) da acumulação capitalista. Na cidade, as próprias estruturas que abrigam a produção, o consumo e a troca, se tornam mercadorias transacionáveis. As necessidades advindas do crescimento e da forma de ampliação da cidade se tornam “negócios próprios”, como a água encanada, a energia elétrica, a iluminação pública, o transporte, a própria construção civil e os serviços imobiliários. São atividades destacadas que compõem o quadro urbano, forjado a partir da industrialização e consolidação da lógica, relações e estruturas capitalistas, por onde se estende a relação de capital e por onde se cumpre a acumulação.

Essa composição de diferentes capitais se valorizando através do ambiente construído, por diferentes mecanismos, recebe também o destaque de Harvey. O autor identifica essa associação de diferentes frações de capital se valorizando através do espaço pela aproximação do tratamento da terra como capital fictício, que permite transações e intercâmbios, como outra mercadoria qualquer. Isso traz também a esfera do capital financeiro muito mais próxima do ambiente construído. A taxa de juros e o mercado de crédito desempenham papéis fundamentais unindo as diversas esferas de capital num mesmo denominador.

As necessidades peculiares da circulação do capital nos ambientes construídos têm significado a evolução de um tipo especial de sistema de produção e realização que define novos papéis para os agentes econômicos. Os proprietários de terra recebem renda, os empresários recebem aumentos na renda baseados nas melhorias, os construtores ganham o lucro do empreendimento, os financistas proporcionam capital monetário em troca dos juros, ao mesmo tempo que podem capitalizar qualquer forma de receita acumulada pelo uso do ambiente construído em um capital fictício (preço da propriedade) e o Estado pode usar os impostos (atuais ou antecipados) como suporte para investimentos que o capital não pode ou não vai realizar, mas que

não obstante expande a base para a circulação local do capital. (HARVEY, 2013, p. 389)

Essa amálgama de capitais e agentes atuando sobre o ambiente construído requer uma organização que passa pelo Estado através de regras de zoneamento, os interesses imobiliários de aumento de preços e renovação de lugares, mercado de crédito, empreiteiras, promotores etc.

Adicionamos, destarte, mais um grau de complexidade à análise que propusemos da reificação e da forma social e técnica das mercadorias do primeiro tópico. Vimos que as relações sociais mantidas entre pessoas se manifestam através de coisas específicas, concedendo-lhes aparentemente propriedades como a intercambialidade ou o comando sobre o trabalho, a renda da terra. Sabemos, portanto, que não é uma característica natural do dinheiro render juros, assim como não é um atributo natural dos meios de produção gerar o lucro. A própria cidade, sendo composta por diversos equipamentos tomados enquanto mercadoria e como negócio, passa por processo semelhante. A cidade enquanto um negócio, ou como instrumento para geração de empregos remete justamente a isso.

Harvey aponta que os processos sociais característicos da urbanização não são separados de objetos e formas específicas, artefatos: espaços construídos, formas, recursos de qualidade específica. “A ação social subsequente deve levar em consideração esses artefatos, pois muitos processos sociais (como viajar diariamente para o trabalho) se tornam fisicamente canalizados por esses artefatos” (HARVEY, 2005, p. 170). Além disso, a urbanização está relacionada a formas e arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos específicos. “Isso também concede qualidades objetivadas à ‘cidade’, que talvez dominem as práticas cotidianas, restringindo cursos posteriores de ação” (Idem). Por fim, identifica que para os habitantes da cidade, a consciência é influenciada pela sua experiência e cognição do ambiente construído, com suas leituras simbólicas e aspirações.

Em todos esses aspectos, há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa. É tão insensato negar o papel e o poder das objetivações, da capacidade das coisas que criamos de retornar como formas de dominação, quanto é insensato atribuir, a tais coisas, a capacidade relativa à ação social. (HARVEY, 2005, p. 170)

Essa é uma complicação ao entendimento da cidade e do espaço construído ao passo que também um bom exemplo do método dialético de Marx. Não confunde a forma (ou forma técnica) com seu conteúdo (ou forma social), a aparência com a essência, sendo que ambas são transitórias (lembrando que formas diferentes podem estar associadas ao mesmo

conteúdo), podem mudar de acordo com as ações sociais. O fundamental é não atribuir à forma a qualidade que só o conteúdo pode ter, mesmo que a forma, inegavelmente, contribua ou reforce o intuito e relação expressa pelo conteúdo.

Enquanto tal, o fato dessas formas serem construídas em algum ponto específico da cidade, e não de maneira acidental, possui relevância, em especial se pensarmos em termos da renda auferida sobre esses aparelhos enquanto mercadorias. Casas, pontes, ruas etc., não podem ser movidos livremente no espaço sem ter seu valor destruído para depois reaparecer. Ademais, lembra Harvey, que a utilidade enquanto usufruto, valor de uso, também depende das localizações relativas entre esses bens, sejam eles apropriados por capitalistas ou trabalhadores. Essa questão é basilar para a temática que será desenvolvida de forma mais detida na segunda parte deste trabalho, sobre a segregação e a apropriação desigual da cidade pelas diferentes classes sociais. Mas registramos, novamente, a expressão concreta que essas considerações tomam a partir do projeto para o Centro de São Paulo que trouxemos como síntese das questões trabalhadas neste capítulo. É evidente que as possibilidades de acumulação nos parâmetros já apresentados, característicos da acumulação capitalista, não podem deixar de trazer consigo as contradições e antagonismos patentes da luta de classes. A possibilidade de se estruturar o próprio espaço urbano e seus equipamentos e serviços enquanto negócios coloca frente a frente capitalistas e trabalhadores. Seja na sua produção ou no seu uso e apropriação. Lefebvre é bastante claro em relação a isso:

Atualmente, tornando-se centro de decisão ou antes agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a *exploração* de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção). (LEFEBVRE, 2001, p. 63)

O espaço urbano cumpre, dentro da lógica que lhe assimila – a econômica ou “economista”, como usa o filósofo francês – papéis na concentração de riqueza, reforça a cisão central entre possuidores e despossuídos. Ao assimilar a forma de mercadoria e, por vezes, mesmo de capital, as estruturas urbanas passam a operar dentro dos parâmetros socialmente destrutivos da economia de mercado: o acesso e o uso ficam sujeitos aos critérios censitários. A cidade é de quem pode pagar por ela. Ou, como afirma Harvey (1976, p. 171, *apud* VILLAÇA, 2001, p. 181), “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele”. São prisioneiros justamente pelo papel que cumprem as estruturas urbanas enquanto meios de exploração, capazes de alimentar as cisões sociais pelo seu controle e

apropriação. Isso é essencial para o desenvolvimento da nossa tese. Trataremos de trabalhar esse conteúdo, buscando aplicá-lo em São Paulo no terceiro capítulo.

Citando Marx: “Junto da concentração de grande quantidade de homens e capitais – acelerada em certos pontos –, ocorre a concentração de grande quantidade de capitais nas mãos de poucos” (MARX, 1967, vol. 2: 250, *apud* HARVEY, 2005, p. 52). Há, justamente nesse sentido, uma tendência de se promover a racionalização e a redução de custos/aceleração de tempo de circulação pela aglomeração de pessoas, serviços, mercadorias.

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo (...) Quanto mais desenvolvido o capital (...) mais esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo. (MARX, 1973, p. 539 *apud* HARVEY, 2005, p. 51).

Olhando especificamente para a cidade e a sociedade urbana, Lefebvre parece partilhar do mesmo incômodo que apresentamos no início do capítulo:

Tal como é, preocupada principalmente com arrumar a indústria e organizar a empresa, a sociedade ‘moderna’ surge como sendo pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas. (LEFEBVRE, 2001, p. 80)

O sentido dos processos e estruturas tipicamente urbanos evidenciado até aqui está de acordo com os ditames colocados pelo embate de classes. As forças que procuram controlar a cidade – a empresa e o Estado – não podem ser acessadas e aclamadas para reverter essa situação, produzir o contrário daquilo que têm feito. Seria esperar que cometessem o chamado “suicídio de classe”. A construção da cidade moderna é pautada justamente nos parâmetros que reforçam as relações de classe, de produção e circulação de mercadorias. Ela é fruto da apropriação da cidade e de seus problemas pela lógica da economia burguesa. O Estado, burguês, e a empresa, burguesa, jamais poderão assumir para si a negação disso.

O estado das coisas se mantém, segundo a interpretação de Lefebvre, através de uma ideologia e uma estratégia, pelas quais as classes dominantes, com os privilégios de síntese, logram construir uma “fantasia infernal”, dissolvendo os laços entre ideologia e estratégia, rompendo, na aparência, os nexos entre a totalidade e as partes. Isso cumpre uma função importante nas pressões e na permanência do *status quo* partindo desde a divisão técnica e social do trabalho até a tentativa de, uma vez fragmentado, tentar analisar esse “juntado”

social. Para ele, mesmo que essa segregação (ou “parcelarização”) não seja o objetivo máximo e permanentemente perseguido pelas classes dirigentes, há pressões nesse sentido. Trata-se de algo semelhante ao cenário identificado por Mészáros como o “espectro de incontabilidade total”.

Lefebvre trata, no que consideramos o ponto central do seu argumento em *O direito à cidade*, de uma “análise espectral”, como num espectro de luz separado nas suas diferentes radiações e cores. Seu intuito, ao denunciar a ideologia e estratégia de classe e a segregação como tais, é expor o ataque à cidade e ao próprio ser humano de uma vida fragmentada. Indivíduos fragmentados – por classe, renda, cor, vício, emprego, função – são o ponto de partida e de chegada de uma cidade fragmentada em guetos, condomínios, áreas comerciais, industriais etc. A síntese, dessa forma, aparece como combinatória simples dos elementos “decantados”. Todo esse cenário de espectros e fragmentos é incapaz de existir numa síntese; o que é parcelar não pode ser total e essa noção estanque não dá conta de promover a reunião daquilo que se encontra disperso, o ser humano, suas ideias, suas cidades.

Nesse cenário, a prática social contemporânea apresenta duas faces, segundo esse autor: uma integrativa e a outra segregativa. A primeira integra de acordo com os imperativos da prática de mercado e ideologia de consumo, através de uma “cultura” unitária global; um conjunto semelhante de “valores”; práticas do Estado, especialmente de “consciência nacional”. Integra ao trazer e reunir espaços, estruturas, pessoas, sob o mesmo teto da mercantilização, de cultura de consumo, de ideais e valores burgueses – como o enaltecimento do trabalho –, ou da racionalidade econômica como critério de sociabilidade, do “tempo é dinheiro”. Integra, ainda, como vimos no tópico anterior, pelo caráter geograficamente expansivo do processo de acumulação capitalista, fundando as estruturas e relações de que necessita para tanto.

Harvey, tratando especificamente disso, faz algumas considerações pertinentes para o entendimento da dinâmica de acumulação capitalista e sua relação com o espaço. Lembra que a busca por novos mercados geográficos tende a implicar em maior tempo de rotação do capital, uma vez que há de se considerar os tempos e custos de deslocamento inerentes. Como o processo de circulação leva mais tempo, tende a significar um menor rendimento anual de mais-valia. É por isso que o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações é

fundamental³², pois possibilita o aumento da velocidade de circulação, ampliando a mais-valia auferida num mesmo período de tempo.

A redução dos custos de circulação representados pelo transporte e comunicação tem potencial dinamizador sobre o processo de acumulação, possibilitando reduzir os custos do capitalista. Ao mesmo tempo, os desenvolvimentos dessas áreas, permitindo acesso mais barato e frequente a locais de antes difícil acesso (ou de acesso fácil, mas ainda mais facilitado) possui efeito semelhante, ao permitir a aceleração do ciclo de rotação do capital.

Nas palavras de Marx:

Quanto mais a produção vier a se basear no valor de troca (portanto, na troca), mais importante se tornam as condições físicas da troca – os meios de comunicação e transporte – para os custos de circulação. Por sua natureza, o capital se impulsiona além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca (...) torna-se uma necessidade extraordinária para isso. (MARX, 1973, p. 524, *apud* HARVEY, 2005, p. 50)

Nesse sentido, Harvey aponta que a expansão e a concentração geográficas partilham do mesmo esforço de ampliar as possibilidades da acumulação de capital. A expansão geográfica cumpre-o ao apresentar novas oportunidades de aplicação do capital, que de forma contrária se depararia com os limites impostos pela sobreacumulação, como vimos no tópico anterior. A concentração, por sua vez, por potencialmente aglutinar e agilizar os circuitos por que passa o capital na sua valorização, apresentando contingentes populacionais para serem apreendidos enquanto trabalho ou mercado consumidor; fornecedores de matérias primas e meios de produção; serviços acessórios à produção e de logística; as próprias estruturas urbanas ligadas ao transporte e às comunicações. Identifica nesses dois processos uma dinâmica de “criação/destruição” de lugares. Quando se estabelece uma nova concentração/aglomeração, ao mesmo tempo em que se impulsiona a acumulação se coloca as próprias bases para limitá-la no futuro³³, sendo necessário, por muitas vezes, destruí-la para recriá-la em outro local. Trata-se da estrutura física e imóvel necessária ao processo produtivo.

³² Harvey lembra que Marx destaca, no processo de circulação dois tipos de atividades. Um, trata-se do movimento físico das mercadorias, de um lugar ao outro. O outro consiste em atividades ligadas ao tempo consumido e mediações sociais necessárias (cadeias de atacadistas, varejistas, operações bancárias, seguro, etc). Só o primeiro produz valor, integrando o processo produtivo. O segundo tipo apareceria como custo necessário ao processo de circulação da mercadoria, pago pelo capitalista.

³³ Pelas contradições imanentes do processo de acumulação de capital trabalhados no segundo tópico deste capítulo.

Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à ‘derrubada das barreiras espaciais’ e, no fim, até à ‘anulação do espaço pelo tempo’. (HARVEY, 2005, p. 53)

Em contrapartida e de forma associada a esses ditames de integração, a prática social segrega por renda, cor, gênero, religião, idade etc. Isso tem reflexo na própria gestão da cidade, por exemplo, no zoneamento, ao determinar as possibilidades de uso do solo em cada região da cidade, as atividades, os tipos de construção. Segrega, antes ainda e mais fundamentalmente, através da propriedade privada³⁴, através das posses ou por sua privação, pelo uso desmedido de cercas e muros. Nesse mesmo sentido, cumpre-o na cidade ao dar vazão ao isolamento buscado pelas classes dominantes, pelos condomínios fechados, pelos *shopping centers* e pelas verdadeiras fortalezas em que foram transformados os espaços ocupados pela elite³⁵.

Esse padrão de atuação faz Lefebvre (2001, p. 99) ponderar que “(...) o caráter *democrático* de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as ‘liberdades’ urbanas, para com a realidade urbana, e por conseguinte para com a *segregação*”. Nesse sentido, é preciso tornar evidente as racionalidades da empresa e do Estado, suas ideologias e suas práxis. O filósofo francês considera muito provável que as ações das empresas sejam no sentido da máxima segregação e que exerçam pressão social para tanto ou até tomem decisões em conjunto com os poderes públicos para que possam logrã-lo³⁶. Ele lembra que mesmo a ação do poder público, quando não assume a promoção da

³⁴ Ao nos depararmos com a expressão “propriedade privada”, devemos sempre deixar de lado a conotação de simples “posse de alguém” que lhe é atribuída usualmente e pensar a partir da designação de que se trata de uma posse que priva e, a partir disso, pensar: priva quem? Do que?

³⁵ Lefebvre ilustra dessa maneira: “Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país inteiro de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma (...) eles transcendem a cotidianidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 118).

³⁶ Harvey aponta que as práticas espaciais não se limitam aos critérios econômicos, mas esses são os hegemônicos: “De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. De fato, como muitos estudiosos demonstraram, as práticas espaciais podem adquirir conteúdos burocrático-administrativos, raciais e de gênero (para relacionar apenas um subconjunto de possibilidades importantes). Mas, sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da

segregação permanece na utopia de um humanismo que mais flerta com a demagogia, pois não se propõe de fato a enfrentá-la.

Essa mesma lógica é responsável pelos cada vez mais comuns projetos de reconversão (ou revitalização) dos centros de cidades, como o mencionado no início do capítulo. São processos que logram alinhar diferentes agentes, de natureza pública e privada para valorização de imóveis e localizações que foram desvalorizados e abandonados pelas elites com o passar do tempo e com a expansão da cidade. Comumente, os centros de cidade, que abrigam historicamente a maior ou grande parte dos empregos, dos serviços, dos comércios e, enfim, da circulação de pessoas, passam a ser abandonados pelas elites, que se segregam em subúrbios e condomínios fechados. A mesma lógica que segrega no abandono promovido pelas elites em relação ao centro é aquela que promove seu retorno através dos projetos de revitalização, expulsando – seja à força física ou econômica – os considerados “indesejáveis”³⁷.

Trata-se de uma sociedade urbana que, por conta da racionalidade monótona a que está submetida – a econômica, do capital –, se apresenta coerente e repleta de coerências, mas que esconde, por trás dessa obsessão pela coerência, o conflito e a desigualdade gritantes, segundo Lefebvre. Ela tenta ser e esforça-se demais em parecer coerente e coesa³⁸. De modo similar, a integração é uma obsessão de seu discurso que denota, em verdade, sua cisão. A própria participação, já vimos, coloca-se como uma falácia dada a aparência de imutabilidade que a sociedade organizada pela acumulação de capital e, em decorrência, sua cidade, assumem. Coerência, integração e participação só se dão por e através daquela racionalidade monótona, não conseguem superá-la e, por isso, na tentativa de alcançá-las, faz-se o seu contrário. As “soluções” colocadas dentro do quadro de possibilidades que apresentam o poder público e os agentes econômicos atuam exatamente através da segregação e integração, como exposto, a partir das lógicas parciais. Quando as preocupações de conjunto aparecem estão travestidas e ainda submetidas pelas concepções impostas pelos ditames da acumulação de capital, assim como mostraram a matéria de jornal e o excerto da entrevista do prefeito João Doria.

força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos.” (HARVEY, 2005, p. 169)

³⁷ Para saber mais sobre esses processos, ler as obras de Neil Smith e, no Brasil, as considerações de Villaça em “*O espaço intra-urbano no Brasil*”. Citamos ainda os processos que comumente despontam na mídia sobre as obras relacionadas aos eventos esportivos sediados no Brasil da Copa do Mundo de Futebol, assim como as Olimpíadas. Os casos se reproduzem de Norte a Sul do país com a expulsão de moradores de seus bairros que passarão a cumprir com desígnios “mais nobres” segundo agentes imobiliários e de construção, além das autoridades.

³⁸ Apontamos a “roupagem” científica e quantitativa da ciência burguesa e sua expressão na ciência econômica no primeiro tópico deste capítulo. Trata-se de uma abordagem eminentemente reificada.

Para Lefebvre, a instrumentalização da cidade serve o propósito de uma racionalidade imposta no nível do país ou continente (uma ideologia). Ele identifica a subordinação da cidade à lógica nacional da acumulação privada. Lembremos, o autor observa uma estrutura que ainda reflete a organização econômica do capitalismo do pós-guerra, por isso a ênfase que dá à organização nacional da lógica de acumulação. Como se sabe, a partir de então, as instâncias intermediárias de organização política e econômica passaram por transformações no seu escopo e formas de agir, tendo o Estado assumido um papel de coordenador ou curador do ambiente de negócios, ampliando as áreas e possibilidades de atuação do setor privado. Essa mudança deve ser compreendida no contexto das dificuldades do mundo capitalista a partir da recessão de 1973. Dá-se, de acordo com Harvey, conjuntamente com a desindustrialização dos países centrais, desemprego, austeridade fiscal nos diferentes níveis de governo, neoconservadorismo e apelos mais fortes à racionalidade de mercado e privatização, além da troca de regime fordista para o de acumulação flexível.

Mas assumindo essa alteração na articulações da esfera nacional, como passa a se dar a instrumentalização da cidade e do espaço? Parece que o processo, ao invés de arrefecer se intensifica e a própria dimensão nacional passa a ser, por sua vez, instrumentalizada, agora dentro de uma lógica de produção e valorização colocada em termos globais, ainda pelos interesses privados da acumulação capitalista. De maneira mais clara, a partir dos anos 1970, cada vez mais o capital especula internacionalmente, no seu circuito integrado produtivo-financeiro de valorização, em busca de vantagens em relação a: a) custos e condições de contratação de força de trabalho; b) custos e condições de exploração de meio-ambiente (seja em relação à disponibilidade e preços de matérias primas ou processos intensivos em energia, ou que possuem fortes subprodutos, dejetos etc.); c) arranjo institucional - no sentido das leis, mas também do arranjo macroeconômico, principalmente através da gestão de câmbio, juros e inflação.

Acirra-se, com esse ajuste da lógica nacional uma “guerra de lugares”. As cidades e regiões, segundo as novas cartilhas dos bons negócios, competiriam entre si por investimentos privados – tomados como supostos promotores do progresso social e humano pelos seus entusiastas – na economia mundial. Trata-se de uma contrapartida urbana da organização capitalista em termos globais. Dessa forma, a gestão da cidade fica aprisionada, por vezes tratando a cidade como uma mercadoria que precisa ser vendida e, para tanto, apresenta seus atributos apropriáveis: mercado consumidor, trabalho qualificado ou barato, infraestrutura de transportes e comunicações, incentivos fiscais, matérias primas em abundância ou legislação

ambiental frouxa. Em outros aspectos, dado o caráter quase heroico que ganha o empresário nessa sociedade, a gestão da cidade parece aproximar-se da gestão de uma empresa. Para o sucesso na gestão urbana deve-se pensar de forma estratégica para se sobressair num ambiente competitivo entre cidades, mostrar coesão e união dos cidadãos, num ambiente receptivo. A empresa ganha espaço nessa concepção de cidade, participando, em conjunto com as autoridades públicas de projetos urbanos, ganhando para si o direito de exploração econômica de diversas estruturas e equipamentos, num radical ataque a direitos e serviços de utilidade pública.

Harvey lembra que, por trás de alguns poucos casos de pretenso sucesso do empreendedorismo urbano há condições subjacentes que precisam ser explicitadas. Não há possibilidade de se reproduzir essas experiências em todos os lugares e, mesmo onde foram consideradas “exitosas”, limitaram-se, sempre, às manifestações aparentes de problemas urbanos, como a pobreza localizada ou um baixo dinamismo econômico, sem se debruçar sobre razões e causas principais desses fenômenos. É limitada a possibilidade de se solucionar, no nível das manifestações mais superficiais, os problemas intrínsecos ao modo de produção e sua relação estreita com a urbanização e a cidade. Nesse sentido, são uma falácia pela qual o setor privado, coadunado com a gestão pública, encontra formas de garantir novas frentes de atuação, não raro apresentando como proposta negócios que promovam homogeneização a partir de um padrão que atende aos anseios das parcelas mais ricas (a quem o mercado tem maior sensibilidade)³⁹.

Ademais, é importante denunciar os malefícios advindos das práticas relativas à concorrência e competição interurbanas. Trata-se de uma disputa que, no agregado, não pode dar conta de contemplar todos os diferentes e muitos interesses em jogo. Fora a impossibilidade de se reproduzir os casos de “sucesso” de forma irrestrita, é preciso notar que aquilo que se oferece por parte do Estado ou mesmo por parte dos cidadãos nesse embate de locais pode, seja como subsídios, concessões ou oferendas superam muito as contrapartidas trazidas pelo empreendimento privado. Em verdade, trata-se de um aprofundamento da lógica de apropriação capitalista da cidade criticada por Lefebvre. Mesmo se a manifestação

³⁹ Vem em mente, por exemplo, o caso das pretensas soluções oferecidas pelas chamadas operações urbanas consorciadas. Ver MARICATO, E. e WHITAKER, J. (2002) *Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?* In: OSÓRIO, L. (org.) *Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, p. 215-250.

superficial de algum problema fosse resolvida, essa aparente conquista teria sido feita através dos mesmos processos alienantes e fragmentadores que aprisionam as pessoas e a cidade.

A cidade de hoje, talhada pelos limites do consumismo e sob a batuta das ações da empresa e do Estado – sob o signo do valor de troca, como um espetáculo, um objeto de consumo – reúne ainda, no entanto, virtualmente, enquanto possibilidade, rascunhos e lampejos de outra cidade. Subsiste na cidade de hoje resquícios do que ela poderia ter sido e pode ser. Lefebvre (2001, p. 85) vê tendências conflitantes: por um lado uma tendência de destruição da cidade e do outro de intensificação do urbano e de sua problemática. Apesar de sua apropriação mercantil e mercadológica, resiste e subsiste nela o encontro e a vivência. Quanto mais a cidade se afunda nessa lógica que aprisiona o valor de uso e a obra, mais ela clama pelo seu antídoto, mais fica aparente o caráter perverso que assume a apropriação econômica da cidade, suas limitações e suas falsas soluções para problemas reais, sentidos no cotidiano das pessoas.

Capítulo 2 - A industrialização-urbanização brasileira – uma jornada de continuidades

“A mão obreira. Braços que se erguem e que se abaixam. Cyclopes suarentos. Constructores de cidades que fizeram nosso conforto...” de São Paulo: Sinfonia da Metrópole (filme de 1929)

“Nem mesmo no economicamente mais avançado estado do país pôde-se organizar esse processo. Nem ali, onde as relações econômicas inter-setoriais se manifestam de forma mais avançada, o capitalismo pôde dar conta da heterogeneidade estrutural e da herança social negativa.” Wilson Cano, em Ensaio sobre a crise urbana no Brasil

“As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital – e não a sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde deve procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos.” Lúcio Kowarick, em A espoliação urbana

O intuito deste capítulo, completando a primeira parte deste trabalho, é o de apresentar as mediações necessárias entre os elementos trabalhados anteriormente sobre o capitalismo e a cidade, e o processo de urbanização brasileira, em especial paulista. Entendemos que esse passo seja fundamental para uma melhor compreensão do objeto que tomará conta do restante deste esforço analítico: a análise da segregação e concentração de classes em São Paulo.

As considerações tecidas no capítulo anterior possuem o mérito de apontar processos de ordem geral e reflexões basilares sobre as transformações históricas concernentes à urbanização no capitalismo. Entretanto, ao tomarmos objetos mais específicos, faz-se necessário construir as mediações concretas cabíveis para observarmos *como* aquelas mudanças se processaram. Entendemos a lógica e operacionalidade econômicas e como elas se imbricam com a cidade, com o espaço urbano. Precisamos ver então como isso se deu especificamente no Brasil, notando a unidade dos processos de industrialização e urbanização.

Em que pese serem aplicáveis à realidade brasileira, precisamos deixar claro que muitas das observações feitas no capítulo anterior partem da análise do território estadunidense e, especialmente, europeu. Há diferenças qualitativas substanciais que por essa razão precisam ser destacadas. Por exemplo, a questão temporal, podendo ser desdobrada em duas considerações. Em primeiro lugar, a industrialização – e a urbanização conjugada – do continente europeu se processou num intervalo de tempo muito superior a aquele experimentado pelo Brasil. E, adicionalmente, o próprio período histórico em que se deu colocou condicionantes específicos a como isso ocorreu em nosso país, imprimindo na sua sociedade e economia os pesados fardos do subdesenvolvimento⁴⁰. Assim, aqueles processos que na Europa levaram mais de duas centenas de anos para se desenrolar foram aqui observados em pouco mais de meio século. A intensidade das transformações foi maior em nosso território, no que tange à concentração das transformações no tempo. Nesse sentido, de forma associada, assim pôde sê-lo por valer-se em larga monta dos próprios frutos técnicos da industrialização dos países considerados centrais. Dentro daquilo proposto no capítulo anterior, as transformações no sentido da industrialização e urbanização brasileiras serviram de mercado e estímulo para o prosseguimento da acumulação de excedentes dos países

⁴⁰ Tal qual aponta Furtado em sua vasta obra. O termo diz respeito não a um possível “estágio” de desenvolvimento das forças produtivas do país – por qual todo país passaria –, mas à maneira como foi inserido, num determinado período histórico, nas relações econômicas internacionais, de maneira subordinada aos desígnios dos países de industrialização originária e mais alguns poucos que logo depois lograram industrializar-se. Ver FURTADO (1959; 1974; 2000).

centrais, de suas empresas, de seus capitalistas, num exemplo da vertente geográfica do processo de acumulação de capital, sempre em expansão.

Numa outra diferença digna de nota – mas também associada a isso –, o campo brasileiro não passou por mudanças características verificadas nos países centrais, notadamente pela reforma agrária⁴¹. Passamos de um país marcado pela exportação agropecuária e pelo latifúndio para um país industrializado e capitalista sem tocar nessa importante questão. É preciso, sabemos, ver o campo, a indústria e a cidade de forma relacionada para compreendermos o processo de urbanização. Dessa forma, as próprias cidades brasileiras, como veremos, arcariam com essa dívida social que imprime ainda hoje suas consequências em termos das grandes desigualdades sociais brasileiras. Souza (2016), trabalhando dados do imposto de renda de pessoas físicas, construiu uma longa série histórica, seguindo metodologia similar a aquela empregada pelos estudos de Piketty. Olhando para a parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico do Brasil, a partir desses dados para o período de 1926 a 2013, apresenta como uma de suas principais conclusões que o Brasil se manteve sistematicamente num patamar elevado de concentração de renda, principalmente com o centésimo mais rico da população abocanhando algo entre 20-25% da renda total. Esse patamar era um pouco mais elevado do que o verificado em países centrais, nos anos iniciais de sua análise, mas a série de dados se encerra com o Brasil demonstrando concentração ainda mais acentuada da renda no seu 1% mais rico do que os países centrais, com a desconcentração relativa entre o pós-guerra e o golpe militar sendo rapidamente anulada no início da ditadura. Ele aponta que, enquanto os países centrais experimentaram um período de “grande nivelamento”⁴², o Brasil teria apenas um “mininivelamento”, rapidamente superado pelas reformas dos anos iniciais do governo ditatorial. A principal marca, assim, da nossa desigualdade, medida pela parcela apropriada pelos mais ricos, seria sua resiliência em patamares elevados, ainda que possa ter variado ao longo do extenso período estudado.

Com isso em mente, convém deixar claro que o intuito deste capítulo não é uma reconstituição da história brasileira desde sua colonização, tampouco fazer um minucioso trabalho sobre a fundação da capital paulista. Há vasta e excelente bibliografia sobre esses temas, a citar os trabalhos de Furtado (1959), Caio Prado Jr. (2006), Sérgio Buarque de Hollanda (1987), ou sobre São Paulo. O que apresentamos aqui é nada mais que um resgate

⁴¹ Se não propriamente ditas, diversas foram as iniciativas que permitiram parte da população permanecer no campo. Nos EUA destacamos o Homestead Act de 1862.

⁴² Termo utilizado por Williamson (2015).

dos principais elementos econômicos e sociais das transformações espaciais, notadamente urbanas, no Brasil do século XX, em especial a partir dos anos 1930, quando a vertente industrial passa a comandar de maneira mais sistemática o processo de acumulação de capital no país.

Vamos nos valer para tanto, em especial, dos trabalhos de Cano e de Villaça, buscando integrar uma visão geral dos condicionantes urbanos com outros mais específicos. Em outras palavras, tentaremos apresentar uma associação entre um olhar mais preocupado com os grandes movimentos e transformações, mais geral e “macro” – não necessariamente macroeconômico – e aquele mais detido com o intraurbano. Sempre que possível, buscaremos complementar a visão tipicamente econômica daquilo que ocorreu na nossa trajetória industrializante, com a urbanística. É preciso trazer esses elementos a um lugar comum.

Cano possui o mérito, ao longo de sua obra, de elencar e relacionar diversos elementos fundamentais do processo histórico de urbanização brasileira ao olhar para a industrialização e suas consequências regionais. O principal foco é dado no processo de industrialização, sua relação com o campo e como isso afeta e, ao mesmo tempo, se alimenta das estruturas urbanas. É um processo que mantém uma unidade entre a indústria, o mercado consumidor, os fornecedores de matéria prima, o trabalho etc. Trata de investigar a urbanização a partir dos processos econômicos que apontamos no primeiro capítulo. Essa visão será complementada pelas importantes considerações acerca do planejamento e gestão urbanos e a construção de alguns dos seus principais equipamentos, notadamente a moradia e o transporte. Para tanto entram os estudos de arquitetos e urbanistas da FAU-USP, com especial destaque para Villaça.

Desse modo, o capítulo está organizado de forma a sistematizar as principais transformações da economia brasileira no século XX com foco na sua regionalização e urbanização, dividido em três períodos: a) de 1930 a 1970 – período em que a indústria passa a comandar o processo de acumulação nacional concentrando-se em São Paulo e que se processa com a intensificação da urbanização; b) de 1970 a 1990, quando a indústria nacional passa a se desconcentrar, transitando de um período de forte dinamismo para um período de marcada estagnação; c) dos anos 1990 até os dias atuais, período marcado por baixo dinamismo econômico, ascensão e consolidação dos circuitos financeiros e permanência dos problemas sociais urbanos acumulados pela maneira como se processou nossa

industrialização, sem o devido enfrentamento dos fundamentos do abismo social que nosso país apresenta.

Para cada um dos períodos, tentaremos seguir um roteiro que contemple as transformações técnico-produtivas em curso na sua associação ao contexto econômico vigente em termos de condicionantes estruturais e conjunturais. Abordaremos, ainda, a dimensão regional dessas alterações, ao menos em seus contornos mais gerais. Por fim, trataremos das questões sociais e urbanas envolvidas nesses processos.

Não há necessariamente uma correspondência exata e perfeita de cada um desses períodos entre os movimentos na economia e os do planejamento e gestão urbanos. Entretanto, em linhas gerais, como é de se esperar, é possível traçar paralelos entre o que acontece no cenário econômico nacional e o que ocorre na cidade. É possível examinar a maneira específica de apropriação da metrópole e seus espaços pelas elites conforme se transformam as estruturas produtivas do país.

2.1 A industrialização e a urbanização entre 1930-1970

O período compreendido entre 1930 e 1970 marca uma profunda transformação das estruturas econômicas no país, com rápida e intensa alteração das bases produtivas, saindo de uma economia caracterizada pelo agronegócio exportador e passando a contar com ampla produção industrial. Essa mudança se processa de maneira análoga ao que tratamos no primeiro capítulo, quando abordamos a unidade mantida entre industrialização e urbanização. De fato, veremos que juntamente com o processo de industrialização – tomado nas suas dimensões qualitativa e quantitativa, com o aumento do seu peso no produto econômico gerado, mas também na alteração do perfil de seus segmentos – ocorrem mudanças na agropecuária, nas cidades, no mercado de trabalho, na questão regional. Tudo isso conforma um único cenário multifacetado, com aspectos interligados. A compreensão do cenário urbano brasileiro não pode prescindir dessa conjugação de processos.

O processo de urbanização brasileira do século XX se dá, aponta Cano (2011)⁴³, sobre uma estrutura urbana organizada a partir de estímulos de extroversão, ou seja: tanto no período colonial, como posteriormente, com as preocupações voltadas, num momento, para a extração de produtos pela metrópole portuguesa e, em outro, pela exportação de produtos agrícolas, com destaque para a cana de açúcar, o café, a borracha e produtos tipicamente tropicais. À medida que a indústria passava a comandar o processo de acumulação no país, foram sendo desenvolvidos importantes nexos inter-setoriais e territoriais que se sobrepunham à estrutura herdada dos períodos pretéritos. Cano lembra que a dimensão continental do território brasileiro, com uma grande diversidade de processos de formação regional, acabou adicionando novas dimensões para a heterogeneidade característica de nossa sociedade. Ao longo da história econômica brasileira, diversos foram os destaques e suas formações regionais específicas, com a *plantation* de cana de açúcar típica do Nordeste, a extração de ouro em Minas Gerais, a produção do café no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, em moldes diferentes do café paulista, a borracha amazônica, a policultura camponesa característica do Sul do Brasil⁴⁴. São todos exemplos de diferentes formas de organização da produção, com características sociais, assim como urbanas, distintas. Esse cenário de diversidades recebeu novos condicionantes – com graus adicionais de complexidade – a partir dos estímulos advindos da integração diferenciada dessas regiões no processo de industrialização e a decorrente integração do território nacional.⁴⁵ O prosseguimento do processo de industrialização, assim como a crescente importância com que passaram a contar os segmentos industriais, aproximaram a trajetória brasileira a aquela narrada no primeiro capítulo, colocando em cena as forças sociais típicas do capitalismo, com a contradição entre capital e trabalho ocupando posição central.

Como veremos no decorrer do capítulo, as transformações estruturais da economia brasileira não lograram dar cabo de sua heterogeneidade social. Pelo contrário, a história do desenvolvimento industrial brasileiro é também a história da convivência de extremos, da riqueza e da pobreza, da abundância e da privação. Esses extremos ganharam nova dimensão a partir do potencial técnico produtivo característico da indústria, que, se por um lado transformou estruturas sociais (com o surgimento e consolidação, por exemplo, do operariado urbano), não se colocou necessariamente em antagonismo com as estruturas arcaicas de

⁴³ CANO, W. *Urbanização, crise e revisão de planejamento*. In: (Idem) *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2011, parte II, cap. 4, p. 117-146.

⁴⁴ Para o tema da questão regional ver Cano (1998a; 2007).

⁴⁵ Para uma noção clara das diferentes urbanizações relacionadas à sua base econômica, ver Singer (1998a).

produção e de poder herdados nem das consequências da colonização de exploração, do trabalho escravo, do acesso e da posse da terra. Ao mesmo tempo em que se fundaram novas possibilidades materiais para a produção com a indústria – de forma associada ao capital internacional –, ampliaram-se também as possibilidades de segregação e privação social. O possível embate das forças dominantes arcaicas com as novas forças burguesas não foi levado às últimas consequências, somou-se a uma longa lista de continuísmos que coleciona a história brasileira. Vejamos, então, alguns dos aspectos relevantes da industrialização no país a partir de dimensões selecionadas.

Em primeiro lugar, vale recordar que a industrialização ganhou grande dinamismo a partir das medidas tomadas no bojo da crise de 1929 e o impacto que tiveram sobre a principal atividade econômica do país, o café. Foi em São Paulo que se reuniram as condições mais propícias para o desenvolvimento da indústria, que passaria cada vez mais a se concentrar nesse estado, ao menos até fins da década de 1960⁴⁶. Vale lembrar que, até o início do século XX, o principal parque industrial do país situava-se no Rio de Janeiro, capital federal à época. Era a principal cidade do país, reunindo a sede do governo e seus aparelhos administrativos, comércio diversificado, indústria, especialmente de bens de consumo não-duráveis. Conforme se dinamizaram os elementos tipicamente capitalistas no país, entretanto, o Rio de Janeiro passaria a perder sua importância relativa em termos econômicos nacionais, não obstante o papel dinamizador que ali desempenharam os gastos federais e a sua importante praça comercial e financeira.

Cano (Ibidem) aponta as razões pelas quais São Paulo foi o estado mais beneficiado pela política de industrialização. Já concentrava, mesmo antes de 1930, a maior porção da indústria nacional, bem como uma estrutura econômica dinâmica e diversificada também na agricultura, seja relacionada ao café ou não. Com efeito, esse estado detinha a maior participação na mais dinâmica atividade econômica do país, o café, que ali contava, mesmo antes de abolida a escravidão, com expressivo contingente de mão de obra livre (entre fins de 1870 e meados da década seguinte a maior parte do contingente de mão de obra escrava havia sido substituída). Na interpretação do autor, isso teria sido um fator importante para dar dinamismo ao seu mercado interno, fortalecido ainda pelo mercado constituído pela imigração, especialmente europeia e japonesa, para o estado. Ademais, na primeira década do século XX, São Paulo já ostentava a mais dinâmica agricultura de alimentos e matérias-primas do país. É nesse cenário que Cano afirma ter se conformado um complexo econômico

⁴⁶ Ver Cano (1998a; 2007).

cafeeiro, constituído pelos próprios produtores, mas também por bancos, comerciantes, trabalhadores, produtores de alimentos, setor público, beneficiados pela política econômica. A partir da forte dinâmica do café e setores direta e indiretamente associados, tornaram-se possíveis a ampliação e o extravasamento de parte de seu excedente econômico para o setor urbano e o industrial. O autor mostra como o núcleo produtor de café permitiu diversificação, possibilitando, a partir dele, o desenvolvimento de atividades que em médio prazo ganhariam força própria, tanto no meio rural, como no urbano.

Cano (Ibidem) identifica, anteriormente a 1930, dois saltos quantitativos da indústria paulista (o primeiro entre 1905 e 1913; o segundo na década de 1920) e um salto qualitativo, em decorrência de forte expansão de investimentos e produção nas indústrias consideradas “tradicionais”, de tecidos, vestuário e atividades mais ligadas à base primária, diversificando para segmentos como cimento e alguns bens de produção menos complexos. Em adição ao que já foi comentado sobre a produção industrial em São Paulo, podemos enunciar ainda o papel estruturante que teve o relativo isolamento desse mercado proporcionado pelo cenário mundial, a partir da primeira grande guerra. Nas palavras do autor, a década de 1920

É uma década em que o parque industrial faz enorme esforço de acumulação produtiva - e de grande diversificação da produção de bens leves - gerando, ao final dela acentuado grau de capacidade ociosa. Portanto, 1929 não representa apenas a crise de sobreacumulação cafeeira, mas também industrial. (CANO, 2011, p. 152)

Nesse sentido, reunindo a mais dinâmica agricultura do país, além do principal parque industrial, seria sobre São Paulo que as contingências da crise de 1929 se colocariam com maior intensidade. Analogamente, foi a estrutura produtiva desse estado que mais se beneficiou das políticas para superação da crise, sustentando a agricultura e a indústria no processo de substituição de importações.

A ruptura que se dá a partir de então envolve mais do que a assunção pelo Estado de uma postura intervencionista, abandonando o característico perfil liberal que vinha apresentando. Tampouco podemos restringir as profundas transformações que seguiram curso na sociedade brasileira à sofisticação técnica proporcionada pela industrialização. Cano reforça que se tratou, além disso, de uma alteração do perfil das forças sociais no país e destaca a ampliação da presença da classe trabalhadora urbana – com o operariado, mas também com os profissionais liberais –, da classe média, do segmento militar, além da consolidação do sistema bancário nacional.

São Paulo reuniu, portanto, em que pese a presença marcante das estruturas típicas do subdesenvolvimento, aspectos econômicos que se aproximaram daqueles que apresentamos como característicos da dinâmica capitalista dos países europeus, com mão de obra não-escrava, mercado consumidor dinâmico, produção agrícola diversificada, presença de um parque industrial crescente. Esse conjunto de transformações econômicas, sociais, urbanas, é também uma aproximação – mesmo que parcial – às estruturas sociais capitalistas marcadas pelos seus antagonismos e contradições. Isso não se deu de maneira uniforme pelo território nacional. Para Cano, as razões pelas quais outras regiões não puderam desfrutar em tal medida das políticas industrializantes devem ser investigadas a partir dos próprios processos e estruturas regionais específicos.

O Norte do país, por exemplo, embora tenha contado com um produto dinâmico, a borracha, especialmente entre 1870 e 1912, teve nas relações sociais de produção ali instaladas (as do aviamento), no relativo isolamento e a na própria atividade extrativa de borracha, fatores limitantes para deflagrar as transformações supracitadas. Com grande parte do excedente ficando nas mãos das casas de comércio, muito do consumo local foi abastecido através de importações. A concorrência imposta pelo capital inglês investindo em produção concorrente na Ásia acabou por deprimir o dinamismo dessa atividade que não logrou incitar diversificação produtiva considerável. A urbanização local, não obstante evidenciar o dinamismo da extração da borracha, deu-se similarmente a um enclave, não foi suficiente para ensejar a urbanização desse vasto território.

No Nordeste, Cano aponta a crise do principal produto regional, o açúcar, entre os séculos XVII e XIX, contando com a concorrência do produto das Antilhas e, posteriormente, o Europeu (de beterraba). Não houve ali o mesmo dinamismo proporcionado pela atividade cafeeira. Mesmo o algodão, segundo produto mais importante, sofria com a concorrência dos EUA, produzido em bases econômicas menos precárias. Esse cenário não pode ser dissociado das próprias relações sociais locais, com forte concentração fundiária que contribuiu para a formação de um “excedente social” com poucas oportunidades de sobrevivência. Com isso, parte da população encontrou escape na emigração que conformaria parte da mão de obra urbana, especialmente no Sudeste. O autor ainda lembra que a urbanização dessa região foi relativamente dispersa, não gerando os incentivos característicos da aglomeração de que se beneficia a (grande) indústria.

As estruturas sociais nordestinas contrastam com aquelas evidenciadas no extremo sul do país. Com a exceção da pecuária gaúcha, praticada em grandes propriedades, Cano aponta a pequena e média propriedade camponesas como características dessa região. Tanto a produção agrícola quanto a industrial se deram ali com grau relativamente maior de equidade e equilíbrio, com produção familiar altamente diversificada e desconcentrada. Exatamente por isso, não conseguiu concentrar, salvo algumas exceções, massas de capital para empreendimentos de grande vulto industrial.

O Rio de Janeiro, por sua vez, viu sua cafeicultura entrar em crise a partir de 1882, diferentemente de São Paulo tendo mantido o trabalho escravo em suas lavouras. Para o autor, a crise dessa economia só não tomou dimensões mais drásticas porque ali se instalara o governo central, conformando o principal centro comercial e financeiro do país, contando também com o principal parque industrial nacional até a primeira guerra mundial. Detinha o principal centro urbano do país, com a maior aglomeração de pessoas e concentração de atividades urbanas, perdendo o posto de principal centro econômico brasileiro conforme foi se consolidando a industrialização paulista.

Cano ainda lembra de outros dois estados onde o café esteve presente à época do salto industrial paulista, Espírito Santo e Minas Gerais. Em linhas gerais, o autor lembra que a transição para a lavoura com base no trabalho livre se deu em pequenas propriedades, sendo muito comum o regime de parceria, não dando as condições necessárias para que tivessem espaço as transformações para bases tipicamente capitalistas. Foi característica ali a produção camponesa tradicional de subsistência. Em Minas Gerais, vale a lembrança da urbanização ensejada pela extração do ouro, num primeiro “ensaio” de integração nacional, com as principais regiões mineradoras sendo abastecidas por alguns dos principais produtos regionais do país (como o charque do Sul, por exemplo).

O Centro-Oeste brasileiro ainda era pouco povoado, não tendo muito destaque econômico em termos nacionais no primeiro quartel do século XX.

Temos assim um cenário que possui São Paulo reunindo a maior parte da indústria nacional à época que marca o início da transição de um padrão agroexportador para o industrial, entre 1929-1933. O período que se segue corresponde, simultaneamente, à industrialização (com aumento da produção industrial e sua diversificação para ramos cada vez mais complexos), urbanização e sofisticação da produção agropecuária e dos serviços, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também no restante do território nacional,

mesmo que em menor monta. Vejamos algumas das principais transformações no setor industrial.

Entre 1930 e 1955, tivemos o que ficou conhecido por “industrialização restringida”, assim descrita por Tavares (1975):

Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira se combinam dois fatores contraditórios, que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento. (TAVARES, 1975, p. 118)

Caio Prado Jr. (2006) também destaca esse momento de ruptura, descrevendo o início do processo de industrialização a partir do antagonismo entre forças internas e a inserção subordinada no comércio internacional via exportação de produtos agrícolas que até então comandava a acumulação de capital no país. O relativo isolamento experimentado pelo Brasil foi fundamental, assim como políticas promovidas pelo Estado (não sem suas contradições). A dificuldade instalada de se gerar divisas somadas a dificuldades de importação proporcionaram oportunidades à indústria nacional, colocando, segundo o autor, o Brasil de forma definitiva no modo de vida moderno.

Cano (2007), olhando especificamente para a indústria, aponta que em 1931 já se havia recuperado o nível de atividade apresentado em 1928, antes da crise (que como já apontamos tinha componentes ligados ao café, mas também à indústria). A recuperação se deu de forma relativamente rápida, sendo que segundo dados desse autor a taxa média anual de crescimento do setor entre 1933 e 1939 foi de 11,2% para o país, e 14,0% para a indústria paulista⁴⁷. Assim como Caio Prado Jr., Cano vê no relativo isolamento do nosso parque industrial, mesmo com as dificuldades de importação de maquinário necessário ao investimento produtivo, oportunidades para desenvolver-se. Algumas das demandas internas, obstruídas pelo cenário internacional e pelas dificuldades de importação passariam a ser supridas por alternativas nacionais. Isso se tornou possível graças aos requisitos relativamente menores das indústrias de produção de bens correntes, principal segmento da indústria

⁴⁷ CANO (2007, p.72).

nacional à época, tendo em produtos alimentares e na indústria têxtil seus principais expoentes.

O papel estatal foi central, seja com a política macroeconômica que reproduzia o relativo isolamento, mantendo o câmbio desvalorizado, os instrumentos de incentivo (de importação de máquinas, por exemplo, instrução 70 da SUMOC), ou atuando diretamente, organizando e instalando iniciativas importantes das indústrias pesada e de base que exigem volume muito alto de capital (siderurgia, petroquímica). O que tivemos, então, de acordo com dados apresentados por Cano, foi um crescimento da indústria de transformação a taxas médias anuais de 5,7% entre 1919 e 1939, tendo se ampliado para 7,8% entre 1939 e 1949. Isso correspondeu a um aumento considerável do produto real da indústria, tendo mais que triplicado no primeiro período e mais que duplicado no segundo.

Juntamente com a capacidade de produção alterou-se também o perfil da indústria nacional. Embora a indústria de bens de consumo não durável mantivesse nesse período a maior participação relativa, veria seu peso diminuir em favor de outros segmentos, mais complexos, indo de 78,0% em 1919 para 60,7% em 1949, a despeito do crescimento considerável que experimentou. Nesse mesmo intervalo de tempo, a indústria de bens de consumo durável e de bens de capital passou de 1,9% para 7,6%, enquanto a de bens intermediários saíria de 20,1% para 31,7%⁴⁸. Ao mesmo passo em que se desenrolava o processo de substituição de importações, impulsionando o crescimento de segmentos como mecânica, materiais de transporte e materiais elétricos, Cano (Ibidem) observou-se ainda o incentivo aos ramos mais diretamente ligados à urbanização, especialmente a partir de 1940, como a produção de cimento, madeira, vidro, cerâmica, produtos ligados à construção civil e obras públicas.

O período subsequente da industrialização, conhecido por “industrialização pesada”, abarcou momentos qualitativamente distintos com a implantação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, crise cíclica por conta da inflação e endividamento, além da retomada do crescimento, já no período ditatorial, atingindo o chamado “milagre econômico”. Novas dificuldades emergiram para o prosseguimento da industrialização, especialmente por conta do estrangulamento externo e câmbio desvalorizado. A atuação estatal se provou importante para que o crescimento fosse mantido e até mesmo ampliado, com a política cambial favorecendo a importação de setores ligados ao “desenvolvimento”, fazendo do capital

⁴⁸ CANO, 2007, p. 96-97.

oligopolizado internacional um aliado importante para os interesses de ampliação da produção e geração de excedente no país.

Com efeito, a instrução 113 da SUMOC e o próprio Plano de Metas facilitaram a instalação de grandes grupos estrangeiros que contribuíram para o crescimento da produção industrial, especialmente em setores mais sofisticados, em que são necessários investimentos de grande vulto de capital, como no caso da automobilística. O Estado também teve importância para o crescimento do período, tendo o capital nacional sido relegado para segundo plano. Caio Prado Jr. (Ibidem) faz questão de colocar em perspectiva o movimento da indústria frente aos interesses internacionais. A parte “fácil” da industrialização se deu a partir da iniciativa privada nacional, mas sua sequência se apoiou nos interesses dos países centrais e seus capitalistas. Antes, o que ocorria era a exportação de seus produtos para a periferia, o que passou a incorporar, além disso, a instalação ali de suas fábricas, em busca de mão de obra barata, matérias primas abundantes, mercado consumidor em expansão. Faz parte de um momento particular da história mundial de expansão do capital industrial da grande empresa dos países centrais no pós-guerra. Não deixa de ser um movimento de expansão geográfica do capital, como descrevemos no capítulo anterior, em que o capital internacional buscava novas fronteiras de valorização, algo necessário para superar e evitar as crises de sobreacumulação.

Esse autor não viu com bons olhos a crescente participação dos grandes conglomerados industriais imperialistas no país, imputando características e suas próprias preocupações ao processo de industrialização brasileira, corroendo o potencial de autodeterminação que se desenvolvia com a industrialização nacional. Ele vê na dinâmica encabeçada pelos grandes grupos internacionais no Brasil uma nova versão dos determinantes externos coloniais. A nossa produção industrial servia-os, tal qual nossa produção agrícola o fazia. Faz parte de uma nova dinâmica de produção que se projetara internacionalmente a partir da exportação de capital do centro econômico mundial.

A partir desse processo, aliado ao prosseguimento da urbanização e das práticas de arrocho salarial, além das reformas instituídas pelo governo ditatorial, foi possível dar prosseguimento ao crescimento da indústria no país⁴⁹. Entre 1949 e 1970, segundo dados apresentados por Cano (Ibidem), o país apresentou uma taxa média anual de crescimento da

⁴⁹ Faremos mais adiante considerações mais detidas sobre a questão da urbanização e das transformações sociais que se processaram no bojo da industrialização brasileira. Por ora tratemos da alteração do perfil da indústria.

indústria de transformação muito elevada, da ordem de 8,3%, superior à média registrada no período anterior, da industrialização restringida. Embora o crescimento tenha sido registrado de maneira generalizada, foi mais pronunciado para o grupo formado por bens de consumo durável e bens de capital, com média anual de 14,1%, ao passo que os bens intermediários cresceram a 9,1% e os bens de consumo não durável a 6,2%. Entre os ramos industriais, destacaram-se aqueles relacionados à urbanização e ao típico consumo das populações urbanas, além de minerais não-metálicos, metalurgia, borracha e química. Além desses, foram beneficiados aqueles diretamente atingidos pelo Plano de Metas e outros incentivos federais, inclusive ligados à mecanização do campo, como materiais de transporte, mecânica pesada e materiais elétricos. A ampliação do financiamento a partir das reformas promovidas pelo governo da ditadura e a brutal concentração de renda que marcou o período foram fatores determinantes para a forte dinâmica do setor de bens de consumo durável. Tomando o período compreendido entre 1949 e 1970, tivemos as seguintes alterações no perfil da composição da indústria nacional: os bens de consumo durável, mesmo com o crescimento apresentado continuaram a perder participação relativa no total da indústria, partindo de 60,7% para 40,8%; os bens intermediários tiveram seu peso ampliado de 31,7% para 37,1%, tendo passado por uma desaceleração entre 1959 e 1970; por fim, os bens de consumo durável e bens de capital saíram de uma participação relativa de 7,6% atingindo 22,1%.

As transformações processadas na estrutura industrial brasileira, sabemos, não se deram de maneira uniforme no território. O processo descrito até aqui foi também marcado pela concentração da atividade industrial em São Paulo. Mesmo antes de deflagrada a ruptura que descrevemos aqui, esse estado já contava com o principal parque industrial do país, passando a ser cada vez mais responsável pela produção desse setor. No capítulo anterior, apresentamos como a expansão e, ao mesmo tempo, a concentração geográficas podem ser articuladas no mesmo sentido – o da ampliação da acumulação e valorização capitalistas –, apesar de se apresentarem *aparentemente* como processos contraditórios. O caso da industrialização brasileira se apresenta como um excelente exemplo da conjugação desses processos. Por um lado, é a expansão do grande capital oligopolizado dos países centrais que passou, especialmente a partir da 2ª guerra mundial, a se expandir e se instalar em diferentes porções do globo. Esse processo se iniciou com o esforço de reconstrução, tendo empresas estadunidenses se instalado na Europa e vice-versa, mas rapidamente passou a abarcar pontos no então chamado “terceiro mundo”.

É no bojo desse movimento que se processou a industrialização brasileira, com a velocidade e dinâmica que apresentou, especialmente na sua fase de industrialização pesada, contando fortemente com a entrada de capitais internacionais no país. A dinâmica industrial em nosso território pôde contar com a forte introjeção de recursos e tecnologias já maturadas nos países centrais com o Estado assumindo papel central ao coordenar políticas e incentivos ao grande capital estrangeiro. A coleção de privilégios, acordos e concessões foi marcante nesse período que contribuiu para moldar as estruturas produtivas, urbanas e de circulação no país⁵⁰.

Ao mesmo tempo, como contrapartida desse processo de busca por novos horizontes de valorização pelo capital, de expansão geográfica dos padrões e meandros da valorização capitalista, tivemos a concentração das estruturas industriais em São Paulo. É preciso lembrar, esse estado já contava com alguns requisitos básicos como mercado consumidor, mão de obra, estruturas de transporte herdadas da cafeicultura, fornecedores de matérias primas, serviços de apoio etc. Passaria então o capital internacional a se aproveitar dos benefícios proporcionados pela aglomeração, estabelecendo um patamar mínimo de escala e operação, mas também se beneficiando no sentido do encurtamento dos ciclos de rotação, acelerando a acumulação. Essa dinâmica passaria por uma nova fase, como veremos no próximo tópico, com a desconcentração da produção industrial no país, verificada a partir de 1970.

Mesmo que entre 1930 e 1970 seja possível indicar que a indústria tenha se concentrado em São Paulo, a dinâmica geográfica das estruturas capitalistas no país apresentou-se de maneira complexa. Cano (Ibidem) investiga a fundo os termos em que isso se processou. A Tabela 2.01, abaixo, apresenta a participação de algumas regiões e estados no Valor da Transformação Industrial (VTI) entre 1919 e 1970. Fica patente o aumento da participação paulista ao longo do período.

⁵⁰ A indústria automobilística é um ótimo exemplo disso, colecionando privilégios concedidos pelo governo desde sua instalação no Brasil.

Tabela 2.01 - Indústria de Transformação: participação das regiões
no Valor de Transformação Industrial (VTI) 1919-1970

Região/Estado	1919	1939	1949	1959	1970
Norte	1,47	1,11	0,74	0,94	0,82
Nordeste	16,05	10,91	9,12	6,89	5,74
MA, PI	0,84	0,35	0,30	0,33	0,24
PE	6,60	5,51	4,48	2,60	2,15
BA	3,59	1,40	1,29	1,71	1,54
CE, RN, PB, AL, SE	5,02	3,65	3,05	2,25	1,81
MG	5,44	7,58	6,57	5,78	6,46
ES	0,46	0,31	0,49	0,26	0,47
RJ	7,48	5,56	6,39	7,20	5,79
GB	20,07	19,95	14,18	10,38	9,71
SP	32,23	40,74	48,85	55,55	58,23
PR	3,83	2,33	2,86	3,20	3,08
SC	1,92	2,08	2,39	2,19	2,57
RS	10,68	9,08	7,89	6,97	6,34
CO	0,37	3,35	0,52	0,64	0,79
BR-SP	67,77	59,26	51,15	44,45	41,77
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Industrial (vários anos) *apud* Cano, W. (1998a)
págs. 100 e 101.

São Paulo passou de 32,23% do VTI nacional em 1919 para 58,23% em 1970, sendo possível perceber alguma desaceleração no último período de dados apresentados. Uma leitura descuidada poderia passar a impressão de que esse processo tenha se dado com a dinâmica paulista tendo imputado ao restante do país consideráveis perdas em termos de produção industrial⁵¹. Não é essa a posição defendida pelo autor. Pelo contrário, sua argumentação passa pela articulação presente entre o processo de industrialização concentrado em São Paulo e as estruturas produtivas do restante do país. À medida que a dinâmica industrial passava a orientar os esforços produtivos, principalmente em São Paulo, ganhavam importância, de maneira conjunta, os setores relacionados, ou seja, os encadeamentos para frente e para trás. Esse efeito dinamizador da indústria estimulou a produção agropecuária e de bens intermediários, a própria produção industrial e os serviços, especialmente aqueles de suporte à produção e comercialização, além dos ligados ao estilo de vida urbano. Quando olhamos para as taxas médias anuais de crescimento do período 1919-1970, vemos que para o Brasil ela foi de 7,2%, ao passo que para São Paulo atingiu 8,4%. O

⁵¹ Note-se que entre 1919 e 1970 apenas MG, ES, SC e o CO apresentariam algum aumento relativo de participação no VTI nacional, além de SP.

restante do país, por sua vez, apresentaria taxas médias de crescimento também elevadas, porém inferiores às paulistas, da ordem de 6,2%⁵².

Cano (Ibidem) apresenta considerações importantes acerca desse processo, em especial na sua dimensão geográfica/regional. A industrialização se processou com o rompimento do relativo isolamento em que se mantinham os parques industriais regionais. Isso era necessário especialmente conforme ganhavam vulto os empreendimentos – em sua maioria paulistas –, passando muitos de alcance local para nacional e até mesmo internacional. Para tanto, foi importante a integração física que se deu a partir da década de 1940, atingindo maior expressão com o Plano de Metas. Em outros termos, conforme já adiantamos, a acumulação de capital no país a partir 1930, aproximando-se do arquétipo tradicional moderno das forças sociais e econômicas do capitalismo, passaria a contar com os dispositivos da acumulação por expansão geográfica, antes restrita a uma porção determinada do território nacional. O crescimento da indústria paulista arrastaria consigo atividades acessórias e complementares ao longo do território nos diferentes setores de atividades, levando também o proceder, as práticas produtivas e comerciais características desse modo de produção.

O autor aprofunda-se na análise desse processo, identificando três efeitos básicos ocorridos no desenrolar da integração nacional: de estímulo, bloqueio/inibição e destruição. O primeiro corresponde justamente à complementaridade entre a estrutura produtiva paulista e a do restante do território nacional. Tanto a industrialização quanto a urbanização num contexto de relativo isolamento em relação às fontes usuais de abastecimento externo se traduziram num incentivo importante à produção agrícola, industrial e de serviços, permitindo que se ampliassem a produção e as vendas, tanto no sentido de São Paulo para o restante do país, quanto no sentido inverso.

Os efeitos de inibição ou bloqueio correspondem à impossibilidade de determinados segmentos já instalados no centro dinâmico da economia nacional reproduzirem-se ou prosperarem no restante do território. Esse efeito tem a ver com o potencial das estruturas produtivas regionais sendo estancado pelo forte crescimento da indústria paulista. Com isso, muitos empreendimentos se manteriam em escala regional apenas, não chegando a assumir vulto nacional.

⁵² Cf. Cano (2007), p. 83, tabela 3.2.

Por fim, os efeitos de destruição, abrandados pelo relativo isolamento de nosso mercado interno até a década de 1950, se fortaleceriam a partir de então, quando diversas atividades com produção em São Paulo atingiriam escala nacional, beneficiadas pela melhora, inclusive, da integração física do território. Remetem a aqueles segmentos regionais que a partir da integração nacional não conseguiram competir com a concorrência paulista, dinâmica, capitalizada, operando a custos fixos dissolvidos pela proporção que tomaram suas escalas.

Essa análise da dinâmica geográfica das estruturas e processos econômicos no Brasil não estaria completa sem algumas considerações sobre a dinâmica da agricultura, que também articula o território. A produção agrícola possui uma “fixidez” maior em relação ao território, possui requisitos distintos da indústria, por mais que a trajetória dentro do período que agora analisamos aponte graus cada vez maiores de uso de maquinário, técnicas avançadas, inter-relação com o setor industrial. As condições naturais ainda desempenham papel importante para a produção de gêneros agrícolas e agropecuários, sendo uma das mais importantes a própria disponibilidade de terra. A expansão da fronteira agrícola e sua relação com a industrialização e urbanização é um tema complexo, sendo que daremos aqui alguns contornos apenas, já que entramos numa discussão territorial.

Segundo Cano (Ibidem), a principal agricultura do país – a paulista – passou por diversificação ao longo desse período. As altas exigências de rentabilidade do setor agropecuário em São Paulo contribuíram para a proliferação de culturas modernas e capitalizadas como a cana-de-açúcar, o algodão e a laranja, de alto dinamismo. Desse modo, mesmo com a crise da produção cafeeira, o setor agropecuário paulista conseguiu apresentar elevado crescimento. Se por um lado isso teria um efeito negativo sobre a produção agrícola nordestina, que não conseguiria competir com a produção de algodão desenvolvida em São Paulo (o mesmo vale para o açúcar), por outro, abriria a possibilidade de complementaridade entre a produção paulista e a desenvolvida nas suas proximidades. Evidentemente, isso estaria sujeito à disponibilidade de terras. O Paraná, por exemplo, com fronteira agrícola aberta até a década de 1950, tornaria-se o principal produtor nacional de café, passando posteriormente a ter destaque na produção de grãos, avicultura e suinocultura. O Centro-Oeste brasileiro receberia, até 1970, número elevado de migrantes que ali desenvolveriam culturas de grãos e gado bovino. As estruturas capitalistas teriam maior facilidade de penetrarem nessas regiões, contribuindo para seu dinamismo.

A industrialização teve papel importante no processo de diversificação da produção agrícola do país, com as culturas mecanizáveis ganhando destaque. Ao mesmo tempo em que houve ampliação da demanda por máquinas e equipamentos utilizados na agricultura (como tratores, colheitadeiras, semeadeiras etc.), ampliando o mercado para a produção que se instalava no país, a agricultura passaria, em contrapartida, a proporcionar volumes crescentes de produção, abastecendo a indústria de transformação, que se sofisticava e ampliava a sua gama de produtos⁵³.

A forte dinâmica agrícola prescindiu fundamentalmente da alteração da desigual estrutura fundiária no país. Onde as estruturas capitalistas foram capazes de penetrar e organizar a produção agrícola houve fortes incentivos para a concentração de terras, impulsionada ainda pela necessidade de escala para operação do maquinário introduzido no setor. Ademais, a maneira como foi administrado o crédito agrícola pelas autoridades, preocupadas com a geração de divisas necessárias para cobrir os pesados gastos com a industrialização, privilegiou as produções para exportação praticadas em grandes propriedades. Onde a dinâmica se manteve mais fraca ou estagnada e as estruturas sociais e da terra se mantiveram mais próximas às tradicionais e arcaicas não se alterou o cenário de exclusão e expulsão. Ao mesmo tempo, apresentaram-se como contrapartida processos de repartição da propriedade, especialmente no sul do país e nas zonas onde a fronteira agrícola ainda se apresentava aberta. “Modernização e atraso, ambos os fatores foram os grandes responsáveis pelo considerável aumento dos fluxos migratórios inter-regionais” (Cano, 2011, p. 156).

É um bom momento para justificar os termos em que as coisas têm sido colocadas até aqui neste capítulo. Entendemos a transformação na indústria e algumas considerações subjacentes à transformação na agricultura, assim como a relação que mantiveram com a integração nacional (física, social, econômica), mas deixamos de fora até agora talvez o elemento mais importante desse conjunto de cenários e processos. Trata-se do movimento das pessoas e como este se relaciona com o processo de urbanização. A dinâmica da indústria é fundamental por movimentar diversos outros setores e estruturas, “amarrando” várias transformações do período. Como vimos no capítulo anterior, a própria urbanização, a formação das metrópoles e a forma que ganham as cidades ao longo do século XX não podem

⁵³ Dados dos censos agropecuários do IBGE apontam que se em 1940 o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários era de 3.380, chegaria a 165.870 para o ano de 1970. Ver IBGE (2007) *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro.

ser dissociadas do processo de industrialização, das características gerais de criação e reprodução de riqueza e excedente social que se apoiam crescentemente no período sobre a capacidade de transformação da indústria. Entretanto, esse elo que perpassa processos concomitantes e inter-relacionados deve ser olhado em perspectiva e não por si só, ou seja: em que medida a industrialização impactou as condições materiais de vida das pessoas? Por enquanto, parece intuitivo que demos maior destaque à dimensão do seu potencial técnico-produtivo. Sabemos que a estrutura produtiva nacional daria conta, cada vez mais, da produção do estilo de vida, do padrão de consumo que se transformava, olhando, como nos lembra Furtado, para aquilo que se praticava e consumia nos países centrais. O automóvel, as vestimentas, os aparelhos domésticos, são exemplos de mercadorias que passariam a figurar ao redor do mundo, colocando sociedades muito diferentes sob a égide de um padrão muito similar de consumo, mas também de trabalho e organização da produção. Não é mera coincidência que para sanar a demanda por um estilo de vida praticado alhures as estruturas produtivas e os capitais de lá oriundos passassem fundamentalmente a participar da estrutura produtiva dentro de nosso território, dentro daquele espectro de preocupações e condicionantes que já apresentamos para a expansão internacional do capital do centro econômico mundial.

O perfil de nossa agricultura também seria alterado, com culturas rentáveis e mecanizáveis ganhando destaque ao longo do período. Houve uma preocupação explícita em se promover a mecanização de culturas, por um lado, pela produtividade, por outro, pela potencial demanda que gerava para a indústria de máquinas e equipamentos que se instalava no país. O papel da exportação seria essencial para o prosseguimento da industrialização, com forte peso no balanço de pagamentos. Ademais, a sofisticação do processamento dos produtos agropecuários e a ampliação das possibilidades técnicas advindas da industrialização trariam novidades no padrão de consumo das famílias, seja na sua alimentação ou higiene pessoal. A disseminação da geladeira, para citar um exemplo, teria um impacto profundo nos hábitos alimentares e no cotidiano das famílias.

Seja a produtividade na indústria ou na agricultura, essas transformações técnicas, em que Caio Prado Jr. via o potencial de autodeterminação de nosso destino (frustrado, como o próprio autor fez questão de deixar claro), se deram contemplando uma série de preocupações alheias às principais mazelas, restrições e desigualdades do nosso país. O lucro das grandes empresas internacionais (ou nacionais), os privilégios mantidos pela aristocracia rural, os

abismos sociais sistematicamente mantidos entre uma pequena parcela da população e a grande maioria, significaram grandes descaminhos trilhados pela industrialização brasileira.

Esse conjunto de processos, dinâmicas e estruturas veriam seu reflexo na urbanização brasileira que se processou com a industrialização. Um vício muito comum praticado pela literatura consiste em apontar o “admirável mundo novo” proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas no país, adicionando, ao fim, que, infelizmente, não se conseguiu incluir a todos no “barco do progresso”. Alternativamente, e não menos raro, é aquele que prefere, a despeito das dificuldades sociais, da concentração de renda e afins, destacar o sucesso logrado por completar-se importante parte da estrutura industrial de nosso país. No primeiro caso, assume-se a possibilidade teórica de que seria possível, da maneira como se processou a industrialização brasileira, ter incorporado de maneira equânime as camadas sociais desfavorecidas, lamentando por tal não ter assim ocorrido. No segundo, admite-se como parte integrante do processo a exclusão, porém toma-a como um “custo aceitável” frente aos méritos técnicos da indústria. Esses tipos de abordagem – apontamos no primeiro capítulo – colocam como absoluto os imperativos produtivos ligados à produção e acumulação de capital, tratando como variável de ajuste ou “bucha de canhão” o ocorrido em termos sociais. Queremos dar um passo no sentido de distanciar-nos dessas abordagens e afirmar que as transformações do período que analisamos se deram precisamente *através* das migrações, privações e exploração plasmadas no processo-síntese que une de maneira indissociável a urbanização e a industrialização.

Tanto os esforços na agropecuária, quanto na própria indústria refletem um projeto de elite levado a cabo também através das forças do Estado brasileiro. A história da fundação e consolidação das estruturas tipicamente capitalistas no Brasil é, antes de mais nada, uma narrativa do sucesso das elites – nacionais ou não – em articular e movimentar processos e estruturas no sentido da viabilização da acumulação mercantil-capitalista. É por esse motivo que a literatura a respeito do tema adota com tanta liberdade o que é relativo e absoluto nessa trajetória. De um ponto de vista mais amplo é possível ver as forças sociais e produtivas organizadas no sentido da criação de um mercado, que nada mais é do que uma seleção, uma clivagem promovida na sociedade entre quem tem ou não acesso a determinados bens e estilos de vida e, ao mesmo tempo, quem cumpre o que no seio desse processo. A elite assumiu para si a propriedade dos meios de produção e, com isso, a dinâmica de apropriação necessária para viabilizar o projeto capitalista no país. Criou-se uma verdadeira bolha social, ou melhor, dinamizou-se em grande medida a bolha previamente existente. Isso significa que

ao invés de quebrar diretamente com o arquétipo da sociedade colonial, fundiu-se a ela de modo a cumprir seus novos desígnios. A produção de automóveis, como a de eletrodomésticos surgiu (e em alguma medida isso se manteve até os dias atuais) focada num grupo muito restrito de pessoas que detinham o poder de compra necessário para absorver a produção dessa indústria no país. A viabilidade desse mercado passou necessariamente pela concentração de recursos e orientação de instrumentos (inclusive por instituições públicas) para tanto.

Passemos a ver como isso se sucedeu. Em 1930, apenas 20% da população do país era urbana. Isso chegaria em 1970 a cerca de 56%, segundo dados dos Censos do IBGE. A transformação desse perfil da população envolve a articulação dos diversos elementos que apresentamos até aqui. Cano (Ibidem), por exemplo, aponta como causas para o elevado percentual de população rural em 1930 a ainda incipiente industrialização nacional e o atraso rural, especialmente nas áreas periféricas do país, mantendo bolsões relativamente isolados de população. A dinâmica de estruturas, processos e sujeitos abarcados sob o complexo cafeeiro em São Paulo, antes de 1930, já daria indicações para os grandes processos de transformação que tomariam curso a partir da crise de 1929 e das medidas tomadas para sua superação, proporcionando o desenvolvimento de maneira mais sistemático da indústria. A mão de obra utilizada no principal parque industrial nacional de então contava com forte participação de imigrantes estrangeiros. Muitos deles também procurariam por trabalho no campo, nas lavouras de café ou desenvolvendo culturas que acompanhavam a marcha de expansão do “ouro verde”⁵⁴ para o interior paulista.

Com efeito, Cano (1998a; 2011), lembramos, destaca a imigração europeia e japonesa entre 1908 e 1930, especialmente para São Paulo. Segundo dados do Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, numa comparação entre as entradas de imigrantes estrangeiros e nacionais entre 1820 e 1960, os primeiros seriam maioria relativa nesse fluxo até 1930⁵⁵. A partir do quinquênio 1931-35 as imigrações de outros estados brasileiros para São Paulo passariam a superar as entradas de estrangeiros.

⁵⁴ Ou “ouro vermelho”, como também se encontra na literatura.

⁵⁵ Se, enquanto fluxo quinquenal a partir de 1931, os imigrantes brasileiros passariam a ser maioria relativa, no estoque apresentado entre 1820-1960, pouco mais da metade corresponderia a estrangeiros (53,17%). Ver NOGUEIRA, Oracy (1964). *O Desenvolvimento de São Paulo: Imigração Estrangeira e Nacional e índices demográficos, demógrafo-sanitários e educacionais* – CIBPU – São Paulo.

Vimos que a partir de 1930, com a crise do café, o setor agropecuário paulista passou por uma modernização crescente da agricultura, ao mesmo passo que se ampliaram os estímulos para a atividade industrial. O resultado dessa conjunção foi uma intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade, inicialmente no estado de São Paulo, sendo sua capital o principal destino procurado pelos migrantes. Esse processo ganhou maior vulto com o avanço da industrialização, conforme prosseguia o processo de integração econômica e física do país, articulando e de certa forma aproximando as transformações e impactos sentidos de maneira *transescalar*: no cenário nacional, regional ou local; no âmbito rural ou urbano. O que ocorreu inicialmente no estado de São Paulo tomava proporções muito maiores, articulando transformações no cenário rural e urbano em demais localidades e regiões.

Cano (2011) olha para a intensificação do processo migratório e da urbanização conjugando fatores de expulsão e atração que integraram o movimento campo-cidade no período. A herança intocada da estrutura fundiária é um estímulo importante nesse sentido, com o péssimo acesso a terra e precárias condições de trabalho tendo colaborado para que muitos procurassem melhor sorte na região mais desenvolvida do país, em especial nas cidades e capitais. Mesmo no próprio estado de São Paulo, o êxodo rural ganharia vulto a partir da crise de 1929, com sua agricultura experimentando processo de modernização já mencionado. As culturas mais rentáveis e mecanizáveis impunham fortes incentivos à concentração fundiária e reduziram a necessidade de trabalho, limitando as oportunidades no emprego rural, ampliando os fluxos migratórios rumo à capital, especialmente após a década de 1950. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, São Paulo seria o principal destino das migrações regionais, tendo apresentado no fluxo acumulado até 1970 mais de 3 milhões de entradas⁵⁶, provenientes em sua maioria do Nordeste e de Minas Gerais, que se mostraram os principais expulsos do período com saídas acumuladas na mesma data superando 7 milhões. Isso posto, salvo poucas exceções, o estado paulista foi o principal destino da maioria dos emigrantes de cada estado.

Essa questão básica para o processo de urbanização no país está emaranhada à outra, sobre cujos contornos já tratamos: a industrialização. A indústria em São Paulo e a nova dinâmica que passou a imprimir na economia local, regional e nacional estão no outro espectro que compõe esse cenário. A indústria precisava de mão de obra nas fábricas e uma

⁵⁶ Superando inclusive a somatória dos dados de entrada no acumulado dos fluxos migratórios inter-regionais de Rio de Janeiro e Guanabara, respectivamente o quarto e terceiro maiores estados no quesito. O segundo maior receptor no acumulado para 1970 era o Paraná, por conta da sua fronteira agrícola ainda aberta e que receberia muitos migrantes, especialmente entre 1950 e 1970. Ver Funari (2008).

gama de atividades, antes restritas, passaria a encontrar mercados crescentes. Falamos de não apenas ramos da indústria que passariam a contar com produção nacional, mas o comércio, serviços acessórios, serviços pessoais, construção civil, agropecuária de hortifrutigranjeiros, que seriam impulsionados pelo crescente influxo de gente nas cidades e pela expansão do produto industrial. Se, de início, a mão de obra fabril contava com grande participação de estrangeiros, passaria posteriormente a incorporar cada vez mais brasileiros, especialmente com o relativo isolamento imposto pelo esforço de guerra na Europa, mas também por conta das limitações de assentamento no campo brasileiro à medida que se fechava a fronteira agrícola. A partir da década de 1950, Cano (2011) aponta que se entrelaçaram uma série de dinâmicas que acabaram por agravar as possibilidades de fixação no campo brasileiro. A fronteira agrícola paranaense, que vinha encontrando seus limites ao fim da década de 1960, servira como segundo principal destino dos fluxos migratórios regionais e possibilitou que ao menos parte do êxodo rural fosse contida. Adicionalmente, há programas federais específicos, a partir da década de 1950, que contribuíram para que se acelerasse a modernização do campo no país e em especial em São Paulo. A crescente mecanização e o próprio perfil da agricultura contribuíram muito para ampliar a expulsão de mão de obra do campo no país.

A acomodação do enorme fluxo de pessoas para as cidades – especialmente São Paulo e Rio de Janeiro – foi, na melhor das hipóteses, problemática. Segundo dados do IBGE, a população paulista passaria de cerca de 4,5 milhões de pessoas em 1920 para pouco mais de 17 milhões em 1970, ou seja, cresceria quase quatro vezes. Nesse mesmo período, a capital passaria de 579 mil habitantes para cerca de 6,3 milhões! Para Cano (Ibidem), mesmo a indústria crescente e todo o crescimento econômico experimentado no período mostraram-se insuficientes diante desse cenário. Não havia emprego para todos e os empregos estruturados eram ainda mais escassos. Note-se, ainda, que a dinamização das estruturas produtivas no período não deu conta de superar a heterogeneidade social marcada pela herança desigual do campo. A estrutura de empregos urbanos, mesmo que em menor monta, reproduziu dinâmicas desiguais, de forma análoga ao que ali se verificou. A abundância de mão de obra foi fundamental para a industrialização, garantindo sua rápida expansão e, em menor grau, a conformação de um mercado consumidor. Em menor grau, porque os baixos salários praticados fizeram mais pelo mercado de trabalho – ou quem organiza a oferta de postos de trabalho – do que pelo mercado consumidor – quem depende desses empregos para sobreviver na cidade. Essa situação pôde ser mantida, graças ao contingente de pessoas que buscava emprego e estaria propenso a aceitar qualquer salário para poder se instalar onde sua renda

permitisse. Esse período, não ao acaso, contribuiu muito para a disseminação de duas das mais comuns práticas de “sub-morar” e “sub-viver” nas cidades: as habitações precárias de autoconstrução e os assentamentos em locais completamente desprovidos de infraestrutura e condições de habitação⁵⁷. Contribuiu, ainda, a intensificação da modernização agrícola que ampliou a expulsão dos trabalhadores rurais, mas também a própria dinâmica industrial que, ao entrar na industrialização pesada, de maior requisito técnico e de rentabilidade, passou a trocar trabalho vivo por morto e, com isso, expulsar trabalhadores da produção em medida maior do que a indústria intensiva em mão de obra que marcou esse processo até a década de 1950.

Cano (2011) aponta que até então, a despeito de ter sido intenso, o processo de urbanização foi “suportável”. Mais do que uma avaliação da qualidade da integração à vida urbana da população que saiu do campo em busca de melhores oportunidades de vida nas cidades, a alcunha é uma contraposição a aquilo que se testemunhou em seguida e que se apresentou “insuportável”. A partir da década de 1960, esse autor afirma que se ampliaram os conflitos e tornou-se muito mais difícil negar as contradições e contraposições que se instalaram no seio do processo de urbanização/industrialização. Os efeitos estruturantes do crescimento econômico e industrial e da absorção de mão de obra – que passou a contar com uma série de direitos básicos com a implementação da Consolidação das Leis de Trabalho, sancionada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas – conviveram com as péssimas condições de remuneração e sobrevivência, com desemprego e subemprego. A ampliação da arrecadação fiscal dos municípios, especialmente nos maiores, graças ao seu forte crescimento, veio acompanhada pelo descaso das autoridades com as populações operárias e de baixa renda e seus locais de moradia. A industrialização pesada fez com que se aflorassem os conflitos entre as próprias parcelas de capital, com interesses nacionais e estrangeiros cada vez mais difíceis de conciliar e disputas intra-setoriais lançando mão de expedientes cada vez mais ferozes de concorrência, com reflexo sobre as classes trabalhadoras. A questão agrária, cada vez mais aguda pela ausência de uma reforma agrária, tomou muito dos contornos que ainda apresenta hoje – mesmo, como vimos, com a urbanização ocorrendo a galope – com culturas de exportação sendo privilegiadas em relação a aquelas voltadas ao abastecimento dos centros urbanos, o que contribuiu muito para a ampliação do custo de vida nas cidades. Isso tudo foi seriamente agravado pela crise econômica, entre 1962 e 1967, e pelo regime militar que se instalara em 1964. Muitos dos anseios e demandas sociais que passavam a se organizar e

⁵⁷ Ver Maricato (1982) e Kowarick (1979).

despontar nessa década foram apropriados pela ditadura militar apenas para reaparecer como paliativos ou versões assombrosas de seus projetos originais, preservando os fundamentos essenciais da desigualdade social de nossa sociedade⁵⁸. O período de retomada do crescimento econômico ao fim da década de 1960 não se traduziu – em larga monta graças às reformas e transformações levadas pelo regime militar – em alívio para essas questões. Pelo contrário, o período de maiores taxas médias de crescimento econômico de nossa história foi também um dos mais importantes no que concerne o agravamento das desigualdades sociais e dos direitos individuais.

Souza (2016) apresenta dados que atestam uma redução, entre 1945 e 1964, da parcela relativa apropriada pelo 1% mais rico no Brasil, num movimento que classificou como uma versão bastante mais branda e curta daquilo que se experimentou nos países centrais após a 2ª Guerra Mundial. Esse interregno democrático, entre o Estado Novo e o governo militar instalado após o golpe de 1964, coincidiu com o período de maior redução relativa da concentração da renda nas mãos do 1% mais rico no país, atingindo seu menor patamar em toda a série entre 1926 e 2013, com registros excepcionais abaixo da marca de 20% do total da renda – patamar, sem sobra de dúvida, ainda muito elevado na comparação internacional. Isso se deu por uma série de motivos trabalhados pelo autor, como a interrupção de expedientes e cerceamentos autoritários e suspensão de direitos, aliados a políticas expansionistas. Vale notar, que a queda foi relativa, uma vez que os dados absolutos mostram um aumento persistente da renda média anual do 1% mais rico, praticamente dobrando entre 1930 e 1960. Essa queda relativa tem a ver com a forte expansão do mercado de trabalho, especialmente urbano, tão intensa que logrou reduzir em termos relativos a parcela do 1% mais abastado num contexto de ampliação absoluta de seus rendimentos. Isso também não quer dizer que as desigualdades, como um todo, tenham se reduzido, pois essa medida não diz muito sobre, por exemplo, a abertura do leque salarial ou a diferença de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres. Essa redução relativa, entretanto, foi rapidamente anulada pelas reformas do período recessivo do início do governo ditatorial. Entre 1964 e 1970 houve aguda ampliação da desigualdade, com a parcela da renda apropriada pelo 1% mais ricos voltando a patamares dos anos 1940 e 1950, acima de 25% da renda total.

⁵⁸ A abertura da fronteira agrícola na região amazônica, por exemplo, foi a resposta para os movimentos que pediam reforma agrária. Adicionalmente, a política social passou por um processo de modernização conservadora, com reformas trabalhistas e outras, abrangendo as áreas da saúde, educação, habitação, etc, gestadas ou implementadas na década de 1960. Ver Fagnani (2005).

O cenário que emergia nessa década compôs o que Cano (2011) e outros autores convencionaram chamar de “caos urbano”. Diversos dos problemas de que já tratamos ganharam nova dimensão e expressão com a erupção, em níveis impossíveis de se ignorar, das manifestações aparentes dos problemas intocados pela industrialização e urbanização. Um exemplo é o setor de serviços nos principais centros urbanos do país. A escassez de postos de trabalho frente ao volume de gente que procurava se instalar onde fosse possível impulsionou pequenos serviços urbanos, serviços pessoais, trabalho doméstico, comércio informal e toda uma gama de atividades que se aproximavam mais de estratégias de sobrevivência do que empregos estruturados, muitos deles relegados à informalidade, sem a cobertura de direitos dados pela CLT. Essa narrativa da terceirização da estrutura de empregos – claramente uma precarização da relação de trabalho – está associada ao fenômeno verificado no período de expansão da periferização. Os baixos salários e condições desestruturadas de trabalho eram incapazes de garantir acesso a localizações vantajosas⁵⁹ e que proporcionassem proximidade aos locais de trabalho, ou até mesmo condições minimamente adequadas de moradia, como assentamentos livres de perigo de desabamento ou contaminação, acesso a infraestrutura básica de serviços públicos, asfaltamento, linhas de transporte etc. As alternativas abertas eram os cortiços mais próximos aos centros – embora criminalizados no Rio de Janeiro e em São Paulo – as favelas e assentamentos irregulares.

Kowarick (1979) apresenta de maneira bastante profícua essa questão, mostrando como, no Brasil, crescimento econômico e urbanização se valem de expedientes exploratórios extraordinários, impondo à classe trabalhadora dinâmicas e subterfúgios que, em última instância, reforçam sua condição precarizada, com superexploração da força de trabalho. A periferização, a moradia precária, as favelas, os cortiços e a autoconstrução remetem a processos capitalistas de produção, mas também à especulação imobiliária. O autor aponta que a “lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho” (Kowarick, 1979, p. 42). Essa dilapidação se baseia no que chama de “espoliação urbana”, assim definida pelo próprio:

(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam

⁵⁹ Veremos na 2ª parte deste trabalho questões ligadas à localização urbana e como de maneira geral isso se deu em São Paulo. Por ora procuramos deixar claro que as áreas periféricas tendem a ser aquelas de preços mais baixos ou de ocupação mais fácil (sem a atenção das autoridades), ao passo que usualmente, o centro e uma área contígua a ele, abarcam as melhores estruturas e serviços da cidade, com terrenos e imóveis mais caros, usualmente onde habitam e trabalham membros das elites. Ver Villaça (2001).

ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p. 59)

Isso porque essa precariedade sistemática acaba cumprindo uma dupla função na exploração. Por um lado, faz com que os trabalhadores, especialmente os mais pobres, arquem com piores condições de vida, tendo que contornar a ausência de serviços públicos com soluções nem sempre adequadas, muitas vezes insalubres, ou maiores tempos de deslocamento não pago na sua jornada de trabalho. Por outro, contribuem para que se rebaixe o custo de reprodução da força de trabalho, mantendo os salários em patamares comprimidos. A autoconstrução, por exemplo, é uma das poucas alternativas abertas aos trabalhadores que procurassem ter um domicílio próprio, uma vez que os baixos salários não davam conta de equacionar a questão da moradia adequada. Isso se traduz em sobretrabalho necessário, imposto sobre o próprio trabalhador, agravado pelas péssimas condições infraestruturais e de serviços disponíveis.

Ainda nesse sentido, o Kowarick (1979) apresenta, com muita lucidez, relações importantes entre as dinâmicas econômica e urbana de forma associada. Ele deixa bastante claro o papel que cumpre a periferização e como o provimento desses serviços e infraestruturas mencionados são manipulados, de forma a favorecer interesses especulativos, associados aos produtivos.

A periferia como forma de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira nas últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. (KOWARICK, 1979, p. 41)

Essa expansão horizontal das metrópoles coadunava muito bem com os interesses do setor imobiliário em associação com as autoridades públicas. Cano (2011) coloca da seguinte maneira:

O capital mercantil imobiliário-construtor capturou o Estado passando ele a comandar o processo de ocupação e uso do solo, o qual teve a ver com os seus interesses, e não com os da população majoritária de baixa renda. Os assentamentos, agora sob a égide das políticas habitacionais oficiais periferizaram ao máximo – praticamente em quase todas as cidades onde atuaram – os núcleos habitacionais, obrigando o Estado a prover a infraestrutura (transportes, saúde, educação, saneamento etc.) a custos crescentes e de outro modo, obrigando o trabalhador a se distanciar cada vez mais do centro e de seu trabalho. Por outro lado, ao distanciar o assentamento popular, com a infra-estrutura recebida, valorizava, automática e especulativamente, os

terrenos ‘a meio do caminho’, onde esse capital novamente se valorizava, desta vez atendendo à demanda mais nobre da classe média.” (CANO, 2011, p. 170)

Mesmo o provimento dessas infraestruturas mencionadas pelo autor ficou demasiadamente comprometido a partir da década de 1960, com a reforma tributária e fiscal levada a cabo pela ditadura militar. O centralismo fiscal de projetos, característico desse período, acabou por retirar recursos e limitar o escopo de atuação dos governos municipal e estadual – sendo que o primeiro já perdia relativamente espaço na partilha de recursos desde a década de 1950⁶⁰. A recessão, em meados da década, contribuiu para tornar mais agudas essas questões. O Estado lutava contra a aceleração inflacionária e endividamento crescente. Como é costumeiro em períodos de crise, os ajustes se dariam primordialmente sobre aqueles que possuem menores condições de se defender⁶¹. Enquanto empresários remarcam preços e o Estado cria impostos, concede-se aos trabalhadores, na melhor das hipóteses, uma data base anual para negociação salarial. Hoffmann & Duarte (1972) apresentam dados para o salário mínimo real na cidade de São Paulo e apontam uma redução real do seu valor da ordem de 30% entre 1961 e 1970, encontrando-se, inclusive, nesse último ano da série, em patamar inferior ao que se verificava em 1952.

É preciso reforçar, antes de darmos sequência, que por si só o processo “suportável” já implicaria em grandes transformações e privações. Estamos falando de um contingente considerável de pessoas que passam a condicionar suas vidas a uma lógica distinta daquela do campo. A cidade não era um reduto democrático de acesso e ascensão social. Apresentava, em 1930, quando se inicia o processo de industrialização-urbanização, muitas das vicissitudes e desvios do campo. Não à toa, uma vez que na cidade de São Paulo, por exemplo, a elite urbana se confundia e se ligava à própria elite cafeeira. Claro, deflagrado o processo de industrialização passariam a figurar novas parcelas de elite com preocupações mais ligadas à “modernidade”⁶², graças à diversificação do parque industrial, com ganhos de escala e escopo, além do surgimento de atividades acessórias à indústria, bem como serviços tipicamente urbanos. Mas mesmo isso não retiraria de cena os ditames da aristocracia rural. Nunca houve um embate definitivo entre essas duas pujantes forças sociais. Por vezes se colocavam em oposição, por vezes se associavam. E mais importante que isso, nunca houve um embate aberto entre a parcela excluída e os poucos possuidores, fossem eles possuidores de terras ou

⁶⁰ Ver Lopreato (2002) sobre a partilha de recursos fiscais entre as esferas de governo.

⁶¹ Algo que fica bastante claro pelo exposto por Sevcenko (1992; 2001; 2010), Villaça (1999; 2001), Cano (2007; 2011).

⁶² Como muito bem trabalhado por Sevcenko (1992; 2001).

de indústrias⁶³. As condições restritivas do trabalho no campo seriam trocadas pelas restritivas condições de vida na cidade, em que pese contarem os trabalhadores urbanos com uma gama de direitos básicos introduzidos pela CLT (mesmo assim, o volume de trabalho não registrado no país era alto demais para poder ser ignorado). É importante deixar claro que se no campo, com um pedaço de terra, é possível tentar tirar sua subsistência, isso não seria possível na cidade, antro de desenvolvimento radical da divisão social do trabalho. Além da preocupação em relação a um teto, haveria de se pensar na questão da comida, da vestimenta, do deslocamento, da água, saneamento, energia elétrica, entre outros. A questão do acesso à terra não seria menos complicada na cidade, especialmente frente a uma realidade que reproduzia salários baixos num contexto de mão de obra abundante.

Esse quadro nefasto, no entanto, remete ao início do processo de industrialização. A dificuldade fiscal que serviu de desculpa para deixar ao descaso grandes parcelas da população chegada às cidades, os interesses especulativos ligados ao mercado imobiliário, os baixos salários que barravam a instalação adequada dessas famílias, os subempregos e dinâmicas de exclusão, nada disso foi inventado pela urbanização e industrialização a partir de 1930. A industrialização explode todas essas questões – presentes já na década de 1920 e mesmo antes dela. É preciso olhar para as continuidades nesse caso, se pretendemos apreender algo de construtivo para o futuro das nossas cidades. Trata-se da sobreposição dessas dinâmicas todas a partir de uma herança intocada de exclusão. A dinâmica socioeconômica engendrada a partir da industrialização restringida, e depois, em outro patamar, durante a industrialização pesada, certamente transformou as condições de vida e sobrevivência no país, em especial em São Paulo, à medida que a sociedade tomava contornos de uma sociedade pautada pelos padrões da modernidade. Os fluxos migratórios, a expansão pujante da indústria, seus setores e aqueles direta ou indiretamente ligados a eles, a transformação nas formas de construção, de habitação, de lazer, de transporte, de alimentação, isso tudo ocorreu ao longo desses breves 40 anos.

Discutiu-se no capítulo anterior a questão da interação das partes componentes do circuito de acumulação capitalista – transformações técnico-produtivas e suas contrapartidas sociais. O que se sugere aqui é que os processos de industrialização e urbanização

⁶³ Não confundir isso com a falta de registro de tentativas populares de revolta e insurreição frente à grande miríade de imposições e situações espoliativas a que eram e ainda são submetidas as parcelas mais pobres da população brasileira. As revoltas populares foram muitas, assim como foram as violentas respostas da polícia ou do exército que suprimiram e por vezes dizimaram aqueles que tomavam uma postura mais ativa na contestação das péssimas condições de vida a que estavam relegados. Ver, por exemplo, Sevckenko (2010) sobre a revolta da vacina.

engendrados significaram a introdução e o desenvolvimento de novas oportunidades de acumulação e valorização de capitais, com rebatimentos importantes nas rotinas cotidianas, estilos de vida e meios de sobrevivência. É preciso entender que o “admirável mundo novo”, chamemo-lo de industrial ou de urbano, por um lado introduziu (absorvendo à sua maneira os estímulos externos) novas possibilidades de acumulação a partir dos desenvolvimentos experimentados pelos diversos ramos econômicos – na indústria, nos transportes, nas finanças, comércio, comunicações, novos padrões de consumo, arranjos para moradias, entre tantos outros – mas por outro, pouco alterou no Brasil a posição subalterna das classes excluídas. Eram excluídas da propriedade rural, e se manteriam afastadas das propriedades urbanas (fossem imóveis ou meios de produção industriais). O grande capital internacional aproveitou-se sobremaneira da industrialização nos países subdesenvolvidos, num movimento coordenado que visava garantir e ampliar suas fontes de matérias-primas, seus mercados e mesmo o uso e emprego das escalas ampliadas de seu maquinário mais avançado. Nesse movimento, houve espaço para desenvolvimento da indústria nacional, mas, via de regra, nas frestas deixadas pela indústria estrangeira e com o mesmo descaso com a situação da mão de obra operária e das camadas mais pobres ou suas condições de vida.

Um retrato breve dos anos 1920, em São Paulo, nos mostra que embora haja muita novidade em termos das dinâmicas experimentadas pela economia brasileira ao longo desse período, em essência, o movimento foi de difusão das condições urbanas pré-existentes, então restritas aos dois maiores centros urbanos do país.

Em *Orfeu Extático na metrópole*⁶⁴, Nicolau Sevchenko descreve diversos aspectos da cidade e sociedade paulistanas da década de 1920, que passariam por fortes transformações com a industrialização. É uma descrição interessante e que nos ajuda a ter ideia dos pormenores da vida urbana de São Paulo e do cenário que abrigaria os intensos fluxos de migrantes nas décadas que se sucederam. Numa tônica similar ao que já descrevemos, a cidade havia passado por forte expansão a partir do último quartel do século XIX, graças ao papel que teria na concentração dos assuntos e atividades cafeeiros. Isso evidentemente serviu muito bem tanto a interesses dos produtores de café quanto a comerciantes, financistas e engenheiros estrangeiros, especialmente ingleses que, segundo o autor, poderiam controlar cerca de 70% da produção mundial desse produto a partir de um único ponto. Com efeito, entre 1872 e 1934 a cidade passaria de uma população de 19.347 habitantes para 1,12

⁶⁴ SEVCENKO, N. (1992). *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

milhões, sendo que, entre 1908 e 1920, vira sua população dobrar, tornando a fazê-lo entre 1920 e 1934⁶⁵. Com a 1ª guerra mundial e a interrupção dos fluxos de comércio, São Paulo passou por notável surto industrializante voltado para substituição de importações. Isso abriu perspectiva local para setores que não conseguiriam anteriormente competir com os gêneros importados. Esse crescimento industrial contribuiu para o enriquecimento de uma parcela da população e ao mesmo tempo intensificou os fluxos migratórios e crescimento demográfico da capital paulista. Por outro lado, concomitantemente, aumentou demasiadamente a procura por terrenos, habitações e empregos. Sevckenko relata uma carestia geral à época, sentida principalmente nos preços dos alimentos, que dificultou muito a instalação desse novo contingente de pessoas que chegava a São Paulo. Abriu-se perspectiva para enriquecimento nesse cenário de preços inflados, indústria crescente e emprego barato. O historiador afirma que esse arranjo abriu portas para muitas oportunidades especulativas, algo que não foi exclusivo dessa cidade, mas uma tendência internacional no período em que ascenderiam “novos ricos”.

Nesse quadro de escassez, especulação, inflação e derrocada autoridade e aflição, acirram-se todos os tipos de tensão e conflitos que latejavam nos desvios da cidade: sociais, étnicos, culturais, políticos e econômicos. Mercadorias, propriedades e capitais começam a trocar de mãos rapidamente. (SEVCENKO, 1992, p. 125)

Veríamos então um cenário perturbadoramente similar ao que descrevemos ao longo deste capítulo, entre 1930 e 1970. A cidade já se mostrava despreparada para receber tal fluxo de pessoas. Ou, ao menos, despreparada do ponto de vista do provimento de terrenos, moradias, assistência e serviços adequados. Sevckenko descreve um cenário que remete aos faroestes dos Estados Unidos, exceção feita à área central e alguns bairros projetados e habitados para e pelas elites, instaladas em direção às colinas da cidade⁶⁶. A situação para as demais áreas era mais calamitosa não apenas pela necessidade premente de transposição das barreiras naturais impostas pelos rios e suas áreas alagáveis, mas pelas próprias práticas de que eram reféns as diferentes partes da cidade. O historiador deixa muito claro que a prática especulativa era a tônica da expansão urbana de São Paulo, afirmando avolumarem-se os investimentos imobiliários especulativos em períodos de baixa do café.

⁶⁵ SEVCENKO, N. (1993). *São Paulo: the quintessential, uninhibited megalopolis as seen by Blaise Cendrars in the 1920s*. In: Theo Barker; Anthony Sutcliffe. (Org.). *Megalopolis, the giant city in history*. 1 ed. Londres: St. Martin's Press, 1993, v. , p. 175-192.

⁶⁶ Villaça (2001) afirma que as elites se instalaram na porção Oeste da cidade, não só pelas belezas naturais e cenários mais aprazíveis, mas também porque era ali a localização mais privilegiada e vantajosa, incorrendo em menores necessidades de transposição de barreiras naturais (como rios) e da ferrovia.

A área total da cidade era submetida a uma tal prática especulativa, sem qualquer regulamentação, que, além de tolher a ação administrativa da autoridade pública – via de regra, aliás, conivente com ela –, tornava desconexos entre si os vários bairros e setores do município, ao mesmo tempo que centralizava o comércio e os serviços, criando dificuldades extremas de transportes e saturação dos fluxos, já por si agravados pela topografia acidentada, pelos rios, alagados e trilhos ferroviários. (SEVCENKO, *Ibidem*, p. 109)

O autor identifica no epicentro desse processo com participação em conluio com membros da elite e autoridades municipais a ação da *The São Paulo Tramway Light & Power Company*. Essa empresa de capital canadense-anglo-americano mantinha o monopólio de nada menos do que o fornecimento de gás, eletricidade, transportes urbanos, telefones e água, reunindo, desse modo, quesitos fundamentais para impactar os preços do solo e os sentidos da expansão urbana paulistana. Não é gratuito que frente a esse cenário Sevcenko (*ibidem*) tenha se referido ao mencionado monopólio e seus efeitos como “uma poderosa arma especulativa (...) apontada contra a população”.

Em outro relato que ilustra bem essa alcunha, o historiador mais uma vez relata os interesses da empresa e dos cidadãos em antagonismo. As enchentes que vemos noticiadas ano após ano nos noticiários sem qualquer medida efetiva das autoridades já eram sentidas e conhecidas à época. A despeito da necessidade de intervenção para sanar ou ao menos amenizar seus efeitos destrutivos, sentidos principalmente pela população de baixa renda, a Light conseguiu, em 1927, autorização dos governos locais e federal para promover obras no sentido de alargar, retificar e inverter o curso do Rio Pinheiros, numa estratégia para obter máxima produtividade do seu complexo hidrelétrico em Cubatão. Para viabilizar a inversão do fluxo, as represas utilizadas encontravam-se em nível máximo, ao contrário do que desejava a população, que via vantagem em se manter os níveis com margem de segurança a fim de se evitar possíveis desastres. Nesse contexto, as cheias de 1929 foram marcadas por esse envolvimento da empresa, piorando muito os efeitos das chuvas que se acumulavam em sucessão e deixaram muitas pessoas desabrigadas e desassistidas. Sua participação se agravaria quando viesse a público que a concessão de que fazia uso a Light para ação sobre os rios previa a apropriação pela empresa dos terrenos considerados alagáveis e que a mesma teria regulado as barragens selecionando os terrenos de que gostaria de se apropriar⁶⁷. A relação promíscua entre elites, administração pública, política e algumas empresas

⁶⁷ Ver *SÃO PAULO. Cidade. Em Cartaz*: guia da Secretaria Municipal de Cultura. n. 33, mar. 2010. p. 56-57 e SEABRA, Odette C. de L. Enchentes em São Paulo. Culpa da Light? Memória, São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano 1, n.1, 1988.

diretamente envolvidas nos negócios da cidade (como a City e a Light) deu muito fôlego para os negócios especulativos.

Ampliando suas compras de terrenos, por volta de 1912 a Cia. City controlava cerca de 37% de toda área urbana de São Paulo. Graças aos seus laços com a Light e com figuras-chave da política local, a City pôde usufruir do acesso, em condições privilegiadas, a serviços básicos de infra-estrutura e valorização estética dos seus loteamentos, podendo contar com serviços subsidiados, financiados e priorizados da prefeitura, além de isenções de impostos por períodos prolongados, às expensas dos cofres públicos e das áreas mais populosas e carentes da cidade, urgentemente necessitadas de serviços básicos. (SEVCENKO, *Ibidem*, p. 126)

O historiador prossegue com a caracterização identificando, por um lado, fluxos intensos de migração e crescimento da cidade, pressionando os preços de terrenos e imóveis; por outro, arsenal bem equipado e instalado de forças especulativas com anuência e até mesmo participação das autoridades da cidade. Outra narrativa ilustrativa cita o caso do Bosque da Saúde que havia sido vendido pela Câmara em 1919 e depois recomprado em 1921 com valorização absurda, por 5,5 vezes o valor da venda original. Como consequência desse cenário, pensões e cômodos brotavam na cidade como resposta ao aumento intenso da demanda por acomodações. Nesse movimento, a subida intensa dos preços teve como alternativa nefasta (mas possível) a proliferação dos cortiços. “Era como se houvesse algo deliberado na desídia pela qual a cidade, sem uma identidade definida, era entregue às vicissitudes do seu crescimento convulsivo, sem significativas considerações quanto à sua condição futura.” (SEVCENKO, *Ibidem*, p. 127).

O jornal O Estado de São Paulo, em 1921, soltou série de artigos sobre o bairro do Brás, que sediou a proliferação de muitos cortiços. Segue um relato:

Pode-se dizer que São Paulo e o Brás são duas cidades perfeitamente distintas. A topografia do município, acidentada e irregular, interpondo-lhes o vale do Tamanduateí e a colina do Carmo, sobre cujo planalto se estende a parte nobre da cidade – digamos assim – imprimiu a esta um cunho de privilégio, de todo em todo imerecido e injusto. Dir-se-ia que, além, para lá dos vestígios das antigas fortificações do aglomerado de Anchieta, vegeta uma população imerecedora das atenções de nossos governantes, para qual olhamos com o desprezo de senhores feudais a servos e vilões. Sejam justos. (...) Ali vivem os que conquistaram a hegemonia industrial no país e na América do Sul. No entanto, penetremos naquele bairro e veremos a injustiça com que é tratado. Afastemo-nos das artérias principais e depararemos com o descabro das suas ruas, esburacadas e lamacentas, intransitáveis nos dias chuvosos, inabitáveis, pela nuvem de poeira que as envolve, quando faz sol. E a iluminação? Dessa nem é bom falar. E por que isso tudo? Porque na Câmara Municipal não há um

único vereador que se condoa da sorte dos seus habitantes, que vele pelos seus interesses e pela melhoria de suas condições. (...) De fato, cabe esse direito a quem concorre com uma grande parte dos impostos municipais.”⁶⁸

Sevcenko deixa claro que o cenário cotidiano em si era muito distinto daquele testemunhado nos bairros mais nobres da cidade: enquanto um sediava um grande ir e vir de gente, nos outros eram os automóveis que tomavam o espaço da gente na rua. Relatos como esses eram comuns também para o bairro do Bixiga, com dinâmica semelhante. Para desespero das camadas mais pobres e marginalizadas, o descaso não era o único tratamento estendido às áreas que ocupavam, em especial se estivessem em maior proximidade do centro da cidade.

A população mais pobre, maioria na cidade, arcava com o lado espoliado dessa dinâmica que descrevemos com diferentes elementos: aumento dos aluguéis, subemprego, condições impróprias de moradia, falta de ação pública (ou ações contra seus interesses), especulação imobiliária, alta dos preços de alimentos, roupas e artigos em geral da vida urbana. Esse cenário deixava essas populações particularmente expostas às enchentes, hostilidade da polícia, doenças em geral, alimentos falsificados (que se proliferavam no contexto de interrupção do comércio durante a 1ª Guerra Mundial e o cenário de expansão urbana da cidade). Assentamentos nos arredores da cidade (mais baratos) expunham essa população à poluição crescente e à contaminação dos reservatórios de água, além da ocupação de mananciais que muitas vezes recebiam dejetos das indústrias e careciam de serviço adequado (ou qualquer serviço) de água e esgoto. Isso tudo era agravado pela ausência de assistência médica pública e os preços proibitivos pedidos pelas consultas privadas, vitimando, em maioria, os mais pobres.

Sevcenko descreve um cenário complexo de acirramento de tensões com enriquecimento ao mesmo tempo em que crescia sobremodo a pobreza e miséria urbanas. Nesse contexto geral que traçamos até aqui, levava-se um projeto de modernização da cidade, sendo o orçamento municipal utilizado em larga monta nas obras de aspiração internacionalista das elites. Abertamente, quando conveniente se mostrava, os locais antes ignorados receberiam a atenção das autoridades locais. Os locais, não as pessoas. Essas eram retiradas e obrigadas a procurar nova sorte em outro local. Essa era a dinâmica de incorporação de locais ao projeto de modernização da cidade, pouco diferente do que testemunhamos nos dias de hoje. Numa ilustração desse processo, Sevcenko cita que sob o

⁶⁸ Do Estadinho, “seção livre”, “*o partido municipal*”, OESP, 18/9/1919, p. 8 *apud* SEVCENKO, 1992. p. 130.

pretexto da comemoração do centenário da independência seriam inclusas no programa de reformas urbanas áreas centrais escanteadas pela atenção governamental. O historiador afirma que:

(...) as autoridades não faziam segredo da sua intenção de desapropriar e excluir destas áreas os núcleos de populações cujo estado extremo de miséria as forçara a se aglutinar em casebres às margens da Várzea do Carmo e da Baixada do Piques. Eram núcleos com forte presença de negros, resultantes originalmente de grupos de escravos evadidos de lavouras e aquilombados naquelas zonas até então insalubres, abandonadas e sem valor. O projeto só dispunha sobre a evacuação dessas populações, equiparadas em linguagem discricionária agressiva aos estigmas dos insetos, da sujeira, da doença e do crime, sem fazer qualquer menção à sua realocação ou seu destino. (SEVCENKO, *Ibidem*, p. 140)

Tratamento similar recebia o operariado da época nas fábricas. O autor descreve o cotidiano dos operários como estruturalmente violento e repressivo.

Fosse pela excessiva oferta de mão-de-obra na maior parte do tempo, fosse pelas rivalidades étnicas convenientemente exploradas, fosse ainda pela alta rotatividade dos empregados mantida como política das fábricas, os operários se encontravam sempre num quadro adverso. Acima de tudo, a disciplina nas fábricas e as longas jornadas de trabalho, marcadas pela vigilância implacável, pelas multas humilhações, proibições, punições demissões sumárias e, no caso das crianças, por espancamentos e castigos físicos, fazia os jornais operários e comunitários falarem em regimes de ‘galés’ e de ‘escravidão’. (SEVCENKO, *Ibidem*, p. 144)

A urbanização-industrialização se deu, reiteramos, explodindo os problemas já existentes nas cidades antes delas, relacionados com a estrutura fundiária e instâncias de execução e reprodução do poder, que passam então a incorporar cada vez mais preocupações industriais. A industrialização exacerbou aquelas condições, ao mesmo tempo fundando novos setores de valorização, novas oportunidades, ampliando antigas ligadas ao comércio, por exemplo, ou ainda à agropecuária. Ao mesmo tempo, elevou sobremodo a pressão sobre a cidade e serviços públicos, contribuindo para a marginalização de parte dos fluxos de imigrantes que chegavam e tinham dificuldades de encontrar moradias. A industrialização promoveu a alteração do processo de acumulação de capital, passando de uma estrutura agrário-exportadora para a industrial, trouxe o país para o estilo de vida moderno (como lembrou Caio Prado Jr.). Abriu oportunidade de enriquecimento e acumulação em novos setores que, através dos enganches setoriais, experimentaram aumento de suas escalas, produção, dinâmica etc. Do ponto de vista urbano, podemos afirmar que se desenrolou um processo essencialmente desigual (o da indústria – que opõe o capitalista e o operário) sobre

uma base já extremamente desigual (a cidade de 1920 era, como vimos, desigual, refletia muitas das desigualdades encontradas no campo. A elite urbana era fundamentalmente a elite cafeeira e a conformada na operação do complexo cafeeiro – comerciantes, banqueiros, importadores etc)⁶⁹.

Mesmo a possibilidade de autodeterminação potencialmente conquistada com a introjeção das novas práticas técnico-produtivas não nos serve de consolo ou amparo. Essas estruturas foram capturadas e colocadas à disposição do capital internacional, impondo seus ditames e taras sobre o processo de acumulação e apropriação. Mesmo o capital nacional, a partir da internacionalização mais difundida e profunda do capital passaria a assimilar esse proceder. Ao invés de operarem no sentido de abrandarem as desigualdades e a profunda heterogeneidade, fizeram o contrário, constringendo as possibilidades minguadas de se utilizar recursos para tanto. O Estado, desde relatos da década de 1920, parece operar com orçamento restrito. Orçamento, como indica Villaça em diversas oportunidades ao longo de suas obras, é questão de prioridade. Além disso, coaduna ou é condescendente com práticas especulativas que se agudizam conforme se intensificam as pressões sobre o consumo (no sentido mais geral possível) do espaço urbano e serviços públicos.

É preciso ainda lembrar que a reunião das condições capitalistas de dinâmica econômica em São Paulo se traduz em capacidade produtiva, mas também em capacidade de controle sobre o trabalho, sobre condições gerais de vida da população. O crescimento econômico paulista e do resto do país passa a inserir novos problemas e soluções. Esse é o caminho do descaminho. Esses novos problemas da dinâmica econômica sobre a cidade, sobre os beneficiados (ricos) e restante da sociedade abrem margem para as falácias, falsos-problemas, para subterfúgios ideológicos. Ao invés de ser colocada como prioridade a resolução das heranças e absurdos sociais intocados, passam a priorizar a reprodução da dinâmica econômica, manutenção das escalas, novas possibilidades de enriquecimento como possibilidade de erradicação, como num passe de mágica, de todas as mazelas criadas e experimentadas em nossas cidades.

⁶⁹ Souza (2016) aponta para o caráter eminentemente continuísta e a falta de ruptura que caracterizou a “Revolução de 1930”. Na comparação internacional que apresenta, da desigualdade medida pela concentração da renda no centésimo mais rico da sociedade, aponta que, mesmo antes de 1930, o Brasil já apresentava patamares elevados de desigualdade, mas apenas pouco acima dos principais registros internacionais, na casa dos 20% da renda total. Na primeira metade da década de 1940, entretanto, enquanto nos países desenvolvidos essa parcela já se mostrava sensivelmente menor, no Brasil atingiria um dos seus pontos mais elevados entre 1926 e 2013, acima de 30%!

Coloca-se, dessa forma, uma contradição clara entre quem possui os meios de condução e controle sobre a dinâmica econômica e aqueles a quem cabe arcar com os resultados disso. Uma das melhores formas possíveis de se sintetizar isso é apresentado em passagem de *São Paulo: Sinfonia da Metrópole*⁷⁰ ao tratar dos trabalhadores que participaram da expansão da cidade na década de 1920: “A mão obreira. Braços que se erguem e que se abaixam. Cyclopes suarentos. Constructores de cidades que fizeram *nosso* conforto...”. Há pelo menos duas questões importantes nesses dizeres apresentados pelo filme. Em primeiro lugar, a caracterização das pessoas, dos trabalhadores urbanos e operários, tomados ora como parte de máquina (evocados como um pistão que sobe e desce no funcionamento de um motor, como braços, apenas), ora como monstros suados, mas não como pessoas que vivem, trabalham e se utilizam da cidade. Adicionalmente, fica clara a separação aludida entre o trabalho *deles*, que construíram a cidade para o *nosso* conforto. Essa é a tônica que já regia a capital paulista antes de intensificado o processo de industrialização e urbanização a partir de 1930 e que se mantém ao longo do tempo, ganhando contornos críticos com os intensos fluxos migratórios e escamoteamento dos problemas sociais e urbanos advindos da postura das autoridades, por vezes negligente, mas também participando de forma ativa, como vimos, da situação crítica de vivência das classes mais pobres.

2.2 Industrialização e urbanização 1970-1990

Se o período destacado anteriormente foi marcado pela forte expansão industrial, ora arrastando e ora sendo arrastada por atividades complementares e correlatas, temos, entre

⁷⁰ *SÃO PAULO, A SINFONIA DA METRÓPOLE*, 1929, São Paulo, SP. dir, arg e fot: Rudolf Rex Lustig e Adalberto Kemeny; rot: Adalberto Kemeny, João Quadros Júnior e Nivaldo Ambra; fot: Adalberto Kemeny; sng: Lamartine Fagundes; mus: Gao Gurgel; let: João Quadros Júnior; red: Nivaldo Ambra; cpr e lab: Rex Filme; dis: Paramount Filmes; sis: RCA; p&b, 35mm, 70 min. Trata-se de um documentário que retrata a cidade de São Paulo no final da década de vinte. Para a realização do filme os diretores Rodolfo Lustig e Adalberto Kemeny inspiraram-se na ideia de "Berlim: sinfonia da metrópole" (1927) (*Berlin: Die Sinfonie der Großstadt – 1927*), documentário dirigido pelo alemão Walter Ruttmann. O filme é mudo, mas não por isso deixa de transmitir sua mensagem. A sequência de imagens vai tecendo uma narrativa de culto à modernidade que acaba de chegar, ou que se quer ver presente. São Paulo é exposta como sendo uma cidade moderna, comparada a muitas outras metrópoles norte-americanas ou europeias, muito embora as imagens mostrem somente aquilo que interessa à construção da ideia de que a cidade já faz parte do “progresso”. Os produtores manejam as imagens de modo que a sucessão delas transmita uma ideia de ordem social: as crianças nas escolas, os operários nas fábricas e os demais trabalhadores nas ruas.

1970 e 1990, uma clara transformação dessa dinâmica. O início apresenta o ápice do movimento identificado no período anterior, numa dinâmica que se transforma e deteriora na década de 1980. O fim da década de 1980 traria consigo também o fim do projeto desenvolvimentista que marcou meados do século XX no país.

A década de 1970 seria a última marcada por forte expansão econômica e industrial. O projeto do governo ditatorial continuou a sustentar investimentos pesados, dando suporte ao que se convencionou chamar de “milagre” econômico, período em que a economia brasileira ostentou altíssimas taxas de crescimento, tendo a indústria desempenhado papel crucial, em especial pela ampliação dos bens de capital e bens de consumo duráveis.

Cano (2008) identifica em meio à continuação da expansão da capacidade produtiva industrial, no entanto, uma importante alteração na dinâmica regional atestada até então, marcada pela concentração industrial em São Paulo. Entre 1970 e meados da década de 1980, a dinâmica econômica regional é marcada por o que o autor chama de “desconcentração positiva”. A alcunha é explicada em parte pelo contexto mais geral – deu-se em meio a taxas positivas e expressivas de crescimento. Fundamentalmente, o que ocorre nesse período é a superação das taxas de crescimento sustentadas no que Cano identifica como “periferia econômica” nacional em relação às obtidas por São Paulo, fazendo com que esse estado passasse a corresponder a uma parte relativa da indústria nacional decrescente – embora ainda bastante elevada.

É curioso notar que tomadas as décadas de 1950/60 e de 1960/70, quando a taxa de crescimento industrial de São Paulo cai, de 10,8% para 7,8% a concentração industrial em SP aumenta de 55,5% para 58,3% e o crescimento periférico desacelera um pouco. No período seguinte, embora a produção industrial ‘desconcentre’ um pouco (caindo para 53,4% em SP, em 1980), a taxa de crescimento em SP passa de 7,8% para 8,0% e a da periferia assume dimensões raramente conhecidas nos diversos processos de industrialização retardatária; o NO cresceu à média anual de 21,3%; o NE, a 12,7%; MG e RS, a pouco mais de 10%, PR a 12,9%; CO a 13,2%; SC a 14,2% e o ES a 16,3%! A única exceção, no período, é o RIO: cai de uma taxa em torno de 6% para a de 4,9% acentuando ainda mais seu declínio relativo de longo prazo. (CANO 2011, p. 166)

O autor destaca que mesmo essa desconcentração relativa é dinamicamente puxada por São Paulo, fortalecendo os laços e nexos de complementariedade da indústria nacional. O crescimento da escala e a diversificação setorial favoreceram a ampliação da indústria em praticamente todos os estados. Cano (2008) ainda aponta que esse processo de desconcentração industrial foi ainda favorecido pela ação do governo federal que passou a

realizar investimentos pesados em diversos pontos do país, em especial em transportes, comunicação, energia, com presença ainda de empresas estatais.

Esse processo de desconcentração deu-se de forma conjugada. Vimos que favoreceu outras partes do território nacional, mas desenrolou-se ainda dentro do território paulista. Cano (ibidem) destaca que a desconcentração positiva deu-se em dois vetores: um interestadual e outro dentro do estado de São Paulo. Nesse sentido, mostra que a indústria avançou para o interior, tendo aumentado a participação relativa do agregado conformado pelo estado paulista excetuada a região metropolitana de São Paulo. Para tanto contribuíram a dinâmica agricultura paulista e a presença de mão de obra e mercados consumidores. A instalação da Universidade Estadual de Campinas e de projetos e empreendimentos governamentais (como refinarias e indústria aeronáutica) também favoreceram a expansão industrial nesse sentido. Faziam-se sentir sobremaneira na capital paulista os efeitos da urbanização acelerada nos moldes já descritos no tópico anterior, trazendo consequências para o trânsito, meio ambiente e preços de solo urbano. Muitas indústrias buscavam ainda, no interior, condições menos restritivas do que as paulistanas de requisitos ambientais e custos de aglomeração, ou ainda mão de obra mais barata, driblando a organização sindical que se desenvolvera no ABC paulista.

Prosseguiu ainda o processo de modernização da agricultura, em especial em São Paulo, mas também no Sul do país e Centro-Oeste. O emprego de maquinário agrícola era favorecido por políticas governamentais, ampliando mercado consumidor para esse segmento industrial, ao passo que ampliava a eficiência no campo, aumentando a produção que viria a ser transformada pela indústria. A produção agrícola com perfil exportador mostrava-se importante na estratégia de obtenção de divisas para o prosseguimento da industrialização, havendo considerável troca de culturas, em detrimento daquelas ligadas ao trabalho familiar em pequenas propriedades. Por outro lado, ao mesmo tempo, isso contribuiu com a expulsão de mão de obra do campo, que rumava então para as cidades em busca de oportunidades de trabalho, o que foi intensificado pelo fechamento de algumas fronteiras agrícolas (como a do Paraná que passara a expulsar mais migrantes do que receberia). De fato, a década de 1970 marca ainda o ponto em que as migrações inter-regionais atingem seu ápice em termos de volume de pessoas em relação à década anterior em números absolutos⁷¹. O Estado de São Paulo recebeu 57% do fluxo migratório da década de 1970, ampliando suas recepções líquidas

⁷¹ Refere-se à diferença entre os anos de 1980 e 1970 segundo dados do IBGE apresentados por Cano (2011), parte IV, cap.2.

para quase 3 milhões de pessoas⁷². Desse fluxo intenso de pessoas, Cano (2011) estima que entre 750.000 a 900.000 tenham se alocado fora da Região Metropolitana de São Paulo, sendo que cerca de 600.000 teriam ido para a região de Campinas.

O processo de desconcentração produtiva seria beneficiado ainda por tentativas de se estancar a explosão urbana paulistana (e mesmo carioca). Vimos na seção anterior como as ações governamentais convenientemente deixavam de atuar sobre as causas dos problemas urbanos que se agravaram a partir da industrialização-urbanização, catalisadas pelas transformações experimentadas na unidade entre produção, consumo e distribuição de perfil mais moderno. O intenso crescimento da década de 1970 não trouxe novidades nesse sentido.

O vaticínio e o temor de uma "explosão" demográfica, "vis-à-vis" o agravamento das finanças públicas, estimulou, salvo raras exceções, formas de pensar "soluções" escamoteadoras ao problema urbano. Isso foi reforçado pelo autoritarismo pós 1964 e as falsas soluções resultaram de posturas político-institucionais como as de que: 'São Paulo precisa parar'; 'faz-se necessário uma política de interiorização da indústria'; 'faz-se necessária uma política de desconcentração industrial' e outras semelhantes. (CANO, 2011, p. 41)

De fato, a questão é agravada pela condição das finanças públicas, mas o é, anteriormente, pela banalização das próprias autoridades. Poderíamos ter um cenário de priorização das questões urbanas mesmo com orçamento acanhado, não fossem as estruturas governamentais tão fortemente amarradas aos donos do poder econômico. Dessa forma, sob essas bandeiras citadas, abriu-se espaço inclusive para que ganhasse destaque a guerra fiscal, com municípios e estados disputando através da doação de terrenos, renúncia fiscal e outras "benesses", a instalação de empresas. Isso, na prática, não raro contribuía para o agravamento da situação fiscal utilizada como pretexto para a persistência dos problemas urbanos.

Vimos como as autoridades tomavam a questão da favela e da miséria. A ação voltada para esse segmento da população entra na categoria "tautológica" apontada por Lefebvre: mais importante do que vencer essa questão, por parte dos governantes, é parecer atacá-la. Essa, inclusive, foi a tônica geral dispendida pelo governo ditatorial às políticas sociais e urbanas, como já apontado. Fagnani (2005) indica como características gerais o centralismo administrativo e fiscal no planejamento e operação dessas políticas, assim como o viés conservador que se apropriava de demandas relevantes populares que nunca encontravam solução. O exemplo mais recorrente e notório sendo o da habitação, agravado no quadro de salários baixos, custos altos e massas de migrantes necessitando de moradias. O Banco Nacional de Habitação, operando recursos financeiros para sanar a questão do déficit

⁷² Cano (2011), na parte II, cap. 4.

habitacional, pouco ou nada fez para a população de renda de até três salários mínimos, faixa em que se encontra o principal problema de moradia. Ao invés disso, priorizou o crédito a faixas mais rentáveis, o que fez com que Bolaffi (1976) denunciasse que o intuito dos esforços dispendidos pelo governo ditatorial teria sido muito mais no sentido da ativação da dinâmica econômica (pelo potencial dos nexos econômicos da construção civil e os setores relacionados) do que para sanar a questão habitacional⁷³. Ao mesmo tempo, foram exacerbados pelo centralismo da ditadura os problemas gerados pela localização longínqua de moradias e a dinâmica de valorização de terrenos, alimentando por seu intermédio a especulação imobiliária.

Ficam, destarte, muito mais aparentes as contradições econômicas e sociais. Entre 1930 e 1980, o crescimento econômico não se traduziu em superação da miséria, da exclusão social, ou mesmo em garantia de boas condições de vida (seja nas cidades ou no campo). Solidarizou-se, outrossim, com a concentração de poder e crescente sintonia entre as condições de valorização de riqueza e as ações do Estado. É notório que o período que ostentou as maiores taxas de crescimento econômico na história do país tenha sido também aquele em que mais se ampliaram as desigualdades sociais, em que explodem as principais mazelas urbanas – chegando Cano a avaliar a questão como “caos urbano”. Ganha essa alcunha por remeter ao descontrole dos principais problemas que se agravavam aos olhos de todos, por vezes relevados na literatura econômica por conta da taxa de expansão do PIB.

A expansão industrial do país, como é sabido, foi intensa, e seu ritmo foi ainda maior na periferia do que no Estado de São Paulo. Contudo, a heterogeneidade estrutural prevaleceu: o êxodo rural intenso e a deficiência na interação indústria/serviços provocaram a maior inchação urbana de nossa história, a despeito da grande incorporação produtiva de mão-de-obra que a economia proporcionou. (CANO, 2011, p.132)

Mas foi justamente pelo modo como se deu essa incorporação produtiva de mão de obra que se atingiu as exuberantes taxas de crescimento industrial. Quando olhadas em conjunto as diferentes políticas e ações tomadas pelo governo militar, fica difícil não lhe atribuir a intenção de retirar esse resultado. A modernização do campo e a concentração fundiária associada; a aceleração do crescimento industrial com políticas ativas de arrocho salarial; a ampliação das escalas produtivas, aproveitando-se do mercado consumidor em expansão como resultado do intenso êxodo rural; a decorrente valorização do solo urbano; as políticas sociais centralizadoras e escamoteadoras; a inflação que se acelera (em parte como

⁷³ Algo que seria retomado tempos depois pelo governo do Partido dos Trabalhadores com o “Minha Casa, Minha Vida”. Ver Arantes & Fix (2009).

contrapartida de empresários ávidos por ampliar seus ganhos frente a um mercado em expansão); o agravamento da situação fiscal que esconde a conivência e envolvimento da gestão pública no agravamento de questões urbanas; o aparato repressivo militar à disposição da ditadura – tudo isso aponta para o mesmo sentido de superexploração da força de trabalho e remete a uma frase célebre do filme *O Capital* (2012), do diretor Costa-Gavras, em que uma personagem sintetiza muito bem a exploração a que as pessoas estão sujeitas no capitalismo: exploram-nas três vezes. Como funcionários, como consumidores e como cidadãos. Aplica-se muito bem ao que nos dedicamos aqui. Como funcionários estão sujeitos às políticas e ações que represam o nível do salário mínimo em patamares baixos. Como consumidores estão sujeitos às estratégias de comercialização e marcação de preços controlados pelos empresários, tendo que arcar com custos cada vez maiores de bens e serviços necessários à sobrevivência nas cidades, sendo claramente os trabalhadores em geral, mas especialmente as parcelas mais pobres, aquelas mais vulneráveis aos processos inflacionários. Finalmente, como cidadãos estão sujeitos a uma carga tributária regressiva por um lado e, pelo outro, como última prioridade como possíveis beneficiários de gastos públicos.

Nesse sentido, a dinâmica regional estudada por Cano toma contornos mais preocupantes, pois mesmo no período de desconcentração positiva, a expansão da industrialização-urbanização significou, em alguma medida, a “exportação” do modelo paulistano para outros pontos do território, reproduzindo ali a mesma sorte de problemas verificados na capital paulista e sua região metropolitana. Dessa forma, compatibiliza-se um cenário em que ao mesmo tempo se vê a pobreza urbana exacerbada e a ascensão de questões como o trânsito causado pelo excesso de automóveis. São as intocadas questões de acesso à terra, as desigualdades de riqueza e renda, e a sistemática negligência de políticas que atuem sobre isso que permitem a explosão do tal “caos urbano”. É preciso refletir, frente ao que vimos, sobre essa “ordem” imposta necessária para que se configurasse o “caos”.

Se a tônica impressa sobre o processo de urbanização entre 1930 e 1980 teve como resultado essa configuração, tendo como essencial o processo de industrialização e crescimento econômico, o que se poderia esperar a partir do momento em que o cenário se revertesse e a geração de excedentes econômicos minguasse? Havia limites para o crescimento pautado nessas práticas espoliativas, o que foi acutizado pela reversão do cenário internacional e da possibilidade de garantir recursos e investimentos estrangeiros de forma fácil. Além das crises do petróleo ao longo da década de 1970 (1973 e 1979), fizeram-se sentir os efeitos da alta dos juros dos EUA em 1979, iniciando um período de escassez

relativa de liquidez internacional. A década de 1980 começaria com recessão no Brasil e o cenário internacional cada vez mais tomado por posturas neoliberais, em especial nos EUA e Inglaterra. A economia brasileira vinha passando por um processo de aceleração inflacionária e problemas fiscais que se aprofundaram, em especial com a assunção pelo Estado de dívidas privadas⁷⁴. Isso foi fundamental para a explosão da crise da dívida externa. Cano (2011) aponta que o PIB caiu entre 1980 e 1983 a uma média anual de 1,7%, ampliando-se também o desemprego. A retomada do crescimento se deu na segunda metade da década, impulsionada principalmente pelas exportações e com taxas médias inferiores às da década anterior.

Esse quadro favoreceu alterações no mercado de trabalho urbano, com ocupações de caráter de “estratégias de sobrevivência” ganhando espaço. Proliferaram-se, desse modo, subempregos, mas também se ampliaram a violência urbana e o contingente de desempregados e desabrigados nos principais centros urbanos. Cano (2008) afirma que se esvaem as acomodações sociais presentes até então, sustentadas pelo crescimento econômico. Já não há ampliação do emprego ou espaço para contingenciamento salarial, corroído pela crescente inflação. Após tentativa de implementação de medidas para superação da inflação de caráter heterodoxo em 1986, com o Plano Cruzado, o governo militar voltou a adotar políticas de perfil ortodoxo, havendo assim pouca margem para uma saída anticíclica.

Kowarick (1979), valendo-se de dados do DIEESE para Abril de 1975, coloca que

Favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários. Essa situação tende a se agravar, na medida em que se vêm deteriorando os salários. Para os gastos básicos de uma família – nutrição, moradia, transporte, vestuário, etc. – aquele que em 1975 ganhava um salário mínimo deveria trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, isto é, cerca de 16 horas durante 30 dias por mês. (KOWARICK, 1979, p. 41)

Do ponto de vista da concentração produtiva regional, a crise traz importantes desdobramentos. Se, entre 1970 e 1985, há clara sinalização no sentido da desconcentração industrial, entre 1985 e 1989 isso já não é tão claro. Para a década de 1980, os indicadores apontam uma desaceleração no processo de desconcentração produtiva. Cano (Ibidem) identifica que a recessão atingiu muito mais pesadamente o principal centro econômico do país. Assim, as taxas de crescimento do restante do país seriam baixas, mas ainda mais baixas em São Paulo. Estatisticamente, o resultado seria de indicadores de concentração menos elevados para São Paulo em relação à década anterior, porém num contexto bastante diferente.

⁷⁴ Ver CRUZ, (1984).

Isso fez com que o autor adjetivasse, a partir de 1985, a desconcentração como espúria ou negativa, diferentemente do que ocorria até então. O principal centro industrial do país passaria cada vez mais a sentir ainda a concorrência internacional que passava a desenvolver produtos de maior valor agregado com o desenvolvimento dos computadores e microeletrônica.

A reversão do quadro de crescimento econômico da década anterior, em adição às condições cada vez mais escassas de intervenção sobre as condições de vida da população nos centros urbanos, graças à crise fiscal e à inflação, contribuiu para a articulação de movimentos populares em prol da redemocratização. Parte de suas demandas seria incorporada à Constituição de 1988, mas o fim da ditadura infelizmente somou-se a uma longa lista de continuidades da história brasileira, tendo sido meticulosamente conduzida dentro de parâmetros com que as elites nacionais e suas expressões regionais se sentiam confortáveis.

Finda a década de 1980, exaure-se o projeto desenvolvimentista e mesmo as condições domésticas e internacionais que o viabilizaram. Se do ponto de vista da estrutura produtiva houve avanços consideráveis, do ponto de vista social não são escassos os motivos para lamento. As desigualdades se ampliaram com a mesma velocidade com que se integrou o tecido industrial no país e as condições de vida nas cidades, embora abrigassem possibilidades de maior conforto com o avanço tecnológico – em especial incorporado às comunicações e utilidades do cotidiano – mantinham-se (deliberadamente) restritas às camadas de maior poder aquisitivo. A síntese de Kowarick (1979) parece bastante acurada:

Na realidade, o crescimento econômico recente forjou uma sofisticada sociedade de consumo cujo acesso é altamente restritivo. O fulcro dinâmico da expansão industrial dos últimos 15 anos centrou-se nos artigos de consumo durável de luxo e teve necessariamente de se apoiar nos estreitos círculos de renda média e alta, a quem, efetivamente, o crescimento econômico beneficiou. Os estratos inferiores não só foram excluídos, como também pagaram um alto preço pelo aumento de riquezas. (KOWARICK, 1979, p. 49)

Os dados trabalhados e apresentados por Souza (2016), sobre a fração da renda apropriada pelo centésimo mais rico da sociedade brasileira, registraram seus patamares mais elevados entre 1940 e 1945 e, novamente, entre 1985 e 1990, superando 30% da renda total. Mesmo o seu ponto mais baixo, entre 1960 e 1964, esteve em patamar internacionalmente elevado, na casa dos 17%.

Enquanto as elites urbanas buscavam isolar-se do restante da sociedade (seja em condomínios verticais ou horizontais), à sua volta ampliavam-se e reproduziam-se as formas

de sobrevivência das camadas populares, marcadas pelos subterfúgios do sub-morar, arcando com longas distâncias até o trabalho, locais de moradia inadequados ou carentes sobremaneira de infraestrutura básica⁷⁵.

2.3 O período 1990-2010: o avanço neoliberal

Há elementos de continuidade e algumas rupturas neste período em relação ao que havia se estabelecido até então. Os problemas fiscais e de inflação agora se arrastavam reorientando os esforços nacionais com cada vez mais permissividade de políticas e ideias neoliberais⁷⁶. O fracasso em superá-los e os interesses internacionais no realinhamento dos sistemas macroeconômicos nacionais em função da estabilidade econômica para os cálculos financeiros desviaram a agenda econômica do crescimento econômico colocando em seu lugar pautas voltadas para a estabilidade de preços e equilíbrio fiscal. Essa mudança de foco não veio acompanhada pela tentativa de se superar as imposições sociais ou os gargalos históricos que sustentavam as diversas faces da desigualdade no país.

A promulgação recente da Constituição de 1988 e a tentativa através dela de se implantar um projeto de sistema de bem estar social foram atacadas ao longo da década de 1990. Fagnani (2005) cita diversos esforços nesse sentido, anulando parte dos avanços conquistados pelos setores progressistas na redemocratização. Nesse mesmo sentido, os esforços de estabilização encontrariam solução na gestão Fernando Henrique Cardoso, através de abertura econômica e flexibilização. A estratégia de choque de oferta, abrindo mercados à competição estrangeira mais estruturada obteve sucesso em ancorar e estancar preços, ao

⁷⁵ Ou seja, prosseguiram as dinâmicas identificadas por Kowarick (1979), mencionadas no tópico anterior. Veremos a questão das localizações em São Paulo em maior detalhe na segunda parte deste trabalho.

⁷⁶ Laval & Dardot (2016) definem o atual caráter do neoliberalismo como uma racionalidade política que estende a lógica de mercado a toda sociedade por meio de técnicas, discursos e práticas institucionais, as quais teriam produzido uma subjetividade empresarial marcada pela competitividade. Os autores retomam as raízes e as origens históricas daquilo que consideram como neoliberalismo. “O grande erro cometido por aqueles que anunciam a ‘morte do liberalismo’ é confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo. Por isso, o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, isto é, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso. Porque este é o ponto principal da questão: como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves?” (LAVAL & DARDOT, 2016, p. 15)

mesmo tempo em que contribuiu para a manutenção de taxas de desemprego e do salário mínimo. No fronte externo, o câmbio sobrevalorizado exigiu uma estratégia para fechar o balanço de pagamentos que pressupunha abertura das contas de capital e a entrada de capitais estrangeiros. Isso foi facilitado em grande monta pelo processo de privatização que garantiu o influxo de Investimento Direto Estrangeiro. O problema é que a maior parte desse montante restringiu-se a troca de propriedade de empresas e não acréscimo de capacidade produtiva (Carneiro, 2007). Mais grave ainda, num segundo momento esse mesmo movimento ampliaria a saída de capitais através do alargamento das remessas de lucro às matrizes no exterior.

A estabilização da economia brasileira segundo a estratégia neoliberal⁷⁷, ligada a interesses estrangeiros, lançou mão de taxas elevadíssimas de juros para atração de capitais internacionais, tendo efeitos perversos sobre as taxas de investimento e a atividade econômica, que passou a apresentar um padrão errático, com taxas de crescimento baixas e que se ampliavam dependendo dos movimentos da economia internacional. Segundo Carneiro (2002), parte da estrutura industrial nacional sucumbiu frente à concorrência internacional, resultando em uma “especialização regressiva”, ganhando participação relativa os gêneros intermediários frente a aqueles mais avançados.

Novos desdobramentos viriam depois da crise russa, que abalou o cenário internacional em 1998, obrigando a gestão FHC a abrir mão do seu câmbio fixo. Adicionalmente, utilizou-se a dívida pública para acomodar grupos privados que haviam se endividado em dólar e quebrariam com a desvalorização cambial que se seguiu a reuniões com o FMI, impondo a aplicação de políticas ligadas ao Consenso de Washington para a estabilidade econômica. Essa gestão terminaria tendo obtido sucesso na contenção da inflação e no seu projeto de modernização, mas os custos sociais dos esforços de estabilização e submissão ao modelo internacional seriam fortes (Belluzzo e Almeida, 2002). Instituiu-se um verdadeiro pedágio social pago para ciranda financeira, em que se arrecada através de impostos regressivos e se orienta grande volume de recursos para o pagamento da dívida, mas principalmente seus juros, permitindo ainda rentabilidade elevada em títulos no chamado *overnight*. Chega-se ao nível da Lei de Responsabilidade Fiscal fixar dois pagamentos como intocáveis: os dos salários de servidores e os dos juros.

⁷⁷ Harvey (2008) reconhece o neoliberalismo como um projeto político conduzido pela classe capitalista corporativa, que sob intensa ameaçada política e econômica no fim dos anos 1960, e durante os anos 1970, lançou um projeto político objetivando frear o poder da classe trabalhadora. Ele apresenta diversos aspectos do neoliberalismo como estratégia de retomada de poder por parte das classes dominantes.

Nesse cenário, o planejamento passou a ser tomado por preocupações cada vez mais imediatistas e voltado para o esforço do superávit primário. Os investimentos públicos minguaram e houve alguma regressividade na composição da pauta de produtos industriais com os bens intermediários e de consumo não duráveis crescendo a frente dos bens de capital e bens de consumo duráveis. O que se manteria dos períodos anteriores seria a contenção de salários e ampliação da desigualdade social. Entre 1997 e 2004, o rendimento médio do trabalhador passou por queda constante, amontoando 18,1% de retração no período segundo a PNAD de 2009. Pior, mesmo em 2009 o rendimento mensal do trabalhador, ainda que tenha subido desde 2004, não superaria o atingido em 1996 (quando ainda estava inflado pelo câmbio artificial).

A modernização que acompanhou a abertura econômica e integração mais flexível nos roteiros internacionais de capitais e produção contribuiu para a disseminação da precarização do mercado de trabalho (Dedecca e Baltar, 1997). Avançou a terceirização e com ela as tentativas de se descaracterizar a relação de trabalho fazendo multiplicar os “empresários” e “empreendedores” que mantinham suas funções, mas agora fora da proteção da CLT, contratados a partir de operações comerciais de contratação de serviços. Nesse sentido, disseminam-se as estratégias de sobrevivência de que falamos no tópico anterior, atingindo agora também cargos de colarinho branco.

Depois da eleição de 2002, há alterações relevantes nesse sentido, com alguma melhora a partir de 2004. São algumas variáveis que se comportam de forma diferente, sem, no entanto, propor rompimentos com a tônica mais geral até então. A partir de uma retomada internacional do crescimento, capitaneado pela expansão da economia chinesa, muitos dos segmentos intermediários que cresceram tiveram seus preços ampliados, impulsionando a economia brasileira. Esse movimento foi acompanhado de uma estratégia de dinamização da demanda interna, com incentivos setoriais, ampliação real do salário mínimo, aumento do crédito e maior fiscalização das relações de trabalho, com aumento da formalização dos postos de trabalho (Baltar et alli, 2010). Isso permitiu ao país crescer a taxas médias maiores do que na década anterior, mas o governo progressista do presidente Lula perdeu, mais uma vez, a oportunidade de promover as reformas históricas necessárias para superação substantiva das desigualdades sociais⁷⁸.

⁷⁸ Souza (2016) mostra que nos anos 2000, se houve tendência de queda do índice de Gini, o oposto ocorreu com a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico, tendo se elevado no mesmo período, mantendo-se no patamar histórico entre 20% e 25%.

Para Cano (2008), prossegue a desconcentração produtiva espúria. Com taxas medíocres de crescimento e a regressão de parte do tecido produtivo, a dinâmica que se desenrola tem taxas ruins para São Paulo e “menos ruins” para o restante do país. As restrições impostas ao investimento e gasto públicos no contexto de flexibilização e maior penetração de interesses internacionais contribuiram para o alastramento das práticas associadas à guerra fiscal, promovendo uma disputa entre lugares pelo investimento privado. Essa lógica é bastante permissiva aos contínuos processos de mercantilização e privatização dos interesses, que passam a nortear a gestão pública e a condução individual de forma monotônica.

Dessa forma, as péssimas condições de vida nas cidades encontram um novo desafio. Há uma maior formalização das amarras à superação dos principais problemas urbanos. Não que o falseamento e escamoteamento tenham se encerrado, mas há mais restrições à capacidade dos diferentes entes federados, caso se decidisse por promover ações nesse sentido. Frente a isso se populariza o discurso empresarial e de mercantilização dos aspectos da vida urbana. Os direitos dão lugar à defesa do consumidor. Dessa forma, são disseminados e consolidados os principais serviços urbanos enquanto mercadorias e, como tal, sujeitos à lógica de valorização de capital antes da lógica de garantia de direitos. É assustador, por exemplo, como o problema da moradia foi equacionado no “Minha Casa Minha Vida” de maneira bastante similar a como vimos durante o período da ditadura militar. Tratou-se de algo muito mais eficaz para sustentação dos lucros na construção civil do que para efetivamente reduzir o déficit habitacional, sendo mais uma vez as faixas mais necessitadas aquelas que menos foram agraciadas. Ademais, salvo algumas exceções, manteve-se a lógica de ocupação de terrenos periféricos mais baratos, imputando à gestão municipal, principalmente, custos de expansão de infraestrutura e alimentando o circuito de especulação imobiliária. Arantes e Fix assim descreveram a iniciativa:

O problema da moradia é real e talvez seja um dos mais importantes no Brasil. Contudo, o "Minha Casa, Minha Vida" o formula falsamente, não a partir das características intrínsecas ao problema, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes – como já afirmou o sociólogo Gabriel Bolaffi em sua interpretação certa sobre o BNH. Ou seja, o pacote alçou a habitação a um ‘problema nacional’ de primeira ordem, mas o definiu segundo critérios do capital, ou da fração do capital representada pelo circuito imobiliário, e do poder, mais especificamente, da máquina política eleitoral. (ARANTES & FIX, 2009, p. 20)

A empresa de saneamento de São Paulo, a SABESP chegou a abrir capital nas bolsas de São Paulo e Nova Iorque, em mais uma demonstração da confusão entre serviços básicos e oportunidades de valorização, assumindo, dessa forma, o compromisso tácito de ações principalmente na manutenção da lucratividade e da valorização acionária. Há avanços em alguns setores, mas dependeram sobremaneira da disponibilidade de recursos federais, que não deixaram de priorizar os circuitos financeiros.

Se o projeto desenvolvimentista trouxe crescimento econômico elevado através da manutenção das desigualdades sociais, o período mais recente é marcado por precarização das condições de vida, direitos e mercado de trabalho, também com manutenção das desigualdades sociais. Se agora as taxas de crescimento são menores, garante-se a remuneração das elites e a valorização do capital num franco avanço às condições de vida e à reprodução do cotidiano das pessoas. Avança-se sobre a máquina pública e sua rotina com privatizações e a assunção da mercantilização de aspectos da vida urbana. Os serviços urbanos e direitos são contornados ou se corrompem dando espaço na sua operação para preocupações de valorização, antes da universalização e do acesso. É possível afirmar que a lógica financeira de *aparente* auto-valorização se alastra para os diferentes setores econômicos e seus segmentos, seja na produção industrial, na produção agrícola, até mesmo nos serviços informacionais e serviços públicos. A lógica financeira passou a ser o padrão sobre o qual se erigem modelos de negócios, dos mais diversos. É curioso e nefasto como as contradições essenciais do capitalismo acharam uma forma mais segura de avanço da mais valia relativa sobre os sistemas legais de bem-estar social, os serviços públicos e as informações pessoais, em adição às clássicas fórmulas.

2.4 As contrapartidas no planejamento urbano

Tentaremos aqui, a partir principalmente do conteúdo trabalhado por Villaça (1999), apontar os nexos existentes entre os desenvolvimentos de ordem econômica por que passamos com suas contrapartidas nas transformações no planejamento urbano no país. Acreditamos que para cada grande período há diferenças relevantes que são incorporadas no planejamento das cidades. Os desenvolvimentos técnico-produtivos, mas principalmente ideológicos, que embasam as transformações econômicas, claramente se estendem para a gestão urbana.

Afirmamos ao longo desse capítulo haver uma linha de continuidade no descaso com que as autoridades tratavam os principais problemas urbanos e esperamos agora conseguir trazer elementos mais detalhados sobre isso. Villaça parte da noção de que o planejamento urbano se delimita a partir da ação do Estado sobre o espaço intraurbano. Ele aponta que há uma dificuldade inerente no estudo proposto. Essa dificuldade advém da comum e confusa mistura de ação e discurso das autoridades sobre o espaço urbano. É comum confundir uma “fala” ou uma “intenção” com uma ação.

Para poder fazer a análise, o arquiteto propõe um movimento “do presente para o passado”. A investigação histórica que se propõe busca os elementos constitutivos e característicos ao longo do tempo daquilo que se encontra na forma básica (e ideológica) de planejamento atual, marcado pelos Planos Diretores. Não quer dizer que não haja ações de diferentes esferas de governo com impacto sobre o território da cidade. Como exemplo, cita a ação no governo ditatorial no campo da habitação ou do transporte, como já tratamos nos tópicos que se antecederam a este. Mas afirma que isso não se encaixa no conceito de planejamento urbano utilizado, embora seja inegável o efeito dessas ações. Nesse trajeto em busca dos elementos constitutivos do Plano Diretor, deu-se ênfase para o que era Plano ou Planejamento enquanto conjunto de ações ou discursos e também a aquilo que se pretendeu como “geral” ou “integrado” ou “de conjunto”.

A proposição central do autor é que o entendimento enquanto ideologia dos conjuntos de discursos e ações propostos pelo Estado é o fio condutor da narrativa do planejamento urbano no Brasil. Isso permite ver, através do tempo, as mudanças de conteúdo, nome e procedimentos associados ao planejamento urbano, hoje, sintetizado no Plano Diretor. Villaça deixa muito claro que essas transformações serviram como estratégias levadas pelas classes dominantes para renovar sua ideologia e fazer valer um projeto de hegemonia e dominação do qual colhem privilégios, ao mesmo tempo em que relegam para o restante da sociedade, de forma subordinada, situações relativamente piores ou de ajuste aos seus anseios e ditames (da elite).

Ele estabelece os três grandes períodos em que divide a análise. Até 1930; 1930-1990; a partir de 1990. O primeiro é marcado pelo urbanismo de melhoramentos e embelezamento, que carrega características da urbanização de contraposição à cidade medieval, com grandes obras e exaltação da burguesia e da lógica racional e monumentos nacionais. Suas referências são Versalhes, Washington, obras de Haussmann e de Pereira Passos. O segundo é marcado

pela ascensão do conhecimento técnico-científico e da racionalidade técnica como solução e norteadora da cidade. O terceiro é apontado como período de reação ao segundo.

A partir da década de 1930, a crescente substituição dos planos de embelezamento por aqueles de inspiração “geral” e técnica coincide com o aperfeiçoamento das estratégias e possibilidades de atuação dos agentes econômicos na sua apropriação urbana. O embelezamento de obras e monumentos dá lugar a obras de infraestrutura, transporte, saneamento, iluminação, há uma preocupação com a eficiência da cidade “como um todo”. O que não muda é o privilégio dado às áreas de interesse das elites e o escamoteamento dos problemas urbanos das classes de baixa renda. A mudança da lógica não contemplou também uma mudança no tratamento dos problemas urbanos arraigados na desigualdade social e econômica. Pelo contrário, as características do período 1940-1990, segundo Villaça, adotando um afastamento cada vez maior entre os planos e as demandas populares, com planos de prateleira, acabam consagrando um modelo de plano urbano que lembra muito a oposição comentada por Lefebvre, da necessidade de negar o conflito e a exclusão. O plano não pode dizer o que fará, mas também não pode deixar de dizer algo, então busca vender-se enquanto solução, sem nunca de fato encaminhá-la. Por muitas vezes, não consegue sequer tecer um diagnóstico razoável para os problemas que a cidade experimenta.

Villaça coloca no campo da ideologia o ponto central da questão do planejamento urbano. A partir de 1930, com problemas cada vez mais agudos, ganha espaço a ideia de que o cenário caótico e turbulento dos grandes centros urbanos se deve a uma suposta falta de planejamento e visão integrada. Desse modo, a aplicação de técnicas e métodos embasados e adequados seria capaz de prevenir e sanar os problemas urbanos. Ele coloca que há tempos as elites criam arcabouços técnicos e teóricos para enquadrar os problemas urbanos, conseguindo, no lugar, apenas ocultar as verdadeiras origens dessas questões e reforçando sua visão de cidade, sem nunca conseguir superá-los (os problemas).

Os Planos de Melhoramentos e embelezamento urbanos possuem origem renascentista, com apologia ao Estado burguês e sua classe dirigente. Atingiram grande penetração no mundo, em especial Madri, Barcelona, Paris, Budapeste, São Petersburgo, Buenos Aires, Chicago, Washington. No Brasil, vieram por influência de diferentes metrópoles mundiais, mas principalmente da França.

Aqui, este tipo de planejamento urbano foi o mais comum na intervenção pública sobre o espaço urbano até a década de 1940. Villaça cita presença desse tipo de abordagem

antes mesmo do início do século XX, em São Paulo ou Rio de Janeiro. A capital paulista teria recebido, na década de 1870, quase metade das receitas provinciais com gastos em embelezamento. É, inclusive, nessa década, que o autor aponta o aparecimento registrado da noção de planejamento urbano com que trabalha. O primeiro relatório da comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, de 1875. Nele é possível ver menções a uma ideia de “plano” com aspectos “gerais” ou “de conjunto” para intervenção na cidade. O autor aponta muito bem que, evidentemente, o que se chamaria de “geral”, à época, teria outro significado em 1950, assim como em 1990.

O urbanista apresenta relato sobre o planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro, em especial com a participação de Pereira Passos, que viria depois, prefeito, a aplicar uma reforma urbanística na cidade. As reformas tinham inspirações parisienses e não eram de forma alguma imunes aos interesses da especulação imobiliária. Villaça destaca que nunca mais, depois de 1906, um plano seria tão fielmente aplicado por uma gestão. Sevcenko (1992) evidencia também a influência estrangeira nessa mesma característica de intervenção urbana. Sobre a inclusão de São Paulo no roteiro internacional de espetáculos e sobre as aspirações das elites em relação aos padrões de Europa e EUA, escreve:

A artificialidade repentina e sem raízes da riqueza cafeeira, gerando uma metrópole complexa da noite pro dia, lançou as imaginações num vazio, em cujo âmago aspectos fragmentados das organizações metropolitanas europeias e americanas atuavam como catalisadores de uma vontade de ser, diante da qual as condições seriam sentidas antes como embaraço e do que como a base o fim de um empreendimento coletivo. (SEVCENKO, 1992, p. 113)

Entre as influências que participaram da remodelagem sincrética da paisagem tropical favorecendo estilos europeus, o historiador destaca a inglesa (através da City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co.), francesa, alemã, estadunidense (obrigatoriedade de se construir de três pavimentos pra cima no centro) e italiana. Eram comuns, desse modo, relatos de estrangeiros se sentindo “em casa” no cenário de grande metrópole de São Paulo. A orientação da intervenção urbana aliava-se aos interesses de se promover a apreciação imobiliária e, de forma conexas, a especulação.

Em termos de periodização, Villaça coloca que entre 1875 e 1906 deu-se a ascensão dos planos de melhoramentos e embelezamento e que entre 1906 e 1930 entrariam em declínio (mesmo sendo possível observar seus traços até mais tarde). Durante esse período, os planos refletiriam fielmente a capacidade de imposição dos anseios da elite da época, que abertamente colocava seus intentos e motivações, despreocupados com possíveis oposições

populares⁷⁹. A partir do plano de Pereira Passos, começa uma alteração nesse quadro, como consequência da própria importância que passam a ganhar as duas principais cidades do Brasil, com crescimento acelerado e a necessidade de se contemplar interesses cada vez mais diversificados com a instalação de indústrias e proliferação do comércio como elites que se somavam aos aristocratas rurais. Nesse sentido, o autor afirma que os planos passariam então a tentar justificar os fracassos das elites na superação dos principais problemas urbanos vivenciados à época.

Villaça cita relatório do prefeito paulistano Raymundo Duprat sobre o biênio 1912-1913⁸⁰, apontando a impossibilidade de se efetuar em sua integridade o Plano Bouvard para a cidade, indicando a necessidade de se atentar aos seus projetos no futuro. Mas mais importante, chama a atenção Villaça, é que ali ele, talvez em registro inédito, passa a priorizar a noção de “eficiência” e as obras de infraestrutura na cidade em oposição ao embelezamento. O então prefeito afirma que “(...) mais importante que a existência de monumentos e praças, deve-se dar à cidade uma disposição harmônica” (Cogep 1979, pg. 43 *apud* Villaça 1999 pg. 198).

Nas palavras de Villaça:

Esse relatório marca o início de um novo discurso, que durante a segunda metade do século será pronunciado por lideranças políticas e sociais, usado não mais para justificar obras que eram executadas, mas para tentar ocultá-las, pelo menos evitando seu anúncio antecipado, e para tentar justificar a falta de propostas para a solução dos problemas que se agravavam em nossas cidades. (VILLAÇA, 1999, p. 198)

A industrialização e a ascensão de camadas sociais proprietárias ligadas a ela, o comércio e a urbanização estão no centro da alteração de paradigma do planejamento para embelezamento para outro, ligado à eficiência e obras de infraestrutura. Villaça coloca que as grandes obras de consumo conspícuo passariam a perder sua importância relativa nos gastos dos governos locais em favor da construção das condições gerais de produção e reprodução de capital. Condições para a produção industrial, sua circulação e consumo, ligados a infraestrutura urbana ganhariam, então, maior expressão no orçamento e no ideário associado às transformações urbanas. Um dos marcos da transição para esse tipo de visão e que serviu de inspiração em diversas partes do globo data de 1927. Nesse ano, o *Regional Survey of New*

⁷⁹ Recomenda-se fortemente a leitura do excelente “A Revolta da Vacina” de Nicolau Sevcenko para uma ideia pormenorizada do cenário urbano do Rio de Janeiro à época das reformas e como a população reagiu e foi brutalmente reprimida no processo.

⁸⁰ Ver Villaça (1999) p. 198.

York and its Environs contou com o parecer de um economista contratado por comissão composta de alguns membros notórios do empresariado local. Robert Murray Haig colocou, assim, a economia no centro dos assuntos urbanos, buscando dar cientificidade e recurso técnico para uma interpretação do que ocorria na cidade. As mudanças na concepção e interpretação da cidade ficam atestadas nas palavras do próprio economista: “*Where the early plan was once content to be a noble design, the modern plan aspires to qualify also as a productive piece of economic machinery*”⁸¹. Em outro trecho, ele afirma ser necessário mudar o caráter econômico no planejamento urbano, de uma posição de bem de consumo para bem de produção.

Para Villaça, a organização do operariado no Brasil pode ser atribuída também à necessidade de se transformar as práticas urbanas. O crescimento das cidades e da indústria, a revolução de 1917 na Rússia, os moldes da organização europeia (grande parte era europeu), o descaso, abandono e desprezo das autoridades, tudo isso contribuiu para o fortalecimento de suas atividades. A organização operária foi importante porque fez nascer uma força que estaria no cenário político urbano do século XX, em especial a partir das grandes greves em 1917 e 1919. A década de 1930, como vimos, apresenta um cenário de transição com ascensão da organização popular e operária e, ao mesmo tempo, uma hegemonia em disputa entre aristocracia rural e seus apêndices urbanos e o empresariado urbano. Esses últimos cristalizam sua hegemonia na política urbana com o passar do tempo. Villaça afirma que mesmo com a ascensão da burguesia industrial como principal expoente hegemônico das elites, as disputas obrigariam a essa classe o uso todos os instrumentos à disposição para manutenção da sua posição de domínio. No cenário urbano, isso se consolidaria nos planejamentos urbanos.

Em alinhamento com aquilo que apresentamos no tópico 2.1, Villaça afirma que embora a burguesia urbano-industrial tomasse a posição de destaque e as rédeas do planejamento urbano e seus usos, o tratamento dispensado em relação às classes mais pobres não seria muito distinto daquele oferecido pela elite aristocrática de antes. Como evidência, cita Agache, em 1930, em conferência no Rio de Janeiro: “A favela é também uma espécie de cidade satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta porém de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de hygiene” (AGACHE, 1930. p. 19 *apud* VILLAÇA, *Ibidem* p. 203).

⁸¹ HAIG, 1927, p. 27 *apud* VILLAÇA, 1999 p. 200.

No mesmo sentido, em 1937, escrevia o então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas, Salgado Filho:

Mas será obra social atender-se a esses habitantes das ‘favelas’ do Distrito Federal, que não são, a rigor, operários? (...) Todos os indivíduos que ocupam essas ‘favelas’, essas casas, já denominadas de cachorro, não são trabalhadores que vivem de um trabalho honesto (...) Pergunto à Câmara: será obra social fazer-se uma edificação para esses vadios? (BMTIC, 1937a, p. 229-230, *apud* BONDUKI, 1994, p. 180)

Com esse perfil de posicionamento, Villaça afirma ser claro que os planos urbanos não possuíam o interesse de efetivamente resolver as principais mazelas urbanas. Os discursos aqui apresentados colocam as populações marginalizadas como “não pertencentes” como o “outro”, algo distante. Não se poderia mais afirmar abertamente que os planos urbanos nada fariam para sanar essas questões. Seriam, destarte, apropriadas ou esquecidas, conforme fosse mais conveniente. Conforme se avolumam as massas urbanas e se organizam, fica cada vez mais difícil manter o proceder de antes, com anúncio anterior de obras através dos planos, atuando especialmente no campo imobiliário e dos transportes. Villaça coloca da seguinte maneira:

Cada vez mais os planos passam a ser discurso apenas, pois a classe dominante não tem propostas para resolver os problemas que se agravam. Os dilemas e os interesses a serem ocultados pelos novos planos estão claros. Não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, porque estas não são de interesse popular. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 204)

Desse modo, a partir de 1930, em especial com os planos de Agache para o Rio de Janeiro e o de Prestes Maia para São Paulo, seguem em declínio os planos de embelezamento e melhoramentos e em seu lugar ganham espaço propostas que se advogam gerais e em favor da cidade como um todo; planos multidisciplinares e o surgimento do plano diretor. Villaça classifica então o período entre 1930-1990 como aquele em que basicamente imperam os planos técnicos e intelectuais. Embora embasados com estudos técnicos e extensa dissertação sobre os problemas urbanos e suas causas, ganhariam caráter de planos-discurso. Pouco se questionava sua viabilidade, procurando firmar-se pelo mérito do conteúdo elaborado. Esse grande período é subdividido pelo autor em três: i- Urbanismo e Plano Diretor (1930-1965); ii- Superplanos (1965-1971); iii- “Plano sem Mapa” (1971-1992).

O urbanista afirma que no período transitório que marca o fim dos planos de embelezamento e a ascensão do urbanismo e planos diretores, caracterizado por uma transição

de hegemonia nos ditames políticos e econômicos do país, advindos da industrialização e consagração da burguesia nacional como classe dirigente conviveram, com pouca sistematização, muitas preocupações, inquietudes e pretensas soluções diferentes para os problemas urbanos então experimentados. Ele retrata isso com a grande diversidade de temas isolados que figuraram no I Congresso Brasileiro de Urbanismo no Rio de Janeiro, em 1941. Esse período, ainda segundo ele, traz pequenos ensaios de como as elites escamoteariam as soluções e encaminhamentos para as questões urbanas que rapidamente se tornavam mais agudas nos grandes centros urbanos do país. Já surgiam algumas referências ao “caos urbano” e ao “crescimento descontrolado” que se tornariam comuns na segunda metade do século. Essa condição construída do espaço urbano brasileiro, altamente excludente e insensível às condições das camadas sociais de poder aquisitivo mais baixo passaria, cada vez mais, a ser naturalizada como uma característica imutável e menos como algo a ser superado, ao menos de fato, pois em discurso seria algo sempre presente.

Em São Paulo, o período trouxe grande foco na infraestrutura, em especial nas vias de transporte, mas com indicações para saneamento, energia e os rios. Mas o foco era na remodelação de avenidas que traria consigo o interesse imobiliário das camadas de mais alta renda que passaria a deslocar-se no sentido sudoeste na cidade, de forma contígua ao centro⁸². O plano seria executado em maior medida, nesse sentido, que atenderia de forma mais aberta os interesses das elites.

Entre 1930 e 1965, a produção técnica de planos passou a superar a execução de seus conteúdos, naquilo que Villaça afirma ser a transformação dos Planos no sentido de se tornarem puro discurso. Planos cada vez mais técnicos são também uma ação no sentido de afastamento de sua elaboração em relação aos técnicos e membros das prefeituras. Planos são encomendados, possuem uma lógica interna forte, com interdisciplinaridade, diferentes técnicas, cálculos e assunções. Integram preocupações ligadas à indústria e ao funcionamento da cidade como sua base de operações, até mesmo como sua extensão. As partes precisam ser interligadas e seu funcionamento fluído, permitindo o transporte de mercadorias e pessoas (ou pessoas-mercadoria). O caráter geral e interdisciplinar, ademais, se confronta com a crescente setorização e especialização da máquina pública responsável pela implementação. Com isso, muitos gargalos surgem. Outra questão pertinente apontada por Villaça é que entre a aprovação e a execução dos planos passaram a figurar diversas dificuldades, à medida que os planos perdiam o caráter mais ligado a um simples plano de obras e passavam a contar com

⁸² Trataremos em maior detalhe desse movimento no capítulo seguinte.

recomendações competentes não apenas ao executivo ou obras, mas a regulamentações e práticas distribuídas pelos diversos órgãos das prefeituras, contando, inclusive, com necessidade de financiamento de diferentes esferas de governo. Por fim, justamente por apresentarem essas características em um grande compêndio de cada vez mais páginas, os planos foram se tornando cada vez mais facultativos – seria muito difícil cumpri-los à risca e muitas vezes inviável, o que contribuiu para difundir a ideia de “planos de prateleira”.

Para Villaça, quanto mais complexos e profundos eram os planos, na sua tentativa científica de contemplar a vasta gama de problemas urbanos que experimentavam nossas cidades, maior era sua distância em relação aos principais interesses citadinos das elites dirigentes. Nesse sentido, cita o caso da habitação popular que em 1930 já integrava preocupações do Plano Agache, mas que só veria ação concreta do Estado na década seguinte.

Inaugurando a fase dos superplanos, o urbanista lembra do Plano Doxiadis – que tem seu auge no período de funcionamento do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado pela ditadura juntamente com o BNH – o plano foi entregue em inglês (contratado junto ao escritório homônimo, estrangeiro), apenas ao final do mandato do governador contratante. O mesmo ocorreu com o Plano Urbanístico Básico de São Paulo, sendo entregue ao final do mandato do prefeito Faria Lima. O PUB-SP, indica Villaça, faz uso de uma troca de nomenclaturas como forma de dissociar-se do Plano Diretor, que então era sinônimo de fracasso e de atraso. O autor acusa-o de falso plano, que parte de um nome falso. Ele diz não se tratar de um Plano Urbanístico, porque versava sobre muitos outros temas, entre eles a educação, saúde, cultura, energia elétrica, cemitérios, segurança, finanças, entre outros. Tampouco era “básico”, pois contava com 3.400 páginas distribuídas em 6 volumes. O PUB-SP foi encomendado em 1968 e entregue no ano seguinte, último do mandato do prefeito Faria Lima. Foi contratado junto a um consórcio de escritórios brasileiros e estadunidenses para rapidamente chegar às prateleiras dos gabinetes.

Não só passariam os planos a representar cada vez mais o trabalho de tecnocratas externos à gestão municipal (por conta do planejamento centralizado da ditadura, mas também pela contratação de escritórios estrangeiros especializados), como dentro das próprias prefeituras ficaria mais comum a dissociação entre o executivo e o departamento de urbanismo (principais idealizadores e planejadores até a década de 1930). Em 1971, entretanto, São Paulo aprovou o seu 1º Plano Diretor Integrado (PDDI-SP), feito dessa vez por técnicos da própria prefeitura, contrastando em muito com o plano anterior, pois não

continha série de estudos, mapas, ou diagnósticos pormenorizados, mas um conjunto de diretrizes, objetivos e políticas. Segundo Villaça, esse novo estágio do planejamento (nomeado como Planos sem Mapa) é uma nova abordagem de se cumprir o mesmo que antes: escamotear os problemas urbanos.

A partir da afirmação de objetivos e diretrizes de cunho geral, afunda-se ainda mais no problema do plano-discurso. Não seria necessário um grande estudo “definitivo” sobre a cidade e seus problemas, apenas um retrato daquilo que poderia ser trabalhado e os detalhes, formas e instrumentos específicos viriam apenas depois. Isso evidentemente facilitava muito a apropriação ideológica desse instrumento político de planejamento. Aquilo que um plano traz como necessidade vocalizada (nobre, inclusive) poderia muito bem transformar-se em ação em qualquer sentido posteriormente. Villaça aponta que esse formato, praticamente incontestado, procura driblar os conflitos com enunciados genéricos e bem-intencionados. O autor ainda lembra que esse tipo de plano já feito para “detalhamento futuro”, embora diferente do que marcou o período anterior nasce igualmente predestinado às prateleiras dos gabinetes.

Esvaziado de seu conteúdo e reduzido a discurso, alteram-se os conceitos de ‘plano’ e ‘planejamento’. O planejamento urbano no Brasil passa a ser identificado com a atividade intelectual de elaborar planos. Uma atividade fechada dentro de si própria, *desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado*, mesmo que, eventualmente, procure justificá-las. Na maioria dos casos, entretanto, pretende, na verdade, ocultá-las. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 222, grifo do autor)

Segue assim o progressivo descolamento entre a prática e o discurso, sendo o plano encarado dentro das próprias prefeituras mais como ação de pesquisa interna do que efetivamente algo de cunho transformador. Auxilia muito nisso o descompromisso das classes da elite com a real transformação da cidade – as tarefas e ações rotineiras da prefeitura, ligadas aos interesses especulativos e de manutenção de privilégios são devidamente salvaguardadas. Não é desse tipo de ação planejadora que advém a capacidade de controle das elites sobre a acumulação e a produção e reprodução de vantagens (pecuniárias ou não) no espaço da cidade. É por isso que algumas questões, como o zoneamento, por exemplo, recebem muito mais atenção do público e da imprensa do que por muitas vezes os planos diretores. Enquanto discursos os planos passam principalmente a transmitir a ideologia dominante através dos seus enquadramentos, problematizações e propostas. É mais útil para isso do que efetivamente transformar a realidade urbana. Estudar o planejamento urbano no Brasil, por conta disso, afirma Villaça, não permite ter uma ideia das ações do Estado, de um

histórico das transformações por ele promovidas. É muito mais comum, segundo esse autor, encontrar em planos de outras esferas de governo ou planos setoriais diferentes (como de habitação federal, transportes, saneamento etc.) ações com impacto direto sobre o espaço urbano do que no nível da cidade.

Coloquemos então a trajetória em perspectiva. Até por volta da década de 1930, a proposta urbana da elite é europeização e modernização da cidade, a partir da ideia de que o que se tinha aqui era atrasado e o que viesse de fora um avanço. Isso, inclusive, resultou na demolição de monumentos históricos (não se salvando nem a capela jesuíta da fundação de São Paulo, na década de 1950). Por razões que tratamos nos tópicos anteriores, fortes migrações inter-regionais e campo-cidade se aceleraram com a industrialização. As péssimas condições de habitação e vida no campo (com limitado acesso à terra) e o atrativo da esperança de condições de vida nas cidades rapidamente fizeram estourar nos grandes centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, uma gama de problemas urbanos que se agravam: habitação, transporte, saneamento, energia, loteamentos clandestinos. Altera-se ali o perfil da cidade, notadamente com a organização do operariado, e as burguesias possuem cada vez menos espaço para livremente orientar a política urbana para seus anseios. Adicionalmente, as próprias classes dirigentes se antagonizam em alguns aspectos, disputando o controle sobre os privilégios sob controle do Estado. Isso fica mais claro com a diversificação por que passa a economia, especialmente em São Paulo.

A inaptidão ou inconveniência da resolução desses grandes problemas urbanos proporciona o declínio dos planos de melhoramentos. Ademais, há interesses privados muito fortes na construção de infraestrutura urbana, beneficiando um conjunto de interesses associados da burguesia para circulação de mercadorias – sendo, por uma ótica, bens e serviços, mas também pessoas reificadas enquanto mercadoria-trabalho. Ganhavam as empresas de infraestrutura, empreiteiras, donos de capital, especuladores, comércio etc. O foco não deixa de ser na área de interesse das elites, em especial o centro e áreas contíguas (em São Paulo, quadrante sudoeste, como veremos no capítulo seguinte).

É nesse contexto que ganham força os planos técnicos, pretensamente “isentos” da “contaminação” política. O que não muda é o descaso público com as populações mais pobres e desassistidas. Mesmo os planos técnicos são incapazes de resolver ou equacionar os principais problemas dos grandes centros urbanos nacionais. A resposta vem com os Planos Diretores. Segundo Villaça, essa resposta é a transformação do planejamento urbano em pura

ideologia, procurando ocultar as verdadeiras intenções das ações das prefeituras/burguesia. O problema de poucos (elite) passa a ser então equacionado como o problema da cidade como um todo. A ideia é de que o problema seria a falta de planejamento. Por outro lado, os planos acabam não surtindo efeito algum sobre a cidade ou as ações governamentais sobre elas. Enquanto instrumento de ideologia, os planos passam a expressar visões muito parciais (e parcelares) sobre os problemas urbanos, algo que o próprio Lefebvre (2001) critica, chamando de análise espectral, por lembrar um cristal que, atravessado pela luz, projeta elementos luminosos separados. Villaça cita como exemplo a questão da “degradação” ou “deterioração” dos centros como expressão naturalizada das decisões e ações da própria elite, que passam a justificar ações de “revitalização” e investimentos nessas áreas como se seu abandono fora um fenômeno natural e não social⁸³. Outra manifestação ideológica recai justamente sobre os Planos Diretores. A partir das décadas de 1980 e 1990, os planos passam a se tornar de conhecimento do grande público e cai-se no problema do “Plano Mito”. Considerado imprescindível para superação dos problemas urbanos atuais, o Plano Diretor ganha capacidades “mágicas” de resolução dos problemas nele citados e equacionados. Vende-se o Plano Diretor como extremamente necessário, mas ele, por si, não consegue resolver nada.

Nesse sentido, achamos razoável lembrar que prática similar parece ser o padrão em outras esferas de atuação governamental, especialmente à medida que se deterioram as condições de vida nas cidades em suas mais diferentes esferas. Guarda-se a ação real, o mapa das verdadeiras intenções, em instrumentos que nunca ou pouco passam pelas mãos da população. Enquanto o orçamento da União, por exemplo, destina à alcunha de encargos especiais – em que se inserem os pagamentos a juros e amortização da dívida – praticamente metade de tudo aquilo que a esfera federal apresenta como despesa por função, queda-se afoita e desacreditada a população que recebe, também por critérios regressivos, cifras que não perfazem sequer a unidade percentual para Habitação, Saneamento, Segurança Pública, Transporte, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Cultura, Direitos da Cidadania, Energia ou Gestão Ambiental⁸⁴. Não é de se surpreender que se faça tanto esforço para se ocultar por onde realmente passa a superação dos principais problemas urbanos! Quem em poder de decidir a alocação de recursos tomaria em sã consciência uma escolha nesse sentido se não os

⁸³ Conforme trouxemos no primeiro capítulo, em referência a matérias de jornal sobre a atual gestão Doria, atual ocupante da prefeitura de São Paulo.

⁸⁴ Isso quer dizer que as despesas por função seguem um padrão bastante particular de distribuição. Essas cifras não remetem apenas aos gastos dos recursos obtidos pelo Governo Federal por impostos, sendo os juros e amortizações pagos usualmente por nova contração de dívidas.

próprios favorecidos? E como deve ser grandioso o esforço de distração a ser promovido para tornar essa informação de acesso público invisível!

Mas retomando, Villaça aponta, corretamente, que um bom indicador da farsa do Plano Diretor e de como era perceptível o descaso das autoridades para com as principais vicissitudes das grandes metrópoles brasileiras foi a organização popular que, especialmente a partir da década de 1980, passou a se organizar e aglutinar em torno da reforma urbana, retomando demandas antigas (do primeiro seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963) que haviam sido abafadas ou escamoteadas ao longo do período ditatorial, mas que reapareceram com a organização pela redemocratização do país e a reforma constituinte. Não pediam mais Plano Diretor ou mais minúcias dele.

As políticas públicas reais nas esferas imobiliária e fundiária não passavam por planos diretores, mas vinham-se manifestando (sic) principalmente pelas políticas habitacionais e da legislação urbanística – especialmente as de loteamentos e zoneamento; essa legislação é seguida nos bairros mais ricos de nossas cidades, mas no restante coloca a maioria na clandestinidade. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 232)

Infelizmente, a resposta a esses anseios veio como antes: na forma de plano diretor. Em que pese isso, o urbanista aponta avanços na Constituição de 1988, como a questão da função social da propriedade, mas problematiza sua aplicação, que segue até hoje, não obstante o Estatuto da Cidade (2001), absolutamente subaproveitado. Nesse sentido, da reforma urbana e melhoria geral das condições de vida na cidade para a maior parte da população, a Constituição Cidadã pouco conseguiu avançar, uma vez que para tanto seria necessário contrariar muitos dos poderosos interesses instalados nas cidades.

Seguindo determinação da Constituição de 1988 os planos diretores viraram leis (necessários para cidades de mais de 20.000 habitantes) e, segundo Villaça, algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre procurariam incluir conteúdo progressista nos seus planos, como o coeficiente básico único e igual a 1, a outorga onerosa do potencial construtivo e a criação de um fundo municipal de urbanização, regularização de favelas, criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Outro importante instrumento, o IPTU progressivo no tempo ainda aguardava regulamentação federal. Villaça relata que depois de encaminhada para a Câmara Municipal as propostas mais progressistas (e necessárias) nunca foram submetidas à aprovação, num imbróglio entre interesses de entidades populares e do empresariado e organizações de classe.

A partir da década de 1990, Villaça aponta que passam a ficar mais claros nos Planos Diretores os conflitos e oposições de interesses na cidade. Os setores imobiliários diretamente interessados na apropriação e valorização do espaço urbano e setores a eles ligados se organizam para defender seus interesses – cada vez mais claros – em antagonismo ao das massas populares. A reorientação dos Planos Diretores incorporando instrumentos que afetam a construção e apropriação do espaço urbano trouxe esse conflito às claras. Não é sem fundamento, portanto, que Vainer (2003), ao tratar dos diferentes paradigmas urbanos que se sucedem na história brasileira, chamando-os de utopias por nortear as ações e esforços em cada período, identifica o período recente como o da cidade-empresa-mercadoria. As cidades competem em diversas instâncias: por investimentos, negócios, serviços, mão de obra etc. A cidade e a empresa se confundem e passam a partilhar preocupações semelhantes. Os principais modos de agir são a renúncia fiscal, doação de terrenos e contratos rentáveis de energia elétrica, construção de obras públicas de embelezamento da cidade, isolamento da pobreza ou qualquer elemento que possa denegrir a imagem harmoniosa da cidade.

A implicação prática disto, segundo Brandão (2004, p. 3), é a luta

(...) dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento em longo prazo das finanças locais e embotado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento.

Ainda nesse sentido, Harvey tem apontado o papel que as cidades, seus serviços e estruturas característicos têm cumprido nas necessidades de acumulação de capital, cada vez mais em conflito aberto aos interesses dos cidadãos e da noção de acesso a estruturas urbanas e o direito à cidade. O que se vê são relações como as denunciadas no primeiro capítulo, em relação à apropriação da cidade pela economia, só que com agravantes muito sérios por conta do abismo social. A própria cidade acaba reforçando/mantendo esse abismo, sua gestão não é feita no sentido de minimizá-lo, mas de mantê-lo. Mesmo que se encontre uma ou outra ação que vá no sentido contrário, a ação sistemática é da manutenção do abismo social e as implicações disso no uso do espaço urbano.

O que pretendemos tornar claro, encerrando esta primeira parte, é que a sucessão de desenvolvimentos de ordem técnico-produtiva e suas contrapartidas sociais – claramente visíveis na transformação da estrutura produtiva nacional – lograram alterar o funcionamento das partes funcionais do capital, permitindo que dentro da mesma lógica de valorização se

estabelecessem sub-rotinas de diferentes graus de inter-relação e conexão, cada qual com suas idiossincrasias. Há, nesse sentido, uma ampla possibilidade de interação entre a acumulação de capital tomada em seu arquétipo tradicional da oposição entre burguesia e operariado (e suas variações diversas, mas nesses elementos nucleados) e as estruturas e rotinas que se inserem no cotidiano urbano. A trajetória que se tentou apresentar chega ao período recente deflagrando a permissividade da lógica da mercadoria e da valorização do valor de troca a patamares sem precedentes. Ao longo de todo o período a lógica financeira de “autovalorização” que transforma paradigmas no mundo, especialmente a partir da década 1970, passou a reger contratos de saneamento e a apreciação imobiliária, submeteu desenvolvimentos de parte da indústria e alterou práticas, inclusive no campo.

Ao padrão fordista/industrial correspondeu uma forma de gestão e organização urbana concreta, relativa ao período de 1930 (na verdade antes, como deixamos claro) a 1990 no Brasil. A gestão da cidade, previamente tomada por preocupações de embelezamento da elite aristocrática e urbana cedeu espaço à medida que seguiu a transformação da sociedade para o padrão industrial e com ela mudando a própria elite e como ela se relacionava com a cidade. Perdeu espaço, assim, o embelezamento (embora não completamente) enquanto ganhou a eficiência produtiva. Num primeiro momento, com preocupações ligadas ao desenvolvimento industrial e a necessidade de circulação de mercadorias – por onde se orienta a acumulação capitalista. No seu desenrolar e minguando as possibilidades de continuidade, seja por estrangulamentos externos ou internos, reorientaram-se através da adoção das práticas neoliberais (ainda presentes em pleno fôlego, vale dizer) os circuitos de acumulação, penetrando no tecido do cotidiano urbano e seus elementos, numa exacerbação da lógica da mercadoria.

Isso nos remete a algo que apontamos de Lefebvre no capítulo anterior, da maneira como ele descreve a captura/sequestro das necessidades e formas de reprodução da vida material na cidade pelos imperativos da ampliação do lucro, sob o signo do valor de troca. De forma análoga ao que ele descreve e questiona, por exemplo, a forma de morar nos pavilhões parisienses como uma pseudo-solução, já que não necessariamente exprime a melhor solução para o problema da moradia, mas responde mais aos anseios de lucros que podem ser auferidos sobre uma necessidade. Aqui tentamos deixar claro que os desenvolvimentos mais recentes expressos em possibilidades abertas, seja pela internet ou pela lógica financeira (ou a associação das duas), por exemplo, impõem novos ditames e requisitos a serviços públicos e direitos previamente estabelecidos. Exemplos básicos seriam aposentadorias atreladas a

participações acionárias e fundos de pensão, serviços de fornecimento de água atrelados à bolsa de valores, busca de parâmetros que permitem ciclos de rotação muito mais curtos, facilitados pelas novas tecnologias, disseminação de práticas de capitalização sobre informação das pessoas etc. Se no primeiro capítulo afirmamos que as partes se transformam, há conteúdos e formas técnicas novas que levam adiante as formas sociais e funcionais em novas operações, aqui aplicamos isso, explicitando que há desenvolvimentos e sofisticação dos mecanismos de extração de mais valia relativa e sua realização⁸⁵. Indicamos que os expedientes recentes trazem novos conteúdos técnicos e formas que aprofundam a penetração da lógica mercantil/do valor de troca e lançam condicionantes sensíveis à estruturação do cotidiano das pessoas⁸⁶. São expedientes novos para se cumprir um mesmo e velho fim.

Em qualquer uma das abordagens históricas de que lançamos mão neste capítulo, deixa-se claro que houve uma tônica comum: o problema do pobre, do miserável e do migrante é escamoteado e nunca tratado como prioridade. Instalam-se principalmente na periferia, em terras baratas, casebres, sem serviços públicos. Esses últimos aparecem quando se avolumam as pessoas, seguindo uma orientação de apreciação do espaço através das ações do Estado e, ainda assim, através das estratégias de valorização de empresas cada vez menos sensíveis à lógica pública ou de direitos. Com isso queremos exprimir que limites antes claramente estabelecidos entre negócios e direitos, conquistados ao longo do século XX, ficaram ainda mais turvos (o que não é o mesmo que dizer que antes eram cristalinos, mas que se eram turvos, hoje estão mais – ex.: aposentadorias da Enron, novos requisitos tomados como práticas de mercado/negócio por planos de saúde, a discussão em voga da cobrança de universidade pública, para citar apenas alguns⁸⁷).

⁸⁵ Apenas pra trazer um parágrafo relevante do primeiro capítulo nesse sentido: “mostramos que novas formas e funções são criadas no desenvolvimento das forças produtivas, ampliando as possibilidades de acumulação de capital. A divisão social do trabalho, conforme vai se tornando mais complexa, consolida novas partes e frações de capital componentes do circuito de valorização, sendo que as diferentes partes se associam entre si. Apesar de parecerem circuitos destacados, paralelos e concorrentes, estão completamente interligados de acordo com os requisitos sociais (técnicos, burocráticos, tradicionais, etc.) da acumulação capitalista. Na cidade, as próprias estruturas que abrigam a produção, o consumo, e a troca, se tornam mercadorias transacionáveis. As necessidades advindas do crescimento e da forma de ampliação da cidade se tornam “negócios próprios”, como a água encanada, a energia elétrica, a iluminação pública, o transporte, a própria construção civil e os serviços imobiliários. São atividades destacadas que compõem o quadro urbano, forjado a partir da industrialização e consolidação da lógica, relações e estruturas capitalistas, por onde se estende a relação de capital e por onde se cumpre a acumulação.”

⁸⁶ No sentido dos desenvolvimentos mais recentes, lembramos de comentário de Slavoj Žižek sobre redes sociais, dizendo que se você não sabe qual é a mercadoria que estão te vendendo é porque a mercadoria é você.

⁸⁷ O que também não quer dizer que a história não pode nos apresentar atrocidades mais graves do que essa tendência apresentada desde fins do século XX.

Noções de eficiência e tecnicidade ganham relevância na gestão da cidade, preocupada em contribuir com processo de acumulação. A ideia é exatamente a do conhecimento econômico lançado sobre a cidade e sua organização. É como se deu o processo de apropriação da cidade pela elite burguesa e seus representantes através do Estado. O ônus, a contrapartida assumida por essa postura, distribuída na auto-construção, na falta de infraestrutura ou serviços, na impossibilidade de acesso a terra, nas longas distâncias ou baixos salários, isso tudo é indissociável do modo como se processou nosso crescimento industrial. Não é um sub-produto, mas a própria forma pela qual a indústria cresceu. Kowarick (1979) qualifica da seguinte maneira a questão da participação estatal:

Na realidade, as “necessidade sociais”, numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueados, são instrumentalizadas em função das “necessidades de acumulação”. Assim os investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, visam à lubrificação da engrenagem econômica, e os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes. (KOWARICK, 1979, p. 50)

Como enunciamos no capítulo anterior, trata-se de estabelecer o que é absoluto e o que é relativo nos processos econômicos e urbanos. Kowarick indica, no mesmo sentido que o nosso, que as principais necessidades das classes trabalhadoras e as redes de infraestruturas e serviços que conformam e delimitam suas condições de vida usualmente são as variáveis ajustadas de acordo com os ditames absolutos de valorização de capital.

Mesmo quando o crescimento econômico esteve presente ele não foi capaz de canalizar, seja através das estruturas do Estado, ou pela dinâmica econômica das novas oportunidades, meios pelos quais sanar a alarmante desigualdade que já estava instalada na estrutura social sobre a qual se processou a industrialização e urbanização brasileiras. Por um lado, o Estado pouco ou nada fez para melhorar a situação das classes desfavorecidas. Por outro, as oportunidades de crescimento capitalista se dão ampliando a polarização entre capital e trabalho. O que a história da urbanização brasileira mostra é que o abismo social e a dinâmica capitalista se solidarizaram muito bem, podendo levar adiante um forte crescimento sem necessidade alguma de estruturas democráticas (durante o período da ditadura tivemos, afinal, as maiores taxas de crescimento), preocupações de distribuição de renda, riqueza, terra, ou oportunidades. Enquanto havia crescimento forte, a dinâmica mantinha-se altamente desigual e espoliativa, mas oferecia uma pequena contrapartida absoluta ao trabalhador na forma de elevações de renda, de possibilidade de consumir isso ou aquilo, mas sem nunca lhe abrir uma perspectiva definitiva de superação de sua condição e processando-se ao mesmo

tempo com um distanciamento relativo entre os extremos da distribuição de renda. Souza (2016), abordando com dados o extenso período de 1926 a 2013, resume da seguinte forma a questão da desigualdade medida pela concentração de renda nas mãos das parcelas mais ricas no Brasil:

A história da desigualdade de renda no Brasil no século XX não se presta a narrativas simples. Os resultados baseados em tabulações do IRPF mostram que, entre 1926 e 2013, a concentração no topo combinou estabilidade e mudança. A estabilidade expressa-se na ausência de tendências claras de longo prazo e na flutuação da renda recebida pelo 1% mais rico entre 20% e 25% durante grande parte do tempo. Tamanha concentração destoava dos padrões internacionais e coloca sempre o Brasil entre os países mais desiguais dentre aqueles com dados disponíveis. Com isso, não é exagero reafirmar que o quinhão apropriado pelos ricos é o traço marcante da desigualdade brasileira. (SOUZA, 2016, p. 265)

No sentido do que aqui se expressou, mas por outros meios, esse autor aponta, baseado nos levantamentos de dados que realizou, a insistência e resiliência dos patamares de desigualdade frente a processos tão intensos de transformação que marcaram a maior parte dos últimos cem anos. Mesmo o período mais recente, como tentamos deixar claro, não apresentou saídas para esse dilema.

A permanência da desigualdade deu-se em meio a mudanças econômicas e sociais muito profundas em um país cuja população multiplicou-se por seis e o PIB *per capita* aumentou 12 vezes ao longo de nove décadas. Para recuperar a boa e velha metáfora culinária, o bolo cresceu, mas não foi dividido, nem mesmo nos últimos anos: na contramão dos resultados mais positivos das pesquisas domiciliares, nos dados tributários a fatia da renda apropriada por todos os estratos no topo – dos 0,01% aos 15% mais ricos – ficou, na melhor das hipóteses, relativamente estável entre 2006 e 2013, com leves sinais de aumento. (SOUZA, 2016, p. 265)

Vale ainda apontar que, se a manutenção dos elevados patamares de concentração relativa de renda deu-se com variações que procuramos destacar ao longo do capítulo, a tendência, em termos absolutos, foi bem mais clara: expansão, em termos reais, da renda anual média do 1% mais rico. Ela dobra entre 1930 e 1960 (em Reais de 2014), década em que apresenta relativa estabilidade, para, a partir do golpe militar, crescer vertiginosamente até a redemocratização. Sai de pouco mais de R\$200.000,00, na década de 1960, para quase R\$800.000,00, em fins da década de 1980, caindo um pouco de patamar a partir de então, mas voltando a subir entre 1990 e 2010. Ou seja, em pouco menos de 40 anos, entre 1926 e 1964, a renda real anual do 1% mais rico mais que dobrou. Mas em pouco mais de 20 anos subsequentes, entre 1964 e 1988, seu rendimento real quase quadruplicou! Embora esteja em

valor menor em 2000, próximo de R\$500.000,00, voltou a subir ao longo dessa década, chegando em 2010 em valores próximos a R\$650.000,00.

É importante ainda lembrar a construção da situação que vivemos a partir das perspectivas colocadas no primeiro capítulo. Vimos, por um lado, que a manutenção de uma “bolha” de privilégios e “progresso” é mantida por uma elite que mantém a autonomia de decisão sobre as condições em que vive, jogando para o resto da sociedade os ônus de seus ditames. Por outro, e que devia ser reforçado por esse primeiro, é a “camisa de força” desse mesmo estilo de vida moderno, do consumo de massa, da forma de relação entre pessoas através de coisas a partir do imperativo do lucro. As experiências das pessoas no mundo são mediadas pela necessidade do lucro, constringendo possibilidades. Devemos sempre apresentar essas duas dimensões de forma associada para não cair no grave erro de acharmos que a inclusão no esquema de valorização do capital é o limite, o horizonte e o objetivo a ser alcançado, como se ele não participasse ou fosse o problema em si. O problema não pode ser circunscrito pela inclusão plena nos meandros de valorização do capital, como se não fosse justamente isso que estivesse, também, por trás da situação em primeiro lugar.

Parte II - Desigualdade e localização em São Paulo

Capítulo 3 – Localização e segregação em São Paulo nos anos 2000 e a contribuição de Villaça

“But the Prince Prospero was happy and dauntless and sagacious. When his dominions were half depopulated, he summoned to his presence a thousand hale and light-hearted friends from among the knights and dames of his court, and with these retired to the deep seclusion of one of his castellated abbeys. This was an extensive and magnificent structure, the creation of the prince's own eccentric yet august taste. A strong and lofty wall girdled it in. This wall had gates of iron. The courtiers, having entered, brought furnaces and massy hammers and welded the bolts. They resolved to leave means neither of ingress or egress to the sudden impulses of despair or of frenzy from within. The abbey was amply provisioned. With such precautions the courtiers might bid defiance to contagion. The external world could take care of itself. In the meantime it was folly to grieve, or to think. The prince had provided all the appliances of pleasure. There were buffoons, there were improvisatori, there were ballet-dancers, there were musicians, there was Beauty, there was wine. All these and security were within. Without was the ‘Red Death’.” Edgar Allan Poe, em *The mask of the Red Death*

“Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país inteiro de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma (...) eles transcendem a cotidianidade.” Lefebvre, em *O direito à cidade*

“...é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa configuração, seriam talvez impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despendido na produção do espaço.” Villaça, em *Espaço Intraurbano no Brasil*

A primeira parte deste trabalho ocupou-se em dispor considerações teóricas e históricas sobre a relação entre economia capitalista e urbanização, passando rapidamente pelo processo de industrialização-urbanização brasileira e, como não poderia deixar de sê-lo, paulista. Esse esforço geral necessário, no entanto, absteve-se de dar contornos pormenorizados acerca da forma e subterfúgios por meio dos quais essas transformações se processaram no tocante à segregação urbana. Agora, propomos tomarmos aspectos intraurbanos de São Paulo, ainda preocupados com a reprodução e as dinâmicas que preservam as desigualdades sociais e urbanas através da economia.

O intuito, então, deste capítulo será o de apresentar as bases da sistematização proposta por Villaça (2001), um dos autores referência para a temática da apropriação desigual do espaço no Brasil, entendendo que a forma como interagem as categorias econômicas e espaciais-urbanas desempenha papel importante para a reprodução e ampliação das desigualdades, numa unidade. Em primeiro lugar, abordaremos sua noção de localização. Em seguida, como a segregação se apresenta como principal forma de disputa pela apropriação de localizações vantajosas. Na sequência, aplicaremos esses conceitos, olhando para como a segregação se processou em São Paulo, completando o quadro histórico que começamos a traçar na primeira parte. Tendo cumprido esse roteiro, passaremos ao estudo da segregação em São Paulo nos anos 2000, observando o comportamento das variáveis-chave que identificamos na proposta de Villaça (2001) e complementando-as, conforme julgarmos proveitoso, incluindo notas referentes a outros estudos que se lançaram sobre o tema no período. Pretende-se com isso reunir elementos para se avaliar se as transformações experimentadas pela economia paulistana nos anos 2000 alterou o padrão de segregação apontado por Villaça, na década anterior, identificando principais elementos para tanto.

Arantes (2009), num esforço de organizar a contribuição marxista brasileira da década de 1970 sobre o espaço urbano, analisa as lacunas deixadas pelas opções e possibilidades abertas especialmente por autores da FAU-USP e Cebrap que, inspirados principalmente na obra de Manuel Castells, adotaram um ponto de vista da cidade como espaço de consumo. Ao sistematizar essas importantes contribuições, mostra que parte-se de uma perspectiva em que as condições de construção e acumulação do espaço urbano são pouco exploradas ou ausentes, raramente dialogando com a ótica de demanda e consumo que se privilegiou. Essa perspectiva – ele próprio esclarece – foi uma escolha política, mas também um caminho de menor resistência num campo que não estava plenamente conformado, em especial no Brasil.

O livro *Espaço Intraurbano no Brasil*, de Villaça, traz avanços claros com relação à crítica feita por Arantes à produção de inspiração marxista da década de 1970. Os processos, elementos e partes trabalhados por Villaça usualmente encontram sua correspondência dialética: o centro e o “não centro” e as condições de sua configuração; as vantagens apropriadas pelas elites e as correspondentes desvantagens impostas ao restante da sociedade; a orientação geral do consumo e da produção do espaço – tudo isto é trabalhado procurando-se revelar as relações imanentes e o conteúdo ocultado seja pela reificação econômica seja pela retórica prática que assume o tratamento diferenciado dado aos diversos pedaços da cidade.

Isso, no entanto, não é o mesmo que afirmar que a obra em questão não tenha limitações. Sua análise é bastante focada em metrópoles, o que limita sua aplicação na maior parte das cidades brasileiras. Embora Villaça conecte “as pontas” do consumo e da produção do espaço urbano em suas condicionantes mais gerais, mostrando que a parcela da sociedade com melhores condições econômicas de apropriação do espaço urbano e suas vantagens é aquela para quem se orienta a produção de equipamentos, mercadorias e serviços, sua abordagem opta por não se aventurar nos meandros e technicalidades das práticas mais modernas de mercantilização, produção e viabilização imobiliária. Ou seja, embora possua o mérito de uma sistematização que narra o “o que”, não avança muito no “como”. Esse é um campo em que há muito espaço para avanços, até já explorado por alguns autores, como Royer (2009), Fix (2011; 2015), entre outros.

Mais que isso, por vezes o foco de Villaça em tomar a lógica intraurbana fundamentalmente a partir de uma ótica de consumo parece forçá-lo a abrir mão de uma postura que preserve o caráter único, integrado e dialético que cobrimos no primeiro capítulo para a acumulação capitalista e seu entendimento. Exemplo disso é o contraponto que Villaça faz a Harvey, defendendo que a circulação de seres humanos interessa “não enquanto capital, mas como consumidores e – talvez – portadores da mercadoria força de trabalho” (VILLAÇA, 2001, p. 42). Esse tipo de delimitação causa algum incômodo. Uma coisa seria posicionar-se contrariamente a uma visão que limita os seres humanos apenas a capital variável – ou apenas a portadores da mercadoria força de trabalho – mas a defesa de Villaça por pessoas tomadas como consumidores tende, teoricamente, a relevar aspectos centrais da produção capitalista (e) do espaço.

Identificamos nesse tipo de abordagem resquícios dos limites que Arantes (2009) verificou na produção interpretativa dos anos 1970, inspirada (assim como Villaça) em Castells. Parte dessa lacuna pode – especulamos – estar radicada ainda num entendimento parcial das contribuições de Lefebvre, outra referência tão cara ao urbanista. A defesa de uma noção de cidade como um conjunto de valores de uso, em constante tensão com a lógica e pressões do valor de troca, como mostramos no primeiro capítulo, pode servir de lastro para a negação que Villaça promove às racionalidades parciais e parcelares das pessoas tomadas enquanto meros invólucros de capital. Independente da função ou papel (ou classe, talvez?), todos seríamos usuários e consumidores do espaço. Ou seja, tenta-se negar discursivamente um conteúdo (o trabalhador tomado na sua forma objetivada pelo capital, por exemplo) na tentativa de se promover artificialmente a emancipação das lógicas que o comandam. Compromete, assim, algo que julgamos como um dos principais méritos do autor, que é uma análise pautada na luta de classes, aproximando-o de algo que, no limite, poderia ser tomado como uma “teoria do consumidor” do espaço. Isso porque, ao falar de apropriação, Villaça assim toma o objeto ou processo apropriável como dado pronto. Oferece menos do que poderia em termos de entendimento da relação dialética que une a produção e o consumo, suas partes, formas e funções. Tomando de exemplo a situação que debate com Harvey, a do transporte, e com base nas discussões organizadas no início deste trabalho, podemos dizer que tomar seres humanos exclusivamente como consumidores ou passageiros é ignorar que o transporte em si se estrutura, lógica e operacionalmente, como capital e atua enquanto tal. Ou seja, as decisões e condições que produzem o transporte, os espaços que conecta ou por onde passa, os meandros de sua operação, as formas de capital que se associam para viabilizá-lo (desde a produção de bens duráveis, os recursos financeiros, até os serviços associados etc.), as condições despendidas à força de trabalho que o opera, a forma como se relaciona com o entorno ou percurso, os efeitos econômicos (ou não) que lança e recebe nesse trajeto, tudo isso fica de fora. Afinal, encarar as pessoas enquanto consumidoras não deixa de ser uma forma de objetivá-las de forma reificada dentro do esquema de organização econômico capitalista. Trata-se apenas de uma forma ainda mais parcial de fazê-lo.

Não é o escopo do presente trabalho, todavia, propor os desenvolvimentos que julgamos ausentes ou deficientes nas proposições de Villaça (2001). Essas limitações apontadas não impedem o autor de oferecer algo que nos parece bastante meritoso: uma versão organizada da interação entre categorias econômicas e espaciais, mostrando que as transformações espaciais urbanas, calcadas numa disparidade econômica fundamental e no

desenrolar dos processos tipicamente capitalistas, acaba por reforçar um padrão desigual. Em outras palavras, ele consegue organizar uma visão das consequências econômicas da interação com o espaço urbano. Ele entrega, assim, uma análise com muita lucidez econômica, olhando através de conceitos comumente intocados nas análises urbanas: não se limita a identificar a atuação do mercado imobiliário – questiona *a quem* ele serve, ou *quem* é o mercado. Ademais, no exercício de investigar o padrão de localização das diferentes classes sociais no espaço metropolitano, empenha-se em responder *por que* a configuração encontrada se desenvolveu daquela maneira, obtendo uma narrativa explicativa contundente para o entendimento da clássica segregação centro × periferia.

Dessa maneira, a partir de extensa pesquisa, Villaça mais reforça os continuísmos do que as rupturas, visando principalmente o que ocorre em algumas metrópoles brasileiras nos séculos XIX e XX – algo que consideramos extremamente valioso e alinhado com o que apresentamos na primeira parte deste trabalho. Aqui nos deteremos aos processos descritos para São Paulo, continuando a busca por elementos para avaliação do seu padrão de segregação nos anos 2000.

3.1 A localização urbana

Villaça enfatiza a produção social da terra urbana, pautada na transformação do solo em mercadoria (conceito feudal de solo para seu emprego tipicamente mercantil-capitalista), diferenciando a totalidade do espaço social do mero conjunto de estruturas e objetos nele implantados (edifícios, casas, ruas etc.). A história da construção (ou produção) do espaço urbano enquanto mercadoria passa pela conformação de objetos intercambiáveis com características comuns, custos de produção, tal qual outra mercadoria qualquer. Conforme se apresentou no primeiro capítulo, isso é uma apropriação bastante particular do espaço que se traduz na construção de unidades semelhantes, comparáveis de escritórios, casas, apartamentos, edifícios etc.

A concepção aqui tomada de espaço socialmente produzido leva Villaça a indagar qual é o produto do trabalho social no espaço. Por um lado, há os equipamentos construídos, como edifícios, ruas, infraestruturas. Esses possuem custos de produção identificáveis e por várias vezes são trocados através de mecanismos de mercado. Mas há outro produto, muito relevante

por remeter a uma ideia de agregação e ação conjunta (ou em classe), que é a localização. Ela é fruto da aglomeração e escapa à ação de um ou outro indivíduo, sendo produzida numa escala de aglomeração maior⁸⁸. Isso remete às diversas ações/trabalhos sobre um espaço determinado, como se plasmam, se complementam, se interpolam, se enfrentam. É um produto do trabalho humano, mas do trabalho humano em conjunto, não isoladamente. Configura um tipo específico de localização que pressupõe o contato de produtores e consumidores através de deslocamentos (confrontando locais de moradia, de produção e de consumo). Assim sendo, exige uma determinada infraestrutura que permita os deslocamentos de pessoas e o que for necessário para tanto, como energia, produtos, informação.

Nesse sentido, o autor lança mão de uma citação de Lefebvre para esclarecer seu argumento:

O adquirente de espaço continua a adquirir um valor de uso. Qual? Ele não compra apenas um volume habitável, permutável com outros... O adquirente é detentor de uma distância, aquela que interliga sua habitação a lugares, os centros de comércio, de trabalho, de lazer, de cultura, de decisão. Aqui o tempo entra novamente em cena. (LEFEBVRE, 1974, p.391 *apud* VILLAÇA, *Ibidem*, p. 73)

A localização tem a ver com as condições de acesso e apropriação de uma série de valores de uso urbanos, econômicos, culturais, políticos, lúdicos. A distância é tomada enquanto tempo, mas também custos, frequência, como lembra Villaça. Além de também se configurar num estilo.

Valendo-se de passagens de Marx em obras diversas, Villaça traça um paralelo entre a localização e a força da ação da cooperativa segundo o autor alemão. O ponto é que a localização, tal qual a cooperação, não pode ser expressa como mera soma de unidades, ela ganha novo significado e dimensão sociais ao se colocar como força coletiva. Assim como a produção pode ser dinamizada pela cooperação, o valor do espaço urbano é reinterpretado à luz da localização; e esta, produzida pela aglomeração, gera um valor de uso específico. O próprio Villaça coloca a ressalva de que são temas distintos, cooperação e localização.

⁸⁸ Na introdução da noção de localização o autor apresenta o conceito de espaço ligado às relações sociais, citando Harvey: “Temos então dois espaços: o dos objetos em si (produzidos ou não pelo trabalho humano) e aquele determinado pelos locais onde estes são produzidos e consumidos”. (HARVEY, 1982, *apud* VILLAÇA, 2001, p. 23) Sendo que estes últimos não precisam ser coincidentes, a produção e o consumo não precisam se dar no mesmo espaço (vale resgatar a fundamental contribuição de Marx nos *Grundrisse* sobre a relação dialética entre esses atos aparentemente separados, lembrando que a produção é em si consumo e o consumo pode muito bem ser uma produção).

Quando tratamos do espaço urbano não podemos colocá-lo em comparação direta com uma fábrica.

O urbanista lembra que, diferentemente dos equipamentos, as localizações são irreprodutíveis, não há como duplicar ou imitar uma determinada localização, justamente pela complexidade e especificidade das condições de sua constituição. São resultado do trabalho humano, numa complexa interação entre as possibilidades diferenciadas de deslocamentos, construção de moradias, existência e qualidade de infraestrutura, distribuição de espaços de produção e de consumo.

A produção de edifícios ou de conjuntos de edifícios – A Noite, o Martinelli, Barra da Tijuca, Copacabana, o Jardim América ou a avenida Paulista etc. – enquanto objetos urbanos certamente é produção de espaço. Entretanto o é tanto quanto a produção de cadeiras, árvores, ou canetas. A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intraurbano. Está associada ao espaço intraurbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 24)

Embora o autor afirme que as localizações são irreprodutíveis, há claramente esforços empreendidos pelos capitais interessados na tentativa de produzi-las ou ao menos algo que se assemelhe a isso. Isso fica patente nos padrões de equipamentos que são vendidos, como *shopping centers*, hipermercados e outros equipamentos que se alastram pela cidade tentando vender um determinado estilo de vida, como os condomínios fechados. Assim, se em teoria é impossível haver duas localizações iguais, na prática e em especial no que tange as práticas de mercado, é possível considerar localizações como equivalentes.

Segundo o autor, a localização ou valor-localização é um fruto do trabalho socialmente necessário cuja expressão pode ser dada pela sua acessibilidade de forma que “quanto mais central o terreno, mais trabalho existe despendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. Os terrenos da periferia têm menos trabalho social incorporado em sua produção do que os centrais” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 74). A centralidade aqui é dada pela condição e frequência de uso/acesso mais do que pela coordenada geográfica. Essa passagem remete de certa maneira ao “peso da história”. A construção e reconstrução de pedaços da cidade, seu uso, sua acessibilidade tendem a se concentrar em determinadas porções, que se valorizam em relação às outras. O acesso, nesse sentido, é feito, construído.

Os pontos do espaço intraurbano condicionam a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção,

através do consumo, das vantagens da aglomeração. É esse o valor de uso do ponto (localização) – sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade. Esse ‘relacionamento’ se dá de diversas formas e por meio de diversos fluxos – o transporte de mercadorias, de consumidores, de força de trabalho ou as comunicações –, os quais têm importância e papéis diferentes conforme se trate de espaço regional ou intraurbano. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 78)

Ele prossegue, afirmando que o preço de um imóvel tende a oscilar de acordo com o valor, dado pelo equipamento e suas condições de produção, por um lado, e pelo componente de sua localização, de outro. Esse último se aproxima a uma condição – assevera o autor – de monopólio sobre a localização.

As vias de transporte, nessa sistematização proposta por Villaça, permitem ligar uma localização a outra, numa economia de tempo e custo. A valorização advinda de um acesso ampliado é embolsada pelos proprietários dos imóveis beneficiados pela interligação. Precisamos atentar aqui ao fato de que essa valorização diz respeito à possibilidade de acesso a uma localização, amparada no trabalho socialmente necessário acumulado, pela produção ou intermédio de uma via, mas também por tudo aquilo a que ela permite o acesso. As vias podem ter sua função alterada ao longo do tempo, conforme prossegue o processo de urbanização e expansão das cidades. Vias regionais se transformam em vias intraurbanas, por exemplo. Villaça aponta que o tipo de transporte cumpriu papéis diferentes na expansão urbana, com as ferrovias e suas estações normalmente apresentando um padrão mais restrito às localidades das estações e as rodovias e ruas com padrão mais disperso, uma vez que o automóvel permite o acesso a qualquer lugar seguindo o traçado da via, dependendo apenas da vontade individual. Ele lembra ainda que não é a via em si que causa a expansão, mas sua função de interligar localidades, permitir o acesso. Ela segue a expansão, permite acesso a novas localidades e incorpora espaços que antes estavam barrados por uma questão física, de custo ou tempo. As direções de expansão são influenciadas pela acessibilidade, ocorrendo com maior intensidade ao longo de vias que permitem melhor acesso ao centro (não necessariamente físico, mas o centro de relações). É por isso que as vias regionais mais trafegadas atraíam mais a população e funcionaram como vetor de expansão urbana, tendo mais possibilidade de contar com um sistema de transportes que se integrasse ao transporte intraurbano, ganhando acesso ao centro e demais pontos da cidade a partir de então.

As acessibilidades, por sua vez, dependem dos veículos utilizados e, portanto, variam de acordo com as classes sociais – sendo o automóvel individual associado aos deslocamentos típicos dos mais ricos enquanto o transporte público coletivo, em especial o ônibus e o trem,

aos mais pobres. Os transportes urbanos são para o autor “os maiores determinantes das transformações dos pontos” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 80). Ou seja, as vias participam de maneira fundamental no processo de expansão urbana, funcionando como interligação entre as diferentes localizações. Comumente, são as aglomerações e as relações interpessoais que caracterizam o convívio econômico, político e social que orientam a organização do sentido da expansão, tendo as vias como vetores importantes de adensamento e expansão, incorporando novos acessos aos centros e suas aglomerações.

Para o autor, em suma, o grande desafio e objeto dos estudos urbanos deveria ser o entendimento das localizações, com maior poder explicativo justamente pela sua complexidade. A localização urbana de fato parece ser um avanço em relação aos estudos urbanos convencionais que tomam apenas os aparelhos urbanos como produtos do trabalho. A localização urbana é uma tentativa teórica de inserir nos estudos urbanos uma noção de totalidade a que se remetem as relações sociais inseridas na cidade, aproveitando-se de uma inspiração marxista de relação entre espaço, sociedade, economia, política e cultura. Outro aspecto central da análise intraurbana de Villaça reside na perspectiva de classes que permite a mediação entre esses estudos e aqueles de cunho regional (nacional, mundial etc.). É a partir dela que o urbanista enxerga a dinâmica de produção e apropriação desigual das localizações atuando de forma a reforçar e ampliar os laços de dominação que tipicamente opõem trabalhadores e capitalistas.

O aspecto central nesta questão é o seguinte: as relações, ou as mediações entre as grandes transformações socioeconômicas nacionais ou planetárias e, de um lado, as transformações espaciais regionais e, de outro, as intraurbanas são as mesmas? Por quais mediações passam as relações entre, de um lado, a estruturação do espaço intraurbano das diferentes cidades de um país e, de outro, as grandes transformações sociais e econômicas experimentadas por esse país, o grupo de países ao qual este pertence e mesmo a sociedade mundial? Nossa tese é de que tais mediações passam fundamentalmente pelos traços nacionais definidores da estrutura e dos conflitos de classe e, ainda, pela dominação política e econômica *através do espaço intraurbano*. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 26, grifo nosso)

Villaça continua, introduzindo o papel central da segregação nesse modo de enxergar a questão:

Tais traços se manifestam na estrutura espacial intraurbana por meio da segregação, que passa a ser então o processo central definidor dessa estrutura. Esses traços são bastante inelásticos em face de algumas transformações sociais e econômicas nacionais e planetárias. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 27)

Em outras palavras, o autor sugere que a sociedade atua sobre o espaço, mas, citando Lefebvre, afirma que o espaço “age de volta”. Desse modo, o espaço passa a reforçar as disparidades advindas da disputa de classes. Essa concepção nos remete ao primeiro capítulo, em que endereçamos os elementos básicos da acumulação capitalista. A interação entre economia e o espaço, no caso aqui através da noção de localização urbana, estabelece um reforço das possibilidades de exploração e apropriação desigual de excedentes econômicos e rendas pelas diferentes classes. Se em termos abstratos entendemos a oposição entre capital e trabalho, o que se coloca aqui são dispositivos adicionais que se lançam e reforçam essa oposição, remetendo às possibilidades de desenvolvimentos específicos de formas funcionais de capital a partir de desenvolvimentos técnico-produtivos. A proposta de Villaça é rica e apresenta todo um subsistema organizado de variáveis em interação.

As camadas de mais alta renda da população (o autor não distingue necessariamente parcelas de capital ou burguesia) acabam por controlar as rédeas da dinâmica de produção e apropriação das localizações e seus valores de uso. Possuem condição diferenciada de acesso às localizações privilegiadas da cidade. Aqui, é preciso destacar que o acesso pode ser visto em termos das facilidades aplicáveis na superação de distâncias ou de tempos de deslocamento, mas também é verdade quando retomamos as preocupações do primeiro capítulo: na sua dimensão econômica. Naquela oportunidade, destacamos os mecanismos de mercado exercendo uma clivagem na população, aparentemente habilitando portadores de mercadorias específicas através de mecanismos de troca. Villaça acaba por adicionar mecanismos acessórios que ampliam o poder de controle e comando por parte dos possuidores sobre aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para troca (especialmente, mas não exclusivamente). O que se quer reforçar é que a distância física que pode significar acesso mais custoso ou difícil para grande parte da população é antecedida pela distância econômica: não adianta muito estar apenas a dois passos de um serviço ou moradia desejável pelo qual nunca se poderá pagar ou acessar. Isso está ligado a algo óbvio, mas que precisa ser devidamente expresso. Tendem a reunir mais trabalho cristalizado na forma de localizações mais vantajosas as porções do território onde se concentram os interesses das camadas possuidoras de dinheiro/capital, pois concentram, nessa mesma medida, poder de controle/comando sobre o trabalho.

Dessa forma, embora Villaça considere de forma explícita e taxativa que a condição primordial que determina as localizações é a que envolve o transporte de pessoas e a acessibilidade, consideramos aqui um enunciado mais adequado tratá-las num mesmo

patamar, de forma dialética e subordinadas a um conjunto muito semelhante de condicionantes ligados à oposição central da economia capitalista e ao controle dos meios de produção. A questão da apropriação desigual das vantagens (ou desvantagens) advindas da localização urbana está fundamentalmente associada com a questão do transporte, do deslocamento e do acesso, mas claramente não se resolve nisso. Ambas subordinam-se de forma relativamente semelhante às desigualdades econômicas fundamentais (de renda e riqueza), permitindo que grupos de maior controle sobre recursos extraíam vantagens adicionais, usualmente no mesmo sentido – as camadas da população que controlam e usufruem das localizações mais vantajosas costumam ser também as que possuem melhores condições de deslocamento (por custos, distância, tempo ou conveniência).

Nossa tese é a de que, para as metrópoles brasileiras – e quase certamente também para as latino-americanas –, a força mais poderosa (mas não a única) agindo sobre a estruturação do espaço intraurbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. Esta, como será mostrado, é uma condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço intraurbano.⁸⁹ (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 45)

O autor complementa ainda, apontando que a “dominação através da estruturação do espaço intraurbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locais. Trata-se de uma disputa em torno de condições de consumo”⁹⁰ (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 45).

Tratamos no início do capítulo da ênfase que Villaça dá ao consumo nos processos que estruturam a cidade. Sua leitura particular de Lefebvre, de cidade enquanto possibilidades de valores de uso, tem uma preocupação de fundo bem intencionada no sentido de escapar de leituras reificadas. Possivelmente, o filósofo francês não aprovasse, entretanto, o foco exagerado na questão do consumo sem a devida contrapartida dialética na produção, assunto que igualmente ocupa suas considerações. É também inspirado em Lefebvre que o urbanista lembra do importante papel desempenhado pela ideologia na luta de classes enquanto instrumento de dominação.

⁸⁹ Como mencionamos no início do capítulo, se a argumentação de Villaça é, por um lado, convincente, ainda que deixe de lado aspectos importantes, por outro, restringe-se às áreas metropolitanas. Suas conclusões podem se estender para grandes centros urbanos, mas perdem poder explicativos para cidades médias e pequenas, especialmente. Outras abordagens, como as preocupadas com a estruturação da rede urbana, por exemplo.

⁹⁰ Para não deixar de indicar uma sistematização que busca apresentar produção e apropriação de forma associada, ver Smith, N. (1996) *The New Urban Frontier Gentrification and the revanchist city*.

Na nossa interpretação, Villaça ainda assim expande a noção de dominação e a torna mais complexa e rica ao introduzir a dialética na sua relação com o espaço. Não se trata apenas de dominação socioeconômica que se manifesta fisicamente no espaço; diz respeito, necessariamente, além disso, ao espaço estruturado reforçando (propriamente como instrumento) a dominação. Não é apenas manifestação, mas uma forma concreta de dominação que se alia às formas estritamente econômicas clássicas, pelo espaço, localização urbana e segregação.

3.2 A dinâmica da segregação

Passaremos agora a discutir algumas questões ligadas especificamente à segregação, que, como vimos, é a principal forma que assume a disputa pela apropriação das vantagens locais pelas diferentes classes; ou “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 150). Um primeiro aspecto que Villaça ressalta é em relação à natureza ou aos diversos tipos de segregação existentes (racial, religiosa, étnica etc.). Apesar de não desconsiderar essas diferentes possibilidades, Villaça afirma que é a segregação de classes que domina a estruturação urbana das metrópoles brasileiras⁹¹. O conceito remete a “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, *Ibidem*, p.142). Um segundo aspecto diz respeito ao motivo da luta. Em torno do quê está colocada essa disputa? Para isso, ele se apoia em Castells (1978, p. 203-204), identificando uma correspondência entre a estratificação social (entre classes) e a estratificação urbana (também entre classes, mas localizável no espaço). Nesse sentido, quanto maior a diferenciação social entre as classes, maior sua expressão espacial em termos de segregação urbana. A ideia aponta, nos diferentes espaços da cidade, para uma homogeneidade interna de características e atributos sociais em uma determinada parcela, ao passo que mantém fortes contrastes com o que está fora dela⁹².

⁹¹ O que não quer necessariamente dizer que seja a forma de segregação mais pronunciada – veremos no estudo que a segregação racial em São Paulo é mais aguda do que a de renda.

⁹² Já falamos de forma breve sobre a segregação no primeiro capítulo, mas aproveitamos a retomada mais detida aqui para lembrar que, ao contrário de como se costuma empregar o termo, a segregação, aqui como estratégia e intervenção de classe sobre o espaço, é ação e resultado das classes dominantes sobre o espaço que ocupam. São os ricos que se segregam em espaços com determinadas características. A exclusão de ordem social, econômica,

O autor lembra que o fato da maioria da parcela da população de alta renda estar concentrada num determinado recorte da cidade não significa que lá só se encontrem ricos. Quer dizer que, se tomarmos toda a população de alta renda daquela cidade, é possível constatar que sua maior parte se situa em determinada porção ou área. A segregação não implica em exclusividade. Dessa forma, não é verdade que os ricos apenas se encontram em uma determinada região da cidade, como também não quer dizer que na região em que se concentram não são encontradas pessoas e famílias de outros perfis sociais.

Villaça também ressalta a importância da noção de segregação enquanto processo e não um mero “estado das coisas/situação”. Assim, evita questões como a de se determinada cidade é ou não é segregada. E é enquanto *processo* que se faz necessário verificar como se dá a segregação nos diferentes locais, podendo-se inferir diferentes graus de segregação. O autor ainda defende a opção pela análise da segregação pautada em áreas e regiões da cidade, não apenas em bairros. Segundo ele, só esse recorte permite uma análise adequada porque, além da segregação entre bairros, existe ainda a tendência dos bairros das classes de mais alta renda se concentrarem numa mesma porção da cidade (ao invés de espalhados pela cidade, onde ainda haveria a segregação entre bairros). Ele afirma que a maioria dos estudos se pauta no método de círculos concêntricos para chegar à análise centro × periferia. A adoção do método de setores de círculo – advoga – permite tecer outras considerações, num padrão de segregação que se dá em outros termos, não apenas entre bairros.

Ele trabalha com a ideia de que, à exploração e dominação características do modo de produção mercantil capitalista (através do comando sobre o trabalho e a apropriação privada do excedente do trabalho social), somam-se mecanismos de apropriação diferenciada dos espaços urbanos, localizações. Isso se dá através da disputa por localizações urbanas, tendo como parâmetro de partida a desigualdade econômica existente entre as classes (em termos de renda, riqueza e de possibilidades de acessar e mobilizar recursos). Assim, aumenta-se o campo de abrangência da apropriação do trabalho alheio para além dos limites das mercadorias comuns. Há apropriação de trabalho também na forma de trabalho socialmente necessário incrustado nas localizações urbanas. De outra forma, à exploração econômica “clássica”, soma-se a exploração urbana⁹³, que se dá através da segregação, em que, justamente por terem mais recursos e condições, as classes mais ricas se apropriam de

etc. que advém dessa segregação é a exclusão (total ou parcial) que se impõe sobre as demais camadas da sociedade.

⁹³ Note-se que essa é uma separação didática, pois aquilo que chamamos de exploração econômica ou urbana não são processos isolados entre si, mas relacionados.

parcelas da cidade que são mais vantajosas (em termos de acesso, custo, tempo etc.), forçando ao restante da sociedade, com piores condições de vida, as localizações e acessos mais custosos e/ou desvantajosos – mesmo que apenas relativamente. Assim, a própria dinâmica de apropriação dos espaços urbanos se torna um mecanismo de reprodução e ampliação das desigualdades sociais.

Villaça afirma que o padrão de segregação mais comum no Brasil é o que contrapõe centro e periferia, com o primeiro contando com a grande parte dos serviços urbanos, sejam eles públicos ou privados, e o segundo, mais longínquo, tendo menos infraestrutura e serviços à sua disposição⁹⁴. Ele rapidamente explica que, diferentemente do que ocorre nos países centrais, onde o padrão de distribuição de classes no espaço segue, mais ou menos, o esquema de círculos concêntricos, no Brasil o padrão que melhor se aproxima é o de setores de círculo. A razão disso está radicada na profunda desigualdade social patente no país. As camadas de mais alta renda não correspondem a um contingente suficientemente numeroso de pessoas para ocupar círculos inteiros em relação ao centro, ocupando porções do território que tangenciam o centro. Além disso, o sentido da expansão segue um padrão radial, padrão atestado pela expansão das áreas de ocupação da classe de alta renda em São Paulo, por exemplo. O sentido radial é uma forma de se manter o acesso ao centro e às suas vantagens locais. O fato da residência de alta renda possuir relativamente pouca expressão numérica reforça a estratégia de concentração num setor de círculo da cidade, uma vez que se contrapõem a um número excessivamente superior de moradias de classe média e baixa. Ressalta-se ainda que o acesso viário com padrão radial também é uma marca das metrópoles brasileiras. São esses os elementos por trás do padrão de setor de círculo.

Seu foco então se volta para “analisar como ocorre a dominação por meio do espaço e o papel do controle ou domínio dos tempos de deslocamento nessa dominação” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 151), sem esquecer que esse processo – uma espécie de extorsão para o autor – “não prescinde de expedientes de natureza política e ideológica” (*Idem, Ibidem*). A localização dos modernos empreendimentos é dada, afirma Villaça, não pelo setor incorporador, que por vezes nem existia em expressão suficiente para articular essas decisões, mas por conta das preferências das próprias camadas burguesas em manter sua localização segregada e privilegiada. Essa sistematização do autor, já comentamos, é uma simplificação. Podemos recorrer a dois episódios particulares, narrados por Sevckenko (1992), no capítulo anterior, que explicitam a participação ativa de empreendedores ou agentes atuando nesse

⁹⁴ Ver Maricato (1982).

processo, agindo na produção do espaço de forma a “criar a própria sorte”, envolvendo a *Light* e a *City*. Assim, a ideia de que toda demanda gera sua própria oferta tanto não é verdade para a análise econômica, quanto para a espacial. Isso dito, o sentido da expansão das áreas de habitação da classe de alta renda no eixo de um setor de círculo, para Villaça, se orienta mais por essa lógica de manutenção das vantagens.

O que isso significa é que a produção imobiliária nem sempre pode ser orientada para “o melhor negócio possível”, em termos de minimização de custos e maximização de receitas – a segregação e a segmentação de mercados atuam nisso de forma a moldar e condicionar formatos de negócios, empreendimentos, localizações etc. Villaça rechaça ainda que as classes mais ricas se apropriam sempre das terras mais caras enquanto os mais pobres das terras mais baratas; assim “não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 146)⁹⁵.

O que os agentes do mercado imobiliário fazem é se adaptar a cada segmento de mercado promovendo, dentro dele, a venda de “ideologias” e estilos de vida. Essa promoção ajuda a encurtar os prazos de rotação do mercado imobiliário, fazendo com que as massas de capital que o setor movimentam aumentem. Há uma tentativa de se construir a localização, o ponto, fazendo uso de avenidas largas e arborizadas, *shopping centers*, parques, segurança através do isolamento e favorecimento ao deslocamento de automóveis. É um conjunto característico de elementos que serve de referência para levar um padrão de consumo urbano marcado pela alta rentabilidade do mercado voltado à parcela de alta renda. Esse é um exemplo muito bom de como se consegue conectar a questão da reificação aos problemas espaciais e à segregação em particular, conforme apontamos no primeiro capítulo. É a partir da assunção de seres humanos enquanto cumpridores de funções específicas dentro do esquema geral de produção e reprodução econômicos (“habilitados” em aparência pela posse de coisas) que permite atuar sobre a cidade de modo a fracioná-la, de forma similar, em tipos de padrão de consumo, associando ainda a isso uma morfologia e uma paisagem. Villaça lembra que os comércios e serviços tendem a seguir as decisões de moradia e ocupação da alta renda, não o contrário. Assim como não é a infraestrutura viária que explica o processo de expansão da área de concentração da alta renda, mas o oposto. É a presença e preferência da alta renda por determinado espaço que promove a melhoria da infraestrutura viária. Dessa forma:

⁹⁵ Embora possa, certamente, ser condicionante.

As classes de mais alta renda escolhem a direção de crescimento, em função de atrativos de sítio natural (...) e principalmente, em função da simbiose, da ‘amarração’ que desenvolvem com suas áreas de comércio, serviços e emprego, ou seja, em virtude da sua inserção na estrutura urbana que elas próprias produzem. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 320)

Isso, bem lembra o autor, só é possível pelo controle que essas classes detêm sobre o mercado imobiliário e o próprio Estado. A área de concentração das classes de alta renda em São Paulo – apesar de somar 13,72% da população da área metropolitana – reunia 50% dos médicos e 56% dos dentistas em 1996 (VILLAÇA, 2001, p.316). Com isso, Villaça quer mostrar o poder de atração que essas camadas têm sobre serviços e comércio.

Assim, à medida que ia se processando a segregação, a partir do centro, as áreas ocupadas pelas classes de alta renda passavam a atrair escolas, hospitais, comércios, serviços e mesmo os aparelhos de Estado. Os exemplos são vários. Quando a expansão da área das classes de alta renda atingiu certo ponto em que não existia mais o fator inicial de paisagem aprazível, decidiu-se por manter o sentido e ocupou o que veio a ser o Jardim América, compensando o sítio plano e encharcado por um padrão arborizado com boa infraestrutura viária.

Nesse padrão que opõe centro e periferia, o centro surge como decorrência de rotinas estabelecidas de inter-relações pessoais (comércio, serviços, Estado, Igreja etc.). É o ponto que concentra aglomerações e localizações vantajosas, construídas socialmente, mesmo que não seja o centro geográfico de uma cidade. Em torno dele se estruturam disputas pelas vantagens apropriáveis. O centro minimiza, no agregado, os deslocamentos cotidianos e rotineiros; estabelece-se onde os tempos, custos, esforços são os menores para a operação das atividades costumeiras do dia a dia para o conjunto de uma população. “O centro e o ‘não-centro’ são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo sob a égide dessas disputas, pelo controle das condições de deslocamento” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 243). Entende-se nisso a produção de localizações, o sistema viário e as condições de seu uso.

Em todo este trabalho demos grande ênfase às necessidades e condições de deslocamento espaciais dos seres humanos – o transporte – como força dominante da estruturação espacial urbana. Mantemos essa tese, sempre lembrando porém que essa força atua dentro de um quadro de relações sociais, as quais, por sua vez, definem as necessidades e condições de deslocamento. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 180)

O autor lembra que as condições de transporte remetem, com maior importância, a tempo e custo de deslocamento. Mas o custo não pode ser reduzido ao custo do combustível,

aos gastos com veículos ou então à tarifa, no caso do transporte público. As condições de acesso são distintas para diferentes parcelas da sociedade, a disputa fica mais complexa pela multiplicidade de estratégias e dispositivos de disputa e comando à disposição de cada uma. O uso ou não do automóvel, perfil dos serviços, estrutura viária, disponibilidade e frequência de meios de transporte público, tudo isso é disputado com instrumentos diferenciados, sendo claro que há um predomínio lastreado no poderio político e econômico que organiza e estrutura essa sociedade.

Villaça defende que o custo de que falamos deve ser tratado ainda em sua dimensão relativa, especialmente à renda familiar. As classes sociais possuem condições características diferentes no que tange ao transporte e seu uso. As distâncias em relação ao trabalho e às opções de abastecimento são um primeiro corte que costuma dividir ricos e pobres na questão do acesso, com os primeiros usualmente lidando com trânsitos menores e mais rápidos. Já os mais pobres são obrigados no seu cotidiano a enfrentar, em média, distâncias maiores. De forma análoga, aos mais ricos pode-se associar o uso do automóvel individual, enquanto aos mais pobres o uso predominante do transporte público⁹⁶. Nesse sentido, a posição de Villaça é a de que se o Estado privilegia as condições de deslocamento da classe mais rica (com vias expressas para o automóvel individual, por exemplo), acaba ampliando o abismo relativo entre classes. Mesmo quando estes são submetidos às penúrias de um engarrafamento, o enfrentam em condições certamente mais confortáveis. Nesse sentido, o urbanista cita Harvey para o corolário “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele” (HARVEY, 1976, p. 171 *apud* VILLAÇA, 2001, p. 181).

Villaça afirma que a elite disputa o controle sobre o tempo e condições de deslocamento, não necessariamente pela sua minimização (no caso, do tempo). A questão é que se parecer vantajoso, a elite está disposta a suportar tempos maiores, desde que possa ter alguma outra vantagem (lotes maiores, isolamento, conforto etc.). O importante é que a elite detém o controle da ocupação do espaço e suas condições, podendo exercer, conforme queira, suas opções da maneira que lhe parecer mais vantajoso. Lembrando que reunir vantagens – na pior das hipóteses – relativas pode até não parecer grande melhora, mas é melhor, ou ao menos mais confortável, do que o disposto para o restante da sociedade.

⁹⁶ O que não é o mesmo que afirmar exclusividade, ou seja: não quer dizer que apenas ricos se utilizem do automóvel, tampouco que apenas as parcelas mais pobres façam uso do transporte público. Entre os mais ricos, o automóvel é uma opção predominante, ao passo que entre os mais pobres o transporte público ocupa posição de destaque (mormente ônibus e trem). Para mais informações sobre o tema, especificamente para São Paulo, sugere-se a consulta dos dados da Pesquisa Origem-Destino do metrô.

O espaço urbano é produzido e consumido por um único e mesmo processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda. Como mostra este trabalho, tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano, ou, como já foi dito, e parafraseando Castells, em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho. (VILLAÇA, Ibidem, p. 328)

Villaça coloca isso para lembrar que, nesses termos, a elite não necessariamente quer minimizar seu tempo de deslocamento, mas, de forma mais ampla, controlar as condições de acesso. Nesse sentido, o controle do acesso se dá pelas vantagens econômicas, mas também pelo seu valor simbólico de dominação:

Entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Dentre essas vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano. (VILLAÇA, Ibidem, p. 328)

As classes de mais alta renda, ao tomarem suas decisões de localização, com base nesses parâmetros, acabam por impor ao restante da sociedade um ônus na forma de maiores tempos/custos de deslocamento. Ademais, controlam os instrumentos necessários para terem ao seu dispor melhor infraestrutura urbana, em especial no que tange ao transporte (através do controle do mercado imobiliário e dos aparatos de Estado). Assim, a maior parte da população arca com maiores custos e tempos de deslocamento, além de piores condições de enfrentá-lo.

O autor lembra que quanto mais se desloca a área de concentração das classes de alta renda no sentido Sudoeste em São Paulo, levando consigo as atividades características das altas densidades de aglomeração urbana (comércios, serviços, lazer, educação, saúde etc.), mais esse pedaço, considerado o “centro novo” se afasta do restante da cidade. Ou seja, a construção e a reprodução no tempo de um sistema viário focado no transporte individual, passando pelos esforços do Estado, aumentam as desigualdades de condições de apropriação e consumo das diferentes classes, priorizando uns em detrimento de outros.

No processo de segregação e de produção do espaço urbano as elites se utilizam de três tipos de instrumento que reforçam sua dominação: a) o econômico, através do mecanismo de mercado, em que têm suas opções ampliadas pelo controle de maiores massas de riqueza, atuando através do mercado imobiliário; b) o político, com o controle do Estado em diferentes

instâncias; c) o ideológico, com o controle da “definição” de cidade, suas partes e inclusive daquilo que é definido como relevante através dos meios de comunicação.

Em linhas gerais, portanto, a desigualdade social, econômica e política contribui para a formação de uma cidade cindida – uma para os mais ricos, outra para os mais pobres – responsável pela segregação das classes de alta renda em determinadas porções da cidade. Com isso, um pedaço privilegiado da cidade é abastecido com equipamentos urbanos e de consumo de um determinado perfil, contando com boa infraestrutura e possibilidade de transporte, enquanto a outra não. Através do controle do acesso às localizações e à sua ligação ao mercado imobiliário, as elites concentram para si essas localizações privilegiadas, conformando “centros novos” em relação aos “centros antigos tradicionais” hoje tomados pelas classes populares. Uma vez assumido um sentido de expansão da ocupação das classes de alta renda na cidade (em São Paulo, o Sudoeste), inicialmente pela proximidade de acesso ao centro e paisagem agradável, tornava-se cada vez mais difícil sua reversão (tanto é que o autor lembra que mesmo não havendo mais paisagem naquele sentido, ali continuou se concentrando a camada mais rica).

“Assim, a luta de classes pelo domínio das condições de deslocamento espacial consiste na força determinante da estruturação do espaço intraurbano” (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 329). Aqui é preciso atentar que, por consequência, a estruturação do espaço intraurbano depende fundamentalmente das condições de produção capitalista, pois é essa organização que permite apontar a burguesia como classe dominante. Domina ao controlar a produção e os meios de reprodução da vida material, podendo, inclusive, dominar as condições de vida na cidade. Não se trata de um campo alternativo de lutas, senão a extensão da luta econômica para o espaço onde constituímos a nossa vida e rotina. O que está sendo proposto, ao nosso ver, é um grau de detalhamento maior no processo de dominação capitalista, estendendo-se para o uso e consumo do espaço urbano, organizado de forma a ampliar a segregação existente entre as classes mais ricas e as mais pobres, concentrando as vantagens nas mãos de quem controla o processo de reprodução da vida material. Villaça reforça, na sua preocupação em diferenciar o espaço “regional” da produção e o espaço “urbano” do consumo, sua visão de que este último possui condicionantes mais fortes para aquilo que ele está investigando, ou seja, para o processo de estruturação e localização intraurbana. Infelizmente, ele abre mão de completar sua análise ao não incluir o papel da produção na estruturação urbana, algo que poderia enriquecer ainda mais suas proposições ao revelar dinâmicas próprias da acumulação e da oposição capital \times trabalho na construção do espaço urbano. No sentido geral, entretanto,

ele reconhece a unicidade da produção e do consumo (ou da reprodução da força de trabalho). Para os fins deste trabalho, a sistematização que ele propõe dá elementos incompletos, mas suficientes para a organização e reflexão acerca do padrão de segregação recente, colocando ponderações importantes para interpretação dos dados que apresentaremos mais adiante. Mas antes, completaremos este esforço procurando coordenar os conceitos que acabamos de apresentar.

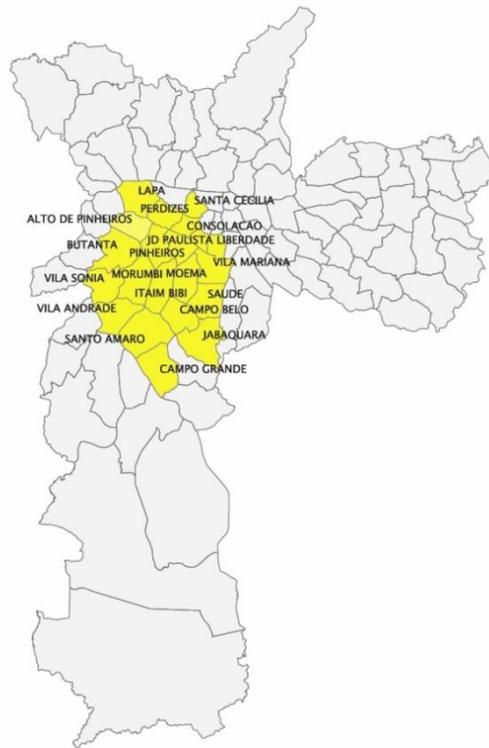
3.3 A segregação no espaço paulistano

Decidiu-se por, nas primeiras duas seções, tratar de questões de abrangência teórica e reservar esta última seção para uma narrativa mais focada na reconstituição histórica do padrão de localização e segregação – em especial das classes de mais alta renda – em São Paulo. Trata-se de um esforço narrativo complementar ao apresentado no capítulo anterior, buscando sintetizar os diferentes elementos abordados neste capítulo, mas que também lança bases para a investigação proposta na sequência, com dados para os anos 2000. Buscaremos passar pelos principais pontos do argumento de Villaça para estruturar nossa investigação para a primeira década do século XXI.

Mencionamos em algumas oportunidades o padrão de concentração/segregação paulistano com as classes de mais alta renda ocupando o Quadrante Sudoeste do município. Segundo Villaça, é ali que se delimita o vetor de expansão urbana que reflete os interesses das classes de mais alta renda⁹⁷. Nesse sentido, como será mostrado, esse quadrante reúne estatísticas econômicas e sociais superiores à média do município e da metrópole, com especial interesse do mercado imobiliário, concentração de vagas de trabalho, além de disponibilidade de serviços e mercadorias, competindo para atender e capturar parte da renda ali concentrada.

Figura 3.01 - Distritos que compõem a Região de concentração das classes de mais alta renda (Quadrante Sudoeste)

⁹⁷ Villaça lembra que há ainda áreas secundárias de concentração da alta renda, que considera menos representativas. Estão na zona norte (Mandaqui, Santana e Água Fria) e na zona leste (Alto da Mooca e Tatuapé).



Fonte: Villaça (2001). Elaboração: Ligia Pinheiro.

A área em destaque na figura indica a grande área de concentração das camadas de mais alta renda. Segundo dados do IBGE para o censo de 1991, trabalhados pelo autor, 55,53% dos chefes de domicílios da RMSP cujo rendimento era superior a 20 salários mínimos tinham sua residência ali, no Quadrante Sudoeste destacado⁹⁸. Essa proporção atingia apenas 10,48% dos chefes de domicílio na Zona Leste, 11,96% destes no ABCD paulista, 9,52% no Centro, 10,58% na Zona Norte e 1,93% no Nordeste. Ao mesmo tempo, a Zona Leste concentrava 33,12% dos chefes de família com rendimento de até 1,5 salário mínimo. O Quadrante Sudoeste, lembramos, concentrava em 1996 50,1% dos médicos da RMSP e 56,4% dos seus dentistas. Ademais, em 1997, o quadrante concentrava o maior número de *shopping centers* do município, bem como a maior parte da área construída de *shopping centers* da cidade (65%)⁹⁹.

A trajetória de como essa situação veio a se configurar é detalhadamente descrita por Villaça ao longo da obra analisada. Inclusive, grande parte do mérito do autor é justamente na proposta de sistematizar e buscar as motivações para a configuração que os dados atestam, adicionando ao trabalho estatístico uma proposta de narrativa explicativa. Destacaremos os

⁹⁸ Esses mesmos distritos serão utilizados no estudo proposto, na sequência.

⁹⁹ Os dados de distribuição da população por faixa de renda podem ser consultados cf. VILLAÇA (2001) no quadro 20 (p. 129); Os dados para médicos e dentistas no quadro 46 (p. 316) e os de *shopping centers* no quadro A (p. 309).

contornos gerais que dão substância ao argumento do autor no sentido trabalhado até aqui – tendo a segregação e a disputa por localizações vantajosas como preocupações norteadoras.

Ao investigar a estruturação territorial de São Paulo, Villaça adota o ano de 1870 como marco pela inflexão nas taxas de incremento populacional da cidade. Sua expansão urbana apresentava um quadro de possibilidades então relativamente simples. A inauguração da ferrovia (estrada de ferro São Paulo Railway), em 1867, acentuou a clara divisão da cidade entre Leste e Oeste, favorecendo o lado Oeste. Isso pela maior facilidade de acesso ao centro (exigindo superar apenas o vale do rio Anhangabaú) e contando com uma locação mais aprazível (além de mais saudável, lembra o autor), passando a ser o setor preferido para estabelecimento da elite local e seus loteamentos. O Leste, por sua vez, apresentaria desafios adicionais, obrigando os que ali se fixassem a superar o Tamanduateí, sua área alagável e a estrada de ferro para chegar a uma área plana, mais monótona. Foi ali que se concentraram as indústrias e as classes de mais baixa renda. Uma terceira possibilidade lembrada pelo urbanista é a de um espaço estreito na divisória de água dos rios Anhangabaú e Tamanduateí, na direção do Bixiga e Liberdade, onde já alcançava a cidade.

O autor lembra que não quer dizer que na Zona Oeste existissem apenas pessoas de classe de alta renda, ou que não haja ninguém de alta renda na Zona Leste. Ocorre que a classe de alta renda ocupou primordialmente a Zona Oeste. Houve também ocupação da classe média na Zona Leste e, em realidade, em todas as áreas. O que o urbanista aponta, conforme tratamos nas seções anteriores deste capítulo, é que o centro e suas vantagens locais ficaram de um dos lados do rio (Oeste), fazendo que o lado oposto arcasse com maiores dificuldades para acessá-lo, por questão de distância, custos, tempo, dificuldade de transposição das barreiras naturais ou da ferrovia, contando ainda com menor potencial de tráfego.

A partir do estabelecimento por parte das camadas de mais alta renda nas localizações mais vantajosas, junto ao centro, a expansão urbana característica dessa parcela da população se daria no sentido Oeste, mantendo contato com o centro. Esse processo de expansão das elites para o Oeste (Campos Elíseos) foi marcado por um projeto ideológico – algo costumeiro pelo que aponta o autor –, identificando as áreas de ocupação da elite como “Cidade Nova”. Foram usados projetos “modernos” à época, com avenidas largas e cruzamentos em ângulo reto. Há uma noção de diferenciação do espaço da burguesia nascente e pujante em oposição à “antiga” aristocracia. Villaça aponta que a expansão a Oeste logo

tomou uma curva e deu-se no sentido Sudoeste (Vila Buarque, Higienópolis), chegando à Av. Paulista, aberta em 1892.

Ele reforça, ao descrever a expansão da área de ocupação das classes de alta renda em São Paulo¹⁰⁰, o papel preponderante que a acessibilidade ao centro e às localizações vantajosas possuem em relação aos atributos meramente estéticos dos terrenos, usando-se de exemplos para ilustrá-lo. Isso quer dizer que, se por um lado parece de fato existir uma atratividade da alta classe em relação a atributos naturais dos terrenos disponíveis, essa ligação está subordinada, como vimos, à questão mais ampla da acessibilidade e da segregação que garante a essa classe vantagens de custo e tempo nos seus deslocamentos, entre outras vantagens.

Villaça lembra que a história dos bairros de baixa renda, por outro lado, é muito mais difícil de remontar dos que os de alta. Há um número muito mais vasto de fontes sobre a história dos “vitoriosos”. Basicamente, os bairros chamados periféricos foram ocupados por operários e por migrantes advindos de zonas rurais ou não (a partir da virada do século XIX para o XX). Parte foi para o centro, mas a partir do momento que o centro se “valorizou” por conta do seu uso pelas classes mais ricas, os poucos pobres que lá estavam se viram expulsos pelos altos custos atrelados à moradia numa zona cada vez mais tomada pelo comércio e serviços (inclusive com proibição expressa do Estado de instalação de cortiços em zonas centrais no Rio e em São Paulo). Algumas dessas particularidades e expedientes já analisamos no capítulo anterior. Esse tipo de (sub)habitação central reapareceu mais tarde, depois que as elites deixaram o centro, na direção Sudoeste.

A bipartição Leste × Oeste da cidade se manteve até a década de 1950, quando São Paulo atingiu população da ordem de 2 milhões de habitantes. A forte migração para a cidade de que tratamos no segundo capítulo, ainda na primeira metade do século XX, deu-se de forma mais intensa na área Leste, sendo que a participação relativa da população da Zona Oeste já vinha decaindo entre 1920 e 1952 (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 118). Já em 1950, a Zona Norte e a região do ABC contavam com participações relativas de 11 e 8 pontos percentuais, respectivamente. A classe média se distribuiu entre as diferentes áreas, mas Villaça afirma que sua maioria também rumou a Oeste do Tamanduateí. As classes mais ricas permaneceram

¹⁰⁰ Para ver nomes e processos específicos de bairros das elites paulistanas ver VILLAÇA (*Ibidem*, pp. 192-199).

na Zona Oeste, estendendo sua ocupação até a porção Sudoeste da cidade e, posteriormente, a áreas como o Alphaville, já fora da cidade.

A maioria da população pobre instalou-se, portanto, fora do centro e de suas cercanias mais acessíveis, em áreas periféricas descartadas pelas elites, seja pela distância ou por complicações de sua ocupação (áreas pantanosas, alagadas etc.). Um dos fatores de maior importância para a disputa por lugares para essas classes tem a ver com a distância em relação ao trabalho. Depois da disputa pelo centro (que permite o maior acesso à cidade) e pelos empregos de baixa renda do centro, os empregos industriais são aqueles que atraíram a atenção das classes mais pobres. Os derrotados pela disputa do centro puderam tentar residências nas proximidades de empregos industriais, em localizações periféricas. Há ainda aqueles que saíram perdedores também dessa disputa, sendo obrigados a ocupar áreas distantes do centro e dos empregos industriais, arcando com custos mais elevados, viagens mais longas etc.

Apresentando detalhes históricos do centro de São Paulo, Villaça destaca sua organização, sua ocupação pelas elites e atividades de comércio e serviços voltadas a elas, apresentando as ruas São Bento e Quinze de Novembro, a Rua Direita e Rua da Imperatriz e suas lojas¹⁰¹. Conforme as elites iam expandindo sua área a terrenos mais a Oeste, e depois ao Sul, o centro (ou o centro novo) as acompanhava, deixando para trás espaços que foram sendo ocupados cada vez mais pelas camadas populares. Na década de 1960, a região da Av. Paulista e Rua Augusta já era apresentada como “novo centro” de São Paulo. Segundo Villaça:

o dito ‘novo’ centro principal da cidade era diferente do anterior, pois não reproduzia, com ele, uma nova versão do centro velho; era um novo tipo de centro, atomizado, fragmentado, expandido, e constituído por uma nuvem de áreas especializadas, misturado com vários tipos de áreas residenciais. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 265)

Villaça aponta o Brás como alternativa ao centro principal, primeiro subcentro nas metrópoles brasileiras, podendo ser considerado como tal já na década de 1920. Foram fatores de destaque para tanto o isolamento relativo em relação ao centro, não podendo contar com acesso fácil à principal região de abastecimento da cidade. Além disso, tratou-se de uma região de forte ocupação estrangeira, italiana, no caso. Esse tipo de agrupamento é comum em se tratando de estrangeiros. Essa distinção em relação ao restante da cidade e a unidade

¹⁰¹ Ver VILLAÇA, *Ibidem*, pp. 261-266 para detalhes das lojas e suas localizações a partir de fins do século XIX.

mantida dentro daquele espaço contribuíram para que lá se desenvolvessem não apenas as estruturas de comércio e serviços, mas como uma rotina cultural destacada. O Brás se tornou um importante subcentro da cidade, abastecendo a Zona Leste. Inclusive, conforme as atividades de lá se expandiam, passaram a ocupar filiais no centro principal. Funcionava como o centro daqueles fixados no lado desvantajoso, num ponto para onde convergiam os fluxos de transporte para o centro da cidade. Até a década de 1960, manteve-se como o “centro dos de baixo”, situação que foi se alterar apenas com a popularização do centro principal.

O autor aponta que os subcentros podem ser especializados ou diversificados, sendo que esses últimos possuem um fator estruturante maior, por serem destino de maior número de pessoas. Isso se dá pelo mais conveniente acesso a uma vasta gama de atividades e serviços com apenas uma viagem e conseqüente maior uso e valia no dia a dia, enquanto o centro especializado, apesar de poder ter uma abrangência maior em termos metropolitanos, acaba tendo um uso mais esporádico. Com a popularização do centro, inicia-se uma disputa que leva para o Brás outra função, saindo o centro como principal vencedor.

Nesse contexto, o foco do autor passa a ser então o processo de “decadência” do centro. Se até meados do século XX (1960), os centros das metrópoles brasileiras eram ocupados principalmente pelas elites, seja como local de residência, de consumo (compras, serviços, lazer) ou local de trabalho, isso não seria sinônimo de que a maioria das pessoas que compravam ou trabalhavam no centro fossem de alta renda. Era esse, todavia, o destino da maior parte das pessoas de alta renda, tanto para trabalho como para consumo. Villaça é categórico ao afirmar que o processo de “decadência” do centro corresponde, na verdade, ao processo de abandono das próprias elites desse espaço, fazendo com que boa parte do aparato e de suas estruturas as acompanhasse. O autor lembra que o processo de perda de importância do centro metropolitano é patente, podendo se dar de forma relativa ou absoluta. Em primeiro lugar, houve um deslocamento das atividades de consumo e, em seguida, dos empregos. Ele aponta, entretanto que o

(...) chamado centro expandido não representa para a Área Metropolitana de São Paulo da década de 1990 o que o centro velho da década de 1950 representava para a área metropolitana de então, em termos de concentração e variedade equilibrada de comércio e serviços e, ainda, em número de empregos. Como vimos, em 1987 (...), o centro velho tinha 517 100 empregos contra 364 140 do centro expandido, da zona da Paulista até a marginal do rio Pinheiros. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 265)

Diferentemente do Rio de Janeiro, onde se conformou um subcentro específico para as classes de alta renda, em São Paulo, os subcentros focaram nas classes de baixa renda. A elite não se desligou do centro da mesma maneira que ocorreu no Rio. A década de 1960 marcou a formação de sub-regiões de consumo pra alta renda nas metrópoles brasileiras (com cinemas, butiques, consultórios, *shopping centers* etc.). Em São Paulo, trata-se da região da Paulista, tratada como um “centro novo”, embora limite-se a abastecer a classe de alta renda sem cumprir com todos os desígnios de um centro de fato. O esvaziamento do centro principal passaria a contar ainda, em muitos lugares, com a ação do Estado, que moveu parte de seu aparato administrativo para as regiões de concentração da alta renda.

Sinteticamente, Villaça relaciona os seguintes itens para explicar o processo de abandono dos centros principais pelas elites: i- o fato de se tratar de uma fração diminuta da sociedade que controla a maior parte da renda, não conseguindo estabelecer uma coroa de círculo em torno do centro que assegurasse o vínculo daquelas pessoas àquele espaço; ii- somado a isso há a maior permissividade das classes de alta renda ao uso do automóvel individual, difundindo-se e permitindo deslocamentos antes possibilitados apenas pelos transportes coletivos; iii- interesses imobiliários ávidos por ampliar seus ganhos com empreendimentos novos voltados para a classe com maiores e melhores condições de pagamento ou ainda através de renovações. Nesse sentido, não é o envelhecimento *per se* do centro que explica sua deterioração, uma vez que as elites, sempre que tiveram interesse, e contando com o apoio do Estado, não pouparam esforços para sua renovação.

O autor destaca o papel importante que a difusão do automóvel, restrita inicialmente às classes de alta renda, teve para a organização da cidade, permitindo, individualmente ou dentro da família, o acesso a estruturas de comércio, serviços, lazer e empregos mais distantes. Teve impacto também na estruturação de vias e padrão de urbanização, cada vez mais voltado para o uso do automóvel individual. Esse processo se deu sem que se perdesse de vista o acesso ao centro. É por isso que a área de concentração das classes de alta renda em São Paulo se deu a partir do centro no sentido Sudoeste, sem perder o contato com ele:

A acessibilidade se produz então duplamente: em primeiro lugar, durante a própria produção/consumo do espaço, isto é, dos pontos a serem interligados. Em segundo lugar, pela atuação sobre o sistema de transporte que une os pontos produzidos a serem interligados. Na área onde tendem a se segregar as camadas de alta renda, as localizações se produzem e consomem por e para um determinado sistema de transportes: aquele baseado no automóvel. No restante da cidade, elas se produzem e se consomem pelo e para o transporte público,

com toda a sua precariedade, quando não para os deslocamentos a pé. (VILLAÇA, Ibidem, p. 356)

Villaça argumenta que a deterioração dos edifícios do centro não antecedeu seu abandono, pelo contrário. Foi o abandono que causou a deterioração. Parte desse processo tem a ver com a perda de valor daqueles pontos e localizações, à medida que novas localizações eram criadas ou então se deslocaram no sentido de expansão ditado pelas áreas de habitação das classes de alta renda. O novo padrão de ocupação ajustado ao uso do automóvel se traduziu num padrão mais “alargado”, não conseguindo concentrar, tal qual fizera o centro tradicional, o conjunto de atividades características (empregos, compras, serviços) para a conformação de um novo centro. A expansão se deu de forma mais dispersa, com “uma região atomizada de vários centros especializados” (VILLAÇA, Ibidem, p. 282).

Com o movimento das elites para fora do centro, esses locais passaram a ser ocupados por classes populares, contando ainda com centros de bairro e alguns *shopping centers*. O autor destaca que, assim como a cidade antigamente trazia uma cisão nitidamente ligada à renda, o progressivo abandono dos centros reproduziu essa situação, com partes claramente se voltando para o consumo e acesso de camadas populares. Houve conversão de parte das estruturas de consumo para o atendimento dessa população, com lojas e espaços que antes eram tomados pelas burguesias, agora passando para uso corriqueiro das classes populares. Esse processo é visível na década de 1970 e continuou nos anos 1980.

A existência de bairros de baixa renda dentro da área de concentração da alta renda não altera a diferenciada produção e consumo do espaço na cidade. As vantagens de que desfrutam as classes de alta renda, mesmo assim, não podem ser apropriadas pelos ocupantes de baixa renda nessas áreas, pois o fator renda acaba excluindo-os das vantagens apropriadas pelo automóvel, as vias expressas e muitos dos serviços disponíveis ali. Resume-se, assim, a um corte no gasto (considerável) com transporte, dada a proximidade ao (sub)emprego. Isso dito, a ampla maioria da classe mais pobre ocupa áreas mais distantes, onde o transporte é de pior qualidade (trem metropolitano), há péssimas condições de acesso etc. Em que pese a ocupação crescente do centro tradicional pelas camadas mais populares, é preciso reconhecer que a expansão da área de alta renda (no sentido Sudoeste) traz consigo alguns serviços de baixa remuneração, em especial serviços pessoais.

Villaça argumenta que no Brasil, e notadamente em São Paulo, em que pese o processo de “abandono das elites” do centro, esse ainda é o principal nucleador das atividades

humanas na metrópole. No ano de 1995, o centro era o principal destino da RMSP, com aproximadamente um quarto do total de viagens destinadas para aquele espaço, de acordo com informe da associação “Viva o Centro”¹⁰². Nesse mesmo ano, o polo da Paulista concentrava 9,74% e Pinheiros 6,41% dos destinos. O centro de negócios tem seu poder simbólico através da arquitetura, símbolo de poder, progresso e modernidade, embora exerça um simbolismo menor, na opinião de Villaça, que aqueles da formação da cidade capitalista (com forte presença do Estado no urbanismo) ou feudal (pela centralidade da igreja).

Por fim, de modo similar ao que fizemos na seção anterior, reunimos considerações do autor no tocante à relação que a segregação e a apropriação desigual das vantagens locacionais por parte das elites mantêm com o Estado. Ressalva-se que não se trata de afirmar que o Estado age de forma uníssona ou monotônica na ampliação desses processos; certamente há ações em diversos sentidos. Destaca-se, porém, que há ações contundentes no sentido da contribuição estatal à segregação e à manutenção dos privilégios cooptados pelas elites. Particularmente, tornam-se mais transparentes ao se analisar o que se considera como absoluto e como variável, conforme abordado no primeiro capítulo, de forma similar ao que se propôs às intenções da gestão Doria. Ademais, é necessário atentar em particular a ações que por vezes assumem uma forma ou aparência de intervenção equânime: a pujante força social envolvida no processo de criação e apropriação desigual dos frutos do trabalho sobre o espaço urbano só pode ser devidamente combatida por ações extraordinárias no sentido oposto e preferencialmente sobre suas bases causais. Ocorre, entretanto, que é justamente sobre elas – as causas – que tão raramente ou nunca se age. Lefebvre (2001), por exemplo, se refere à ação estatal não raro como meramente tautológica, justamente por isso. Um mérito – julgamos – da obra de Villaça é a multiplicidade de fatores sobre os quais o urbanista lança sua análise. Assim, além do Estado, sistematizamos algumas considerações suas sobre o uso da mídia e da ideologia.

Focando a questão do Estado, Villaça destaca três mecanismos específicos. Em primeiro lugar, retoma aquilo que já havia colocado no sentido de os próprios aparelhos do

¹⁰² As informações completas constam no Quadro 30 da p. 246 de Villaça (2001). Levantamentos de dados feitos junto à pesquisa OD do Metrô de 2007, entretanto, mostram um peso consideravelmente menor da zona central do que desse levantamento utilizado por Villaça. Em 2007, a zona central era a menos significativa em termos de viagens produzidas ou atraídas, não atingindo 5% para qualquer um desses agregados. Em termos de empregos, a mesma pesquisa mostra o peso da zona central retrocedendo. Em 1997, representava 18,95% dos empregos levantados, ao passo que, em 2007, essa porcentagem retrocedera para 17,71%. Nesse mesmo intervalo, os distritos que compõem o Quadrante Sudoeste passaram de 36,10% para 38,20% dos empregos e representavam cerca de um terço das viagens produzidas e das atraídas no município de São Paulo. Trataremos em maior detalhe da concentração e segregação mais recentes na sequência.

Estado seguirem o sentido da expansão da área de concentração das classes de alta renda, como se sua localização estivesse vinculada aos mecanismos de mercado (o que não procede)¹⁰³. Fato é que, na medida em que as classes mais ricas se afastavam do centro, alguns dos aparelhos e sedes do Estado – não por coincidência – seguiram seu movimento. Outra forma de atuação do Estado no sentido da ampliação das desigualdades tem a ver com o provimento de infraestrutura urbana, na forma de rede de água e esgoto, pavimentação, transportes, iluminação, entre outros, e sua ligação com o mercado imobiliário e, por consequência, com a especulação. Villaça cita alguns casos metropolitanos, mas o sentido é usualmente de privilegiar com melhores condições infraestruturais as classes mais abastadas e suas áreas de habitação escolhidas. Por vezes, o Estado age preparando o terreno para a expansão do mercado imobiliário, fazendo obras sem as quais o filão de alta renda desse mercado não poderia se desenvolver com tanta força. Abarca inclusive o caso de infraestrutura de transportes no sentido de privilegiar o automóvel individual em vias expressas que cortam a cidade. Por fim, Villaça destaca a atuação do Estado através da legislação urbanística. Ele aponta que essa legislação classicamente é feita pela burguesia para a burguesia, configurando um instrumento importante para organizar os interesses dessa classe sobre o espaço que ocupa e sobre o espaço dos mais pobres também, de acordo com suas próprias visões e interesses. Seja por colocar um elevado número de residências em condições de ilegalidade (60% a 70% em São Paulo – segundo o autor), pela questão do zoneamento em relação à questão de uso do solo, que é muito discutido para bairros de classe média e acima da média.

A concentração das camadas de alta renda numa única região da cidade (em oposição, por exemplo, a se estivessem espalhadas por ela) acaba cooperando para esse tipo de apropriação dos instrumentos do Estado para a dominação dessas classes. Seria muito mais complicado mobilizar o Estado nas diferentes direções da metrópole. A segregação como se dá nas nossas metrópoles acaba otimizando esse processo. O fator fundamental para tanto reside na profunda desigualdade que marca nossas metrópoles, segundo o autor. Nos países desenvolvidos, onde há uma considerável classe média, o padrão assumido é aquele que se assemelha, alternativamente, a círculos concêntricos.

¹⁰³ Ver VILLAÇA, 2001, pp. 324-325 para uma pequena lista elencada pelo autor de sedes de governo e equipamentos públicos que saíram de suas sedes originais e foram, por exemplo, para as proximidades do Parque Ibirapuera, como a Assembleia Legislativa Estadual, o quartel-general do Segundo Exército ou mesmo a Prefeitura Municipal – sendo que está última retornou depois ao centro.

Em muitos casos, as camadas de mais alta renda se afastam de seus centros para ocupar bairros mais modernos e espaçosos e com mais verde; entretanto, compensam esse afastamento com vias expressas, autoestradas e altas taxas de motorização. Ademais, trazem para sua direção de deslocamento o centro da cidade, os empregos e os serviços, os *shopping centers*, os aparelhos do Estado e os centros empresariais. Com isso, otimizam seus tempos gastos em deslocamentos. Eis o sentido que se deve conferir à produção do “perto” e do “longe”. É isso que entendemos como controle do tempo de deslocamento: a liberdade de poder optar e manipular os vários prós (meio ambiente agradável, grandes quotas de terreno) e contras (maior tempo de deslocamento) envolvidos nas localizações. (VILLAÇA, *Ibidem*, p. 343)

Villaça passa então a tratar da questão da ideologia como instrumento de dominação da burguesia na estruturação urbana. Apoiado em Gramsci e Marx, lembra que a ideologia desempenha papel importante na luta de classes e na dominação, transmitindo uma visão específica e própria da classe dominante como algo geral ou como “verdadeiro”. Através disso, as classes dominantes logram veicular como benéfico para todos algo que particularmente as privilegiam.

A maneira que a cidade é abordada é um bom exemplo disso. No caso da “deterioração” do centro da cidade, um processo que tem como pivô a ação da classe de alta renda é transferido, como num passe de mágica, para o âmbito da natureza, dando a aparência de que se trata de um processo natural, neutro, do qual o centro é vítima. Em verdade, é a classe dominante o sujeito desse processo, que ao abandonar o centro tradicional, abandona também os edifícios, dando preferência aos novos empreendimentos do Quadrante Sudoeste de São Paulo. Villaça deixa claro que a renovação era de fato uma opção, mas que, a partir de meados do século XX, foi feita uma opção pela expansão em direção ao referido quadrante. Esse tipo de abordagem não apenas oculta o sujeito do processo, mas justifica, em tons glorificantes, as ações pontuais de restauração no centro, normalmente associadas a processos de especulação imobiliária e gentrificação.

Outra ideia trabalhada pelo autor é a da oposição entre centro “velho” e centro “novo”. Enquanto os centros tradicionais eram o local de ocupação de primazia da elite, constituíam o símbolo da cidade. A partir do momento em que as classes dominantes o abandonam, erigem o novo espaço ocupado como seu “novo” centro: vendem este novo espaço como o que há de mais dinâmico e moderno, sinônimo de um centro vital da cidade. Aquele centro abandonado não mais se presta a remeter aos ideais, símbolos, costumes e tradições da classe dominante, salvo de maneira pontual, quando, vez ou outra, há algum esforço de renovação que a beneficie enquanto negócio ou discurso.

Nessa mesma linha, outra abordagem essencialmente ideológica diz respeito à delimitação da cidade. Ou seja, “a cidade” passa a ser identificada como o pedaço da cidade costumeiramente ocupado pela burguesia, o restante, ou o oposto daquilo (em São Paulo seria Sudoeste × Zona Leste), seria algo secundário, externo, algo não identificável ou relacionável com a cidade, algo que não faria parte dela. Aqui, a até então “sutil” oposição entre a cidade dos pobres e a cidade dos ricos se escancara. Villaça lança mão de diversas manchetes de jornal para mostrar como, de maneira quase direta, se delimita um pedaço da cidade e uma classe social para serem tomadas como o todo, algo que corresponde à experiência comum, geral, da maioria.

Esse tipo de ideologia auxilia a dominação e o papel desempenhado pelo Estado ao priorizar as áreas de concentração das classes de alta renda, veiculando a ideia de que uma obra em determinada região de alta renda constitui uma melhoria para “a cidade” como um todo.

O que se propôs até aqui, portanto, foi uma visão de como se enquadrar a segregação espacial em São Paulo, mostrando uma dinâmica de dominação e apropriação desigual de estruturas e localizações urbanas pelas diferentes classes sociais. Essa questão segue presente na próxima seção ao se buscar, no período recente – entre 2000 e 2010 –, como se comportou a questão com metodologia inspirada nessa de Villaça.

3.4 Segregação e apropriação desigual em São Paulo nos anos 2000

O intuito desta seção é o de investigar desenvolvimentos no tocante à localização e segregação de classes, bem como algumas de suas estruturas em São Paulo no período recente, particularmente nos anos 2000, período para o qual podemos fazer uso de dados censitários. Esse esforço será guiado, em linhas gerais, por uma trajetória que procura evidenciar os principais pontos trabalhados por Villaça (2001) e sistematizados ao longo deste capítulo. Uma vez entendidas as implicações, consequências e condicionantes da apropriação desigual de localizações vantajosas e como isso se processou ao longo da história paulistana, convém registrar se houve alterações relevantes nos sentidos e processos apontados pelo urbanista, agora com dados mais recentes. Preocupamo-nos particularmente em investigar se houve continuidade ou não nas tendências apontadas pelo autor, em que termos, quais

características, implicações, e que ponderações poderiam ser feitas, uma vez que a década de 2000 foi marcada por importantes mudanças de cunho socioeconômico, em termos nacionais e metropolitanos, com a recuperação do mercado de trabalho, ampliação das taxas de expansão do Produto Interno Bruto, ampliação do crédito e do consumo e políticas de combate à pobreza. Nossa tese é de que, não obstante a melhora nesse quadro geral, houve aprofundamento da dinâmica de segregação apontada por Villaça.

Propomos que o conteúdo básico a ser seguido deve dar conta de evidenciar o padrão de localização das diferentes classes de renda e, em especial, das elites, que, como vimos, possuem grande influência sobre as transformações na cidade, atraindo, a partir do seu padrão de consumo, serviços e estruturas de diversas ordens. A análise aqui colocada vai investigar, ainda, quais foram os padrões de localização e de perfil para criação de vagas de trabalho. Além disso, apresenta uma sistematização para identificar onde predominantemente se localizaram os lançamentos imobiliários em São Paulo. E, por fim, um padrão de gastos da gestão municipal no território.

Nesse esforço analítico, fazemos uso de dados tanto sistematizados para o município, quanto para a Região Metropolitana de São Paulo. Por vezes, a dinâmica metropolitana pode elucidar dinâmicas e processos menos claros quando se toma exclusivamente a capital. Mas há dados, por outro lado, que são disponíveis ou mais facilmente trabalhados na escala do município. Assim, tentamos compor um cenário (como no caso da análise para o mercado de trabalho) com fontes organizadas nesses dois níveis – o metropolitano e o municipal. Acreditamos que essa composição não tenha prejudicado substantivamente a análise.

Decidiu-se por incluir, sempre que pertinente, considerações reunidas no livro *A Metrópole de São Paulo no século XXI – espaços, heterogeneidades e desigualdades*, organizado por Eduardo Marques (2015). Há várias questões que justificam e tornam seu uso interessante para este esforço analítico. Além do evidente auxílio de composição de dados, trazendo sofisticação estatística para a análise da escala metropolitana, julgamos proveitoso utilizar e confrontar considerações advindas de posturas e perspectivas distintas das empregadas por Villaça (2001), possibilitando, ao fim, um balanço dessas abordagens tão diversas.

Marques (2015) traz um conjunto de investigações muitas vezes encadeadas com largo uso de procedimentos estatísticos e econométricos, possibilitando confrontar um mesmo conjunto de dados por inúmeras maneiras e sistematizações alternativas. Dessa forma, os

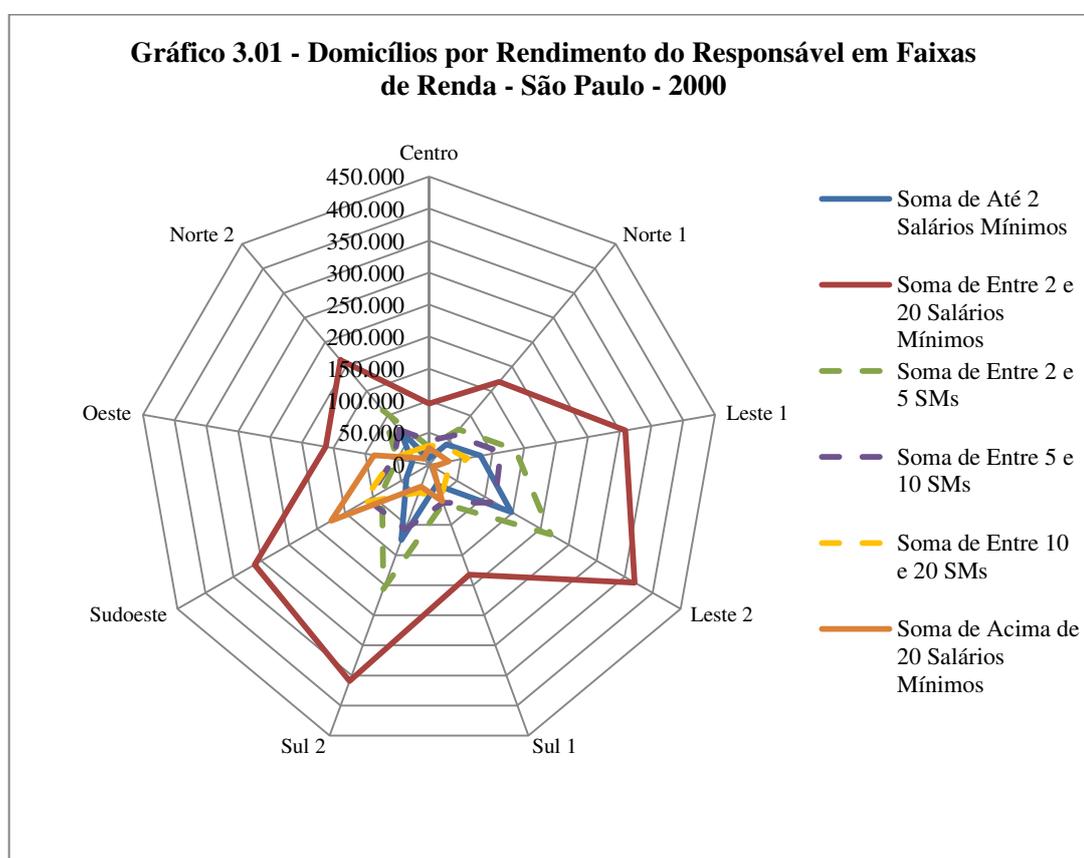
dados dos Censos Demográficos do IBGE são amplamente utilizados, passando por diversas formas de escrutínio e dando espaço para investigações demográficas, econômicas, espaciais e urbanas. O rigor estatístico que marca a obra diverge da miscelânea reunida por Villaça (2001). Os méritos desse autor recaem muito mais sobre sua pesquisa histórica e tratamento teórico do que pela sistematização complexa dos dados. Mas não é apenas nisso que divergem. Há uma rusga fundamental na abordagem e postura – nas questões que lançam em suas respectivas pesquisas. Enquanto Villaça está preocupado com um sentido geral e uma narrativa, uma versão que explique e organize um determinado conjunto de processos e fenômenos e, para tanto, busca continuidades e similaridades, Marques (2015) abertamente procura o diverso, a ruptura. São posturas de padrões (e tempos) acadêmicos distintos. Se por um lado Villaça se aventura em forjar uma grande narrativa, Marques (2015) esforça-se por negá-la, se assim os dados lhe permitirem. Essa diferença basilar pode ser observada, inclusive, no tratamento que cada um oferece aos dados: Villaça (2001) agrega dados distritais para não se deixar vislumbrar pelas particularidades¹⁰⁴, ao passo que Marques (2015) sempre que possível desagrega-os para investigar o diverso. Cada qual oferece com excepcional competência um elemento (oposto ou complementar) para que rumemos pela investigação que propõe.

De modo geral, podemos caracterizar como positivos os indicadores econômicos e sociais da metrópole paulista nos anos 2000. O Produto Interno Bruto encontrava-se em 2010 num patamar 28% superior ao registrado dez anos antes. A taxa média anual de expansão foi de 2,56%, segundo dados do IBGE. Nesse mesmo período, o número de ocupados elevou-se em 25% e a massa salarial real em 17%, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do convênio DIEESE-SEADE. Houve ainda expansão do crédito em âmbito nacional, permitindo expansão do consumo e a implementação do Programa Bolsa Família. Ao mesmo tempo, o IDH do município de São Paulo saltou de 0,73 para 0,81 e todos os demais municípios da Região Metropolitana também registraram valores mais altos para esse índice em 2010 do que os verificados no ano 2000.

Passemos a ver alguns padrões de localização. Iniciamos com o Gráfico 3.01, a seguir, que traz a distribuição dos domicílios por faixas de Renda do responsável para o ano de 2000,

¹⁰⁴ “(...) vamos destacar – e explicar o porquê – a segregação por região geral ou conjunto de bairros da metrópole, em oposição à segregação por bairro. O importante é entender por que os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (os próprios bairros) numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. Essa questão é fundamental e nela está a chave para a compreensão do processo de segregação.” (VILLAÇA, 2001, p. 150).

nas diferentes regiões do município de São Paulo¹⁰⁵, a partir de dados do Censo Demográfico. Complementarmente, apresenta um *destaque* do Quadrante Sudoeste. Enquanto tal, os dados foram trabalhados para os distritos que, agrupados, compõem as diferentes grandes regiões da cidade – divididas em Região Norte 1, Norte 2, Leste 1, Leste 2, Sul 1, Sul 2, Oeste e Centro. Foi feita ainda uma seleção destacada dos 21 distritos dessas regiões que integram o Quadrante Sudoeste como identificou Villaça (2001) e está ilustrado na Figura 1 no capítulo anterior para que se pudesse reforçar o sentido de forma sistemática. Optou-se por apresentar os gráficos com o destaque feito dessa seleção de distritos – ao invés de como uma região separada – para facilitar a visualização das tendências¹⁰⁶.



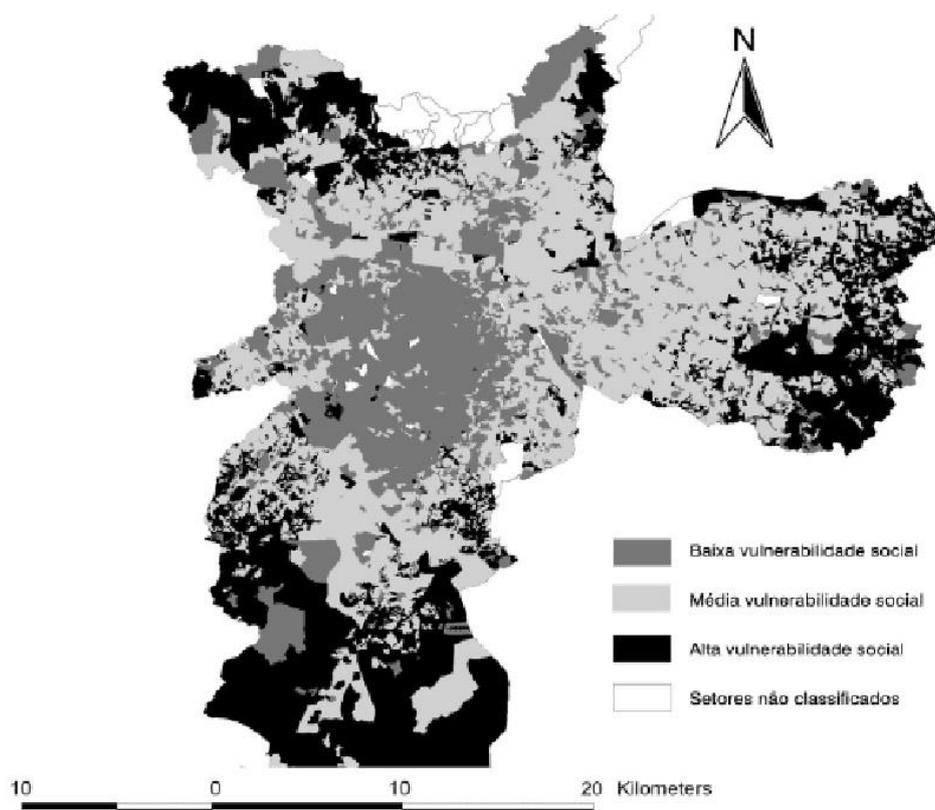
A linha azul conforma o polígono dos domicílios cujos responsáveis registram renda de até 2 Salários Mínimos (SMs). Ela se estende destacadamente para as regiões Leste 2, Sul

¹⁰⁵ Lista de distritos que integram cada região e Quadrante Sudoeste está disponível no Anexo I do Apêndice.

¹⁰⁶ Uma possibilidade distinta de visualização, que não impacta as tendências descritas tampouco sua interpretação pode ser observada no Anexo II do Apêndice. Ali se retirou o Sudoeste enquanto um destaque particular, mostrando apenas as regiões. Outra alternativa experimentada foi delimitar o Quadrante Sudoeste como uma região propriamente dita, retirando os distritos a ele pertencentes de suas regiões originais. Essa hipótese foi descartada, uma vez que a consequência foi a obtenção de dados deprimidos das regiões que cederam muitos distritos para o Sudoeste, gerando polígonos mais agudos. Por uma questão de conforto na visualização, optou-se por esse formato de destaque ao invés da alteração na composição das regiões.

2, Leste 1 e Norte 2¹⁰⁷. Vale notar – e o gráfico assim confirma – que há registro de domicílios com responsável de renda inferior a 2 SMs em todas as partes da cidade, inclusive nas mais ricas, embora concentrem-se primordialmente onde o gráfico demonstra pontas mais agudas. Esse padrão geral de localização na Zona Leste, porém notadamente mais pronunciado nos extremos da cidade, em especial ao Sul e à Leste, mas também ao Norte, é uma confirmação daquilo que narrou Villaça (2001) e mostramos na seção anterior. São as áreas que possuem as piores condições urbanas e de vida em São Paulo, inclusive com dificuldades adicionais de acesso à região melhor dotada de infraestrutura, serviços e equipamentos. Isso é atestado no Mapa 3.01, a seguir, com dados do Censo Demográfico do IBGE, com uma classificação dos setores censitários por grupos de vulnerabilidade social no ano 2000, elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole.

Mapa 3.01 Setores Censitários de São Paulo por Grupos de Vulnerabilidade Social 2000



Fonte: Dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Elaboração: CEM-Cebrap (2004).

¹⁰⁷ Villaça (2001) utiliza a linha de 1,5 SMs para a camada mais pobre, mas como os Censos de 2000 e 2010 apresentavam faixas diferentes decidiu-se adotar a faixa até 2 SMs, comum aos dois levantamentos.

A faixa de renda mais expressiva (cujo polígono no gráfico é o de maior área) era a intermediária, que contempla os domicílios com responsável de renda entre 2 e 20 SMs. Seu padrão de distribuição, inclusive pela larga abrangência, assemelha-se em alguma medida à própria distribuição da população geral no município. As regiões do Centro, Norte 1, Oeste e Sul 1 eram as menos expressivas. Mesmo assim, mais expressivas para essa faixa intermediária do que na anterior. Já se pode verificar presença relevante dessa faixa de rendimento no Sudoeste, mas as regiões Leste 2 e Sul 2 eram as mais relevantes.

Em seu clássico estudo, Villaça limitou-se a usar somente três faixas de renda (além desta última e da que mencionamos anteriormente incluiu também a de renda superior a 20 SMs). Aqui, além dessas três (próximas) do estudo original incluiu-se a subdivisão da faixa intermediária (2 a 20 SMs) em três: i- entre 2 e 5 SMs; ii- entre 5 e 10 SMs; e entre 10 e 20 SMs. Essas faixas intermediárias estão ilustradas no gráfico por linhas tracejadas – em verde, roxo e amarelo, respectivamente – e nos permitem ter uma ideia melhor de como esse corte heterogêneo se apresentou.

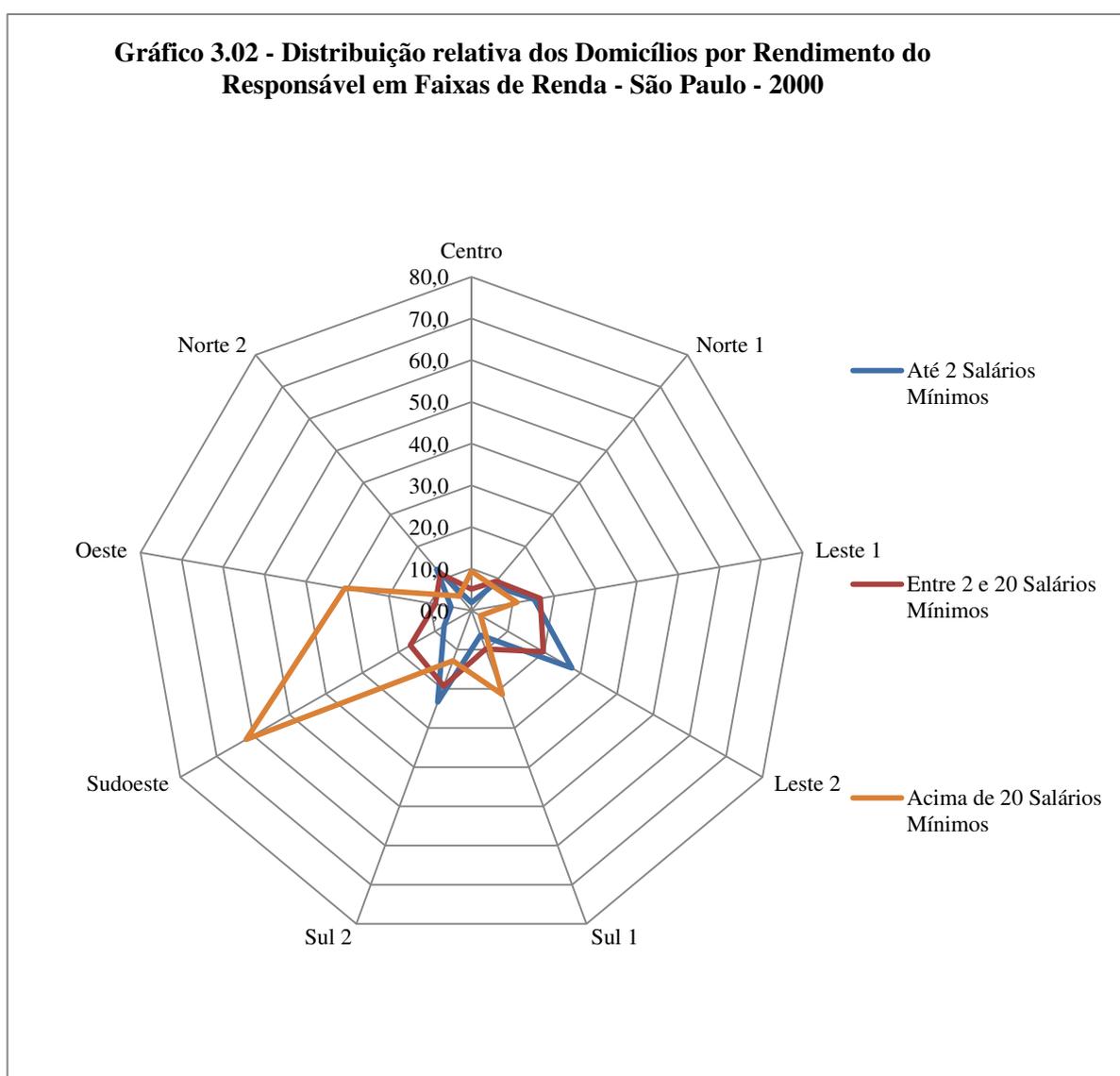
O comportamento das faixas intermediárias componentes mostra que o padrão de distribuição é fortemente sensível a variações no patamar de renda. O polígono relativo à faixa intermediária entre 2 e 5 SMs (linha tracejada verde) registrou um padrão muito similar ao comportamento apresentado pela linha azul, com domicílios de responsáveis com renda até 2 SMs. Na distribuição populacional por faixas de renda para a totalidade da cidade esta era a que concentrava a maioria dos domicílios em São Paulo no ano de 2000.

Os domicílios com responsável de renda entre 5 e 10 SMs apresentaram uma distribuição no território da cidade mais próxima àquela da faixa entre 2 e 20 SMs. Embora seja uma faixa expressiva, atingiu números inferiores à anterior. Ela se estendia com maior intensidade no sentido do Centro e da região Oeste. O polígono que apresenta os domicílios da faixa seguinte, entre 10 e 20 SMs, por sua vez, teve formato muito distinto daquele que se registrou até aqui. Ele se assemelha à forma verificada para a faixa mais alta, cuja renda é superior a 20 SMs. Estendia-se principalmente para as regiões Oeste, Sul 1 e Sul 2, com alguma expressão inclusive na região Leste 1.

A faixa Acima de 20 SMs mais uma vez corrobora o que Villaça havia afirmado em seu trabalho: um padrão claro de concentração no sentido Sudoeste, com participação pronunciada das regiões Sul e Oeste e, em menor grau, Leste 1 e Centro. Essa parcela da

sociedade apropria-se da porção da cidade com melhores condições infraestruturais em geral, com padrão inclusive urbanístico diferenciado.

O gráfico a seguir traz as participações relativas dos domicílios por faixa de renda nas regiões ao invés dos dados absolutos. No gráfico anterior, a área do polígono correspondia também à expressão numérica de domicílios dentro de cada faixa de tal sorte que as faixas que registravam o maior número de domicílios eram representadas por polígonos maiores. O gráfico 3.02, por sua vez, mostra em polígonos maiores a maior concentração relativa da faixa e não a que teve o maior número absoluto de casos.



Fonte: Censo Demográfico IBGE -2000. Elaboração própria.

Desse modo, vemos o polígono da faixa Acima de 20 SMs maior do que os outros, muito embora saibamos que esses domicílios sejam, em valores absolutos, menos numerosos

do que os da faixa intermediária. Ou seja: a faixa superior a 20 SMs demonstra um padrão muito mais concentrado de distribuição no território do que as demais, como já apontara Villaça. As formas dos polígonos, entretanto, são exatamente as mesmas do Gráfico 1, pois as tendências de localização por Região se mantêm.

No gráfico 3.02, as menores áreas das faixas até 2 SMs e entre 2 e 20 SMs atestam o padrão de concentração mais distribuído/menos concentrado no território. Decidiu-se, dessa vez, deixar de fora da representação as componentes da faixa intermediária porque houve excessiva sobreposição de linhas, o que tornou a leitura difícil. A concentração dessas faixas intermediárias se deu de maneira análoga à verificada no gráfico 3.01. A faixa intermediária superior, entre 10 e 20 SMs, apresentou a segunda maior área, disposta como a faixa acima de 20 SMs, para o Sul, Oeste e Sudoeste, porém menos aguda em seu formato. A faixa abrangente entre 2 e 20 SMs e a de 5 a 10 SMs apareceram sobrepostas. Foram as melhor distribuídas na cidade, mesmo com a baixa participação das regiões Sul 1 e Centro. A faixa Até 2 SMs e entre 2 e 5 SMs também ficaram sobrepostas, tendo seus polígonos pontas mais proeminentes no sentido das regiões Sul 2 e Leste 2.

Infelizmente, os dados disponíveis nos censos de 1991 e 2000 não são diretamente comparáveis nesse tema. Em 1991 o dado era para rendimento do chefe de família e em 2000 para responsável do domicílio. Existe uma incompatibilidade relacionada à periodização da situação de ocupação e seu rendimento. Em 1991, o conceito abordava o rendimento do chefe de família ocupado na semana e nos demais 358 dias do ano. Em 2000, o rendimento do responsável do domicílio tomava como base estritamente a semana de referência. Dessa forma, não podemos simplesmente comparar os resultados que obtivemos e contrastá-los, por exemplo, com os que Villaça (2001) indica. Na ocasião, apontou o urbanista que o Sudoeste concentrava 55,5% dos domicílios com chefe de família de rendimentos superiores a 20 SMs da RMSP. Inviabilizando ainda mais a comparação direta, consta em nota que excluiu do levantamento municípios metropolitanos cuja população não atingisse 50.000 habitantes. Aqui, vemos que no município de São Paulo, em 2000, a proporção que seria correspondente, para responsável pelo domicílio, seria de 61,9%. Na comparação metropolitana o valor foi de 49,5% – sem a exclusão de municípios realizada por Villaça. Não podemos, dessa forma, afirmar, por esses dados, que houve redução da segregação. Torres (2004) apresenta, por exemplo, resultados atestando ampliação da segregação entre 1991 e 2000, pelo fator renda. Ele aplica métodos estatísticos mais sofisticados que os nossos, incorrendo em outros problemas de compatibilização, devido a setores censitários distintos nos dois censos.

Isso se refere a um aumento potencial da exclusão e segregação na cidade de São Paulo, com uma porção da cidade concentrando cada vez mais, relativamente, os domicílios das pessoas de alta renda. Essa concentração se dá de forma análoga ao que ocorre no campo econômico, com a concentração de renda, com uma gama relativamente pequena de pessoas concentrando os requisitos censitários necessários para suas escolhas de consumo. No caso da cidade, pela ótica de Villaça, trata-se da capacidade de escolha das condições de consumo do espaço urbano, das localizações e condições de vida que acompanham as possibilidades de consumo dos que tem recursos, atraindo serviços, comércio, equipamentos de lazer, infraestrutura. Villaça (2001) lembra oportunamente que o maior poder econômico traduz-se também numa maior capacidade de influenciar o poder público e concentrar melhorias, obras e ações e boa vontade dos governantes¹⁰⁸. A característica dialética da localização acaba por agravar a questão da segregação urbana e da desigualdade social.

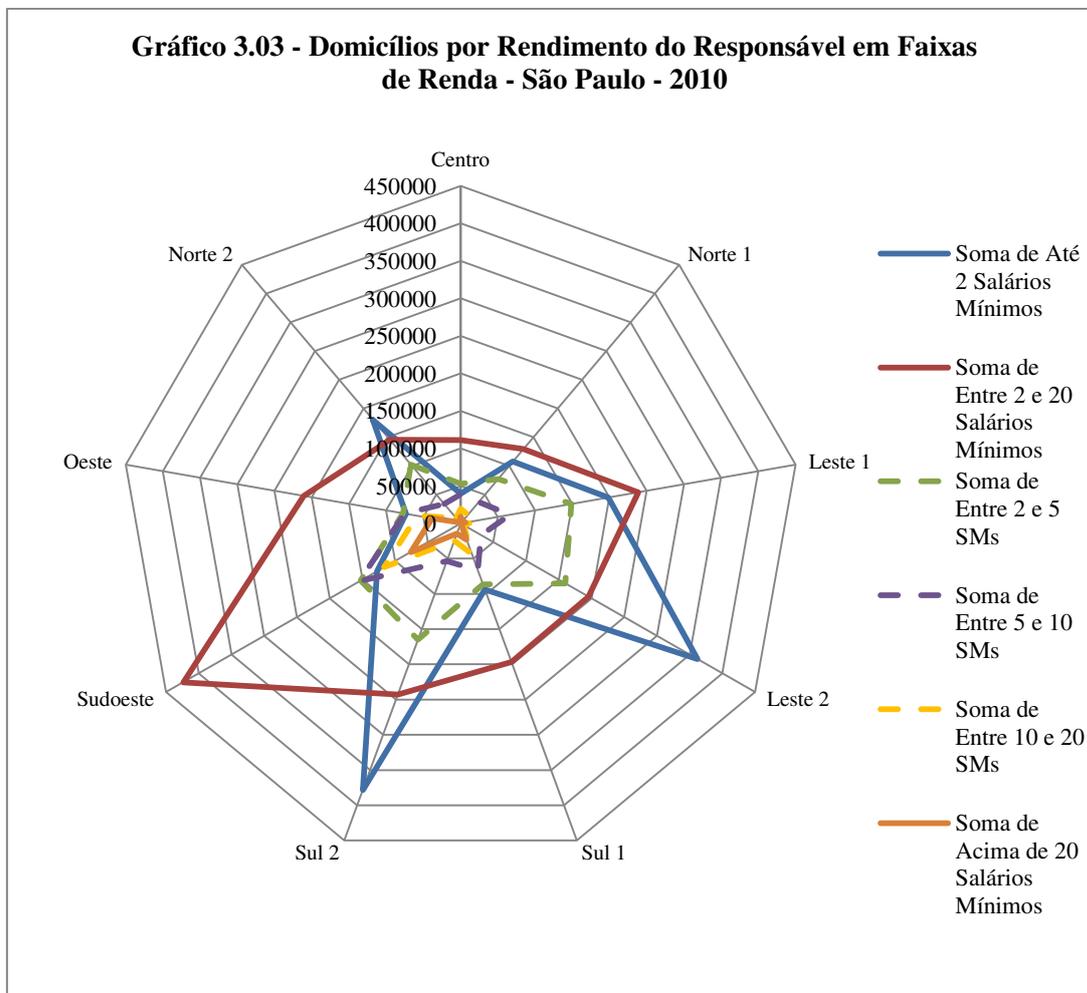
Vejamos na sequência a situação para o ano de 2010. Desde já esclarecemos que há uma diferença bastante relevante nas faixas relativas de salários entre os Censos de 2000 e 2010, o que acaba por afetar muito algumas das transformações que apontaremos aqui para a distribuição dos domicílios por faixa de renda de seu responsável. Metodologicamente, decidiu-se por manter a análise em termos das distribuições por faixas de salário tal qual – ou o mais próximo possível, como já alertado – empregado no trabalho de Villaça (2001). É preciso atentar, entretanto, para um efeito que perpassa as comparações entre esses dados censitários. A política de valorização real do salário mínimo colocada em prática a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, em 2003, promoveu sensível alteração na equivalência entre faixas salariais. Dessa forma, 2 ou 20 salários mínimos de 2000 possuiriam valores bastante diferentes em 2010. Basta notar que o valor do salário mínimo de 2000 (R\$151,00) atualizado para 2010 pelo INPC seria de R\$300,78, bastante abaixo dos R\$510,00 tomados como base para a pesquisa de 2010. Isso causou um deslocamento nas faixas que passaram a incluir mais domicílios no estrato de renda até 2 salários mínimos (onde se encontra a maior parte da população do país) e, simultaneamente, menos pessoas nas faixas superiores, pois precisariam ultrapassar uma renda relativamente mais alta para superarem a marca divisória. Isso explica em grande medida a aproximação das formas dos polígonos dos estratos médios componentes ao da alta renda. Parece que a realidade da renda paulistana moveu-se de forma menos intensa do que experimentada pelo

¹⁰⁸ Lembramos dos casos que relatamos no segundo capítulo. Sevckenko (1992) levanta muitos outros, deixando muito clara a relação promíscua entre empresas, Estado e membros da elite paulistana ao tecer acordos, negociatas e esquemas para especulação imobiliária e garantias de rentabilidade em negócios.

país como um todo. Isso certamente procede se comparamos as taxas de incremento pela ótica do produto. Como vimos, a taxa média anual de expansão do PIB da RMSP foi de 2,56% nos anos 2000. Nesse mesmo período, tanto a economia estadual paulista como a brasileira cresceram a taxas mais elevadas: 3,48% a.a. para a primeira e 3,61% a.a. para a segunda. Isso fez com que se reduzisse o peso relativo da RMSP na economia nacional, embora num contexto de expansão em termos absolutos. Isso, entretanto, só capta uma pequena parte da questão. Sobretudo, os parâmetros de pesquisa utilizados pelo IBGE e os marcos de faixas salariais moveram-se mais rápido do que a própria dinâmica concreta de renda em São Paulo. Enquanto as rendas tiveram um desempenho pouco expressivo (ou até negativo, como veremos), as faixas de parâmetro do IBGE tiveram sua contrapartida em valores reais incrementada refletindo a política de valorização do salário mínimo no país, fazendo com que muitos dos pontos da distribuição se deslocassem entre as faixas por não acompanharem esse incremento. Como resultado, fica patente, nos gráficos que apresentaremos em seguida, a ampliação das faixas mais próximas ao salário mínimo e redução das que mais se afastam desse valor de referência. Incluímos alguns dados adicionais que ajudam a compreender o ocorrido em São Paulo, mas certamente a maior parte do efeito captado nessa metodologia deve-se ao deslocamento relativo dos valores das faixas de referência. Entendemos que se esse efeito pode parcialmente comprometer as comparações no sentido da investigação sobre o ocorrido com a segregação em São Paulo, trataremos de complementar a análise com abordagens e dados adicionais – principalmente sobre empregos e lançamentos imobiliários – que não sofreram dessa distorção e reforçam o avanço da segregação no município para o período estudado.

A primeira diferença que se nota no Gráfico 3.03 em comparação ao Gráfico 3.01 para os domicílios até 2 SMs é a ampliação considerável da área do polígono. De fato, entre 2000 e 2010, pelos dados do Censo do IBGE verifica-se que o número de domicílios cujo responsável ganhava até 2 SMs mais que dobrou, tendo crescido 168,5% no município de São Paulo. Esse incremento foi verificado para todas as regiões, mais que triplicando no Sul 2, Centro e Sudoeste. O formato do polígono, no entanto, permaneceu relativamente inalterado, tendo apenas ganhado maior expressão. Sul 2, principalmente, e Leste 2 continuaram como as regiões que mais possuíam domicílios com essa característica. Em 2000, a maior parte dos domicílios cujo responsável pertencia a essa faixa de renda localizava-se no Leste 2 e, em segundo lugar, no Sul 2. Essas regiões trocaram de posição, segundo dados de 2010, com o

Sul 2 tendo se tornado a região que concentrava maior número de domicílios nessa faixa de renda.



A faixa intermediária, entre 2 e 20 SMs passou por uma retração de aproximadamente 21% no número de domicílios, entre 2000 e 2010. Entretanto, o que salta aos olhos é a alteração no formato do polígono. Na comparação entre os Gráficos 3.01 e 3.03 verifica-se que a faixa intermediária perdeu as pontas mais pronunciadas nas regiões Norte 2, Sul 2 e Leste 2, assumidas por sua vez, em 2010, pela linha azul da faixa de renda mais baixa. Contribuiu para tanto o efeito que destacamos anteriormente, mas com um agravamento: a perda de rendimento real registrada pela PED do DIEESE/SEADE. O rendimento real de ocupados, assalariados e autônomos entre 2000 e 2010 foi reduzido, na média, em 16%. Essa queda é suficiente para ampliar o número de responsáveis de domicílios que deixaram a faixa intermediária (entre 2 e 5 SMs) para figurar no estrato de salários inferiores a 2 SMs. Se, em

termos gerais, essa faixa componente teve redução relativa pouco expressiva, da ordem 1,8%, ela foi de 26,6% no Leste 2 e 20,1% no Sul 2, tendo ainda caído 8,1% no Norte 2. Nas demais regiões, o número de domicílios com essa característica passou por incrementos entre 2000 e 2010. Notadamente, o polígono relativo a essa faixa, de cor verde, foi aquele que preservou, em linhas gerais, o formato verificado para a faixa entre 2 e 20 SMs, em 2000.

As faixas subsequentes, entre 5 e 10 SMs e entre 10 e 20 SMs, apresentaram formatos mais próximos daquele registrado pela linha que demarca a distribuição dos domicílios cujos responsáveis ganhavam acima de 20 SMs. Isso poderia ser antecipado, pelo efeito que adiantamos sobre as faixas salariais. Em termos relativos se aproximam mais das rendas captadas em 2000 como Acima de 20 SMs. Portanto, fica mais patente sua localização de forma mais demarcada no sentido Quadrante Sudoeste.

É preciso deixar atestado que as diferenças entre 2000 e 2010 apontam para a necessidade premente de se adotar a escala metropolitana para conclusões mais acuradas sobre o próprio município de São Paulo¹⁰⁹. O uso aqui de dados municipais justifica-se pela localização dos distritos do Quadrante Sudoeste se dar exclusivamente no município de São Paulo. Além disso, esse município concentra a maior parte dos domicílios cujo responsável possuía rendimentos acima de 20 SMs na RMSP. Em 2000, 79,9% desses domicílios localizavam-se no município de São Paulo. Em 2010, em que pese o efeito já descrito, esse número saltou para 83,5%. É impactante a redução dos domicílios de rendas médias e altas olhando apenas para os dados do município. Com essa preocupação, lançaremos mão de alguns dos estudos de Marques (2015) num momento posterior a fim de investigar com maior profundidade o ocorrido. A faixa intermediária, entre 5 e 10 SMs, passou por redução de 35,6%, ao passo que a de domicílios entre 10 e 20 SMs reduziu-se em 43%, nesse período. Esses números só não foram piores do que os apresentados pelos domicílios cujo responsável ganhava mais de 20 SMs, com redução de aproximadamente 65%. Para essa faixa de renda, o formato do polígono manteve-se inalterado, tendo apenas sua área diminuída.

Essas transformações se processaram ao mesmo tempo em que se registrou crescimento de 12,3% no total de domicílios apontados pelo IBGE nos Censos. Quando olhamos para as regiões, o crescimento foi maior no Sul 2 (22,1%), Centro (21,1%) e Oeste (17,4%), mas todas as regiões apresentaram ampliação do número de domicílios, inclusive o

¹⁰⁹ Argumenta-se que parte dessa dinâmica talvez pudesse ser captada pela inclusão dos dados dos municípios da RMSP, com parcelas importantes de domicílios de alta renda. A investigação com essa preocupação específica, entretanto, foge do escopo deste trabalho. Para uma abordagem sucinta sobre o tema, ver Requena (2013) e Marques (2015) com estudos pormenorizados.

destacado do Quadrante Sudoeste, que apresentou crescimento de 19,2%. Esse crescimento, entretanto, se deu num contexto de precarização da renda no município. Além dos dados da PED, que mostraram sua redução entre 2000 e 2010, da ordem de 16%, a Pesquisa Origem-Destino do METRO, realizada nos anos de 1997 e 2007, apresentou um quadro ainda pior (em grande parte pela coincidência dos anos de sua realização terem sido de extremos em termos de renda) com uma retração de 25% da Renda Média Familiar. Um cenário distinto foi captado pela média dos rendimentos dos domicílios. É preciso tomar esses dados com ressalvas, uma vez que a média é um indicador bastante limitado. Entretanto, frente à questão imposta pelas diferenças relativas nas faixas salariais, convém ao menos atentar à sua contribuição, ainda que restrita. Dessa forma, organizamos a partir dos microdados dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE a Tabela 3.01, com informações sobre as médias dos rendimentos domiciliares em cada uma das regiões e para o Quadrante Sudoeste.

Região	2000	2010	Varição (%)	Diferença	Razão/Média 2000	Razão/Média 2010
Centro	5.865,52	5.846,33	- 0,33	- 19,20	1,25	1,18
Leste 1	4.049,14	4.199,51	3,71	150,37	0,87	0,85
Leste 2	2.120,76	2.148,22	1,29	27,46	0,45	0,43
Norte 1	4.212,07	4.223,82	0,28	11,75	0,90	0,85
Norte 2	2.975,81	3.014,94	1,31	39,13	0,64	0,61
Oeste	8.434,97	9.150,50	8,48	715,53	1,80	1,84
Sul 1	7.147,91	7.709,97	7,86	562,06	1,53	1,55
Sul 2	4.103,04	4.725,90	15,18	622,86	0,88	0,95
Sudoeste	9.487,49	10.132,65	6,80	645,17	2,03	2,04
São Paulo	4.680,46	4.963,94	6,06	283,49	1,00	1,00

Valores em Reais de Jul/2010 pelo INPC.

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos - IBGE. Elaboração própria.

Em termos gerais, houve expansão do rendimento por essa ótica, entre 2000 e 2010, de 6,06% para São Paulo. Apenas o Centro apresentou renda menor ao fim desse período, embora em termos absolutos essa diferença tenha sido desprezível. Acima da média

Paulistana cresceram apenas as regiões Oeste, Sul 1 e Sul 2, além do Sudoeste. Nota-se que o crescimento do rendimento na região Oeste foi superior, inclusive, ao experimentado pelo Sudoeste – em termos absolutos e relativos. Isso se deve à expansão dos bairros de alta renda, chegando a distritos que estavam fora da listagem inicial de Villaça (2001). No caso da região Oeste, por exemplo, o distrito com maior crescimento do rendimento foi a Vila Leopoldina, de 41%, nessa década. Algo similar ocorreu no Sul 2, com o distrito de Socorro, contíguo a Santa Amaro, tendo a média da renda total do domicílio passado por crescimento de 66%. Isso posto, o patamar médio do rendimento total do domicílio no Sudoeste manteve-se acima dos demais, tendo atingido distância levemente maior em relação à média municipal em 2010.

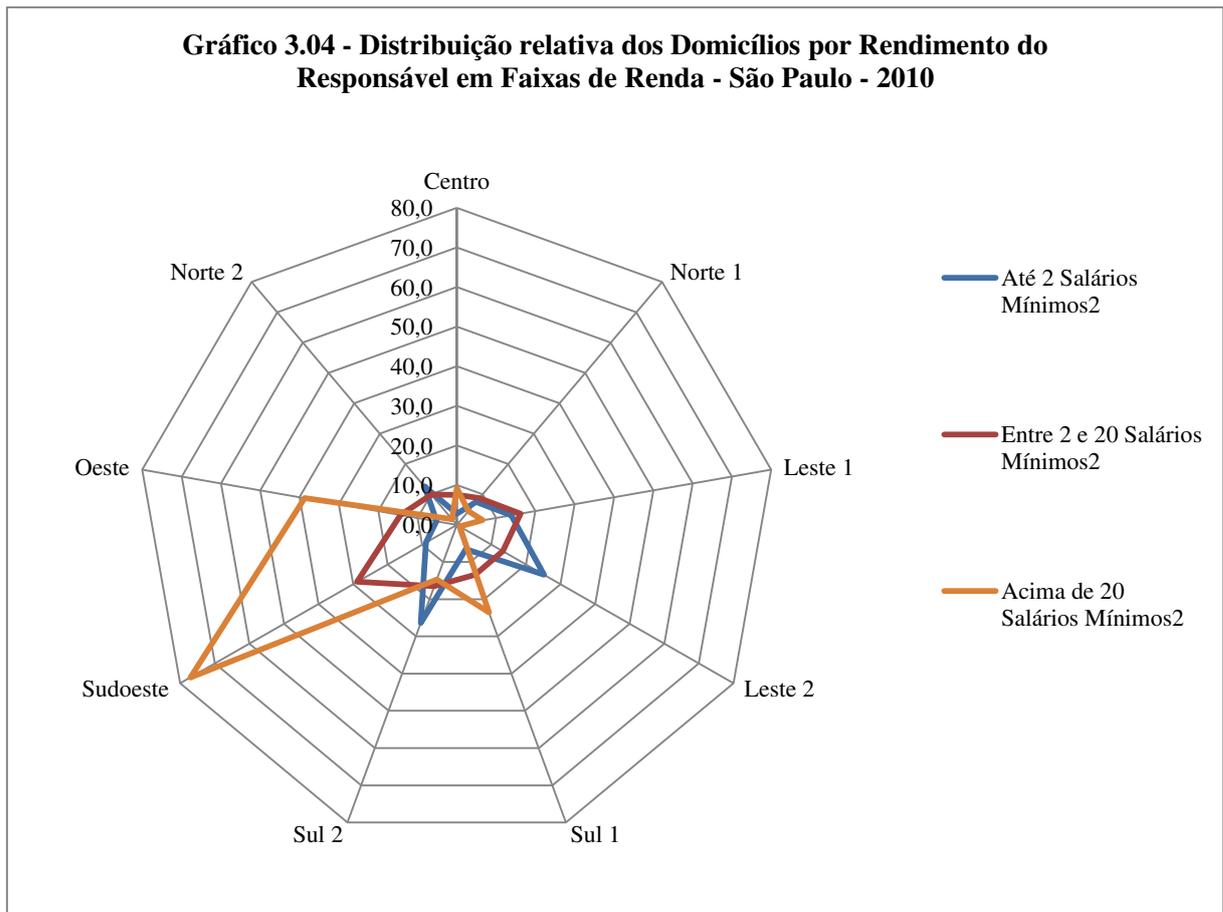
O quadro desenhado até aqui pelos dados absolutos dos domicílios por faixa de salário mínimo do responsável e sua localização sintetiza alguns efeitos simultâneos e, por vezes, conflitantes. Em primeiro lugar, há uma melhora relativa da renda de responsáveis por domicílios de faixas mais baixas de salário – em especial daqueles cuja renda estava mais próxima ao valor de um salário mínimo, devido às políticas de combate à pobreza e pela consistente atualização do valor do salário mínimo desde o início do governo do PT na esfera federal, que também promoveu importantes esforços de fiscalização no cumprimento de leis trabalhistas (ampliando com isso a proporção de ocupados com carteira assinada e, portanto, garantindo ao menos um salário mínimo) (Baltar et alli, 2010). Ao mesmo tempo, essas faixas de renda mais baixa absorveram parte da classe média-baixa que teve sua participação achatada na renda. A queda nos rendimentos dos ocupados foi mais sentida por essa parcela. O incremento no número de domicílios cujo responsável tinha até 2 SMs de renda captura, dessa forma, tanto os beneficiados pela valorização do salário mínimo, quanto parcela dos que viram seus rendimentos reduzidos, além do contingente que artificialmente mudou de faixa de salário como consequência da valorização (saindo do grupo de 2 a 5 SMs para o de até 2 SMs). Domicílios marcados por responsável com renda mais afastada do valor de referência do salário mínimo, por outro lado, passaram por tendência de redução. Seu número foi artificialmente retraído pelos novos valores que separavam as faixas, sendo necessário um rendimento relativamente maior para superar uma mesma faixa salarial. Simultaneamente, por equivalerem a valores relativamente superiores, sua distribuição/localização passou a se assimilar mais ao padrão verificado nos anos 2000 para a faixa Acima de 20 SMs. Essa faixa mais alta, em 2010, captou domicílios de responsáveis com rendimento relativamente muito mais elevado. Ou seja, uma parcela muito mais rica e menos expressiva na sociedade. Essas considerações afetarão também os dados relativos apresentados no gráfico 3.04.

Outra dinâmica ligada a isso é a da própria estrutura setorial econômica da cidade, com reflexo no emprego. A obra de Cano trata de forma vasta o assunto, mostrando a perda relativa da participação das atividades e empregos industriais em São Paulo, ao passo que os serviços tiveram sua participação elevada, dinâmica verificada desde a década de 1980¹¹⁰. O problema, aponta o autor, é que a composição do setor de serviços oculta uma dinâmica fortemente excludente ligada aos serviços de baixa remuneração tipicamente urbanos. Perdem espaço os empregos industriais, usualmente associados ao trabalho de carteira assinada e rendimentos médios e ganham espaço os empregos em serviços, desde aqueles estruturados altamente especializados e dinâmicos, como os serviços financeiros e aqueles ligados à produção cultural, de alta remuneração, quanto os de baixa renda, os serviços domésticos, pessoais e auxiliares tipicamente urbanos, mais precários. Quando mencionamos o descolamento entre as rendas de fato e aquelas das faixas da pesquisa influenciadas pelo aumento do salário mínimo, assimila-se em parte esse processo que retém parcela da população nas faixas de rendimento mais baixas, não obstante o aumento do valor do salário mínimo. Muitos dos serviços, até mesmo de autônomos que ganharam espaço na estrutura de empregos, assimilam-se a estratégias de sobrevivência na metrópole com cada vez menos empregos estruturados e industriais. Veremos mais sobre a dinâmica dos empregos em São Paulo após passarmos pela análise dos rendimentos dos responsáveis por domicílios. Por ora, vale registrar, portanto, que o resultado registrado em termos absolutos para os domicílios das classes de mais alta renda, em 2010, com forte redução no seu número, verificou-se a despeito da elevação do número e participação das ocupações associadas à alta renda no setor de serviços, do que se deduz que os deslocamentos relativos nos valores das faixas salariais foram suficientes para ocultar essa dinâmica.

Vejamos os dados da concentração relativa dos domicílios por faixa de renda nas regiões da cidade, apontados no Gráfico 3.04.

¹¹⁰ Em especial Cano (1998a;2007;2008).

Gráfico 3.04 - Distribuição relativa dos Domicílios por Rendimento do Responsável em Faixas de Renda - São Paulo - 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE -2010. Elaboração própria.

O que mais chama a atenção para os dados de 2010 da concentração relativa das diferentes faixas de renda é a manutenção da concentração das classes de mais alta renda no sentido Sudoeste. Se, em 2000, o Sudoeste abrigava 61,9% dos domicílios cujo responsável pertencia a essa faixa de rendimentos, em 2010, passou para 77,1%. Sabemos que houve redução no número de domicílios dessa faixa. A ampliação relativa da concentração se deu num contexto de perda generalizada de domicílios com responsáveis dessa característica e em grande parte porque na comparação, os dados de 2010 capturam o padrão de localização de uma parcela ainda mais restrita e exclusiva do que os dados de 2000. A região Leste 2 viu uma redução de 88,6%, Norte 2 de 85,4%, ao passo que Oeste teve uma redução de 55,6%, menor do que a média de 64,9% obtida para a cidade como um todo. O deslocamento relativo das faixas de renda, ampliando os pisos para a classe alta em termos reais contribuiu para que o resultado se desse nesse contexto de redução dos segmentos intermediários e mais elevados da renda. Nesse corte, com piso real mais elevado, a concentração relativa dos ricos no Sudoeste é elevada, em especial pela ampliação relativa no sentido Oeste, mais do que Sul 1.

A faixa intermediária – entre 2 e 20 SMs – que sofreu grande transformação na sua forma, permaneceu como a melhor distribuída pela cidade. O deslocamento das faixas de renda contribuiu para que seu polígono se aproximasse em maior medida do formato verificado para a linha da alta renda, como adiantamos. De fato, no gráfico que apresenta as linhas das faixas componentes é possível verificar as faixas entre 10 e 20 SMs e entre 5 e 10 SMs inclinando-se para o Sudoeste, num padrão parecido com o que marcou a faixa Acima de 20 SMs. A faixa componente entre 2 e 5 SMs apareceu como a menos concentrada entre todas as apresentadas, não atingindo 20% em nenhuma região específica da cidade.

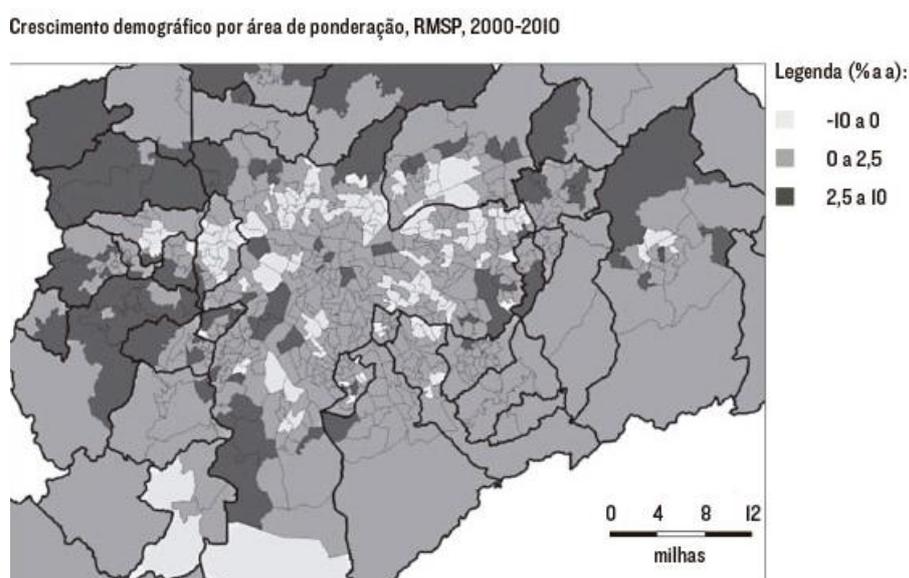
Em que pese os efeitos já discutidos da pesquisa do IBGE para o estrato de renda inferior a 2 SMs, é possível perceber extensões mais agudas nos sentidos Sul 2, especialmente. O que as linhas parecem apontar, adotando o padrão por faixas de salário mínimo, é uma polarização e intensificação da segregação na cidade de São Paulo, com as linhas de renda mostrando padrões de localização das faixas extremas mais marcados em 2010 do que no ano de 2000. Essa possível conclusão, no entanto, não pode ser sustentada de forma inconteste sem que se faça uma rota alternativa para comparação entre os dados dos Censos ou ainda outro levantamento.

Desse modo, traremos aqui contribuições de Marques e Requena (2015), Marques (2015), Requena, Ralize e Sarue (2015) e Bógus & Pasternak (2015), na tentativa de esmiuçar diferentes aspectos do ocorrido no tocante à segregação em São Paulo. Esses trabalhos tratam da Região Metropolitana de São Paulo, podendo, ao mesmo tempo, trazer elementos novos pertinentes ou questões que fogem ao nosso escopo. Buscaremos focar nos pontos que se relacionam mais diretamente com a discussão aqui proposta. Marques e Requena (2015) buscam organizar uma comparação sistemática entre as décadas de 1990 e 2000, olhando para as diferentes trajetórias demográficas na RMSP. Sua preocupação é bastante alinhada com o restante da obra organizada por Marques (2015), tendo como foco a identificação de heterogeneidades nos espaços da metrópole paulistana. Na década de 1990, os dados demográficos indicaram como principais tendências o esvaziamento do centro metropolitano, conjuntamente com o crescimento das periferias (chamadas de “fronteiras urbanas”¹¹¹), marcadas pela presença das classes de baixa renda, num padrão muito próximo ao de círculos concêntricos.

¹¹¹ TORRES (2005b).

Nos anos 2000, o padrão foi bem menos claro, com a análise mostrando valores menos expressivos em comparação com a década anterior. Parte da periferia viu reduzir as taxas de crescimento e em alguns de seus lugares houve registro de taxas negativas. Ao mesmo tempo, outras áreas periféricas confirmaram altas taxas de crescimento, mesmo que em menor proporção do que nos anos 1990. Uma porção do centro expandido passou por reversão do esvaziamento previamente registrado, mostrando taxas modestas de crescimento. Outras porções do centro expandido experimentaram inversão de tendência, com crescimento elevado nos anos 2000 e intensa atividade imobiliária, bem como em áreas consolidadas perto do centro histórico (num possível indício de gentrificação). Outra parcela do centro prosseguiu tendência de esvaziamento, embora de maneira menos intensa do que na década anterior. Por fim, houve ainda registro de áreas de esvaziamento em anel em torno do centro expandido, chegando a partes mais extremas da Zona Leste.

Mapa 3.02 – Crescimento demográfico por área de ponderação, RMSP, 2000-2010.



Fonte: Censos Demográficos do IBGE e bases cartográficas do CEM *apud* Marques e Requena (2015).

Por afirmarem que essas tendências se mostraram menos fortemente associadas a características como a renda, os autores propõem uma tentativa de explicar/organizar as tendências por inferência estatística, ressaltando três trajetórias. Em primeiro lugar, áreas que passaram por esvaziamento na década de 1990 (a qualquer taxa negativa) e crescimento nos anos 2000 (mais de 2,5%) – em sua maior parte, áreas centrais com registro relevante de lançamentos imobiliários do mercado formal. Seis das dez áreas com essas características estavam no centro expandido e duas na área de expansão da alta renda. Os autores afirmam

não ser possível comprovar com os dados utilizados, mas indícios apontam para áreas que passaram por gentrificação ou áreas de expansão da alta renda (a renda aumentou nessas áreas, entre os anos de 2000 e 2010, embora já fosse relativamente elevada).

Citam ainda outro agrupamento de áreas, que passaram por esvaziamento sistemático nas duas décadas. Confirmam um esvaziamento menos intenso nos anos 2000, especialmente em áreas com indicadores apenas levemente superiores à média da metrópole e não registraram nem migração intensa, tampouco lançamentos do mercado formal. As rendas relativas desses locais se reduziram no período. Esse esvaziamento está relacionado com a baixa migração, baixa presença de nascidos entre os censos e baixa produção imobiliária (lembrando que correlação não significa causalidade, é apenas o retorno de teste estatístico sobre os dados). O grupo com essa trajetória englobou 61 áreas de ponderação, especialmente em anel próximo ao Centro expandido e áreas da Zona Norte, em grande parte de Osasco e proximidades dos centros de municípios de ocupação mais antiga da RMSP.

Por fim, destacam ainda áreas de crescimento intenso e contínuo nos anos 1990 (mais de 3% a.a.) e 2000 (mais de 2,5% a.a.), conformadas por dois principais grupos distintos. Parte se assemelha à “fronteira urbana”, marcada por camadas de baixa renda, domicílios com chefes de famílias jovens e indicadores sociais e urbanos mais precários. A maioria dessas áreas estava na periferia, mas houve também registros de três áreas de ponderação marcadas pela presença das camadas de alta renda – no Morumbi e outros dois espaços de proliferação de condomínios fechados na metrópole. Mas esses casos foram claramente exceções, pois foram três em um total de 72 áreas de ponderação com essa trajetória.

Embora os autores queiram dar destaque aos movimentos heterogêneos dentro da metrópole nos anos 2000, desagregando espacialmente informações para capturar as diferentes nuances, a grande novidade ou dinâmica divergente entre os anos 1990 e 2000 – aquilo que mais destoou – foi a inversão da tendência de esvaziamento de áreas do centro expandido como provável resultado de processo de gentrificação ou expansão de áreas de alta renda, principalmente em São Paulo. Ali, a renda aumentou mais que a média da metrópole, além de ter concentrado lançamentos imobiliários. Outras novidades registradas pelos trabalhos com os dados mostraram-se excessivamente excepcionais. Infelizmente, o trabalho de ampliação da precisão estatística e a desagregação adicional das informações não vieram acompanhados de explicações consistentes, apenas uma descrição detalhada.

Segundo o próprio autor, enquanto Marques e Requena (2015) se preocuparam mais com os grupos sociais, Marques (2015) foca mais especificamente os espaços e a segregação na RMSP nos anos 2000. Essa investigação é conduzida por uma série de trajetórias estatísticas alternativas, de modo a explicitar de diferentes maneiras e em níveis diversos o quadro de segregação na RMSP, entre 2000 e 2010.

O panorama da segregação residencial fornecido pelo Censo de 2010 confirma uma forte continuidade na forma urbana, tanto com a observação simples de mapas temáticos da renda, por exemplo, quanto na análise de indicadores de estatística espacial. (MARQUES, 2015, p. 178)

Observemos, assim, em detalhe, alguns dos principais aspectos ligados a esse diagnóstico. Inicialmente, o autor propõe observar o Índice de Moran¹¹² para renda do responsável do domicílio em comparação entre 2000 e 2010. Os valores obtidos foram de 0,704 e 0,699, respectivamente. Marques (2015) afirma que ainda que tenha se verificado leve redução no indicador, “era praticamente o mesmo”. Por considerar a variável renda simples demais para a análise, ele propõe sistematização do Índice de Moran e de Índice de Dissimilaridade a partir de classes EGP¹¹³, também para os anos de 2000 e 2010. A justificativa para o emprego de ambos é a tentativa de contornar, em conjunto, suas desvantagens, uma vez que o Índice de Moran é pouco intuitivo e o Índice de Dissimilaridade é sensível a variações nos tamanhos relativos dos grupos. Em linhas gerais, esse exercício obteve para o Índice de Moran valores menores em 2010 do que em 2000. Utilizando-se o divisor de 0,60 como indicador de alta segregação quando superado, temos que, em 2000, para todas as categorias EGP, o valor foi superior ou igual a 0,60, com valores mais altos para as classes superiores. Em 2010, os valores foram relativamente mais baixos, exceção feita aos trabalhadores manuais (qualificados ou não). Ocorre, porém, como o próprio autor ressalta, que parte das alterações nos indicadores pode estar relacionada a variações nas proporções das categorias. Como veremos posteriormente, os Trabalhadores Manuais tiveram sua participação relativa reduzida na década, ao passo que a dos Profissionais, nível alto se

¹¹² Trata-se de um índice que varia entre -1 e 1 e exprime valores de autocorrelação espacial para uma variável de interesse, captando a segregação na comparação entre os valores em cada área e as suas médias para áreas vizinhas. A relação é mais forte quanto mais próxima for da unidade.

¹¹³ Trataremos mais adiante dessa sistematização por classes EGP quando falarmos do mercado de trabalho. Por enquanto nos limitamos a afirmar que essa sistematização importada divide em categorias de prestígio uma determinada população em Proprietários e empregadores; Profissionais, nível alto; Profissionais, nível baixo; Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível alto; Técnicos e Supervisores; Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível baixo; Trabalhadores Manuais Qualificados; Trabalhadores Manuais não Qualificados. Isso em ordem decrescente de prestígio, sendo que atividades mais sofisticadas estariam associadas a médias mais altas de rendimentos.

ampliou. A perspectiva mais ampla, no entanto, foi de classes altas mais segregadas em comparação com classes médias, as que tiveram menores índices.

Para o Índice de Dissimilaridade¹¹⁴, o comportamento de cada classe foi um pouco diferente, mas o quadro geral foi bastante similar. Os indicadores obtidos foram moderados e baixos (entre 0,1 e 0,23) para o conjunto da população, exceção feita aos Profissionais, nível alto (leve redução de 0,37 para 0,35, entre 2000 e 2010) e Proprietários (de 0,39 para 0,43). Marques (2015) oferece em nota de rodapé uma referência comparativa para o Índice de Dissimilaridade que julgamos pertinente e, portanto, reproduzimos aqui. Ele relata que para Paris, no ano de 1999, o mais alto valor verificado para esse índice para grupos linguísticos era entre os que tinham o francês como língua e os imigrantes turcos, no patamar de 0,47 e entre nenhum outro grupo se obteve valor superior a 0,40¹¹⁵. Dessa forma, o que se tem é que tanto o Índice de Dissimilaridade quanto o Índice de Moran oferecem uma visão de classes altas mais segregadas do restante da população, quando tomados para o conjunto da metrópole.

Complementarmente, Marques (2015) apresenta ainda os resultados do Índice de Dissimilaridade calculado entre categorias EGP, dando informações valiosas de como os grupos se segregam uns em relação aos outros. Reproduzimos aqui, nas Tabelas 3.02 e 3.03 os resultados para os anos de 2000 e 2010. Ambas apresentam em comum a tendência marcante de maior segregação das classes mais altas em relação às demais. Seja no sentido vertical ou horizontal, se olharmos para os Índices de Dissimilaridade para Proprietários e Empregadores ou ainda para Profissionais, nível alto, é clara a tendência de ampliação conforme se caminha para as outras categorias, em especial das classes inferiores. Do outro lado desse espectro, as camadas médias e baixas apresentaram valores entre baixos e medianos, mostrando ocuparem mais comumente os mesmos espaços.

¹¹⁴ Esse índice varia entre 0 e 1 e indica a porcentagem de determinado grupo que deveria ser movimentado para se igualar à distribuição da população na totalidade ou com outro atributo.

¹¹⁵ A informação é creditada a Préteceille (2012). Outros dois exemplos são citados na nota 2 da página 181 em Marques (2015).

Tabela 3.02 - Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2000

	Proprietários e Empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não Manuais de Rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e Empregadores	-	0,15	0,26	0,36	0,42	0,45	0,53	0,50
Profissionais, nível alto	0,15	-	0,22	0,33	0,40	0,42	0,52	0,49
Profissionais, nível baixo	0,26	0,22	-	0,14	0,21	0,23	0,34	0,32
Não manuais de rotina, nível alto	0,36	0,33	0,14	-	0,13	0,15	0,25	0,25
Técnicos e supervisores	0,42	0,40	0,21	0,13	-	0,15	0,19	0,21
Não Manuais de Rotina, nível baixo	0,45	0,42	0,23	0,15	0,15	-	0,15	0,15
Manuais qualificados	0,53	0,52	0,34	0,25	0,19	0,15	-	0,10
Manuais não qualificados	0,50	0,49	0,32	0,25	0,21	0,15	0,10	-

Fonte: CEM a partir de dados do IBGE *apud* Marques (2015).

Tabela 3.03 - Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2010

	Proprietários e Empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não Manuais de Rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e Empregadores	-	0,18	0,27	0,41	0,48	0,51	0,56	0,57
Profissionais, nível alto	0,18	-	0,16	0,32	0,39	0,43	0,49	0,50
Profissionais, nível baixo	0,27	0,16	-	0,19	0,28	0,30	0,38	0,39
Não manuais de rotina, nível alto	0,41	0,32	0,19	-	0,15	0,16	0,22	0,25
Técnicos e supervisores	0,48	0,39	0,28	0,15	-	0,16	0,17	0,21
Não Manuais de Rotina, nível baixo	0,51	0,43	0,30	0,16	0,16	-	0,13	0,15
Manuais qualificados	0,56	0,49	0,38	0,22	0,17	0,13	-	0,10
Manuais não qualificados	0,57	0,50	0,39	0,25	0,21	0,15	0,10	-

Fonte: CEM a partir de dados do IBGE *apud* Marques (2015).

Segundo Marques (2015), os valores obtidos entre categorias mais altas e mais baixas foram consideravelmente elevados, em padrões internacionais. Na comparação entre 2000 e 2010, chamou atenção, ainda assim, o incremento nos índices das classes melhor posicionadas em relação às demais, em especial para Proprietários e Empregadores, tendo a elevação sido menos marcada para Profissionais, nível alto. Os dados entre Proprietários e Empregadores face a Trabalhadores Manuais atingiu 0,56 para os qualificados e 0,57 para não qualificados. Fica, dessa forma, patente um padrão em que a segregação acompanha a distância social entre classes. Marques (2015, p. 183) afirma que “a estrutura da segregação em São Paulo, portanto, é fortemente hierárquica socialmente, em nítido sentido de evitação social.”.

Em uma etapa adicional, o autor pautou a partir das informações das classes a delimitação de classificações de espaços. Esses dados seguem nas Tabelas 3.04 e 3.05, respectivamente, para os anos de 2000 e 2010. Tomamos a liberdade, para facilitar a visualização da tendência, de adicionar duas colunas representando a somatória das participações relativas das categorias Proprietários e Empregadores e Profissionais, nível alto.

Espaços	Proprietários e Empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não manuais de Rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados	Proprietários, Empregadores e Profissionais, nível alto	Demais Classes
Elites	10,6	29,0	18,2	11,8	3,3	9,8	6,7	10,6	39,6	60,4
Classes médias altas	7,5	17,5	14,0	14,1	4,5	15,5	14,9	12,0	25,0	75,0
Médios misturados	3,6	9,5	10,5	15,5	6,0	17,4	23,4	14,1	13,1	86,9
Médios-baixos misturados	1,8	4,6	6,6	11,6	4,9	17,8	31,7	21,0	6,4	93,6
Trabalhadores Manuais	1,0	2,3	4,3	8,5	4,7	16,0	38,4	24,8	3,3	96,7
Total	3,0	7,7	8,1	11,7	4,9	16,4	29,0	19,2	10,7	89,3

Fonte: CEM a partir de dados do IBGE *apud* Marques (2015) e cálculos do autor.

Tabela 3.05 - Distribuição proporcional das classes e grupos - RMSP, 2010 (%)

Espaços	Proprietários e Empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não Manuais de Rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados	Proprietários, Empregadores e Profissionais, nível alto	Demais Classes
Elites	8,7	38,5	20,8	10,0	2,3	7,0	5,2	7,5	47,2	52,8
Classes médias altas	6,2	24,4	17,5	13,7	3,2	13,5	12,9	8,6	30,6	69,4
Médios misturados	2,4	13,3	13,4	15,4	4,8	17,3	21,3	12,1	15,7	84,3
Médios-baixos misturados	1,2	6,3	7,7	11,8	4,1	19,2	29,5	20,2	7,5	92,5
Trabalhadores Manuais	0,5	3,4	4,8	9,0	3,9	18,5	35,4	24,5	3,9	96,1
Total	2,2	10,9	9,9	11,8	4,0	17,2	25,4	17,8	13,1	86,1

Fonte: CEM a partir de dados do IBGE *apud* Marques (2015) e cálculos do autor.

Em que pese a ampliação das categorias profissionais no decênio, tendo ampliado sua presença em todos os espaços, o que a comparação das tabelas permite ver, com o auxílio das colunas adicionais, são espaços mais estruturados, notadamente os da elite e das classes médias altas, mais exclusivos em 2010 do que em 2000. Foi especialmente nesses espaços em que as classes profissionais mais aumentaram sua participação. Na outra ponta desse processo vê-se os Trabalhadores Manuais, que tiveram perdas em todos os espaços. Entretanto, foi nos espaços das elites e das classes médias altas em que mais se reduziu a presença dos Trabalhadores Manuais não Qualificados.

Marques (2015) mostra ainda que há uma clara hierarquização entre os espaços identificados. A Tabela 6 quase se assemelha a um ranqueamento no que diz respeito ao ISEI¹¹⁶ e Renda relativa. Note-se que os espaços das elites e das classes médias altas apresentam os maiores valores para o ISEI e esse indicador é sempre menor conforme passamos para o espaço seguinte. De maneira análoga, a proporção da renda em relação à renda metropolitana é sempre menor quando passamos de um tipo de espaço para outro, descendo nas informações da tabela. Esses espaços privilegiados apresentam ainda menos

¹¹⁶ O ISEI é outro indicador importado utilizado em Marques (2015) que ordena agrupamento com base em metodologia internacional em uma escala de status socioeconômico. Seu nome é uma sigla para “International Socio-Economic Index of Occupational Status” e varia entre 16 e 90.

moradores por domicílio e menores proporções de crianças de até 6 ou 10 anos. Além disso, é maior nesses espaços a porcentagem de pessoas alfabetizadas com 5 anos ou mais.

Tabela 3.06 - Indicadores sociais escolhidos por grupo - RMSP, 2010

Espaços	N	ISEI	Renda/Renda média metropolitana	Moradores por domicílio	Pop. Com até 5 anos de idade (%)	Pop. Com até 10 anos de idade (%)	Autodeclarados pretos ou pardos (%)	Alfabetizadas com 5 anos ou mais (%)
Elites	31	59,0	3,5	2,6	3,4	9,1	10,3	98,1
Classes médias altas	65	51,4	1,9	2,9	3,9	11,0	17,8	97,0
Médios misturados	125	44,3	1,0	3,1	4,6	13,1	28,7	95,9
Médios-baixos misturados	200	37,4	0,7	3,4	5,6	16,3	43,6	92,8
Trabalhadores Manuais	212	33,9	0,5	3,5	6,3	18,3	51,7	91,2
Total	633	40,6	1,0	3,3	5,3	15,2	38,1	93,7

Fonte: CEM a partir de dados do IBGE *apud* Marques (2015).

A Tabela 3.06 ainda traz a desigual distribuição de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas pelos diferentes espaços. Essa é outra faceta da segregação na RMSP e no município de São Paulo que chama a atenção. França (2015) mostra que a variável raça, particularmente, possui relevância na análise da segregação de domicílios. Nesse sentido, esse trabalho mostra que domicílios de brancos da elite costumam estar mais próximos de domicílios de brancos de classe média do que de negros da elite. Assim, a elite branca e os negros pobres seriam os grupos mais segregados, distanciando-se dos demais grupos em análise pelo Índice de Dissimilaridade. Outras conclusões relevantes que esse autor traz são a de que pobres, sejam negros ou brancos, são menos segregados entre si do que nos estratos médios. E ainda que os espaços marcados pela alta presença de brancos de classes alta e média têm maior proximidade com os de brancos de classe pobre do que os espaços caracterizados por pessoas negras de qualquer classe social. Isso mostra que em termos da segregação, a racial consegue mostrar uma face ainda mais perversa do que a de renda.

Marques (2015) apresenta para o conjunto das transformações dos espaços propostos, entre 2000 e 2010, algumas linhas mestras que sintetizamos aqui: i- cidade bastante segregada, em especial no que tange à segregação das classes superiores/de maior prestígio (que também são as de maior renda, vale sempre lembrar); ii- clara hierarquia entre grupos com padrão de “evitação social” por parte das elites, com poucas mudanças ao longo da

década; iii- espaços das elites eram mais exclusivos em 2010 do que em 2000, com maior homogeneidade; iv- espaços dos trabalhadores manuais e populares menos operários, mais misturados, com alteração do perfil dos seus habitantes, tornando-se assim, mais heterogêneos; v- expansão da mancha ocupada pela elite ao mesmo tempo em que o centro histórico ficou mais popular.

Uma maneira alternativa de sistematizar os dados dos censos foi apresentada por Requena, Ralize & Sarue (2015), trabalhando as 633 áreas de ponderação de dados anteriormente mostrados em uma análise de *clusters*. Propomos uma tabela-síntese, agregando dados de grupos de renda e classes de condições urbanas¹¹⁷. Condensamos os grupos para enxergar parte das tendências gerais em alinhamento com o previamente descrito. Dessa forma, o grupo de alta renda é conformado pela somatória dos grupos de altíssima, alta e média alta renda; o grupo de renda média ficou como no original; e o grupo de baixa renda é composto por média-baixa e baixa. De maneira similar, agrupamos as áreas caracterizadas por condições urbanas excelentes, ótimas e boas, de um lado e regulares, ruins e péssimas, de outro. Isso é possível, no sentido do avanço da segregação que prosseguimos demonstrando, porque não há presença das tipologias de baixa renda em áreas de condições excelentes, ótimas ou boas. Tampouco há presença de alta renda em áreas de ponderação caracterizadas como regulares, ruins ou péssimas¹¹⁸. O grupo de renda média é o único a estar presente nos dois conjuntos de situação urbana, ainda assim, em sua larga maioria no de melhores condições.

Entre 2000 e 2010, o grupo de alta renda ampliou sua participação nos espaços considerados de excelente, ótima ou boa condição. Nesse mesmo período, os espaços regulares, ruins ou péssimos tiveram a participação do grupo médio de renda ampliado, embora ainda seja largamente composto por grupos de baixa renda. Os autores explicam esse movimento da camada média, em parte, por um efeito estatístico pela possibilidade de caracterização aberta no Censo de 2010 para variável “casa de condomínio/vila”.

¹¹⁷ Uma descrição pormenorizada das tipologias e suas descrições pode ser consultada em REQUENA, RALIZE & SARUE (2015, p. 207), bem como a metodologia empregada.

¹¹⁸ Vale sempre lembrar que isso não se traduz em dizer que não há domicílios de baixa renda nos espaços marcados como de boas, ótimas e excelentes condições urbanas, nem que não haja domicílios de média alta, alta ou altíssima no outro conjunto. Esses resultados são refletidos pelo exercício estatístico tipológico, por predominância.

Tabela 3.07 - Habitantes das áreas de ponderação por grupos de renda e de condições urbanas (mil habitantes), RMSP - 2000 e 2010

Condições urbanas	Excelentes, Ótimas e Boas		Regulares, Ruins e Péssimas	
	2000	2010	2000	2010
Grupos de Renda				
Alta	2.288,10	2.915,60	-	-
Média	6.696,30	6.519,00	250,10	734,80
Baixa	-	-	8.484,50	9.431,60
Total	8.984,40	9.434,60	8.734,60	10.166,40
Grupos de Renda	%	%	%	%
Alta	25,47	30,90	-	-
Média	74,53	69,10	2,86	7,23
Baixa	-	-	97,14	92,77
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados dos Censos Demográficos do IBGE trabalhados por Requena, Ralize & Sarue (2015) e recalculados pelo autor.

Esses mesmos dados podem ser apresentados de forma a explicitar parte dos movimentos que vimos com Marques (2015) e de forma ainda diferente do apresentado pelos seus autores. Vejamos na Tabela 3.08:

Tabela 3.08 Distribuição dos grupos de renda por categorias de condições urbanas na RMSP, 2000 e 2010

Grupos de renda	Total		Excelentes		Ótimas		Boas		Regulares		Ruins		Péssimas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Altíssima	0,8	1,0	0,6	0,8	0,0	0,0	0,1	0,2	-	-	-	-	-	-
(%)	100,0	100,0	84,0	78,1	1,6	1,6	14,4	20,3	-	-	-	-	-	-
Alta	0,6	0,7	0,6	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média-alta	1,0	1,3	1,0	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média	6,9	7,3	2,5	2,7	4,2	3,9	-	-	-	-	0,3	0,7	-	-
(%)	100,0	100,0	36,1	36,8	60,3	53,1	-	-	-	-	3,6	10,1	-	-
Média-baixa	5,3	5,9	-	-	-	-	-	-	3,8	4,3	1,4	1,6	-	-
(%)	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	72,6	73,0	27,5	27,0	-	-
Baixa	3,2	3,5	-	-	-	-	-	-	2,2	2,4	-	-	1,0	1,1
(%)	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	68,0	68,9	-	-	32,0	31,1

Dados absolutos em milhares.

Fonte: Dados dos Censos Demográficos do IBGE trabalhados por Requena, Ralize & Sarue (2015) e recalculados pelo autor.

Note-se que mesmo abrindo os grupos da Tabela 3.07, não se encontra grupos de renda, em 2010, em tipologias distintas das que já se encontravam 10 anos antes. Os grupos

de alta e média-alta renda estavam exclusivamente em espaços de condições urbanas excelentes em 2000 e isso se manteve em 2010. Organizamos as informações de forma a explicitar como cada grupo de renda se distribuía por cada categoria de condição urbana na Tabela 3,08. É possível ver que o grupo de altíssima renda ampliou sua participação em áreas de condições boas, tendo reduzido sua participação nas áreas de condições excelentes, principalmente. Esse registro capta a expansão das elites no sentido Oeste, correspondendo à proliferação de condomínios de alta renda, em especial na Vila Leopoldina, Vila Andrade e Morumbi. Ali há número considerável de domicílios não ligados à rede de coleta de esgoto, embora as moradias sejam de alto padrão. Villaça (2001) afirma que na expansão das áreas das camadas de mais alta renda no vetor Sudoeste, a motivação puramente econômica ou, às vezes, a paisagem aprazível podem não ser mais o fator predominante que dita o sentido da expansão da ocupação por essa parcela da sociedade. Esses dados mostram uma decisão de arcar com condições urbanas inferiores, ganhando-se, por exemplo, com a sensação de segurança. É importante notar que há uma diferença fundamental entre a parcela de maior renda da sociedade decidir ocupar espaços menos dotados de infraestrutura (e que ela pode estruturar, nem que seja algo de sua própria iniciativa) e as camadas de baixa renda. Somente para os mais ricos isso é uma *opção*¹¹⁹. Além disso, seria absolutamente equivocado tomar a presença do grupo de altíssima renda em espaços de condição apenas boa como sinal de maior mistura entre as diferentes classes, especialmente nesse caso em que a forma associada é a de condomínios fechados¹²⁰. Para os grupos de renda baixa e média-baixa, as alterações foram pouco expressivas. No grupo de renda média, nota-se, mais uma vez, a questão da ampliação de sua presença em áreas de condições urbanas consideradas ruins, conforme exposto.

Se na análise isolada das tendências de localização de domicílios por faixa de renda que originalmente propusemos não foi possível atestar necessariamente a continuidade e aprofundamento do padrão de segregação identificado por Villaça, por distorção relativa nos valores das faixas salariais, essas informações adicionais tornam a hipótese bastante robusta, ao apresentar maior exclusividade dos espaços das elites, bem como ampliação na segregação entre os grupos mais ricos e o restante da sociedade no espaço metropolitano. Pretendemos avançar na exploração dessa matéria. Antes de dar sequência, consideramos lícito apontar que é fundamental fazer uso de dados de renda de forma associada a aproximações alternativas

¹¹⁹ Lembremo-nos do apontamento de Harvey (1976) que coloca os pobres como prisioneiros do espaço, enquanto os ricos comandam-no.

¹²⁰ Villaça argumenta em favor do seu método de análise justamente com exemplo nesse sentido. Por isso acha prioritário entender em que região da metrópole se concentram as camadas de mais alta renda para o entendimento da segregação urbana. Escalas menores tendem a obscurecer esse padrão.

(como as de categorias profissionais usadas por Marques (2015)), para que não se importe metodologia que tenha aplicação pouco correspondente com nossa realidade. Há mediações importantes que a análise por categorias de prestígio de posição no mercado de trabalho não consegue dar por si só. A informação da renda e, idealmente, se disponível, a de riqueza são muito importantes para não se cair em transposições pouco fundamentadas. Retomaremos isso mais adiante.

Passemos, agora, a algumas considerações sobre o emprego em São Paulo entre 2000 e 2010 para posteriormente verificar seu padrão de localização na cidade.

Tabela 3.09 - Índices do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados e dos assalariados (1), RMSP 2000 e 2010

Anos	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2010	125,0	83,6	104,5	139,5	83,8	117,0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

(1) Inflator utilizado – ICV do Dieese. Base: média de 2000 = 100.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Os dados da PED apresentados na Tabela 3.09 mostram que a dinâmica do mercado de trabalho na RMSP, entre os anos de 2000 e 2010, contou com ampliação das massas de rendimentos reais de Ocupados e Assalariados. Enquanto para os primeiros esse incremento foi de 4,5%, para os segundos foi da ordem de 17,0%. Essa dinâmica baseou-se na ampliação do nível de emprego, mais que compensando a queda anteriormente relatada do rendimento médio real. Com redução bastante similar desse indicador para o período (16,4% para Ocupados e 16,2% para Assalariados), foi a dinâmica mais intensa do emprego de assalariados que explicou em maior parte a diferença nas massas de rendimentos. O emprego para assalariados subiu 39,5%, ao passo que para os Ocupados como um todo o aumento foi de 25,0%, no mesmo intervalo temporal. No sentido geral, houve redução do rendimento, mas aumento do emprego e, o saldo da massa salarial, por isso, foi positivo.

Tabela 3.10 - Distribuição dos desempregados, por tipo e ocupados, por posição na ocupação RMSP 2000 e 2010 (%)

Anos	Desempregados					Ocupados	Assalariados					Autônomos	Empregadores	Empregados domésticos	Demais
	Total	Aberto	Oculto				Total	Setor privado			Setor público (2)				
			Total	Precário	Desalentado			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada					
2000	17,6	11,0	6,6	4,6	2,0	100,0	62,0	53,6	39,7	13,9	8,4	19,1	4,5	8,6	5,8
2010	11,9	8,8	3,1	2,3	0,8	100,0	69,2	61,5	50,3	11,2	7,7	16,1	3,6	7,4	3,7

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclui os empregados domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação etc).

Na Tabela 3.10, é possível verificar que o grupo de Assalariados ampliou sua participação no total dos ocupados entre 2000 e 2010, de 62,0% para 69,2%. Esse incremento deveu-se à dinâmica dos Assalariados com carteira do setor privado. Entre os subgrupos dispostos por posição na ocupação, esse foi o único a ter sua participação aumentada para os anos selecionados. Todos os outros viram sua participação relativa reduzir-se. Para um cenário do emprego na RMSP ainda mais preciso, incluiu-se os dados da composição por tipo de Desemprego para o mesmo período. O que se vê é um quadro de queda do desemprego, tanto da componente de desemprego aberto quanto daquela composta pelos dois tipos de desemprego oculto adotado pela pesquisa. Há, desse modo, uma maior incorporação de parcelas da população à dinâmica do mercado de trabalho formal privado, que passou em 2010 a representar metade dos Ocupados na RMSP.

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do convênio DIEESE/SEADE, o sentido geral foi o da expansão, com apenas os grupos formados por Autônomos que trabalham para empresas, Trabalhadores domésticos mensalistas e Demais mostrando retração absoluta na comparação com o ano de 2000. Os demais grupos passaram por expansão, sendo as mais intensas experimentadas pelos trabalhadores domésticos diaristas (aumento de 68,5% em relação a 2000) e assalariados com carteira do setor privado (incremento de 58,4%). Marques, Barbosa & Prates (2015) tecem importantes apontamentos no tocante ao cenário do emprego e mercado de trabalho na RMSP. Também com dados da PED, mas com o uso de uma série mais longa, entre 1985 e 2013, mostram que entre 1989 e 2003 registrou-se na região metropolitana um aumento contínuo da taxa de desemprego. Há praticamente uma dinâmica espelhada, ou seja, inversa, até esse ano e a partir dele, chegando a 2013. No primeiro período ocorre aumento do desemprego, com redução do percentual de vagas de trabalho com carteira assinada. Entre 2003 e 2013, o cenário foi o inverso, em alinhamento

com o apresentado aqui: redução do desemprego e ampliação dos empregos formais. Uma das mais importantes contribuições desses autores na sua análise advém da perspectiva aberta pelo uso dessa série mais alongada: ao cabo do período por eles apresentado o patamar geral do desemprego era apenas ligeiramente inferior ao registrado em meados dos anos 1980! A taxa de formalização também apresentou esse comportamento, chegando em 2013 em nível levemente superior ao verificado ao fim dos anos 1980. Isso coloca em perspectiva os números positivos associados aos feitos econômicos dos anos 2000. Pouco se cantou, à época, que os grandes resultados haviam colocado importantes estatísticas apenas no patamar de 20 anos antes.

Alguns comentários adicionais sobre o conteúdo apresentado por esses autores para o mercado de trabalho da RMSP fazem uso de agregações e sistematizações importadas, como a organização de dados dos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 para classes EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero – iniciais de seus idealizadores)¹²¹. Mostram, destarte, que os Trabalhadores Manuais Qualificados são os mais representativos na RMSP em 2010 (pouco menos de um quarto do total), seguidos por Trabalhadores Manuais não Qualificados e Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível baixo, em patamar muito próximo (cerca de 17,5%). As maiores transformações verificadas nessa estrutura organizacional podem ser resumidas da seguinte maneira, entre 1991 e 2010: i- redução persistente na participação dos Trabalhadores Manuais (qualificados ou não); ii- ampliação relativa dos Profissionais de nível alto (mais que dobraram nesse período, representando pouco mais de 11%, em 2010); ampliação da participação dos Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível baixo (alcançando o patamar dos Trabalhadores Manuais não Qualificados, em 2010); as demais categorias mostraram alterações menos expressivas.

O intuito dos autores ao apresentar essas informações é o de refutar a hipótese de polarização social entre 2000 e 2010, uma vez que isso exigiria ampliação simultânea, por exemplo, dos estratos relativos considerados extremos: empregadores ou profissionais de nível alto, de um lado e trabalhadores manuais (qualificados ou não), de outro. Como a ampliação da participação de profissionais de nível alto não foi acompanhada pelos trabalhadores manuais, não se poderia determinar a ocorrência de polarização. Causa estranhamento que esse tenha sido o caso, uma vez que juntamente com o verificado para os profissionais de nível alto tenha havido ampliação dos trabalhadores não manuais de rotina, nível baixo. Em tese, a dinâmica dessa categoria seria considerada de maior status do que a de

¹²¹ Para maiores informações ver Marques, Barbosa & Prates (2015) In Marques, ECL (2015) (org.).

trabalhadores manuais, sendo associada a trabalhos de escritório. Isso não impediu, entretanto, da categoria ser rotulada, em conjunto com as de trabalhadores manuais, como de “Classes Baixas”, quando os autores apresentaram dados para renda relativa, também a partir das mesmas categorias EGP¹²². Observando esses dados de renda, fica patente que a categoria de Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível baixo apresentou rendimentos médios consistentemente menores, por exemplo, que os dos Trabalhadores Manuais Qualificados, seja para dados do Censo de 1991, 2000 ou 2010. Sem adiantar muito sobre as transformações setoriais de que trataremos mais adiante, parece que a alteração no perfil captada pela metodologia empregada pelos autores evidencia justamente os resultados da terceirização e reestruturação produtiva que amplia a participação dos serviços no total de empregos na RMSP. Ao certo, a dinâmica de parte desses empregos, em que pese não se dar com trabalhos estritamente manuais, possuem rotinas e condições muito precárias, sendo o *Telemarketing*, um exemplo notório e amplamente noticiado na mídia. Questiona-se aqui, portanto, a tese dos autores, argumentando que a dinâmica dessa categoria claramente assemelha-se e aproxima-se daquelas associadas (pelos próprios autores, inclusive) às classes baixas.

No nosso entendimento, a ampliação da participação dos Profissionais de nível alto concomitantemente ao processado com os Trabalhadores Não Manuais de Rotina de nível baixo poderia sem grandes prejuízos, a despeito da redução dos Trabalhadores Manuais, ser considerada como evidência de polarização. Os requisitos técnicos relativamente baixos (em especial dos Trabalhadores Manuais não Qualificados) poderiam, inclusive, levantar a hipótese de que houve significativa troca de empregos manuais pelos não manuais de rotina nível baixo, até mesmo como forma de preservação de empregos e rendimento, uma vez que para as classes consideradas baixas, essa última categoria foi a única a apresentar renda relativa (levemente) superior em 2010, quando comparada ao dado de 1991 – passou de 58% da renda média, em 1991, para 52% em 2000, encerrando em 60%, em 2010. Para os Trabalhadores Manuais, a renda relativa era inferior, em 2010, do que se obtivera em 1991. Para os Trabalhadores Manuais Qualificados, a trajetória desse indicador foi sempre de queda, mais pronunciada entre 1991 e 2000, passando de 71% para 63% e em menor intensidade no intervalo posterior, caindo a 61%, em 2010. Para os Trabalhadores Manuais não Qualificados a queda foi de 52% para 38% da renda média, entre 1991 e 2000, e uma leve recuperação para 40%, em 2010.

¹²² Ver tabela 1 na página 36 de Marques (2015).

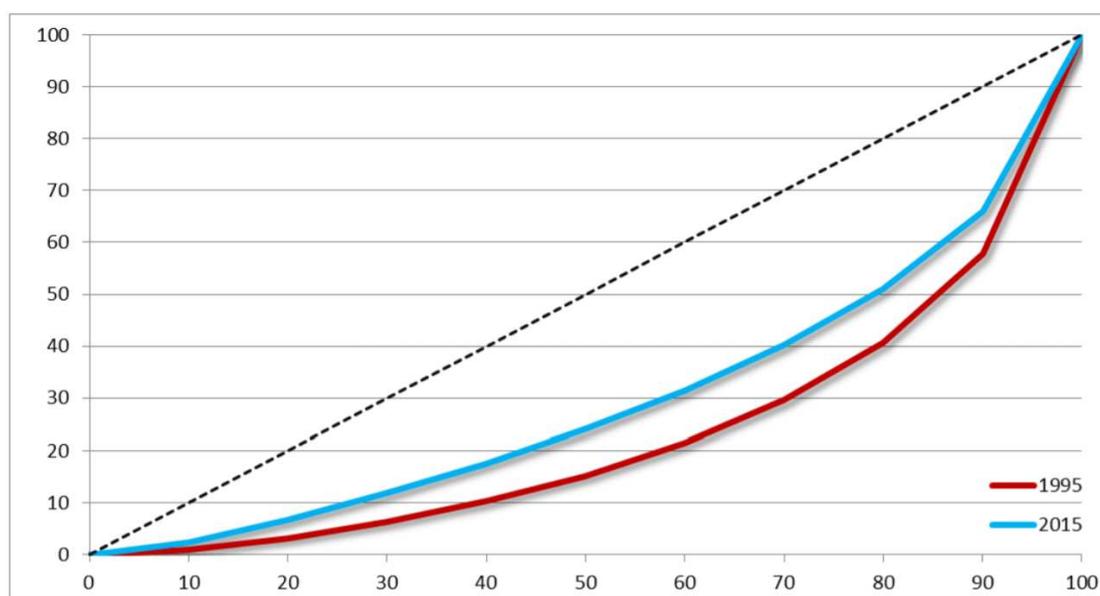
Esses dados de rendimento médio e relativo permitem ainda notar que entre 1991 e 2010 foi ampliada a desigualdade de renda entre essas classes EGP. Houve forte aumento da desigualdade na década de 1990 e a reversão desse cenário, nos anos 2000, para esses dados, não deu conta de eliminar ou anular seus efeitos. Dessa forma, se em 1991 a classe Empregadores tinha como renda média um valor que equivalia a 5,12 vezes o rendimento médio da categoria de Trabalhadores não Manuais de Rotina, nível baixo, em 2000, esse quociente passaria a 8,38 e atingiria 6,45 para os dados do Censo de 2010. Movimento similar, mas menos expressivo poderia ser obtido entre Profissionais de nível alto e Trabalhadores Manuais, por exemplo.

Prates & Barbosa (2015) apresentam dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 para a estrutura salarial na RMSP e confirmam que nos anos 2000 a ampliação do emprego foi muito mais concentrada na faixa entre 1 e 2 SMs. Seu incremento foi superior a três vezes o registrado para a faixa que teve a segunda maior variação – a de até um salário mínimo (311.265 desta contra 1.045.337 daquela). Ainda nesse trabalho, os autores retomam a questão da polarização, afirmando novamente que se houve clara tendência de polarização nos anos 1990, o padrão dos anos 2000 seria outro, evidenciado pela estrutura ocupacional da RMSP. O que esta distinta metodologia evidencia, entretanto, é apenas uma melhora relativa no quadro dos anos 2000, quando comparado ao dos anos 1990. Nesse esforço que capta detalhamentos sobre o fluxo da criação de empregos, fica patente que os empregos criados na década de 1990 possuíam rendimentos relativamente piores, por vezes mantendo as pessoas abaixo da linha da pobreza. Os postos de trabalho criados nos anos 2000, por outro lado, corresponderam à renda domiciliar per capita acima da linha de pobreza, em grande parte pela valorização real do salário mínimo e pelo esforço de fiscalização. Assim, “houve queda relativa e absoluta do número de indivíduos pobres e extremamente pobres e as dinâmicas do mercado de trabalho atuaram de forma a favorecer a saída da pobreza” (PRATES & BARBOSA, 2015, p. 97).

Grosso modo, o padrão de criação de empregos nos anos 2000, permitindo a redução do desemprego, se deu em patamares menos baixos de rendimento do que os verificados na década anterior. A distinção entre termos relativos e absolutos nos é bastante cara e, por isso, decidimos afirmar que o padrão dos anos 2000 foi menos pior que o anterior. Sim, houve redução do desemprego. Houve aumento do salário mínimo. Entretanto, os autores parecem por vezes tão investidos na tarefa de questionar um eventual padrão de polarização nos anos 2000 que deixaram de apontar de forma mais contundente algo que nos parece importante: se

nessa década o padrão da criação de empregos (fluxo) foi marcadamente distinto do que se pode associar à polarização – com aumento relativo dos quintis extremos de alta e baixa renda, por outro, mais se aproximou de um eventual padrão de depreciação do emprego¹²³. Isso porque os incrementos se deram especialmente no segundo quinto da renda, seguido pelo primeiro e terceiro, praticamente empatados, enquanto os quintos superiores pouco se alteraram. De maneira geral, reiteramos o mérito de se colocar alguns indicadores em perspectiva: Barbosa & Prates (2015) mostram que o índice de Gini para a Renda na RMSP, tendo passado por trajetória descendente (portanto, atestando menor desigualdade) desde 2005, atingiu, em 2011, o mesmo patamar que se encontrava em 1981. Outros levantamentos vão nesse sentido, de mostrar maior igualdade no mercado de trabalho nos anos 2000. Dados da PED organizados pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Câmara de São Paulo (CTEO) comparam, para os anos de 1995 e 2015, a distribuição das massas de rendimentos dos ocupados na RMSP.

Gráfico 3.05 Distribuição da massa de rendimentos dos Ocupados – RMSP, 1995 e 2015



Fonte: PED –DIEESE/ SEADE. Elaboração: CTEO.

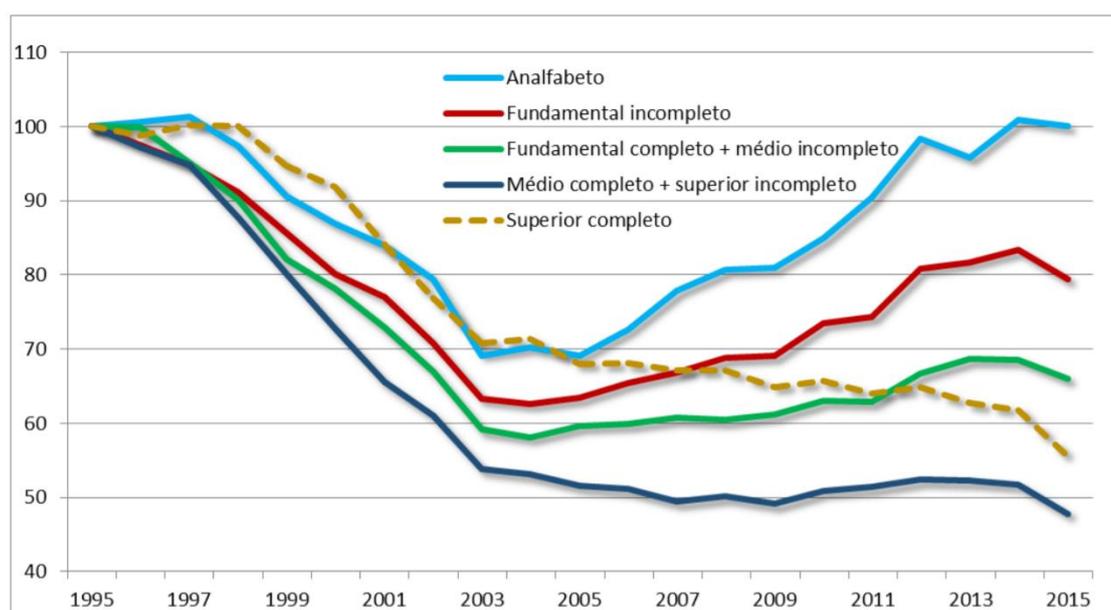
No gráfico, quanto mais próxima da reta de 45° for a curva, mais igualitária é a distribuição dos rendimentos dos ocupados, indicando que uma determinada parcela dos ocupados detém igual proporção da renda. A linha azul, representando dados de 2015, aproxima-se mais da reta em questão do que a linha vermelha, de 1995. Note-se que a

¹²³ Ver Marques (2015), p. 91 para os padrões hipotéticos exemplificados e p. 92 para os dados que comentamos.

tendência é muito menos clara nesse sentido para os decis extremos dos 10% mais pobres e 10% mais ricos. Essa maior igualdade, entretanto, ocorreu, como já vimos, num contexto de redução dos rendimentos dos ocupados. Dessa forma, parcela da população, especialmente a que ganha um salário mínimo ou próximo disso, teve seu rendimento aumentado ao passo que, no sentido geral, o rendimento médio real retraiu-se cerca de 16%. O saldo se expressa na forma estatística como um aumento da igualdade no mercado de trabalho, escondendo algumas dinâmicas próprias.

O gráfico 3.06 apresenta a variação relativa com base em 1995 do rendimento médio real dos ocupados, por nível de instrução, na RMSP. Embora o patamar absoluto dos rendimentos auferidos por ocupados com nível superior completo esteja acima dos demais, o que se vê na trajetória relativa é que os rendimentos caem para todos os níveis de instrução, exceção feita a analfabetos. Isso parece verificar-se também quando tomamos o miolo do período, entre 2000 e 2010. Se, por um lado, houve então na década melhora nos indicadores de nível de ensino, com maior acesso ao ensino superior, parecem ter se ampliado também os requisitos de mercado, ao mesmo tempo em que se reduziram os rendimentos associados ao grau de instrução. A queda foi relativamente mais acentuada para os níveis mais altos: superior completo e incompleto, principalmente para esse último.

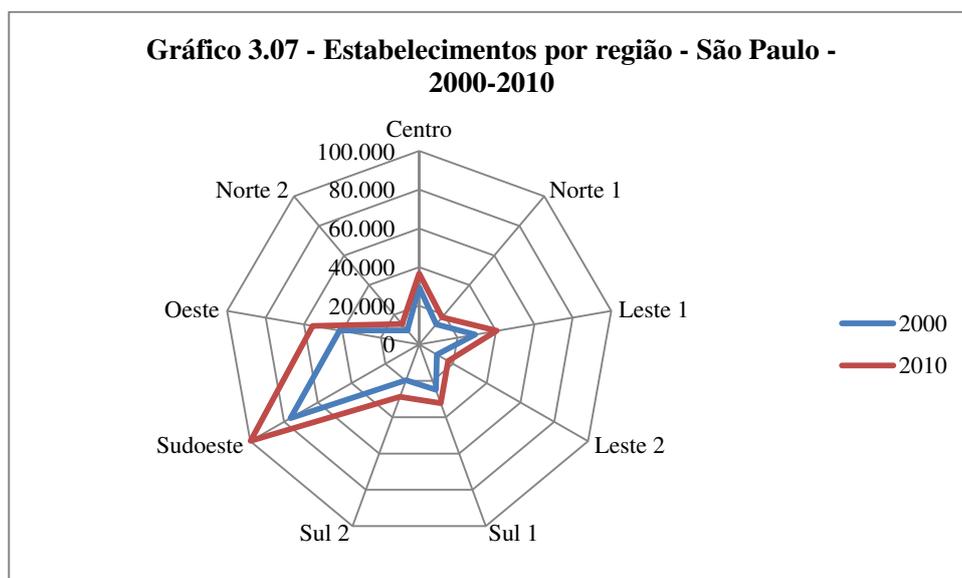
Gráfico 3.06 Evolução do rendimento médio real (1995=100) dos ocupados por nível de instrução – RMSP 1995-2015



Fonte: PED –DIEESE/ SEADE. Elaboração: CTEO.

Avançando nas considerações sobre o emprego em São Paulo, faremos uso dos dados do Ministério do Trabalho e do Emprego – especificamente de informações trazidas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Por um lado, dispomos, através do seu uso, da possibilidade de especializar suas informações e dar sequência ao estudo das tendências de localização e segregação na cidade, de modo similar ao feito com os responsáveis por domicílios por faixa de renda. Por outro, é preciso ressaltar que o uso de dados da RAIS costuma subdimensionar a dinâmica característica dos setores de baixa renda, por tomar informações apenas de emprego formal. Com isso, informações sobre aqueles serviços típicos de baixa renda – serviços domésticos, limpeza, comércio informal, faz-tudo, reparos etc. – ficam diluídos ou ocultos. Outra questão digna de nota refere-se à localização de estabelecimentos e empregos segundo essa fonte de dados. As informações constantes na RAIS situam um determinado posto de trabalho na sede de uma empresa e não necessariamente no local efetivo de trabalho (podendo ou não ser coincidentes). Dessa forma, é possível encontrar atividades agropecuárias aparentando localizar-se no Centro de São Paulo, por exemplo. O que se tem é a sede de uma empresa que atua no setor instalada naquela região. Esse tipo de cuidado é necessário ao se fazer a análise e interpretar os dados.

Os Gráficos 3.07 e 3.08 ilustram o padrão de distribuição, nas oito regiões e destacado do Sudoeste, de estabelecimentos e empregos a partir dos dados da RAIS para os anos de 2000 e 2010, na cidade de São Paulo. O número de estabelecimentos aumentou 36,3% nesse período, de um total de 178.165 para 242.900. O volume de empregos, por sua vez, cresceu 66,5% no mesmo período, saindo de 2.345.294 para 3.905.144 postos de trabalho formais.

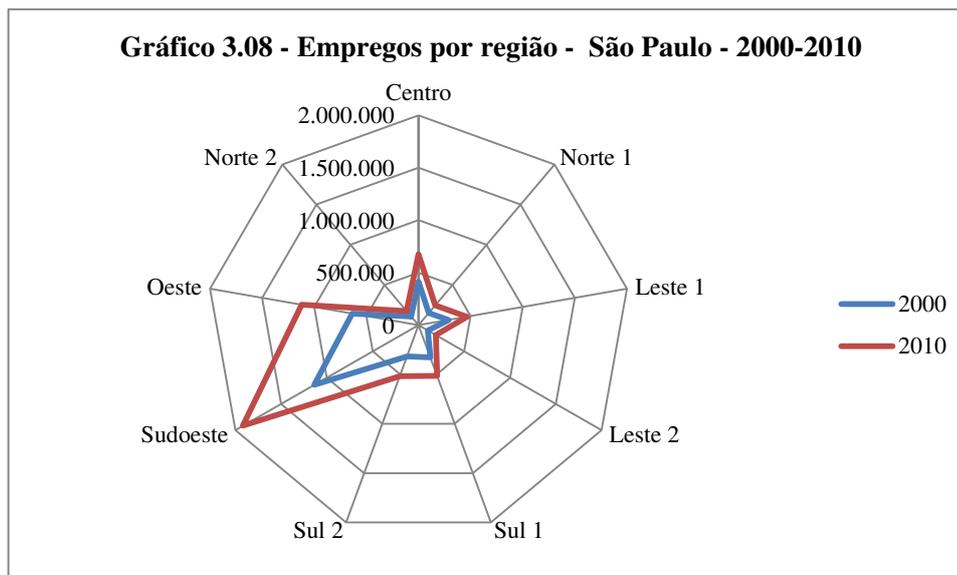


Fonte: MTE – RAIS. Elaboração Própria.

O polígono delimitado pelas informações de estabelecimentos atesta a prevalência das regiões Leste 1, Sul 1 e Centro, mas notadamente Oeste para sua localização. Na comparação entre 2000 e 2010, fica nítido o sentido de expansão preferido, particularmente a Oeste, mas também para o Sul 2 e Leste 1 e em menor grau para o Sul 1. Curiosamente, o Quadrante Sudoeste, que em 2000 contava com elevados 42,8% dos estabelecimentos em seus distritos, passou a abrigar 41,1% desse total em 2010. Isso significa que o incremento de estabelecimentos foi levemente superior fora dos 21 distritos que o integram. Essa pequena redução, entretanto, não viu contrapartida na dinâmica de empregos formais na cidade, por sinal, ainda mais concentrados no Sudoeste do que os estabelecimentos. Em 2000, esse destacado contava com 48,5% dos empregos de São Paulo e 10 anos depois passaria a concentrar 49,1% dos postos de trabalho.

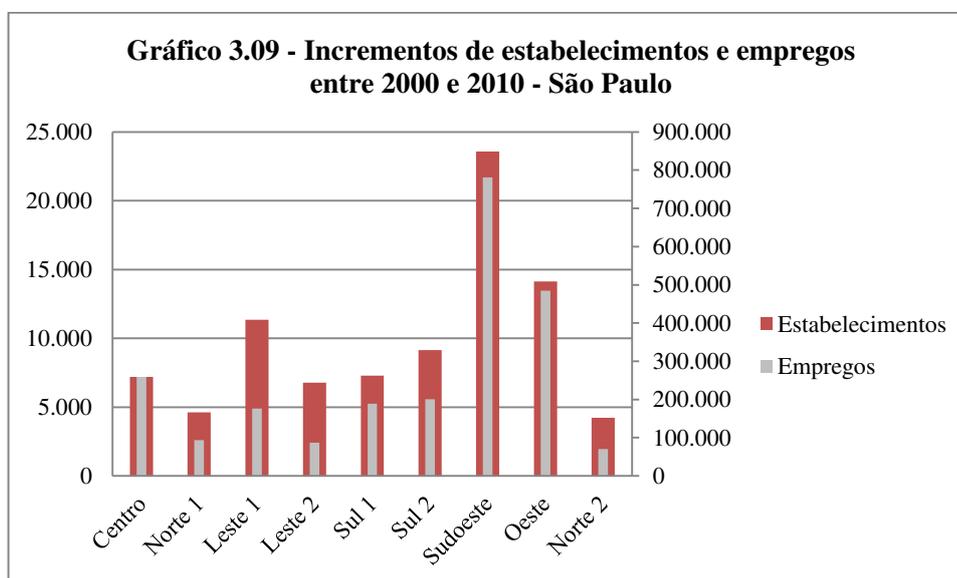
Conforme esperado, o padrão de localização dos empregos foi muito similar ao dos estabelecimentos. A região Leste 1, que em 2000 contava com a terceira maior quantidade de estabelecimentos (16,3%), levemente atrás do Centro (16,5%) e da região Oeste (23,2%), se tornaria a segunda mais expressiva nesse quesito em 2010 com 16,6%. Por sua vez, em termos de empregos, abrigava somente a quinta maior parcela com 12,4% em 2000 – atrás das regiões Oeste (27,2%), Centro (17,1%), Sul 1 (13,9%) e Sul 2 (13,4%). Ainda que tenha mantido a quinta posição 10 anos depois, a região Leste 1 assistiu sua participação relativa nesse total sofrer leve retração, para 12%. O relativo ganho em termos de estabelecimentos, portanto, não se traduziu numa ampliação proporcional dos empregos da região.

As diferenças básicas entre os polígonos representando empregos e estabelecimentos estão justamente na maior participação relativa de Centro, Sul 1, Sul 2 e Oeste no total de empregos em relação ao somatório de estabelecimentos na cidade (regiões que reúnem os distritos do Sudoeste). A expansão de ambos se deu especialmente para o Oeste, embora em termos de emprego, a expansão experimentada pelo Centro, Sul 1 e Sul 2 tenha sido superior a aquela do Leste 1.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

O Gráfico 3.09 apresenta os incrementos, entre 2000 e 2010, para as diferentes regiões e o destacado do Sudoeste no número de estabelecimentos (em vermelho) e empregos (em cinza), em termos absolutos. O eixo da esquerda refere-se ao número de estabelecimentos adicionais, enquanto o eixo da direita ao número de empregos.

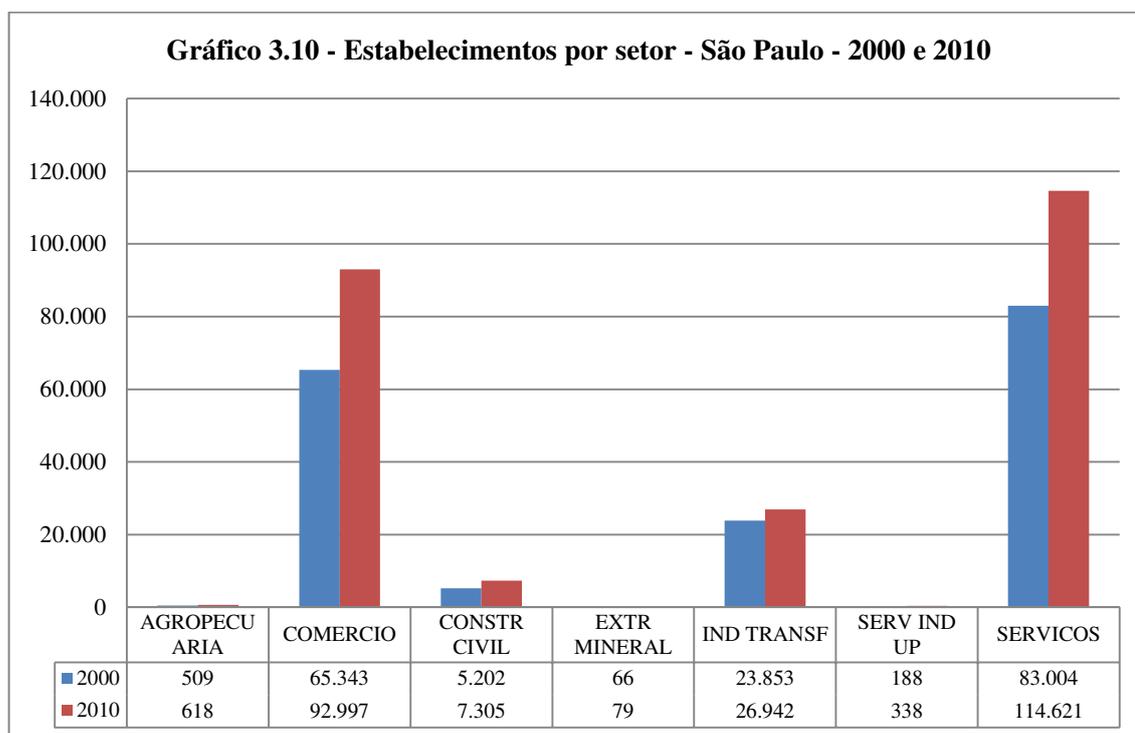


Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

Como se pode atestar, a dinâmica foi notadamente menos acentuada para o Norte 1, Norte 2 e Leste 2, especialmente quando tomamos os números relativos a emprego. Assim como se sucedeu para o Leste 1, a região Leste 2 mostrou descompasso entre a dinâmica de estabelecimentos e de empregos. Numa comparação com o Sul 1, o incremento em termos de

estabelecimentos foi bastante similar. Entretanto, ao tomarmos os incrementos em postos de trabalho formal, o aumento ficou restrito a menos da metade, tendo sido de 188.758, no Sul 1, frente a 87.049, no Leste 2. Uma informação digna de nota, trazida em publicação comemorativa dos 30 anos da PED – DIEESE/SEADE, é a de que entre 1985 e 2014 os maiores rendimentos médios dos ocupados permaneceram nas mesmas regiões: Oeste, Centro e Sul 1, respectivamente, regiões que abrigam predominantemente os distritos do Quadrante Sudoeste.

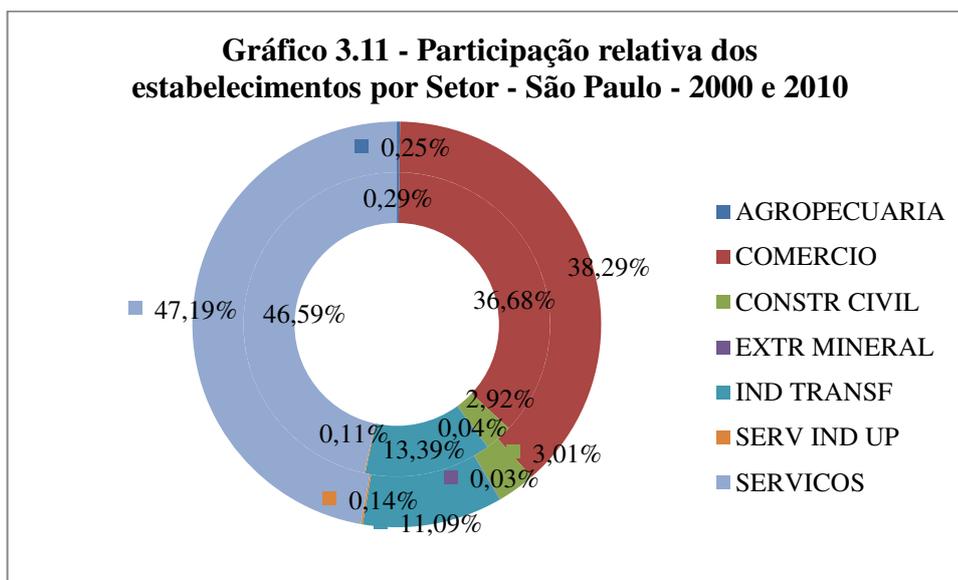
No tocante aos setores, todos experimentaram incremento no número de estabelecimentos, tendo sido o crescimento mais pronunciado para Serviços e Comércio. As alterações, dessa forma, nas participações relativas ocorreram num contexto geral de expansão.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

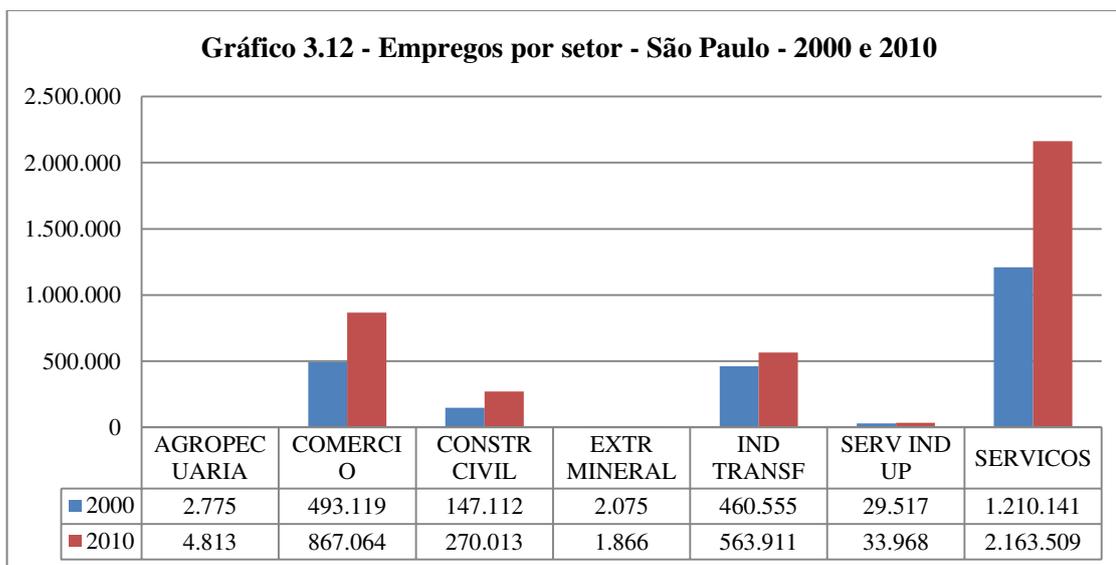
As posições relativas ocupadas por cada setor em termos de contribuição no total de estabelecimentos não passaram por alterações. Embora a Indústria de Transformação tenha visto seu número de estabelecimentos aumentar, o crescimento foi relativamente inferior ao da Construção Civil. Assim, esse último ampliou sua participação relativa, assim como se sucedeu com Serviços e Comércio (e os Serviços Industriais de Utilidade Pública), dando continuidade à tendência histórica de perda de expressão relativa da Indústria de

Transformação no município. O gráfico 3.11 traz as participações relativas dos estabelecimentos por setor para os anos de 2000 (anel interior) e de 2010 (anel exterior). Enquanto a Indústria de Transformação passou por redução relativa no total de estabelecimentos, de 13,39% para 11,09%, nesses 10 anos, o Comércio alterou a sua de 36,68% para 38,29%, tendo experimentado o maior ganho (relativo) entre todos os setores.



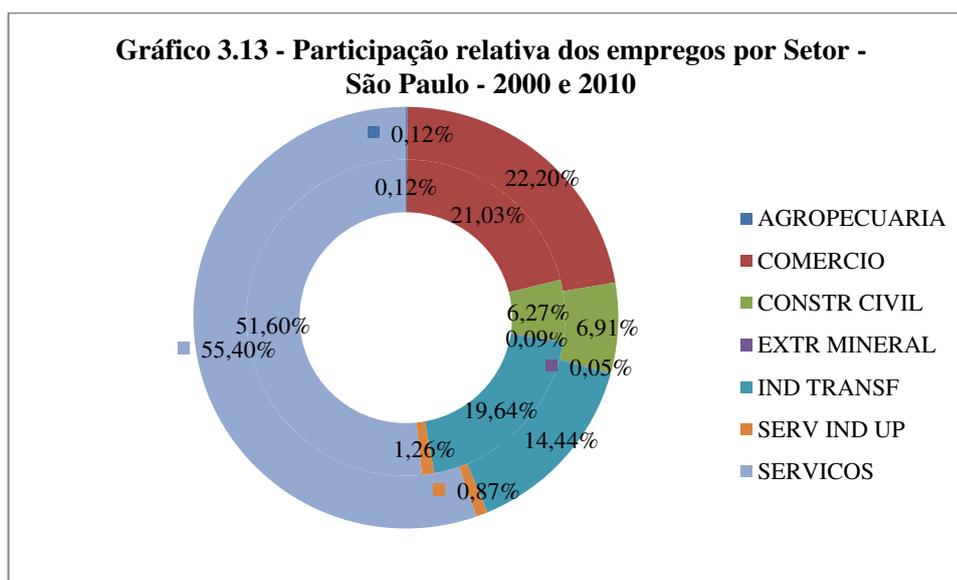
Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

Em conjunto com a Indústria de Transformação, a Agropecuária e a Indústria Extrativa Mineral também passaram por redução relativa de estabelecimentos, mesmo que em menor monta.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

Se, por sua vez, tomarmos os empregos, apenas a Indústria Extrativa Mineral apresentou redução absoluta de postos de trabalho, entre 2000 e 2010. Assim como ocorreu para os estabelecimentos, não houve alteração nas posições dos setores que possuem maior peso no total de empregos. Ainda em concordância, Serviços, Comércio e Construção Civil tiveram sua participação relativa ampliada, confirmando também para os empregos a redução da expressão relativa da Indústria de Transformação na cidade. Diferentemente, entretanto, do que se verificou para os estabelecimentos, a expansão da Construção civil, em termos de empregos, não foi apenas relativamente maior do que a da Indústria de Transformação, mas também em números absolutos – 103.356 dessa última frente a 122.901 da primeira. A expansão relativa dos empregos na Construção Civil só não foi maior, assim como a do Comércio, por conta da forte expansão experimentada pelo setor de Serviços: quase dobrou entre 2000 e 2010, passando de 1.210.141 para 2.163.509 postos de trabalho. Com isso, o setor teve sua participação relativa ampliada de 51,6% para 55,4%.



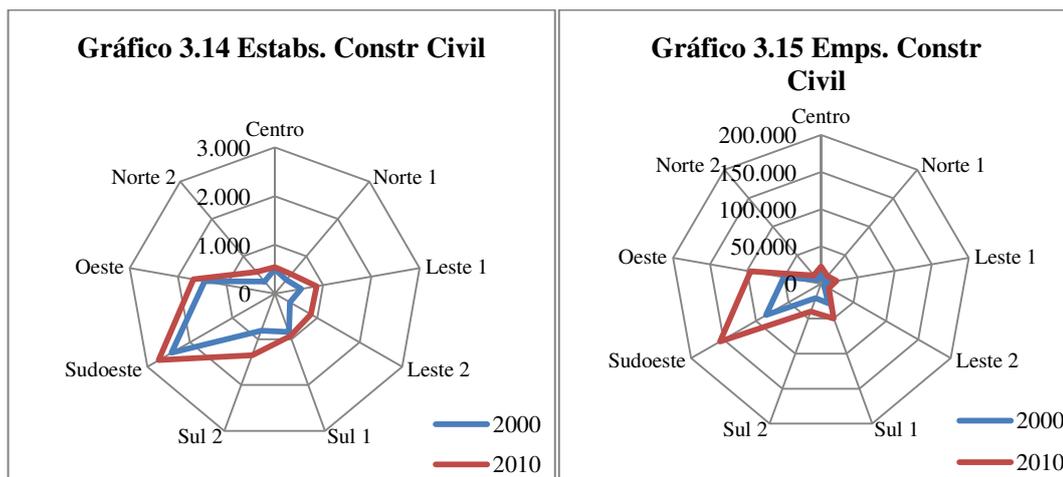
Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

O Comércio ampliou de 21,03% para 22,20% sua participação no total de empregos em São Paulo, enquanto para a Construção Civil esse aumento foi apenas de 6,27% para 6,91%. A Indústria de Transformação, enquanto isso, reduziu de 19,64% para 14,44%.

O descompasso registrado entre o número de estabelecimentos novos e o incremento no número de postos de trabalho formal, em particular na região Leste 1, ganha uma nova expressão ao olharmos as tendências de localização por setor para ambas variáveis. Apresentamos, na sequência, as tendências para os quatro setores mais representativos na

capital paulista. Essa seleção se justifica pela diferença em termos de expressão absoluta e relativa desses setores para os de Serviços Industriais de Utilidade Pública, mas especialmente para Agropecuária e Indústria Extrativa Mineral.

Dessa maneira, os gráficos 3.14 e 3.15 apresentam a distribuição para as regiões da cidade e o destacado do Sudoeste de tanto estabelecimentos quanto empregos, lado a lado, para os anos de 2000 e 2010.



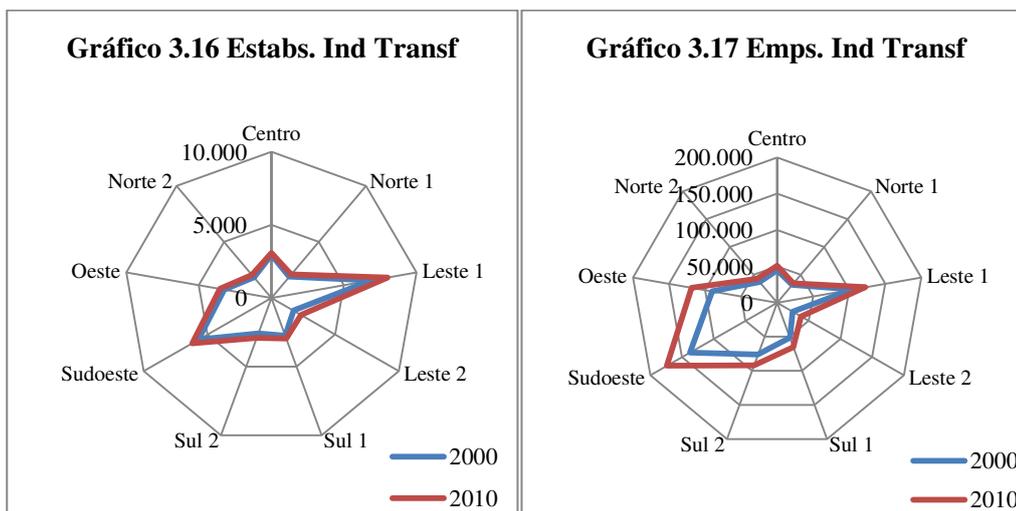
Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

O quarto setor com a maior representatividade relativa para o número de estabelecimentos e empregos no município de São Paulo, a Construção Civil localiza-se com preferência nas regiões Oeste, Sul 1 e Sul 2. Como se vê nos gráficos, a dinâmica de expansão dessas duas variáveis deu-se de forma espacialmente distinta para o período analisado. Enquanto os empregos reforçaram o padrão de localização a Oeste e Sul, os estabelecimentos se expandiram para as regiões Leste 1, Leste 2 e Sul 2. Com isso, o Sudoeste, que em 2000 detinha 46,7% dos estabelecimentos do setor, passou a contar com 37,4%, em 2010. Não obstante, ampliou levemente a sua participação no tocante aos empregos do setor, de 57,3% para 57,6%.

A Indústria de Transformação, por sua vez, foi o setor que mais perdeu participação relativa em termos de estabelecimentos e empregos no período. Sua maior expressão foi na região Leste 1. Os estabelecimentos apresentam-se ainda mais concentrados do que os empregos, com as regiões Oeste, Sul 2 e Sul 1 concentrando parcelas relevantes, especialmente em relação ao emprego. Esse é o setor cuja concentração no Sudoeste possui menor expressão, tendo, ademais, sua participação para os estabelecimentos caído, entre 2000

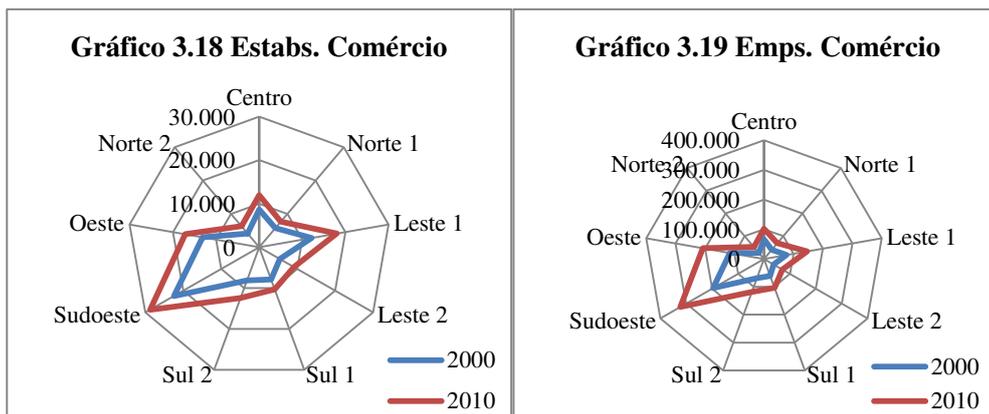
e 2010, graças à expansão à Leste. Passou de 23,9% para 23,0%. Essa queda se deu em conjunto com o aumento relativo da concentração no Sudoeste dos empregos de 29,9% para 30,8%, tendo o Oeste, Sul 2 e Sul 1, além de Leste 2 se apresentado como as regiões para onde principalmente expandiram-se os empregos do setor.

Parcela importante do descompasso identificado entre a expansão de estabelecimentos e de empregos na região Leste 1 está ligada ao setor da Indústria de Transformação. O setor em que a região possui participação destacada foi justamente aquele em que o emprego cresceu em média menos do que no restante do município como um todo (17,8% frente a 22,4%), ao passo que em termos de estabelecimentos a região apresentou médias setoriais positivas e superiores às do município – exceção feita para a Extrativa Mineral e Serviços de Utilidade Pública, de diminuta expressão relativa e absoluta.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

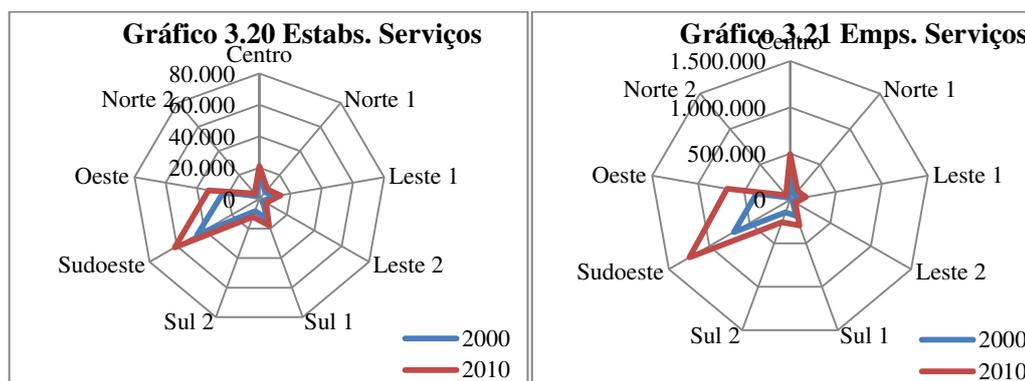
O Comércio foi o setor relativamente melhor distribuído pelas regiões de São Paulo. Apresentou entre os setores os menores diferenciais relativos de participação de cada região no seu total. Tanto em termos de estabelecimentos, quanto empregos, a região Oeste é a mais expressiva, mas Leste 1, Sul 2 e Sul 1, além do Centro, possuem participações relevantes. Embora a região Leste 1 tenha sido a que mais recebeu estabelecimentos desse setor entre 2000 e 2010, os empregos ampliaram-se preferencialmente no sentido Oeste.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

O Sudoeste concentrava, ainda, 34,4% dos estabelecimentos e 39,9% dos empregos comerciais em 2000. Em 2010, para ambos, as proporções detidas por esse conjunto de 21 distritos eram menos expressivas: 30,9% para estabelecimentos ao passo que se reduziu para 37,2% a concentração ali dos empregos no Comércio.

Por fim, o setor de maior expressão em número de estabelecimentos e empregos na capital paulista, o de Serviços, é também aquele com maior concentração nos distritos do Quadrante Sudoeste. Essa tendência não foi alterada em 10 anos no que tange os empregos formais, mantendo ali mais da metade dos empregos desse setor (57,6%). Se tomarmos os estabelecimentos, a tendência verificada foi de desconcentração, mas, ainda assim, com proporção superior à metade situada no Sudoeste. Passou de 54,6%, em 2000, para 53,8%, em 2010.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

A região Oeste é aquela que mais concentra estabelecimentos e empregos de Serviços, com o Centro e Sul 1 tendo expressão considerável – regiões que cedem muitos distritos ao

destacado do Sudoeste. Da mesma forma que se pode averiguar para os demais setores, entre 2000 e 2010, a expansão dos empregos se deu no sentido Oeste, majoritariamente.

Tabela 3.11 - Concentração Relativa dos estabelecimentos e empregos no Sudoeste, principais setores - São Paulo - 2000 e 2010 (%)

	Comércio		C. Civil		Ind. Transf.		Serviços		Total Geral	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<u>Estabelecimentos</u>										
Fora do Sudoeste	65,6	69,1	53,3	62,6	76,1	77,0	45,4	46,2	57,2	58,9
Sudoeste	34,4	30,9	46,7	37,4	23,9	23,0	54,6	53,8	42,8	41,1
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>Empregos</u>										
Fora do Sudoeste	60,1	62,8	42,7	42,4	70,1	69,2	42,4	42,4	51,5	50,9
Sudoeste	39,9	37,2	57,3	57,6	29,9	30,8	57,6	57,6	48,5	49,1
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

Para o período de 10 anos adotado na análise, em termos gerais, houve pequenos movimentos de alteração na estrutura e distribuição locacional por setores. Enquanto para os estabelecimentos a tendência foi de leve desconcentração, com o Sudoeste passando a contar com 41,1% dos estabelecimentos de São Paulo, uma proporção, todavia, ainda elevada, os empregos seguiram a tendência de concentração. O Sudoeste ampliou de 48,5% para 49,1% sua parcela de empregos formais na capital. Construção Civil e Serviços foram os setores com maior concentração relativa, enquanto a Indústria de Transformação e o Comércio foram os que apresentaram menores parcelas concentradas nos 21 distritos que conformam o Quadrante Sudoeste.

Marques, Barbosa & Prates (2015) identificam para a RMSP que a Indústria passou de cerca de um terço dos ocupados para um quinto, entre 1991 e 2010. Essa redução foi mais intensa entre 1991 e 2000 e pouco guarda relação com o processo de desindustrialização. Esse movimento em parte se explica pela desconcentração regional da indústria, processo descrito por Cano (2008) que é responsável pela transferência de estabelecimentos e empregos industriais saídos da capital rumo ao interior do estado, ou até mesmo outras unidades da Federação. Em conjunção, o período é marcado por transformações relevantes por conta da reestruturação produtiva, intensificada a partir da década de 1990. Dessa maneira, o setor de Serviços passou a registrar também incrementos que poderiam ser considerados meramente estatísticos, uma vez que em verdade se tratam de empregos previamente alocados na indústria, mas que agora figuram em outro setor graças à terceirização, *outsourcing* e outras estratégias, e não novos postos de trabalho. Parte do incremento registrado pelo setor,

portanto, não se configura necessariamente numa capacidade produtiva adicional, nesse sentido, mas realocação ou desmembramentos. São Paulo passou a concentrar, por vezes, as atividades de gerenciamento, controle, coordenação e desenvolvimento de atividades industriais que se deslocaram. Isso se ilustra no destaque feito pelos autores supracitados aos serviços prestados a empresas, ligados à terceirização e ao agenciamento.

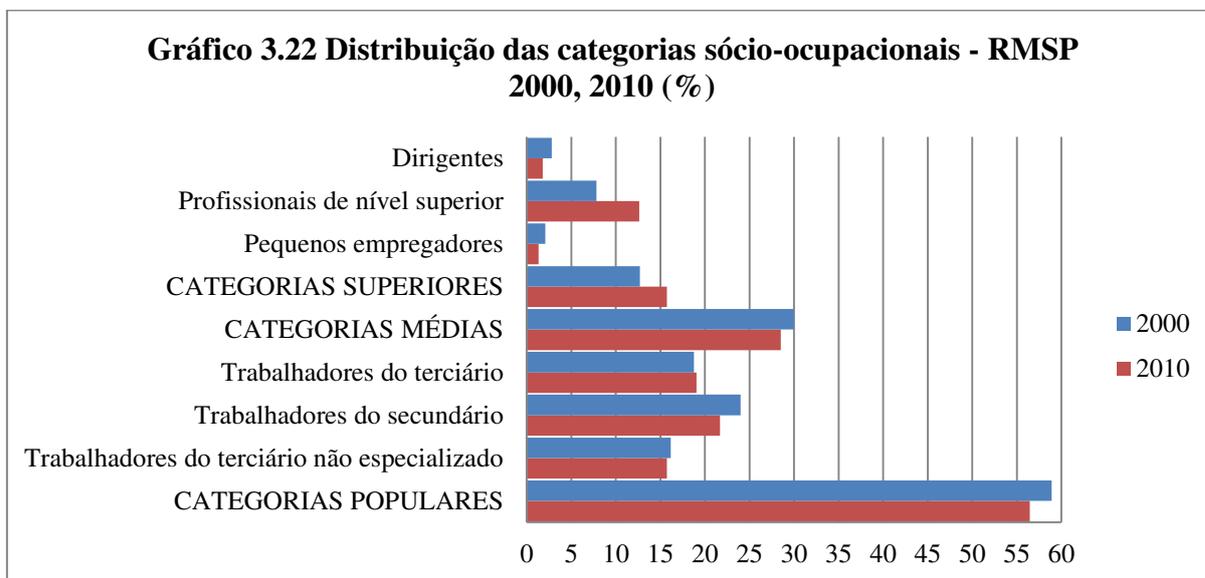
Dias e Serrao (2015) veem esse processo de ampliação do setor de serviços como heterogêneo. Sem negar a existência e crescimento de serviços de ponta, financeiros, tecnológicos ou culturais, identificam, todavia, um vetor contundente de deterioração das condições de trabalho¹²⁴, em sua maior parte. Se para os serviços dinâmicos de alta renda podemos associar imagens de liberdade e autonomia no exercício do trabalho, o que sintetizaria os efeitos sobre a maior parte dos trabalhadores seria a precarização. Ao olharmos a coletânea de indicadores de mercado de trabalho que apresentamos, podemos entender num mesmo plano multifacetado o aumento dos trabalhadores não manuais de rotina de nível baixo (das categorias EGP), a ampliação do grau de instrução com aumento do número de ocupados com nível superior, a ampliação da ocupação no setor terciário e redução relativa no secundário e a queda nos níveis de rendimento. São partes do mesmo processo. Dias e Serrao (2015) mostram claramente isso, apresentando que os rendimentos médios dos trabalhadores no setor de serviços e no comércio eram inferiores aos verificados na indústria, 11,5% e 37,3%, respectivamente.

Esse quadro fortalece nossa suspeita de problemas no emprego e interpretação das categorias EGP aplicados ao longo dos capítulos de Marques (2015). Em particular da visão de que os trabalhadores não manuais de rotina de nível baixo serviriam como lastro para negação da hipótese de polarização e de uma relativa melhora nos padrões ocupacionais ao longo da década de 2000. Parece claro, pelo exposto até aqui, que a “troca” de categorias manuais por essa não pode ser tomada como vetor de melhora. O uso mais criterioso de indicadores ligados à renda (apresentados, mas estranhamente relevados) poderia ter dado subsídio para esse entendimento em primeiro lugar.

Pasternak & Bógus (2015) promovem uma investigação sobre o padrão de segregação na RMSB entre 1980 e 2010. Há muitas semelhanças, em termos gerais, dos procedimentos empregados na sua análise com a empregada em diversos capítulos de Marques (2015): fazem

¹²⁴ Apontam fenômenos como a terceirização, flexibilização da CLT, descaracterização da relação de trabalho com contratação de CNPJ, entre outros, todos no mesmo sentido de piora da situação do trabalhador, traduzindo-se, inclusive, em rendimentos mais baixos.

uso dos dados dos Censos¹²⁵, aplicando uma compatibilização com categorias ocupacionais, especializando esse esforço. Ao invés das categorias EGP, optam pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹²⁶. O Gráfico 3.22 traz uma comparação para os anos de 2000 e 2010 das composições relativas por essa metodologia.



Fonte: Observatório das Metrôpoles a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Elaboração própria.

Os rótulos em caixa alta (“categorias superiores”, “médias” e “populares”) são subtotaís, somatória das categorias dispostas imediatamente acima no gráfico. As subcategorias que fazem parte das categorias médias não estavam abertas nos dados originaís. Omitimos aqui os dados para as ocupações agrícolas, de baixíssima expressão (inferior a 0,7%). As classes superiores passaram por expansão no período. Isso porque a expansão dos Profissionais de nível superior (de aproximadamente 5 p.p.) – que já era a principal categoria do grupo – compensou com folga as quedas relativas de dirigentes (1 p.p.) e pequenos empregadores (0,7 p.p.). Da mesma forma que já apontamos, lembram que a ampliação dos profissionais de nível superior não se deu com aumento de rendimento, pelo contrário, e num contexto de aumento dos requisitos de mercado para contratações no tocante ao grau de instrução. As autoras propõem que a queda de pequenos empregadores pode estar associada à mudança na classificação dessa categoria e lançam hipóteses sobre o ocorrido com os dirigentes, em queda desde a década de 1990, passando pela interiorização da indústria,

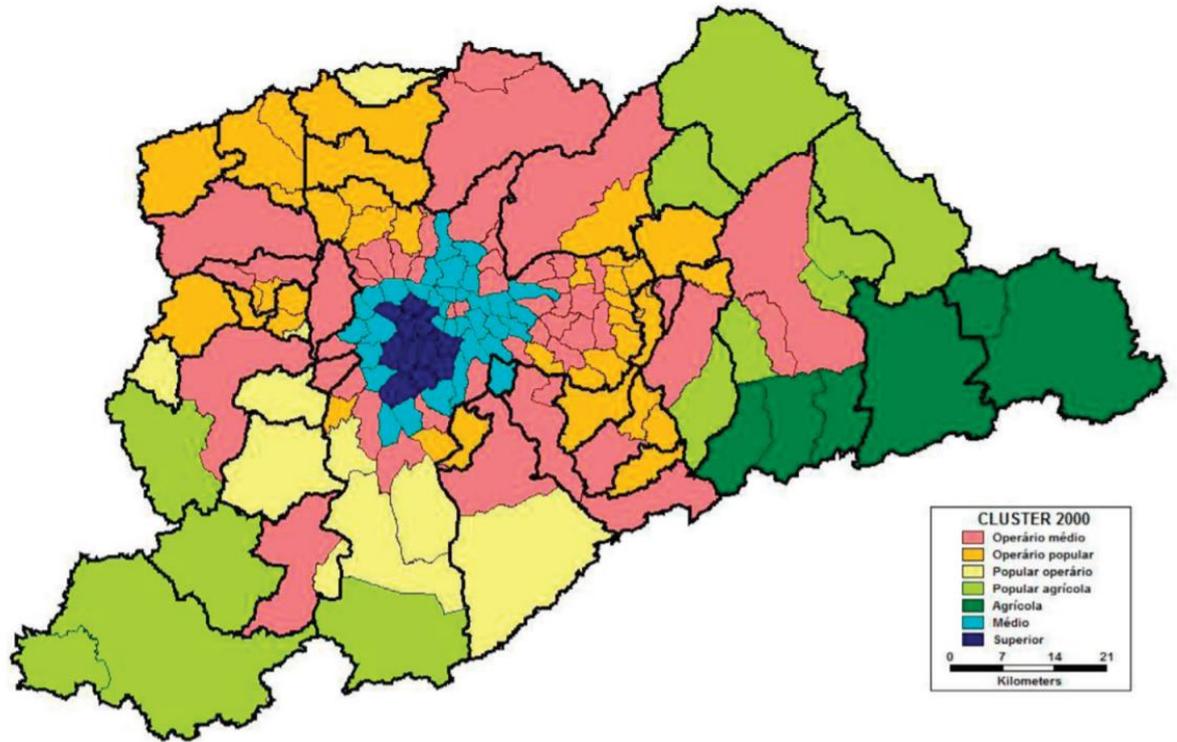
¹²⁵ Apontam, inclusive, diversas dimensões pertinentes das incompatibilidades entre dados dos censos, tomando o cuidado de promover comparações apenas entre dados censitários em que se pôde promover ajustes.

¹²⁶ Para uma descrição detalhada, ver PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. (2015, p. 115).

fechamento de empreendimentos, fusões e aquisições. Importante notar que apesar da referência distinta, atestaram, como Marques (2015), a ampliação dos profissionais (no caso, de nível superior). As categorias médias se retraíram (cerca de 1,5 p.p.), assim como ocorreu para as categorias populares, em que apenas os trabalhadores do terciário se expandiram (em grande parte por conta do comércio, uma vez que caiu a proporção de ocupados em serviços especializado, apontam). Os trabalhadores da indústria, em queda desde a década de 1980, mantiveram essa tendência. Atestam, assim, as tendências de profissionalização e terceirização da estrutura ocupacional metropolitana, embora apontem uma piora relativa na composição, especialmente enxergando na terceirização a troca de empregos industriais estruturados por serviços no comércio, com condições e rendimentos mais precários. Adicionalmente, a profissionalização se deu num contexto de perda de rendimentos, um indicador de grande centralidade.

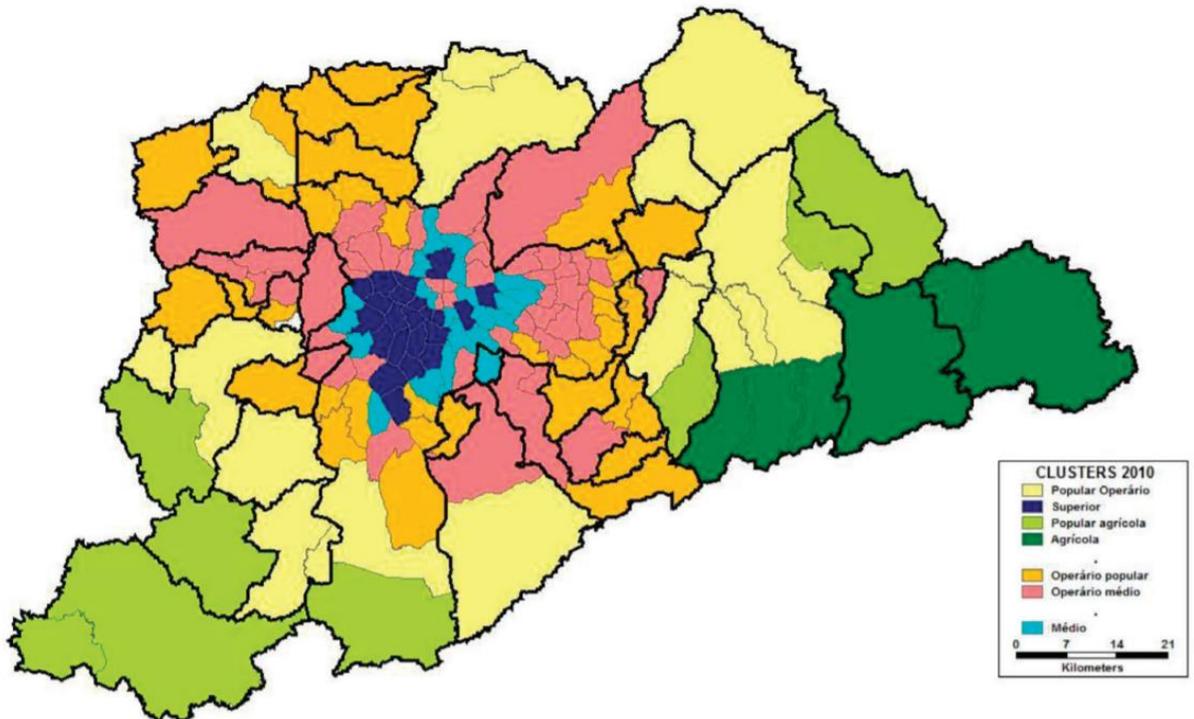
Outro esforço similar ao de Marques (2015) consiste na espacialização a partir de tipologias de predominância de características. Na comparação entre 2000 e 2010, contudo, optaram por usar distritos (por questão de incompatibilidade nos censos). Essa sistematização consta nos mapas 3.03 e 3.04. Para ambos os anos, o “tipo modal” foi o operário popular – cuja composição conta predominantemente com ocupados na indústria moderna e serviços auxiliares. No ano de 2000, esse tipo contava com 60 distritos, 7,29 milhões de pessoas, ou 40,36% da população total da RMSP. Em 2010, manteve-se o mesmo tipo, mas com 63 distritos, correspondendo a 9,59 milhões de pessoas e 48,53% da população total. O segundo tipo mais numeroso foi o popular operário (composto por ocupados com maior proporção da construção civil e serviços não especializados).

Mapa 3.03 Distribuição das áreas homogêneas por distritos na RMSP, 2000



Fonte: Pasternak & Bógus (2015).

Mapa 3.04 Distribuição das áreas homogêneas por distritos na RMSP, 2010



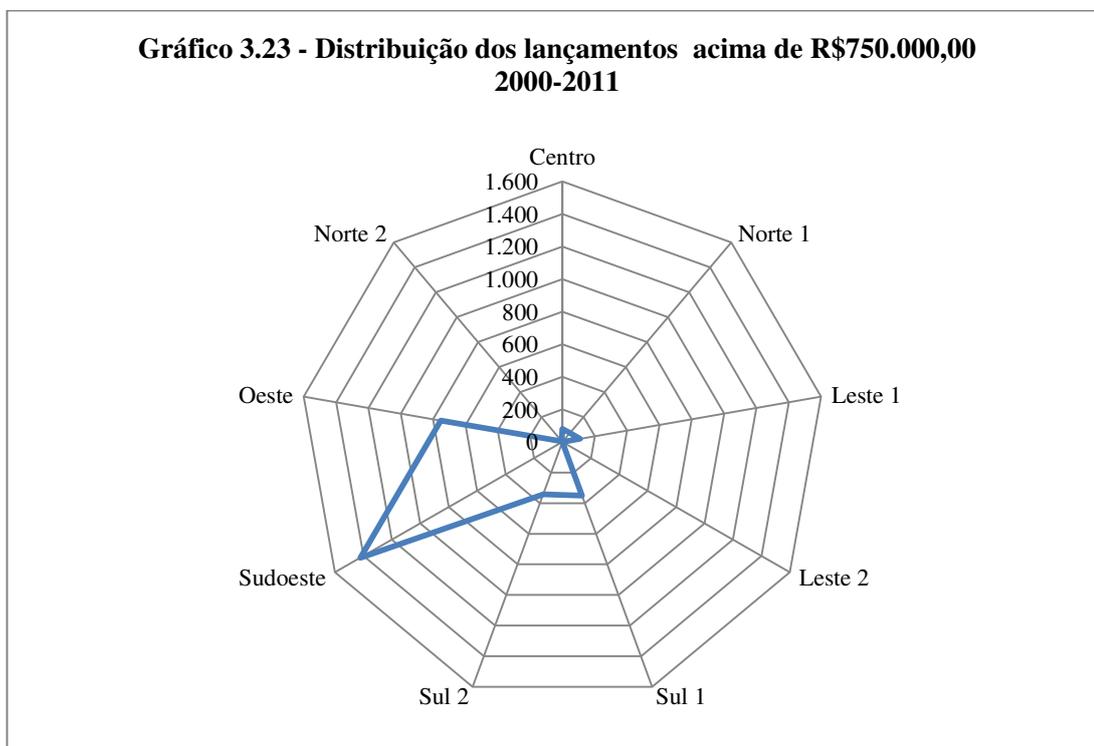
Fonte: Pasternak & Bógus (2015).

O exercício comparativo entre os tipos para os anos de 2000 e 2010 retornou resultados iguais para 75% dos distritos. As principais mudanças se deram no aumento das áreas superiores, principalmente a partir de áreas previamente consideradas médias. Todas as áreas superiores, tanto em 2000, como em 2010, estavam no município de São Paulo. Ali, o tipo modal também foi diferente do restante da metrópole. Em 2000, o tipo modal era operário médio, tendo passado a operário popular, em 2010, o que as autoras consideram certo rebaixamento. Na RMSP, as áreas médias operárias passaram principalmente a operárias populares. Esse movimento basicamente aponta o aumento das áreas extremas – superiores, por um lado, e operário popular, por outro, refletindo a alteração na estrutura ocupacional a partir das duas principais tendências apontadas, de terceirização e profissionalização. Esse resultado, indicando polarização foi justamente o refutado por Marques (2015), trabalhando, por outra perspectiva ocupacional os mesmos dados do IBGE. A questão da oposição centro × periferia aparece de forma pronunciada nos resultados de Pasternak & Bógus (2015). Em que pese lembrarem que houve melhora sensível nas condições urbanas na periferia metropolitana, na comparação que promovem, indicam que a maior parte das piores relativas na classificação tipológica de distritos se deu ali, ao passo que as melhoras se concentraram no centro/capital. Os avanços foram principalmente no sentido Sudoeste, com o que chamam de “pequenos enclaves” nas zonas Norte e Leste. Esses resultados, além de pesarem em favor de nosso estranhamento em relação a algumas das conclusões de Marques (2015), agregam evidências à nossa hipótese de manutenção do padrão de segregação nos moldes de “setor de coroa”, conforme apontou Villaça (2001). Há elementos importantes que foram aqui colocados, especialmente sobre a estrutura ocupacional, que ficaram de fora da argumentação do urbanista, pesadamente focado no consumo do espaço pelas diferentes classes. Para seu estudo original, a distribuição dos domicílios por rendimento do responsável (ou chefe de família, no censo de 1991) foi elemento forte o suficiente para atestar o padrão. Aqui, graças às consideráveis alterações para esses dados, entre os censos de 2000 e 2010, que apresentamos, optamos por dar mais peso à dinâmica do mercado de trabalho, uma vez que os efeitos sobre as faixas tornou essa comparação pouco conclusiva, captando a concentração de uma parcela mais ainda mais exclusiva em 2010. Na sequência, passaremos ao padrão de localização do mercado imobiliário.

Villaça (2001) aponta que a manutenção das vantagens locacionais e usufruto de serviços e estruturas urbanos por parte das camadas de mais alta renda atuam como grande condicionante da expansão urbana da cidade, no seu sentido Sudoeste, concentrando ali a

produção imobiliária. Se cabe aos principais empreendedores imobiliários a produção de imóveis no processo de expansão e adensamento urbano, esses são fortemente condicionados pela presença e desejos das camadas de alta renda, que conformam a parcela mais privilegiada do mercado de novas habitações.

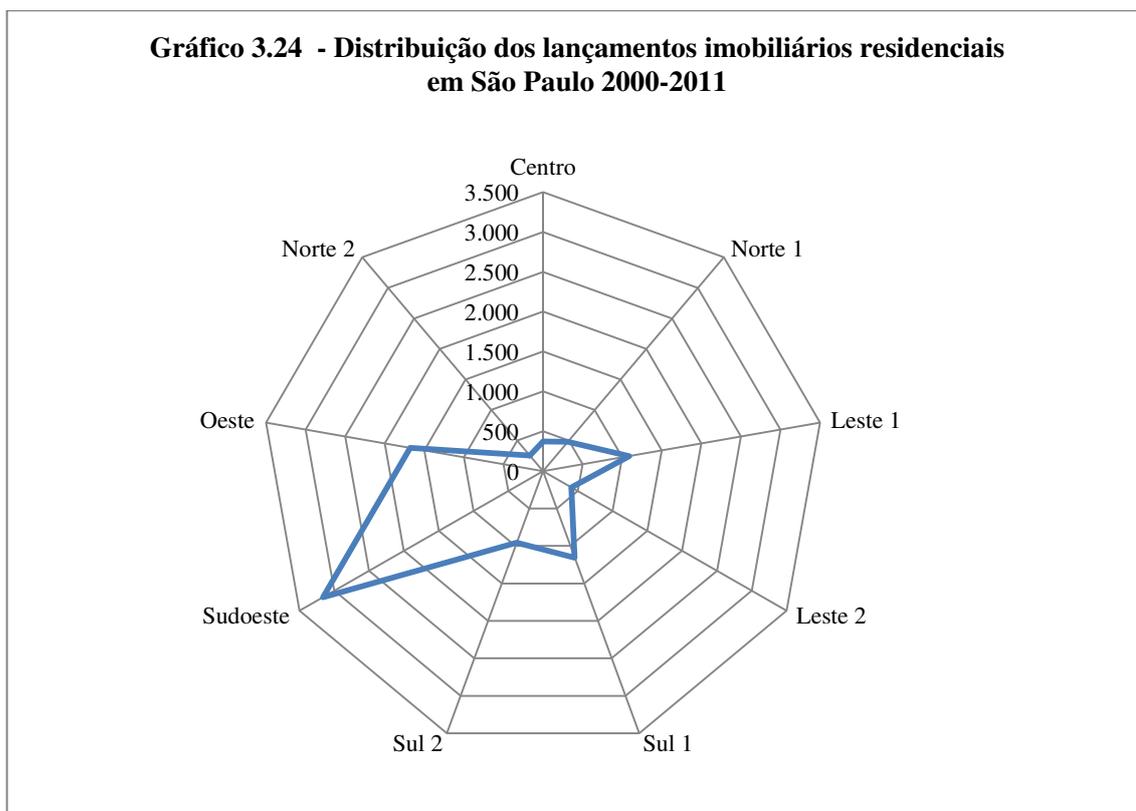
Tendo visto o aumento da concentração relativa das camadas de alta renda na cidade, entre 1991, 2000 e 2010, cabe verificar o ocorrido com a produção imobiliária a fim de testar essa hipótese de Villaça. O Gráfico 3.23 traz a distribuição dos lançamentos imobiliários residenciais, entre 2000 e 2011, com preço superior a R\$750.000,00, para a cidade de São Paulo. A escolha dessa cifra como parâmetro se deu por ser o limite superior do financiamento público para aquisição de imóveis. Nessa faixa de preço atuam os bancos comerciais privados, atendendo especialmente as classes de mais alta renda. Segundo dados do levantamento da EMBRAESP (Empresa Brasileira de Estudos sobre o Patrimônio), disponibilizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM), 83% dos lançamentos residenciais para esse período e faixa de preços estavam localizados nos distritos do Quadrante Sudoeste.



Fonte: EMBRAESP/CEM. Elaboração própria.

Como se pode atestar, os lançamentos acima de R\$750.000,00 estão situados especialmente na Região Oeste da cidade, com expressão relevante também no Sul 1 e Sul 2.

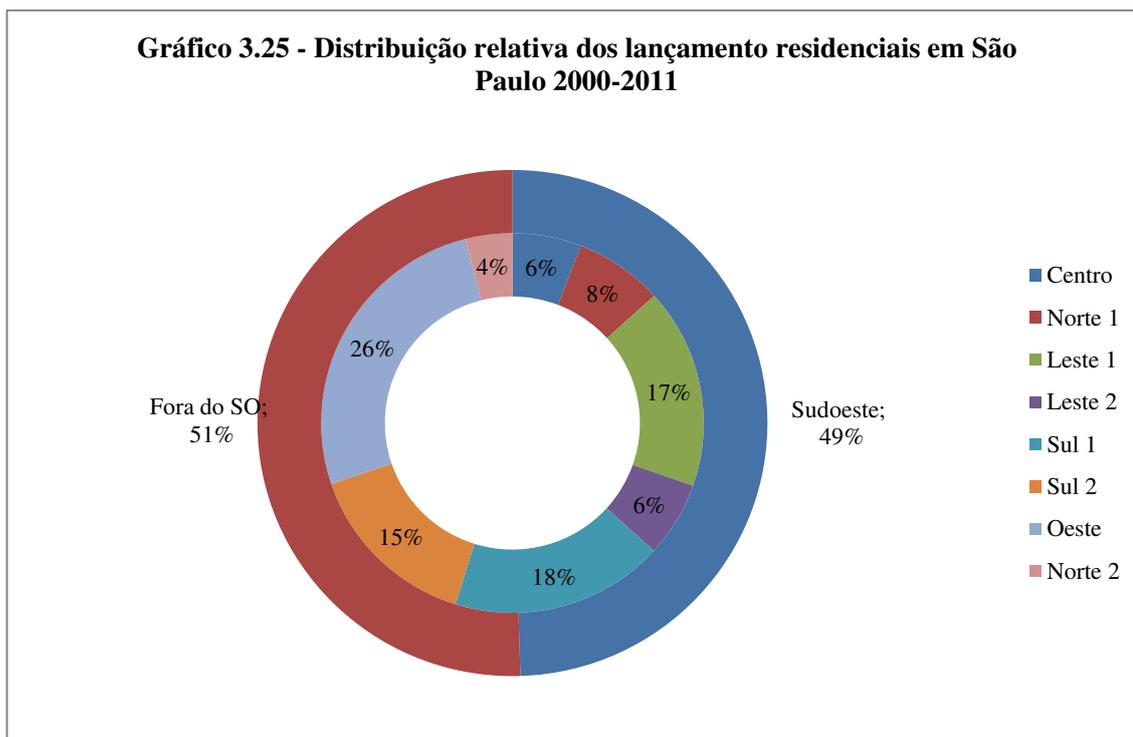
O destacado do Sudoeste (que, vale a lembrança, registra os lançamentos para distritos específicos em diferentes regiões) apresenta grande expressão. O polígono conformado por esses dados demonstra padrão excepcionalmente similar ao verificado para os domicílios por faixa de renda do responsável superior a 20 SMs. Atestando a relevância do papel cumprido pela concentração das classes de alta renda na produção imobiliária da cidade, podemos ainda olhar dados da produção geral de imóveis residenciais e comerciais. Primeiramente, o Gráfico 3.24 traz a informação dos lançamentos residenciais, agora sem o corte colocado pelo valor de piso previamente estabelecido.



Fonte: EMBRAESP/CEM. Elaboração própria.

Como era possível adiantar, sem o corte do alto piso de valor para os imóveis é notável a distribuição menos concentrada no vetor Sudoeste, com o Leste 1 apresentando considerável relevância. Mesmo assim, os componentes desse agregado, as regiões Oeste e Sul 1, seguiram como aquelas que mais receberam lançamentos residenciais, entre 2000 e 2011. De fato, juntas, essas duas regiões abarcaram pouco mais de 40% de todos os lançamentos residenciais no período. Com isso, o agregado de distritos que conforma o Sudoeste atingiu praticamente metade do total dessa mesma série de dados. O gráfico 3.25, dando sequência, mostra a distribuição percentual para todas as regiões assim como para o

agregado do Sudoeste frente ao restante do município. Nele vê-se cerca de um quinto (21,9%) dos distritos da cidade (21 de um total de 96) recebendo a metade do total de lançamentos imobiliários residenciais. O Norte 2, Centro, Leste 2 e Norte 1 foram as regiões que menos receberam lançamentos residenciais e conformam o outro lado desse quadro dinâmico que se vem narrando. De outra maneira, metade das regiões (as supracitadas) concentrou apenas um quarto da produção imobiliária residencial em 11 anos.



Fonte: EMBRAESP/CEM. Elaboração própria.

Nakano (2015) traz alguns elementos adicionais na caracterização desse cenário de lançamentos imobiliários, entre 2000 e 2010. Além de também mostrar a concentração dos lançamentos imobiliários nos distritos do centro antigo e centro expandido (com diversos distritos em comum com o quadrante Sudoeste de Villaça)¹²⁷, aponta tendência de ampliação dos apartamentos unipessoais, verificando que em especial na estratégia para realização da produção para o mercado de alta renda, o aumento da densidade construída (com a verticalização nesses distritos), veio acompanhado da redução do indicador médio de habitantes por apartamento, de 2,7 para 2,4, no período. O autor estabelece uma clara distinção entre o padrão de ocupação urbana nos distritos centrais – marcados pelo domicílio vertical – e aqueles em que o crescimento demográfico se deu em continuidade à

¹²⁷ Ver NAKANO, 2015, p. 125 para a tipologia de agrupamento de distritos que o autor utiliza.

periferização, com predominância de casas. Ao olhar para a distribuição dos domicílios por faixa de renda entre os grupos de distritos com que trabalha, identifica que

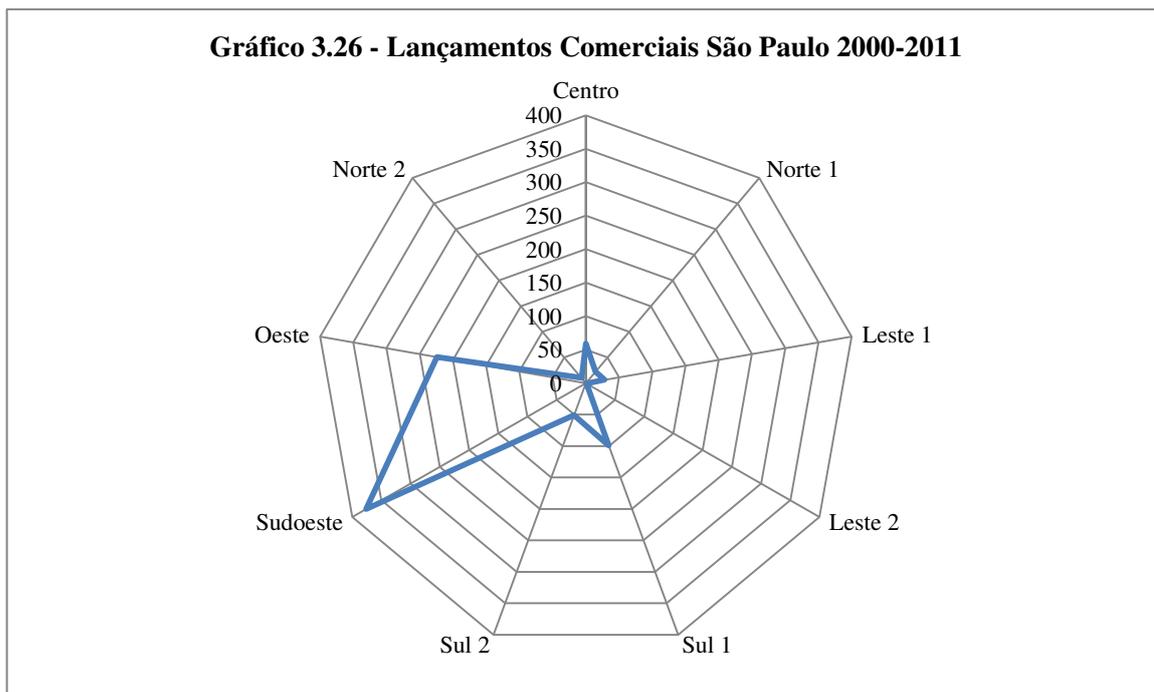
As mudanças na distribuição espacial da população paulistana resultantes da mobilidade residencial intraurbana ocorrida nas décadas de 1990 e de 2000 não contribuíram para melhora no quadro daquela desigualdade de renda que, em geral, se associa a um quadro de segregação entre os locais de moradia dos grupos de baixa, média e alta renda. (NAKANO, 2015, p. 188)

Essa desigualdade, segundo Nakano, coexiste com outra, no interior dos grupos de distritos. Dessa forma, juntamente com a ampliação dos lançamentos imobiliários do mercado formal houve também nos distritos do centro e centro expandido ampliação dos domicílios em cômodos e cortiços na década. Na verdade, esse agrupamento foi o único a ter mostrado expansão desse tipo de moradia, de 37,5%, tendo seu número se reduzido em todos os demais. Trata-se de outra face da desigualdade, associada com as estratégias de sobrevivência dos grupos mais pobres.

Esses dados reforçam o papel central que a segregação e o padrão de localização das camadas de alta renda possuem sobre o destino da cidade, sua produção e reprodução. Esse cenário estende-se ainda para as estruturas voltadas para o uso comercial, que como as residenciais, perseguem as localizações mais estruturadas e vantajosas acolhidas pelas elites. Dessa maneira, em adição à escolha que exercem de onde morar, controlam também essas elites, em larga medida, as condições locacionais de onde trabalham. Essa capacidade de condicionar como nenhuma outra camada social as suas condições de vida – simultaneamente impondo para o restante da sociedade o ônus e desvantagens decorrentes de sua capacidade de apropriação diferenciada – é que torna o conhecimento sobre seus padrões fundamental para qualquer atuação que tenha como objetivo o combate às desigualdades sociais na cidade.

Os gráficos 3.26 e 3.27 apresentam, respectivamente, o padrão de distribuição dos lançamentos comerciais em São Paulo e a sua distribuição relativa, tal qual se mostrou para os lançamentos residenciais. As regiões Oeste e Sul 1, mais uma vez, se destacaram, com o quadrante Sudoeste aparecendo como principal vetor da produção desse uso.

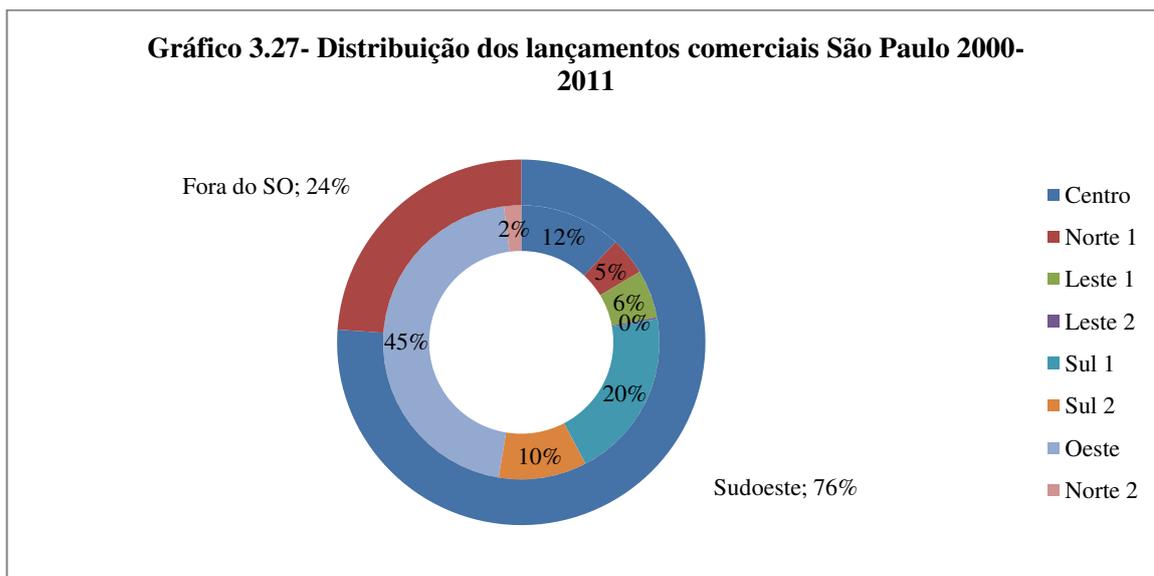
Gráfico 3.26 - Lançamentos Comerciais São Paulo 2000-2011



Fonte: EMBRAESP/CEM. Elaboração própria.

A produção de imóveis para fins comerciais apresentou-se ainda mais concentrada do que os lançamentos residenciais. Para um total de 494 lançamentos comerciais, entre 2000 e 2011, 224 localizaram-se na região Oeste da cidade. Isso equivale a aproximadamente 45% do total, com aqueles localizados no Sul 1 perfazendo outros 20%. Se tomarmos o agregado dos distritos do Sudoeste, atingiram mais de três quartos desse tipo de produção (76,1%).

Gráfico 3.27- Distribuição dos lançamentos comerciais São Paulo 2000-2011



Fonte: EMBRAESP/CEM. Elaboração própria.

É notório o desequilíbrio e desigualdade resultantes da produção imobiliária residencial e comercial ocorrer de forma tão pronunciada não nas regiões mais populosas da cidade, mas naquelas que contam com a presença mais marcante das classes de maior renda do município.

Complementando esse quadro, apresentamos na Tabela 3.12 dados retirados da Pesquisa Origem-Destino do METRO para os anos de 1997 e 2007. Esses dados foram agregados por distrito de forma similar ao processado com os dados censitários e, então, reunidos em grandes regiões, além do destacado do Quadrante Sudoeste.

Tabela 3.12 - Distribuição relativa da População, Automóveis Particulares e Viagens em São Paulo - 1997/2007 (em %)

	População		Automóveis Particulares		Viagens Produzidas		Viagens Atraídas	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Zona Central	4,2	3,2	5,1	3,8	11,4	9,9	11,5	9,9
Zona Leste	36,1	36,7	28,7	31,8	29,8	29,8	29,7	29,8
Zona Norte	9,8	8,7	11,5	9,6	9,5	8,6	9,6	8,6
Zona Oeste	16,6	16,8	18,6	18,4	16,4	16,4	16,4	16,4
Zona Sul	33,2	34,5	36,0	36,4	32,7	35,3	32,7	35,3
Quadrante SO	17,2	14,7	29,2	24,9	27,1	26,0	27,2	26,1
Total s/ SO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa OD Metro 1997 e 2007. Elaboração própria.

Queremos atentar às desproporcionalidades patentes nas distribuições apresentadas, registrando o que pode ser entendido como um melhor padrão de mobilidade para a Zona Central e Quadrante Sudoeste. Esses dois agregados foram os únicos a mostrar proporção de viagens – sejam produzidas ou atraídas – superior à sua proporção populacional. Segundo dados dessa pesquisa, a população do centro perfazia 4,2% do total do município em 1997, reduzindo-se para 3,2%, em 2007. Essa redução foi acompanhada pela diminuição na proporção dos automóveis particulares, assim como das viagens produzidas e atraídas. Entretanto, a proporção de viagens manteve-se bastante superior ao percentual populacional no período. O mesmo vale para o destacado do Sudoeste. Sua população passou de 17,2% para 14,7%, entre 1997 e 2007, com redução relativa também nos automóveis particulares e viagens – como seria esperado. O que mais chama atenção, porém, é que uma porção do município que representa aproximadamente 15% do total populacional detenha praticamente um quarto dos automóveis e um pouco mais dessa proporção do total de viagens atraídas e

produzidas do município. Para a maior parcela das regiões registra-se um relativo equilíbrio, com aproximadamente 60% da população total (Zonas Norte, Oeste e Sul em 2007) correspondendo a proporção similar de viagens. A região Central, Leste e Sudoeste, entretanto, mostram cenário diferente. Enquanto na Zona Leste a proporção de viagens é relativamente inferior à sua população, no Centro e no Sudoeste ocorre o oposto, sendo que o Centro, em particular, possui baixa expressão de moradias e grande proporção de estabelecimentos comerciais.

Villaça afirma que uma vez estabelecido o vetor de expansão de preferência das classes dominantes as transformações urbanas nesse sentido vão ganhando um caráter de “peso da história” que reforça essas localizações como mais vantajosas, dificilmente ocorrendo uma reversão. Os dados apresentados até aqui parecem corroborar essa afirmação. Talvez a única força social capaz de reunir para si a possibilidade de intervir sobre esse quadro fosse a gestão pública. Entretanto, como o próprio autor faz questão de lembrar, comumente as próprias ações do Estado, embora efetivamente menos coesas nesse sentido, acabam por contribuir para reforçar a segregação e apropriação diferenciada das localizações pelas classes sociais. Trouxemos o exemplo, no primeiro capítulo, do atual plano da gestão Doria à frente da prefeitura de São Paulo para a região central e o papel da “classe média” para seu sucesso, bem como a associação que Lefebvre aponta entre os interesses empresariais e as ações governamentais. No segundo capítulo, citamos ainda a participação da *Light* e da *City* e sua associação com a gestão municipal, ou as ações de remoção para viabilizar obras na cidade voltadas para classes de mais alta renda. Os exemplos são diversos.

Para ilustrar seu ponto, o urbanista lembra que a região preferida de instalação das classes de mais alta renda é também aquela que historicamente recebeu as melhores obras de infraestrutura de transportes na cidade. A elite possui meios e instrumentos muito efetivos para trazer para si o cuidado e atenção dos entes públicos, através do controle da mídia, da organização social e financiamento de campanhas, mas principalmente pelo controle sobre as estruturas de produção. O Estado passa a ser cooptado, desse modo, deixando de intervir de maneira contundente sobre a brutal desigualdade urbana e as relações e procederes que a reproduzem. Note-se que o próprio estado de ilegalidade em que se inserem as habitações de parcela da população de baixa renda, especialmente na periferia, acaba por caracterizar uma pitoresca situação em que não se atua sobre esses mesmos territórios por conta das dificuldades inerentes (jurídicas, técnicas, econômicas).

A fim de mostrar essa abordagem e postura equivocadas do Estado reunimos na Tabela 3.13 os dados relativos ao Orçamento Liquidado, Área e População de São Paulo para o ano de 2010, distribuídos pelas Regiões Administrativas das quais fazem parte as Subprefeituras. Essa divisão não possui correspondência exata com a regionalização que adotamos até aqui, organizada em distritos de maneira um pouco diferente. Mesmo assim, não se trata de uma distribuição por regiões que negue completamente as lógicas e tendências aqui trabalhadas. A tabela inclui ainda, ao fim, uma agregação formada pelas regiões que mais se aproximariam do corte até então utilizado. O conceito de orçamento liquidado refere-se à porcentagem efetivamente empregada do orçamento para o ano indicado, disponível para cada subprefeitura, através da informação de percentual do orçamento estipulado que acabou sendo usado. Não se trata, cabe esclarecer, de investimentos, mas de despesas distribuídas pelas regiões administrativas. A ausência de uma listagem sistematizada dos investimentos, seus valores e localização, ano a ano, comprometem afirmações mais qualificadas e definitivas sobre a matéria, obrigando-nos a tomar esses dados como aproximação, ainda que limitada.

Tabela 3.13 - Participação relativa das Regiões Administrativas no Orçamento, Área e População de São Paulo – 2010 (em %)

Região	Orçamento Liquidado	Área	População
Centro	6,5	1,7	3,8
Centro-Sul	6,4	5,2	7,2
Leste 1	16,0	10,5	14,5
Leste 2	9,9	5,2	10,8
Nordeste	8,7	10,1	10,9
Noroeste	7,7	9,5	9,0
Oeste	8,6	8,5	9,1
Sudeste	14,4	8,4	14,3
Sul	21,8	40,9	20,5
Total	100,0	100,0	100,0
Conjunto Centro, Centro-Sul, Oeste, Sudeste	35,9	23,8	34,3
Conjunto Leste 1, Leste 2, Nordeste, Noroeste, Sul	64,1	76,2	65,7

Fonte: SEMPLA. Elaboração própria.

O emprego do orçamento paulistano equaciona de maneira razoavelmente equilibrada as diferenças em termos de áreas e população de cada região do município. A conjugação dessas duas dimensões garante mais recursos para áreas relativamente maiores ou então mais populosas. Desse modo, o Sul, por exemplo, com a maior área da cidade com larga vantagem e inclusive a maior população, acaba ficando com parte mais pronunciada dos recursos públicos. De maneira oposta, o Centro e Centro-Sul, com as menores dimensões e relativamente pouca população ficaram com as menores parcelas do orçamento municipal. A

Região Leste 1, por sua vez, com a segunda posição em proporção de pessoas e área fica, assim, com a segunda maior parcela desse montante. Mais importante ainda, nos agregados propostos aqui esse equilíbrio é também verificado em alguma medida. O conjunto de regiões conformado pelo Centro, Centro-Sul, Oeste e Sudeste reunia 34,3% da população de São Paulo e 35,9% do seu orçamento. O outro agregado, reunindo Leste 1, Leste 2, Nordeste, Noroeste e Sul, correspondia a 65,7% da população ao passo que ficava com 64,1% do orçamento liquidado. Isso demonstra que mesmo quando reunimos de um lado as regiões com grande parte dos distritos do quadrante Sudoeste e as colocamos frente a frente com o restante da cidade em termos de população e contrapartida orçamentária, existe relativo equilíbrio. A relação se tornaria menos equânime se levássemos em consideração as relações de áreas e orçamentos, mas é possível aceitar que o fator populacional possua um peso maior para a alocação, como princípio.

Essa situação poderia ser celebrada pela administração pública como prova de uma justa alocação orçamentária, todavia reforça – mesmo que não à primeira vista – o argumento de Villaça. Ao se adotar uma distribuição aparentemente equilibrada do orçamento para empenho da prefeitura sobre as diferentes regiões da cidade que, como se mostrou, possuem características muito distintas, com a tendência de agravamento relativo da segregação e desigualdades sociais e urbanas, não se cumpre promover os objetivos ligados à justiça social. Para tanto, seria necessária uma atuação incisiva e cabal por parte da gestão pública investindo mais nas áreas periféricas ou fora dos distritos do Quadrante Sudoeste, em termos absolutos e relativos. Frente a um quadro de desigualdade abissal com as camadas de mais alta renda concentrando-se relativamente mais no sentido apontado por Villaça, os esforços públicos deveriam se dar de forma contundente no sentido de combater essa que é a fonte de um sem-número de mazelas urbanas ainda sem solução em nossa sociedade.

Com isso, encerramos a análise proposta tendo oferecido elementos suficientes para justificar não apenas a manutenção, como o prosseguimento do processo de segregação das elites paulistanas, na primeira década do século XXI. Isso ocorreu dentro de um quadro de reversão do cenário negativo experimentado pelo país – de forma geral – e pela capital paulista – particularmente – na década anterior. Mesmo numa conjuntura com diferentes reforços positivos – como o aumento do emprego, a valorização do salário mínimo, aumento do crédito, melhora nas condições de ensino, ampliação do acesso ao ensino superior, maior participação da mulher no mercado de trabalho, recuperação das taxas de expansão da economia, entre outros – os mecanismos de apropriação desigual (da renda, da riqueza, das

localizações urbanas) superaram as pressões redistributivas. As dinâmicas conjunturais da década, amplamente celebradas, especialmente frente ao cenário arrasador da década anterior em termos econômicos e sociais, devem ser contadas tendo-se em mente que se processaram em mais um capítulo de oportunidades e heranças intocadas. Mesmo essa lista de feitos não conseguiu alterar uma dinâmica essencialmente fundamental: essa dinâmica se processa de forma desigual e reproduz desigualdades. Forte indício disso foi apresentado pela publicação *Informes Urbanos*, da Prefeitura de São Paulo (n.º 19, Junho de 2014), que verificou ampliação na concentração de renda na cidade, entre 2000 e 2010, indo no contrafluxo daquilo que se registrou na maior parte do país, no mesmo período¹²⁸. Se, em 2000, aos 50% mais pobres do município cabiam 11,65% da renda, passariam, em 2010, a se apropriar de apenas 10,57% desse total. A redução não pareceu muito intensa, porém, em contrapartida, o 1% mais rico teve sua participação na renda ampliada, saindo de 13,03%, em 2000, para 20,45%, em 2010. Se olharmos para os 10% mais ricos, a parcela que controlavam também aumentou, embora em menor monta do que para o 1% mais rico. Em 2000, detinham 47,95% da renda ao passo que, em 2010, atingiram 53,68%. Essa ampliação da renda apropriada pelas parcelas mais ricas se deu em maior medida sobre os setores de rendas médias e basicamente porque os rendimentos dos mais ricos aumentaram mais intensamente do que os das classes baixas, mesmo com a última tendo sua renda ampliada.

Pasternak & Bógus (2015), a partir do estudo que apresentamos, chegam a resultados para renda no mesmo sentido. Primeiramente, apontam, valendo-se de dados por faixas de salário mínimo apropriadas pelas diferentes categorias adotadas, um padrão claro de ampliação da renda domiciliar do que chamam de categorias superiores, especialmente pela ampliação dos rendimentos dos dirigentes. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que todas as demais categorias tiveram seu rendimento relativamente reduzido, entre 2000 e 2010. Mas não foi só isso:

Considerando-se a renda per capita, a relação entre a maior renda – a dos dirigentes – e a menor em 2010 foi de quase 11; em 2000 esta relação era de 6,51 e em 1991, de 4,15. Embora o poder aquisitivo do salário mínimo varie, a relação mostra que houve um aumento relativo de renda da categoria superior. No tempo, a renda per capita dos dirigentes também mostra aumento, o que

¹²⁸ Há esforços investigativos, principalmente mais recentes que colocam outra perspectiva sobre o período. Morgan (2017), por exemplo, em estudo que teve ampla cobertura da imprensa nacional (o economista é da equipe de Thomas Piketty), mostra que entre 2001 e 2015 a renda apropriada pelos 10% mais ricos do Brasil subiu 1%, para 55,3%. Esse mesmo acréscimo unitário foi acrescido à parcela dos 50% mais pobres, com 12,3%. Isso se deu com perda da renda apropriada pelas parcelas intermediárias – resultados gerais muito compatíveis com o que vimos para São Paulo, inclusive em termos de dinâmica de mercado de trabalho.

não acontece com a renda média per capita dos profissionais de nível superior: se, em 1991, esta renda era 90% da renda dos dirigentes, em 2000 passa a representar 72% e em 2010, 40%. O aumento do número de profissionais de nível superior não foi acompanhado por melhoria de sua renda. Pelo contrário, a popularização do ensino superior rebaixou os ganhos desse grupo profissional. (PASTERNAK & BÓGUS, 2015, p. 126)

Essa questão pautada na apropriação da renda está por trás do padrão identificado por essas autoras. Embora Marques (2015) critique a visão centro × periferia e as narrativas que nela se pautam, inclusive citando Villaça como uma das referências para o padrão de círculos concêntricos – por mais que o urbanista advogue em favor do setor de coroa em sua análise –, muitos dos dados e sistematizações compilados em *A Metrópole de São Paulo no século XXI* acabam por corroborar em larga monta esse padrão. Não apenas com os dados de que fizemos uso aqui, mas por confirmar em linhas gerais a permanência da macro-segregação e aprofundar com elementos e preocupações por vezes antagônicos aos de Villaça (e aos nossos) o cenário de desigualdade na metrópole paulistana. Ao propor sua tipologia de espaços metropolitanos embasada nas sistematizações dos dados por classes EGP para negar as dualidades o próprio autor oferece os limites de onde pode chegar: a comparação entre os espaços tipológicos nos anos de 2000 e 2010 retornou 93,8% igual. Ou seja, o mapa resultante do exercício comparativo mostrou apenas 6,2% de áreas classificadas de maneira distinta entre 2000 e 2010. Ainda assim, essa pequena diferença é resumida pelo próprio autor como sendo composta por i- expansão da mancha da elite do centro expandido; ii- popularização do centro histórico e; iii- condomínios fechados concomitantes com a continuidade de periferização. Nenhuma dessas tendências nega em qualquer medida o que foi proposto por Villaça. Pelo contrário, são continuidades.

Algumas das conclusões de Marques (2015), em especial aquelas pesadamente pautadas nas sistematizações importadas (como as classes EGP, ISEI etc) poderiam ser submetidas a análise pormenorizada, pois algumas das correspondências parecem tomar estruturas muito diferentes das nossas no tocante ao mercado de trabalho, serviços precários etc. Isso ficou mais evidente com a sistematização proposta por Pasternak & Bógus (2015). Por vezes, optou-se por deixar de lado análises pautadas na renda por se considerar demasiado simples em favor dessas outras caracterizações. Em especial sobre a criação e aumento dos espaços mistos. Antes de mais nada, essas análises deveriam exaurir os cortes por renda e só então apresentar possibilidades alternativas e adicionais para ilustração e melhor detalhamento. A discussão fica pautada em quem é mais ou menos precário, o trabalhador manual ou o não manual de rotina de nível baixo. Em termos internacionais a resposta parece

que foi dada, mas no Brasil e seu setor de serviços o sentido aparenta ser distinto com escrutínio adicional, especialmente com base no que já apresentamos sobre os diferenciais nos rendimentos associados a essas categorias. Algo similar pode ser afirmado no tocante à abertura de dados para agregações demasiado pormenorizadas. Na tentativa de mostrar menos homogeneidade, mas um mosaico diverso, Marques (2015) perde muitas vezes a noção do sentido geral que os processos e dinâmicas tomaram no período recente.

Por vezes, os esforços foram desmedidos no sentido de se fugir de qualquer padrão que atestasse uma estrutura que opusesse ricos e pobres. A nota 4 na página 205 narra o procedimento estatístico necessário para que os dados de renda média do responsável deixassem de distorcer a análise, com os mais pobres sendo achatados num único e grande *cluster* relativo à metade das 633 regiões trabalhadas, mesmo com a solicitação de tipificação com grande número de grupos (10 ou mais) no programa SPSS. Em outra oportunidade, conforme já abordamos, a tentativa de eliminar a hipótese de polarização do mercado de trabalho consumiu de tal forma os esforços que pouco se falou do padrão claramente mais próximo da depreciação do emprego que apresentou o fluxo da criação de empregos nos anos 2000. Algo similar pode ser afirmado sobre os mapas com os espaços caracterizados por suas condições urbanas, apresentados na mesma obra por Requena, Ralize e Sarue (2015): difícil negar a lógica centro × periferia quando se contrapõe os mapas das áreas de condições excelentes, ótimas e boas e aqueles, no outro extremo, de condições ruins e péssimas. Na comparação geral, a maior parte das áreas de ponderação permaneceu como 10 anos antes. Apenas manchas eventuais ficaram fora da oposição proposta por Villaça entre centro e periferia.

O esforço meritoso de investigação e sofisticação estatística apresentado por Marques (2015) em busca da novidade carecem, enfim, de uma nova explicação ou narrativa. Pensamos que, pelo menos por enquanto, não sejam necessárias. Procuramos deixar claro que a conjuntura da primeira década dos anos 2000, embora tenha apresentado indicadores positivos, pouco trouxe de novo para a dinâmica desigual processada através do mercado de trabalho ou no padrão desigual de apropriação orientado na segregação centro × periferia em setor de coroa, com a dinâmica comandada pelas condições privilegiadas de apropriação das classes de mais alta renda. Mostramos que os espaços característicos das elites, predominantemente localizados no Quadrante Sudoeste, se tornaram mais exclusivos nessa década. Além disso, foi ali que se concentrou a criação de vagas de emprego e lançamentos

do mercado imobiliário formal. Esses elementos fundamentais do argumento de Villaça mostraram-se todos ainda presentes, não raro, agravados.

A análise apresentada sobre transformações nos padrões ocupacionais trouxe evidências de que a ampliação nos rendimentos de grupos de categorias superiores, em especial de dirigentes (não obstante a redução na sua participação em termos populacionais) deu-se *pari passu* a queda nos rendimentos dos trabalhadores. A terceirização foi um importante vetor dessas mudanças, acompanhadas por novas práticas que buscam burlar a legislação trabalhista e suas garantias, bem como comprimir ganhos e benefícios aos trabalhadores. Infelizmente, é muito difícil organizar um conjunto denso e expressivo de estatísticas que consigam expressar os diferentes aspectos e dinâmicas relacionados à oposição fundamental entre capital e trabalho que colocamos no primeiro capítulo. Os dados ocupacionais, embora limitados, já deram bases suficientes para entender o ocorrido na década. Ressente-se da ausência de dados para análise dos estoques de riqueza e informações que captem de forma mais acurada as transformações nas dimensões e estratégias de geração de riqueza das camadas de alta renda – que possuem uma gama muito vasta de opções para aumentar sua renda e sua riqueza. Os dados que trabalhamos mostram, sem embargo, prosseguimento da desigualdade social, com ampliação da renda controlada pelas camadas mais ricas. Não se atesta, dessa forma, uma ruptura de padrões do início do século XXI, mas continuidades. Mostramos, no segundo capítulo, que a exclusão e desigualdade social e urbana se processaram no âmago do processo de industrialização-urbanização brasileiro, deixando intocadas questões importantes relacionadas ao padrão brutalmente desigual de distribuição de riquezas em que se ancora a geração da renda. Com esse cenário prosseguindo intocado, adicionamos mais um trecho em nossa trajetória de continuidades.

Considerações Finais

Dedicamos este espaço a organizar, em sequência, as principais considerações, apontamentos e conclusões por que passamos nos diferentes capítulos que compõem essa trajetória analítica.

No intuito de mostrar um padrão de continuidades, seus elementos e evidências, colocamos na primeira parte uma proposição de perspectiva teórica a partir de diferentes contribuições, bem como uma narrativa que procurou trazer as mediações para compreensão desses fenômenos na história da industrialização e urbanização brasileiras, centradas em São Paulo, especialmente a partir do segundo quartel do século XX.

Para que pudéssemos lançar um olhar crítico sobre a trajetória econômica e urbana de São Paulo, buscamos, no primeiro capítulo, trazer referências para uma compreensão das inter-relações entre ciência econômica, dinâmica capitalista e espaço urbano. As contribuições dos filósofos húngaros, Lukács e Mészáros, foram no sentido de revelar os limites de um conhecimento alienado e alienante, que aprisiona o entendimento e estreita as possibilidades de atuação, com particular consequência no campo econômico. A partir de uma visão marxista, apoiada principalmente em Harvey e Rubin, entendemos elementos fundamentais para a compreensão adequada da dinâmica capitalista, preocupados não apenas em sistematizar de forma sintética os principais caminhos da acumulação, as oposições centrais e os mecanismos de exploração, mas o papel central que a reificação (aqui novamente com a base definitiva de Lukács) cumpre ao velar as diferenças essenciais entre formas e funções sociais de seus conteúdos técnico-materiais. Essa é uma consideração que julgamos central. É a partir dessa distinção elementar raramente abordada em estudos econômicos que reside uma importante chave de compreensão da dinâmica de produção e acumulação capitalistas.

O que propusemos, com a contribuição inequívoca de Rubin, é que desenvolvimentos na divisão social do trabalho, bem como na técnica, ao longo do tempo, sofisticam e alteram as formas e funções por onde se processam os caminhos da acumulação capitalista, em *aparência* concebendo independência a segmentos e rotinas, setores e parcelas de capitais buscando valorizar-se. Isso se opera, entretanto, sem rupturas na estrutura mais ampla que abrange as diferentes frações e parcelas de capital. Ou seja, por mais que as lógicas e roteiros específicos de valorização e acumulação passem a impor dinâmicas diferentes, não negam a relação geral de capital. Essa ponderação teórica possui expressão prática muito contundente, em particular nos estudos urbanos, como mostramos em especial ao oferecer contribuições de

Lefebvre e Harvey. É sob essa ótica, principalmente, que podemos entender as formas e funções sociais que se processam na produção e apropriação do espaço urbano, cuja expressão concreta se dá nos diferentes ramos e segmentos envolvidos na complexa rede de serviços, mercadorias e práticas e sua associação na cidade. O transporte, a moradia, a iluminação pública ou doméstica, a casa, o *shopping center*, a construção, o comércio e as localizações são alguns poucos exemplos que possuem, dessa forma, maneiras de processar essas questões, com particularidades, formas e lógicas específicas, mas sempre sob a batuta do imperativo de valorização do capital. Ademais, da mesma maneira que os capitais assumem formas diferentes ao longo de um mesmo processo acumulativo, o mesmo evidentemente é válido para os itens que elencamos. Isso fica mais claro ao tomarmos as associações entre diferentes ramos, como o financeiro e a construção, para citar um exemplo básico. Sua relação se altera ao longo do tempo, com expressão em suas estratégias de lucro e formas de comercialização e valorização. Essa dinâmica está intimamente ligada às transformações que Lefebvre coloca na unidade entre a industrialização e urbanização e o predomínio da lógica do valor de troca que passa a subordinar de forma crescente as cidades.

Tomada por preocupações econômicas, a cidade fica sujeita, ao ter seus elementos inseridos cada vez de forma mais sofisticada como mercadorias no esquema de produção e reprodução do capital, à mesma capa reificada que aflige as relações econômicas. A racionalidade econômica que se impõe ao espaço urbano, seus componentes e agentes resulta em um encadeamento peculiar: pessoas tomadas como portadoras de coisas que as habilitam a participar do processo social de produção e circulação dão lugar a espaços organizados e organizadores de pessoas tomadas dessa mesma maneira. Essa lógica é fundamental para o entendimento da segregação urbana, em especial daquela pautada sobre a disputa de classes. Aparecem, dessa maneira, espaços talhados pela e para a elite, espaços industriais, comerciais etc. Mostramos que essas são apropriações sociais que imprimem ao espaço lógicas que não são inerentes a ele, de maneira similar que, a partir de um sentido econômico, não são inerentes aos seres humanos as formas sociais que assumem as relações entre pessoas: o dinheiro ou meios de produção como capital e os capitalistas como seus portadores ou os trabalhadores como trabalho objetivado, por exemplo.

No segundo capítulo, procuramos apresentar formas e caminhos bastante concretos por onde se processou o processo de acumulação na trajetória da industrialização e urbanização brasileiras, cujo epicentro foi processado em São Paulo. Buscamos aliar uma narrativa econômica, com as contribuições de Cano, a preocupações de ordem urbana,

trazidas especialmente por Villaça, mas também ilustradas por Sevchenko. Ao longo do desenrolar desse processo unitário, buscamos explicitar (em maior ou menor grau) diversos registros da relação entre o desenvolvimento da indústria e as transformações ocorridas na cidade. Em particular, procuramos passar um retrato com sentido comum (como não poderia deixar de sê-lo): diferentes processos e subterfúgios ampliando a desigualdade socioeconômica e urbana. Damos particular ênfase à monotonia (ou sintonia?) nesse desenvolvimento, explicitando que a cidade/metrópole industrializada que acumula desigualdades e exclusão cumpre-o sintetizando uma herança desigual (em termos de renda, riqueza, poder de comando etc.) a uma dinâmica de mesmo tom. Dessa forma, procuramos desconstruir o que parte da bibliografia trata como uma construção do “possível”, ora lamentando o infortúnio do agravamento da desigualdade e exclusão como se remetesse a questões de outra ordem, ora assumindo como um “mal necessário”. Procuramos evidenciar que a tônica foi sua ampliação como parte e pelo modo como se processaram nossa industrialização e urbanização, na dinâmica que opõe capital e trabalho, operadas sobre uma base social extremamente desigual e valendo-se de expedientes que reproduzem essa situação. Por fim, mostramos que sob a ótica da gestão urbana o tratamento de soluções para isso era uma questão inexistente. Os processos econômicos e urbanos, inclusive da gestão urbana, aliaram-se no trato às camadas mais pobres trabalhadoras.

Essas evidências lançam robustos indícios para a investigação levada a cabo na segunda parte. Embora Villaça, como mostramos no capítulo que corresponde à segunda metade deste trabalho, adote uma visão fortemente pautada sobre a apropriação das localizações vantajosas e, dessa maneira, deixe de integrar uma visão completa e dinâmica da questão (ao relevar o papel fundamental e complementar que a produção cumpre nisso), consegue sistematizar uma dinâmica que capta (ainda que parcialmente) a relação entre processos de ordem econômica e espacial/urbana de maneira integrada. Nesse sentido, suas proposições alinham diversos dos elementos que tratamos, notadamente uma perspectiva de luta de classes aplicada às questões de localização e apropriação diferenciadas. Dessa forma, mostra para áreas metropolitanas – aqui nos detivemos à RMSP – que as camadas de mais alta renda possuem condições privilegiadas de apropriação de vantagens locais urbanas. Essas vantagens de diversas naturezas, mas principalmente econômicas, são capturadas pelas elites, impondo ao restante da sociedade, por contrapartida, desvantagens absolutas e relativas. Como lembra, “o espaço age de volta” mostrando que as diferenças socioeconômicas se reproduzem de forma dinâmica na relação com o espaço urbano. A

segregação, portanto, consistiria na principal forma pela qual se processaria a disputa pelas localizações. O urbanista mostra, a partir da composição de um cenário com dados diversos e narrativa histórica, que em São Paulo essa disputa, vencida pelos mais ricos, conformou-se com a delimitação de uma área das camadas de mais alta renda, no que chama de Quadrante Sudoeste de São Paulo. Ali estão reunidos os domicílios da maior parte de responsáveis com renda superior a 20 salários mínimos. Mas justamente pela presença concentrada das elites (num padrão de setor de coroa, conforme delimita), numa determinada porção da cidade, aponta que há tendência de localização de empregos, comércio, serviços e benfeitorias públicas, voltadas a atendê-las.

A investigação proposta na sequência buscou sintetizar os desenvolvimentos do restante do trabalho, reunindo elementos para avaliar se, dada a longa trajetória de continuidades na exclusão e processamento das desigualdades urbanas e sociais, a melhora na conjuntura econômica e social experimentada na primeira década deste século se traduziria numa reversão ou alteração consistente no padrão de localização e segregação apresentados. Mostramos, com a contraposição de dados e informações de teses contrárias, que houve continuidade nesse proceder. Organizamos um ordenamento de conteúdos, passando pelos principais pontos elencados na análise de Villaça (2001): padrão de localização das classes de alta renda; concentração dos empregos e atividades econômicas; lançamentos imobiliários; e gastos públicos. Ficou patente a manutenção do padrão concentrador exposto pelo urbanista, com manutenção ou avanço da concentração no Sudoeste. Não apenas não houve registro de alteração nas intocadas questões históricas que aprisionam o padrão de concentração de riquezas, como o padrão da renda na primeira década do século XXI mostrou-se concentrador: as rendas da parcela mais rica de São Paulo ampliaram-se com maior intensidade do que para os outros segmentos, em especial em comparação aos rendimentos intermediários. Isso se processou com queda dos rendimentos dos ocupados e assalariados, associada a uma transformação no perfil ocupacional que privilegiou o setor de serviços e as ocupações profissionais. Dessa forma, a redução relativa do peso do emprego industrial e das categorias manuais em favor de profissionais dos serviços e do comércio transcorreu a partir de uma dinâmica dominada por práticas cada vez mais precárias no mercado de trabalho, dando poucas condições de se reverter o cenário de concentração espacial das elites ou de impactar de forma significativa e contrária o padrão de apropriação desigual das localizações mais vantajosas. Mostramos que os espaços das elites em 2010 encontravam-se mais exclusivos do que em 2000 e, em que pese a melhora das condições infraestruturais na

periferia metropolitana, o padrão centro-periferia manteve-se como principal articulador e síntese das diferenças sociais e urbanas.

Estudos futuros podem esmiuçar esses conteúdos sob a ótica da produção urbana, em busca de completar o quadro de análises que associaria as questões de consumo às de produção. Há muito que se detalhar nas formas e funções específicas que assume o capital na sua valorização através do espaço urbano, em seus diferentes setores e associações com impactos relevantes sobre a desigualdade e a fabricação dos padrões que reforçam a segregação.

Referências

ARANTES, Pedro. *Em busca do urbano*. Revista Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 83, Mar., 2009.

ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. *Correio da Cidadania*, 2009. Disponível em:

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BALTAR P.A. et alli. *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. Global Labour University, 2010. Disponível em: http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No_9_portuguese.pdf. Acesso em 19 de Agosto de 2013.

BELLUZZO, L. G. M. e ALMEIDA, J. G. *Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 1.

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Erminia, (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa- Omega, 1982. Original de 1976.

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo*. 1994. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.

BRANDÃO, Carlos (2004). *O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escala”*. SEI – Superintendência de Estudos e Sociais da Bahia. Desigualdades Regionais 2004 Série Estudos e Pesquisas 67 , pp. 9-37.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. Publicação original de 1936.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998a. 322p .

_____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1995*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. Et alli. (orgs.) *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alínea, 2007

_____. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2008. v. 1.

_____. *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2011.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

_____. *Globalização e inserção periférica*. IE/Unicamp. Texto para discussão. N. 126, jul. 2007.

CASTELLS, Manuel. *La Cuestión Urbana*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 1978.

COSTA-GAVRAS. *O Capital* (Filme). França: dir. Costa-Gavras. *Le Capital*, 2012, 114m.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CTEO – Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo. *Um Panorama do Mercado de Trabalho na RMSP (1995-2015) – Pesquisa de Emprego e Desemprego*. São Paulo: Indicador Metropolitano, n. 58, Março, 2016.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E. *Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. In: XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, São Paulo, 1997. DIEESE (2001). Mercado de Trabalho no Brasil. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em 08 de Julho de 2014.

DIAS, João Marcus Pires ; SERRAO, R. S. . *A Metrópole de SP na Transição Econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. In: Lucia Bógus; Suzana Pasternak. (Org.). *São Paulo : Transformações na Ordem Urbana*. 1ed. Rio de Janeiro: letra capital, 2015, v. 2, p. 52-76.

FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Campinas: IE-Unicamp, Tese de Doutorado, 2005.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2011.

_____. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRANÇA, D. *Desigualdades e segregação residencial por raça e classe*. In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.223-254.

FUNARI, Armando. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: Análise do Paraná – 1970-2005* Campinas: IE-Unicamp, Dissertação de Mestrado, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOMES, R. R. de S. R. *A teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo e o SPD: da 'reforma social ou revolução' ao 'socialismo ou barbárie' (1898-1913)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2016.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Os Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. *A distribuição da renda no Brasil*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 2, p. 46-66, jun. 1972.

INFORMES URBANOS. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2014. Mensal, n. 19, Junho de 2014. SMDU/Prefeitura Municipal de São Paulo.

KEMENY, A.; LUSTIG, R. R. *São Paulo, Sinfonia da Metrópole*. 1929, São Paulo, SP. dir, arg e fot: Rudolf Rex Lustig e Adalberto Kemeny; rot: Adalberto Kemeny, João Quadros Júnior e Niraldo Ambra; fot: Adalberto Kemeny; sng: Lamartine Fagundes; mus: Gao Gurgel;

let: João Quadros Júnior; red: Niraldo Ambra; cpr e lab: Rex Filme; dis: Paramount Filmes; sis: RCA; p&b, 35mm, 70 min.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPREATO, Francisco. *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: UNESP, 2002.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 616p.

MARICATO, Ermínia (org.). *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, E. e WHITAKER, J. (2002) *Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?* In: OSÓRIO, L. (org.) *Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, p. 215-250.

MARQUES, Eduardo. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

_____. *Os espaços sociais da metrópole nos 2000*. In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.173-198.

MARQUES, E., REQUENA, C. *Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade*. In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.147-172.

MARQUES, E.; BARBOSA, R.; PRATES, I. *Transformações socioeconômicas e grupos* In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.21-44.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política* in *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Os pensadores. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974 pp. 107-138.

_____. *O Capital, (vol.1)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, 792p.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, 1104p.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007, 400p.

NAKANO, A. K. *Elementos demográficos sobre a densidade urbana da produção imobiliária: São Paulo, uma cidade oca?* Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2015.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. *Mudanças recentes na estruturação sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo* In: BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (orgs.) *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015 [recurso eletrônico].

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Publicação original em 1945.

PRATES, I.; BARBOSA, R. *Mercado de trabalho, estrutura ocupacional e pobreza: 1991-2010* In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.79-106.

REQUENA, *Condições sociohabitacionais na RMSP recente: novos desafios à clivagem centro-periferia*. In: III Seminário Discente da Pós-Graduação do DCP-USP, 2013, São Paulo. Anais do III Seminário Discente da Pós-Graduação do DCP-USP, 2013.

REQUENA, C.; RALIZE, S.; SARUE, B. *Condições urbanas: desigualdades e heterogeneidade*. In: MARQUES, E. (org.) *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p.199-222.

ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2009.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SÃO PAULO. Cidade. *Em Cartaz: guia da Secretaria Municipal de Cultura*. n. 33, mar. 2010. p. 56-57.

SEABRA, Odette C. de L. *Enchentes em São Paulo. Culpa da Light?* Memória, São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano 1, n.1, 1988.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *O mercado de trabalho intrametropolitano nos últimos 30 anos*. São Paulo: SEADE-DIEESE. Boletim Mensal PED, Julho, 2015.

SEVCENKO, Nicolau (1992). *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_____. (1993). *São Paulo: the quintessential, uninhibited megalopolis as seen by Blaise Cendrars in the 1920s*. In: Theo Barker; Anthony Sutcliffe. (Org.). *Megalopolis, the giant city in history*. 1 ed. Londres: St. Martin's Press, 1993, v. , p. 175-192.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____. *A revolta da vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14. ed. revista (1ª ed. em 1973). São Paulo, Contexto, 1998.

SOUZA, P. H. G. F. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Brasília: Universidade de Brasília, Tese de Doutorado, 2016.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TORRES, Haroldo da Gama. *Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2004, vol.19, n.54, pp.41-55. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000100003>.

_____. *A fronteira paulistana*. In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo. *São Paulo – segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005b.

THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In E. P. Thompson. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional* (pp. 267-304). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. Original publicado em 1967.

VAINER, Carlos. *Utopias Urbanas e o Desafio democrático*, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 105, 25-31, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

_____. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WILLIAMSON, J. G. *Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling?* *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 16, n. 3, p. 324–341, 2015.

Apêndice

Anexo I – Lista de distritos por Região e Quadrante Sudoeste – São Paulo

Lista de distritos por Região*	
Distrito	Região
Água Rasa - São Paulo - SP	Leste 1
Alto de Pinheiros - São Paulo - SP	Oeste
Anhanguera - São Paulo - SP	Norte 2
Aricanduva - São Paulo - SP	Leste 1
Artur Alvim - São Paulo - SP	Leste 1
Barra Funda - São Paulo - SP	Oeste
Bela Vista - São Paulo - SP	Centro
Belém - São Paulo - SP	Leste 1
Bom Retiro - São Paulo - SP	Centro
Brás - São Paulo - SP	Leste 1
Brasilândia - São Paulo - SP	Norte 2
Butantã - São Paulo - SP	Oeste
Cachoeirinha - São Paulo - SP	Norte 2
Cambuci - São Paulo - SP	Centro
Campo Belo - São Paulo - SP	Sul 2
Campo Grande - São Paulo - SP	Sul 2
Campo Limpo - São Paulo - SP	Sul 2
Cangaíba - São Paulo - SP	Leste 1
Capão Redondo - São Paulo - SP	Sul 2
Carrão - São Paulo - SP	Leste 1
Casa Verde - São Paulo - SP	Norte 2
Cidade Ademar - São Paulo - SP	Sul 2
Cidade Dutra - São Paulo - SP	Sul 2
Cidade Líder - São Paulo - SP	Leste 2
Cidade Tiradentes - São Paulo - SP	Leste 2
Consolação - São Paulo - SP	Centro

Cursino - São Paulo - SP	Sul 1
Ermelino Matarazzo - São Paulo - SP	Leste 2
Freguesia do Ó - São Paulo - SP	Norte 2
Grajaú - São Paulo - SP	Sul 2
Guaiianases - São Paulo - SP	Leste 2
Iguatemi - São Paulo - SP	Leste 2
Ipiranga - São Paulo - SP	Sul 1
Itaim Bibi - São Paulo - SP	Oeste
Itaim Paulista - São Paulo - SP	Leste 2
Itaquera - São Paulo - SP	Leste 2
Jabaquara - São Paulo - SP	Sul 1
Jaçanã - São Paulo - SP	Norte 1
Jaguara - São Paulo - SP	Oeste
Jaguaré - São Paulo - SP	Oeste
Jaraguá - São Paulo - SP	Norte 2
Jardim Ângela - São Paulo - SP	Sul 2
Jardim Helena - São Paulo - SP	Leste 2
Jardim Paulista - São Paulo - SP	Oeste
Jardim São Luís - São Paulo - SP	Sul 2
José Bonifácio - São Paulo - SP	Leste 2
Lajeado - São Paulo - SP	Leste 2
Lapa - São Paulo - SP	Oeste
Liberdade - São Paulo - SP	Centro
Limão - São Paulo - SP	Norte 2
Mandaqui - São Paulo - SP	Norte 1
Marsilac - São Paulo - SP	Sul 2
Moema - São Paulo - SP	Sul 1
Mooca - São Paulo - SP	Leste 1
Morumbi - São Paulo - SP	Oeste
Parelheiros - São Paulo - SP	Sul 2
Pari - São Paulo - SP	Leste 1

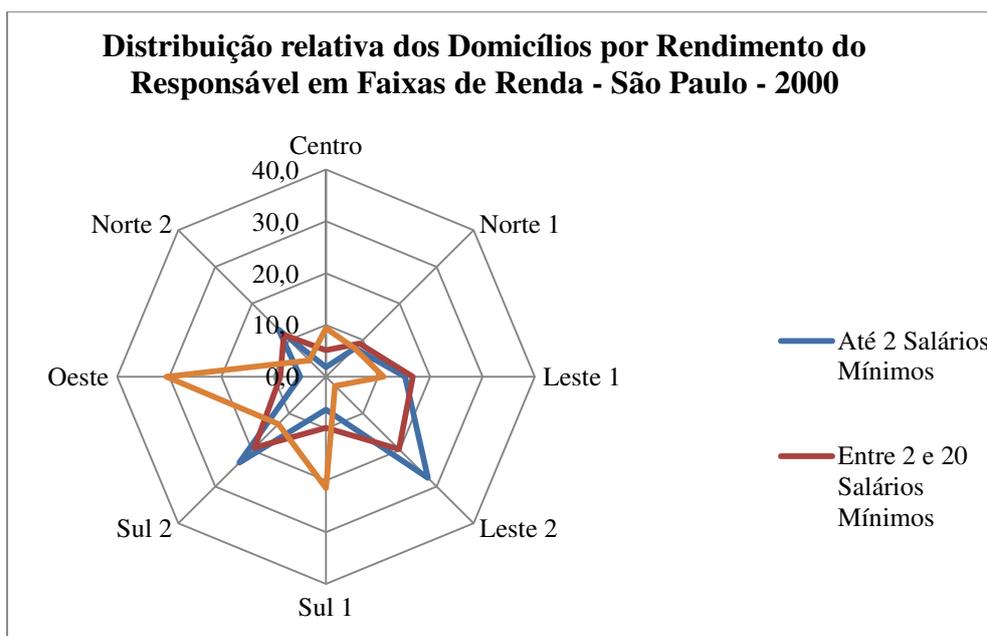
Parque do Carmo - São Paulo - SP	Leste 2
Pedreira - São Paulo - SP	Sul 2
Penha - São Paulo - SP	Leste 1
Perdizes - São Paulo - SP	Oeste
Perus - São Paulo - SP	Norte 2
Pinheiros - São Paulo - SP	Oeste
Pirituba - São Paulo - SP	Norte 2
Ponte Rasa - São Paulo - SP	Leste 2
Raposo Tavares - São Paulo - SP	Oeste
República - São Paulo - SP	Centro
Rio Pequeno - São Paulo - SP	Oeste
Sacomã - São Paulo - SP	Sul 1
Santa Cecília - São Paulo - SP	Centro
Santana - São Paulo - SP	Norte 1
Santo Amaro - São Paulo - SP	Sul 2
São Domingos - São Paulo - SP	Norte 2
São Lucas - São Paulo - SP	Leste 1
São Mateus - São Paulo - SP	Leste 2
São Miguel - São Paulo - SP	Leste 2
São Rafael - São Paulo - SP	Leste 2
Sapopemba - São Paulo - SP	Leste 1

SP	
Saúde - São Paulo - SP	Sul 1
Sé - São Paulo - SP	Centro
Socorro - São Paulo - SP	Sul 2
Tatuapé - São Paulo - SP	Leste 1
Tremembé - São Paulo - SP	Norte 1
Tucuruvi - São Paulo - SP	Norte 1
Vila Andrade - São Paulo - SP	Sul 2
Vila Curuçá - São Paulo - SP	Leste 2
Vila Formosa - São Paulo - SP	Leste 1
Vila Guilherme - São Paulo - SP	Norte 1
Vila Jacuí - São Paulo - SP	Leste 2
Vila Leopoldina - São Paulo - SP	Oeste
Vila Maria - São Paulo - SP	Norte 1
Vila Mariana - São Paulo - SP	Sul 1
Vila Matilde - São Paulo - SP	Leste 1
Vila Medeiros - São Paulo - SP	Norte 1
Vila Prudente - São Paulo - SP	Leste 1
Vila Sônia - São Paulo - SP	Oeste
* Distritos em cinza fazem parte do Quadrante Sudoeste	

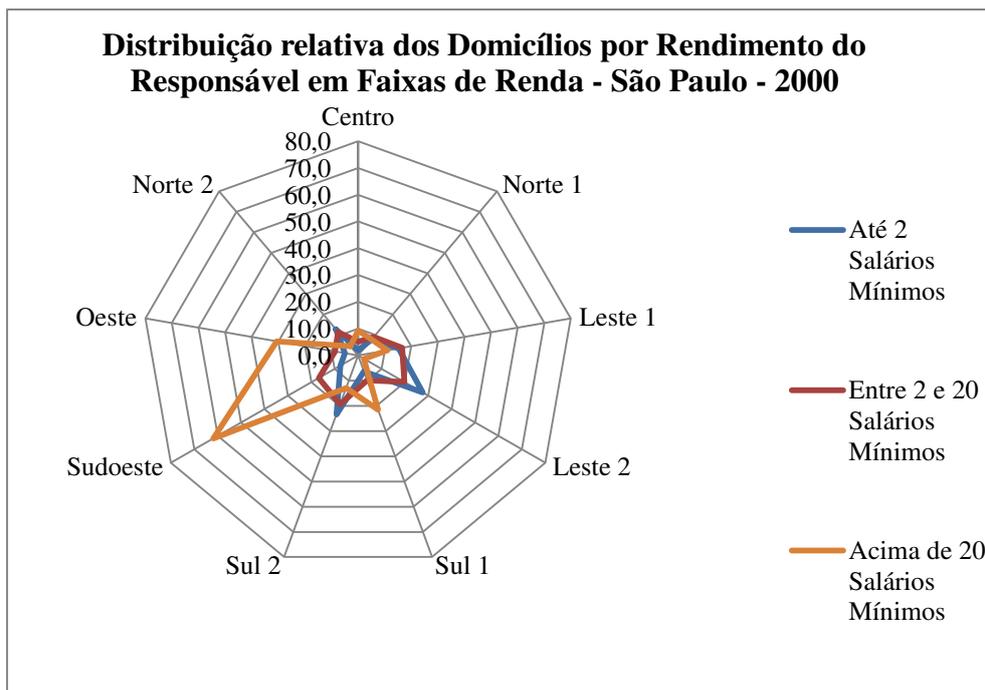
Anexo II - Exemplo de Gráfico com e sem destacado do Quadrante Sudoeste

Abaixo temos dois gráficos com a mesma variável – Distribuição relativa dos domicílios por rendimento do responsável em faixas de renda para o ano de 2000 em São Paulo. Ao longo do trabalho decidimos por apresentar os dados sempre com o destacado do Quadrante Sudoeste, reforçando a importância que essa região detém em termos de concentração de estruturas, relações e agentes. Aqui podemos ver uma forma alternativa, ignorando os dados para o destacado do Sudoeste. Como afirmado ao longo do trabalho, a decisão por utilizar os dados como um “agregado” e não como uma região propriamente dita tem a ver com o fato de que isso deixaria muitas regiões com dados deprimidos.

A decisão, como se pode ver abaixo, não alterou as informações regionais e adicionalmente deu destaque para a participação do Sudoeste para diferentes variáveis. Na comparação entre as versões vê-se a alteração nos formatos dos polígonos. Em verdade, os polígonos apenas perderam um vértice (são os mesmos para a versão que segue logo abaixo, desde que se ignorasse a informação para o Sudoeste). Adicionalmente, nota-se uma diferença na escala, que torna os polígonos para a versão contendo o quadrante Sudoeste menores. Mas mais importante, trata-se apenas de uma diferença de apresentação, os valores são os mesmos.



Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração própria.



Fonte: Censo Demográfico IBGE. Elaboração própria.

Índice de Tabelas, Gráficos, Figuras e Mapas

Figura 3.01 - Distritos do Quadrante Sudoeste	143
Gráfico 3.01 - Domicílios por Rendimento do Responsável em Faixas de Renda - São Paulo - 2000	156
Gráfico 3.02 - Distribuição relativa dos Domicílios por Rendimento do Responsável em Faixas de Renda - São Paulo - 2000.....	159
Gráfico 3.03 - Domicílios por Rendimento do Responsável em Faixas de Renda - São Paulo - 2010	163
Gráfico 3.04 - Distribuição relativa dos Domicílios por Rendimento do Responsável em Faixas de Renda - São Paulo - 2010.....	168
Gráfico 3.05 Distribuição da massa de rendimentos dos Ocupados – RMSP, 1995 e 2015	186
Gráfico 3.06 Evolução do rendimento médio real (1995=100) dos ocupados por nível de instrução – RMSP 1995-2015	187
Gráfico 3.07 - Estabelecimentos por região - São Paulo - 2000-2010.....	188
Gráfico 3.08 - Empregos por região - São Paulo - 2000-2010	190
Gráfico 3.09 - Incrementos de estabelecimentos e empregos entre 2000 e 2010 - São Paulo.....	190
Gráfico 3.10 - Estabelecimentos por setor - São Paulo - 2000 e 2010	191
Gráfico 3.11 - Participação relativa dos estabelecimentos por Setor - São Paulo - 2000 e 2010.....	192
Gráfico 3.12 - Empregos por setor - São Paulo - 2000 e 2010	192
Gráfico 3.13 - Participação relativa dos empregos por Setor - São Paulo - 2000 e 2010.....	193
Gráfico 3.14 Estabs. Constr Civil	194
Gráfico 3.15 Emps. Constr Civil.....	194
Gráfico 3.16 Estabs. Ind Transf	195
Gráfico 3.17 Emps. Ind Transf	195
Gráfico 3.18 Estabs. Comércio	196
Gráfico 3.19 Emps. Comércio	196
Gráfico 3.20 Estabs. Serviços	196
Gráfico 3.21 Emps. Serviços	196
Gráfico 3.22 Distribuição das categorias sócio-ocupacionais - RMSP 2000, 2010	199
Gráfico 3.23 - Distribuição dos lançamentos acima de R\$750.000,00 2000-2011	203
Gráfico 3.24 - Distribuição dos lançamentos imobiliários residenciais em São Paulo 2000-2011.....	204
Gráfico 3.25 - Distribuição relativa dos lançamento residenciais em São Paulo 2000-2011	205
Gráfico 3.26 - Lançamentos Comerciais São Paulo 2000-2011	207
Gráfico 3.27- Distribuição dos lançamentos comerciais São Paulo 2000-2011	207
Mapa 1 - Crescimento demográfico por área de ponderação, RMSP, 2000-2010	170
Mapa 3.01 Setores Censitários de São Paulo por Grupos de Vulnerabilidade Social 2000	157
Mapa 3.02 – Crescimento demográfico por área de ponderação, RMSP, 2000-2010....	170
Mapa 3.03 Distribuição das áreas homogêneas por distritos na RMSP, 2000	201
Mapa 3.04 Distribuição das áreas homogêneas por distritos na RMSP, 2010	201
Tabela 2.01 - Indústria de Transformação: participação das regiões no Valor de Transformação Industrial (VTI) 1919-1970.....	69
Tabela 3.01 Média do Rendimento Total do Domicílio por Região - São Paulo, 2000/2010.....	165
Tabela 3.02 - Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2000.....	174

Tabela 3.03 - Índices de dissimilaridade entre classes, RMSP, 2010.....	174
Tabela 3.04 - Distribuição proporcional das classes e grupos - RMSP, 2000 (%).....	175
Tabela 3.05 - Distribuição proporcional das classes e grupos - RMSP, 2010 (%).....	176
Tabela 3.06 - Indicadores sociais escolhidos por grupo - RMSP, 2010	177
Tabela 3.07 - Habitantes das áreas de ponderação por grupos de renda e de condições urbanas (mil habitantes), RMSP - 2000 e 2010	179
Tabela 3.09 - Índices do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados e dos assalariados (1), RMSP 2000 e 2010.....	181
Tabela 3.10 - Distribuição dos desempregados, por tipo e ocupados, por posição na ocupação RMSP 2000 e 2010	182
Tabela 3.11 - Concentração Relativa dos estabelecimentos e empregos no Sudoeste, principais setores - São Paulo - 2000 e 2010 (%)	197
Tabela 3.12 - Distribuição relativa da População, Automóveis Particulares e Viagens em São Paulo - 1997/2007 (em %)	208
Tabela 3.13 - Participação relativa das Regiões Administrativas no Orçamento, Área e População de São Paulo – 2010 (em %)	210